

Mensagem à
Assembleia Legislativa

2025

GOVERNADOR EDUARDO LEITE



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

Eduardo Leite
Governador
2025

SECRETARIADO

Artur Lemos

Casa Civil

Cel. Luciano Chaves Boeira

Casa Militar

Eduardo Cunha da Costa

Procuradoria-Geral do Estado

Clair Kuhn

Agricultura, Pecuária, Produção
Sustentável e Irrigação

Beto Fantinel

Desenvolvimento Social

Beatriz Araujo

Cultura

Caio Tomazeli

Comunicação

Ernani Polo

Desenvolvimento Econômico

Vilson Covatti

Desenvolvimento Rural

Carlos Rafael Mallmann

Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Raquel Teixeira

Educação

Juliano Franczak (Gaúcho da Geral)

Esporte e Lazer

Lisiane Lemos

Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio
às Políticas de Equidade

Pricilla Maria Santana

Fazenda

Carlos Gomes

Habitação e Regularização Fundiária

Simone Stülp

Inovação, Ciência e Tecnologia

Fabricio Guazzelli Peruchin

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Juvir Costella

Logística e Transportes

Marjorie Kauffmann

Meio Ambiente e Infraestrutura

Izabel Matte

Obras Públicas

Danielle Calazans

Planejamento, Governança e Gestão

Pedro Capeluppi

Reconstrução Gaúcha

Arita Bergmann

Saúde

Sandro Caron

Segurança Pública

Luiz Henrique Viana

Sistemas Penal e Socioeducativo

Gilmar Sossella

Trabalho e Desenvolvimento Profissional

Ronaldo Santini

Turismo

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual, encaminhamos a presente mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura de sua sessão anual.

O documento apresenta, inicialmente, um panorama da economia do Rio Grande do Sul — com destaques para o cenário econômico internacional e a conjuntura brasileira, detalhando a atividade econômica gaúcha — e o quadro atual das finanças públicas estaduais. Em seguida, expõe as realizações do Governo em 2024 e as prioridades para 2025. O documento também se dedica aos esforços para a reconstrução do Estado após o desastre meteorológico de maio de 2024. Além disso, demonstra a evolução da estratégia de governo, a partir do Plano Rio Grande e do Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável.

O ano de 2024 ficará marcado para sempre na história do Rio Grande do Sul. As enchentes de maio constituíram-se na maior tragédia meteorológica já vivenciada por um estado brasileiro em termos de extensão territorial e impacto social e econômico. Foram 183 óbitos confirmados e 27 pessoas seguem desaparecidas, centenas de milhares de pessoas fora de casa no momento mais agudo da crise, cidades devastadas, infraestrutura fortemente danificada, setores econômicos impactados e um desafio sem precedentes para o Governo e para a população gaúcha.

Ao longo dos últimos meses, o Rio Grande do Sul demonstrou capacidade de resposta e reduziu de maneira muito eficaz os impactos desse triste episódio a partir de um esforço coletivo que envolveu todas as esferas de poder e, principalmente, a sociedade gaúcha. Encerramos 2024 com otimismo em relação ao que o futuro nos reserva e miramos 2025 como um ano de consolidação da reconstrução e aceleração do desenvolvimento.

O equilíbrio fiscal conquistado pelo Governo é um marco essencial nesse contexto, dando-nos a sustentação necessária para enfrentarmos de maneira mais adequada a calamidade. Sabemos que a estabilidade fiscal não é um objetivo estático. Ela exige monitoramento constante, responsabilidade na gestão dos recursos e transparência. Em 2025, seguiremos trabalhando para manter o equilíbrio e direcionar os recursos de forma eficiente, especialmente em áreas prioritárias, como saúde, habitação, educação, segurança pública e infraestrutura. A solidez fiscal traduz-se em capacidade real de investimento em áreas essenciais e em poder de resposta em momentos críticos, como demonstramos durante as enchentes.

O equilíbrio entre receita e despesa permitiu que fossem investidos emergencialmente R\$ 1,6 bilhão em ações imediatas, como abrigos temporários, auxílio financeiro às famílias afetadas, recuperação de estradas e pontes e repasses fundo a fundo aos municípios atingidos. Nesse contexto complexo, lançamos nossa bússola para a reconstrução: o Plano Rio Grande, aprovado pela Assembleia Legislativa. O Plano vai além da resposta emergencial à tragédia. Ele é um guia para o futuro do nosso Estado, com ações focadas em três pilares: reconstrução, resiliência e desenvolvimento sustentável.

Com o apoio de especialistas e a participação da sociedade, constituímos um comitê científico que compõe o plano e articula uma visão integrada, onde cada projeto visa atender

às necessidades imediatas e às demandas de longo prazo. A reconstrução não é apenas reparar o que foi destruído, mas construir algo ainda melhor e mais adaptado ao futuro.

As principais ações incluem o restabelecimento da infraestrutura logística e dos serviços essenciais, a realocação de populações afetadas para áreas seguras, a promoção de resiliência climática, com infraestrutura adaptada e o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável. Em 2025, o Plano continuará sendo a base para ações estratégicas e para garantir que o Rio Grande do Sul esteja mais preparado para enfrentar os desafios do futuro.

Cuidar das contas é premissa para cuidar das pessoas. Em 2024, pela primeira vez, o Rio Grande do Sul registrou o menor índice de extrema pobreza do Brasil, com apenas 1,3% da população nessa condição em 2023. Esse resultado é fruto de um rol de mais de 30 programas sociais estruturantes, como o Devolve ICMS, que distribuiu R\$ 271 milhões a famílias de baixa renda, e o Todo Jovem na Escola, que combate a evasão escolar com incentivos financeiros.

Além disso, o programa habitacional Porta de Entrada, lançado em 2024, está subsidiando a aquisição de moradias para famílias vulneráveis, enquanto políticas como o Volta por Cima atenderam diretamente às vítimas das enchentes com recursos emergenciais e dignidade para recomeçar. Também colocamos em prática a construção de moradias temporárias, que servem como uma transição mais digna para as famílias atingidas que aguardam pelas casas definitivas.

A redução da pobreza é um passo essencial, no entanto, para torná-la sustentável e promover oportunidades reais, investir em educação de qualidade é indispensável. Em 2024, o Governo elevou de maneira expressiva os investimentos na área. Uma das nossas principais metas, a ampliação do ensino em tempo integral, teve um salto importante. Em 2025, serão 296 escolas de Ensino Médio em tempo integral. É mais do que o dobro do número de instituições de ensino nesse modelo na comparação com 2023. Além de ampliar a carga horária, a iniciativa oferece uma abordagem pedagógica inovadora que prepara os estudantes para os desafios do futuro, reduz a evasão escolar e aumenta as chances de ingresso no Ensino Superior. Investimos, ainda, em infraestrutura escolar, na qualificação dos professores e no fortalecimento de programas de iniciação científica e de trilhas de qualificação profissional.

Educação de qualidade é a base para a transformação social. Para que os seus resultados sejam efetivos, é fundamental que avancemos também na garantia de segurança pública para todos. Desde 2019, o programa RS Seguro tem apresentado resultados expressivos, com reduções significativas nos índices de criminalidade. Em 2024, tivemos os menores indicadores das últimas décadas. Registramos o menor número de homicídios e roubos de veículos, por exemplo. Além disso, anunciamos novos concursos para a reposição de 2.774 servidores na Brigada Militar, na Polícia Civil, no Corpo de Bombeiros e no Instituto-Geral de Perícias. São iniciativas que reforçam o compromisso do Governo com a segurança da população e com a modernização das forças de segurança.

Na saúde, o nosso Governo vem consolidando investimentos em hospitais e na ampliação da oferta de serviços de média e alta complexidade. O Avançar na Saúde é o maior programa de investimentos dos últimos 20 anos no Rio Grande do Sul. Com um aporte total de R\$ 952,1 milhões entre 2021 e 2024, abrange obras, aquisição de equipamentos e materiais permanentes. O Avançar está transformando a infraestrutura hospitalar e ampliando o acesso à saúde de qualidade em todas as regiões do Estado, inclusive com a

reconstrução de hospitais afetados pelas enchentes. Para 2025, nosso compromisso é ampliar ainda mais a rede de atendimento, com novos investimentos em telemedicina, especialidades regionais e ações que colocarão o Rio Grande do Sul como referência nacional em saúde pública.

O agronegócio é a espinha dorsal da economia gaúcha, responsável por impulsionar o desenvolvimento regional, gerar empregos e promover a segurança alimentar. Em 2024, o setor demonstrou sua resiliência e capacidade de superação diante das adversidades meteorológicas. O ponto alto desse desempenho foi a realização da 47ª Expointer, que ficou marcada como a Expointer da Retomada. Realizada poucos meses após a tragédia das enchentes, a feira reafirmou a força e a determinação dos produtores gaúchos ao alcançar resultados históricos. Em apenas nove dias, a Expointer movimentou R\$ 8,1 bilhões, um aumento de 1,41% em relação a 2023.

Além dos números impressionantes, a feira mostrou o papel fundamental do agronegócio na reconstrução emocional e econômica do Estado. O nosso Governo segue investindo na modernização do setor, com iniciativas voltadas à ampliação da irrigação, ao estímulo à inovação tecnológica no campo, ao fortalecimento de políticas públicas para pequenos e médios produtores e à execução do Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Por meio do Plano Rio Grande, estratégias de adaptação às mudanças climáticas estão sendo implementadas.

A reconstrução em andamento no Estado também trouxe oportunidades para consolidar uma economia mais verde e competitiva. O Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de liderar a transição energética no Brasil, com novos investimentos em energia renovável e na descarbonização da cadeia produtiva. Em parceria com o setor privado, estamos avançando na atração de projetos de hidrogênio verde e biocombustíveis que projetam o Estado no cenário internacional.

Além disso, continuamos sendo referência em inovação. Somos o Estado mais inovador do Brasil, segundo o *ranking* de competitividade do Centro de Liderança Pública (CLP) de 2024. O próximo ano será um marco histórico para a área. Com o maior orçamento já destinado à inovação, ciência e tecnologia (R\$ 360 milhões), o Governo consolida a ideia de que o conhecimento e a tecnologia são pilares para o desenvolvimento do Estado. O investimento é cinco vezes maior do que a média anual da última década. Apostar na ciência, na inovação e na tecnologia não é apenas uma escolha. Trata-se de uma necessidade para garantir um futuro próspero e sustentável para o Rio Grande do Sul.

A cultura também tem ocupado um lugar central na agenda do Governo. Em 2024, os investimentos recorde, a valorização do patrimônio histórico e artístico e o fortalecimento da economia criativa demonstraram o compromisso em promover o acesso democrático à cultura, incentivar a produção local e projetar a identidade gaúcha no cenário nacional e internacional. Pela primeira vez, o Rio Grande do Sul alcançou a marca de R\$ 60 milhões em investimentos pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC-RS) até novembro de 2024. O Governo consolidou a LIC-RS como uma das principais ferramentas de fomento à cultura no Estado. O Governo projeta para 2025 uma ampliação dos investimentos em cultura, com novas inscrições para projetos na LIC-RS e a continuidade de ações voltadas à preservação do patrimônio histórico.

O futuro do Rio Grande do Sul exige planejamento estratégico, visão de longo prazo e ações concretas que alinhem desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. É com essa perspectiva que lançamos o Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável. Integrado ao Plano Rio Grande, ele traça um diagnóstico completo das potencialidades e desafios da economia gaúcha, estabelecendo estratégias para o aumento da competitividade e da produtividade fundamentadas nas melhores práticas globais.

O plano é um “GPS” que orientará o crescimento econômico sustentável do Rio Grande do Sul nas próximas décadas. Ele consolida uma política de Estado guiada pela ciência, com ações e metas claras, para que o Rio Grande do Sul se torne o melhor lugar para se viver e investir no Brasil.

Esse compromisso foi reforçado pelo caráter participativo de sua elaboração, que envolveu 500 lideranças dos setores público, privado e acadêmico, além do apoio técnico de uma consultoria internacional. Foram realizados *workshops*, entrevistas e encontros que integraram as diferentes perspectivas e demandas da sociedade gaúcha.

EDUARDO LEITE
Governador do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL	9
CENÁRIO INTERNACIONAL	9
CENÁRIO NACIONAL.....	12
ECONOMIA GAÚCHA.....	17
FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS	25
O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2025	25
O PLANO RIO GRANDE E O FUNDO DO PLANO RIO GRANDE	27
AS REFORMAS ESTRUTURANTES	28
BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	30
PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA.....	37
A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS.....	40
O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	48
A DÍVIDA DO ESTADO DO COM A UNIÃO	51
O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO RS.....	53
REALIZAÇÕES 2024 E PRIORIDADES 2025	57
O PLANO PLURIANUAL.....	57
REALIZAÇÕES EM 2024 E PRIORIDADES PARA 2025	59
REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO DESASTRE NATURAL DE MAIO DE 2024	141
INTRODUÇÃO	141
REPERCUSSÕES SOCIAIS.....	142
REPERCUSSÕES NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.....	148
REPERCUSSÕES NA ECONOMIA	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
O PLANO RIO GRANDE.....	155
CONTEXTO.....	155
DOS IMPACTOS	155
O PLANO RIO GRANDE	161
FUNRIGS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL	169
CONSTRUÇÃO DO PLANO: OLHANDO PARA O FUTURO.....	169
ETAPA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO: MAPA PERCORRIDO	170
ESTRUTURA E PROPÓSITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	170
POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO PIB EM 2030.....	171
OLHAR PARA PRODUTIVIDADE	172
OS 12 SETORES COM POTENCIAL DE IMPULSIONAR A ECONOMIA DO ESTADO: GPS LIGADO.....	173
PLANO DE DESENVOLVIMENTO: AS ALAVANCAS POR HABILITADOR	177
INICIATIVAS DE CADA HABILITADOR.....	178
O PLANO EM AÇÃO: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO RS – INVEST RS	179

OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL

A análise do desempenho econômico do Rio Grande do Sul requer uma compreensão da dinâmica das economias nacional e internacional. Isso se deve às relações cruciais em termos de produção, comércio e finanças entre a economia gaúcha, a brasileira e a mundial. Dessa forma, o ritmo de crescimento econômico do Estado tende a acompanhar os ciclos econômicos do Brasil. Desvios nesse padrão geralmente estão ligados à ocorrência de eventos climáticos adversos, como estiagens, ou, como observado no ano de 2024, ao excesso de chuvas, que também afetaram significativamente a economia local.

Na economia internacional, o ano de 2024 foi marcado por um processo desinflacionário, ao mesmo tempo em que a taxa de crescimento, projetada em 3,2%, manteve-se praticamente estável na comparação com a observada no ano anterior, mas ainda abaixo da média do período 2000-2019, de 3,7%. Para 2025, projeta-se uma taxa de crescimento de 3,3%, ao mesmo tempo em que se espera a continuidade da melhora do comércio internacional de bens e serviços.

Em 2024, a economia brasileira superou as expectativas iniciais, com um crescimento de 3,3% até o terceiro trimestre, impulsionado pela demanda interna, especialmente pelo aumento dos gastos em consumo e investimento. Contudo, espera-se uma desaceleração do crescimento em 2025, devido a uma política monetária mais restritiva, adotada para conter a aceleração da inflação observada ao longo de 2024, e ao agravamento do risco fiscal nos últimos meses.

A economia do Rio Grande do Sul, em 2024, foi marcada pela recuperação da produção agrícola — após duas estiagens consecutivas — e pelos impactos do desastre climático de maio, que afetaram negativamente tanto o estoque de capital quanto o fluxo de produção. No entanto, a resiliência da sociedade e a implementação de políticas públicas de assistência às vítimas e empresas afetadas contribuíram para uma rápida recuperação econômica, resultando em um crescimento de 5,2% no acumulado dos três primeiros trimestres. Para 2025, as perspectivas permanecem positivas, sustentadas, principalmente pelo aumento da produção agrícola e pelos investimentos na reposição de capital físico, bem como nas obras de reconstrução e proteção contras as cheias.

CENÁRIO INTERNACIONAL

O ano de 2024 foi marcado pelo processo desinflacionário mundial, decorrente, sobretudo, do aperto acentuado e sincronizado da política monetária ao redor do mundo e da diminuição de interrupções de oferta. Apesar do processo desinflacionário, a atividade econômica global permaneceu resiliente, evitando uma recessão mundial. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), após um crescimento de 3,3% do produto global em

2023, o crescimento mundial deve permanecer estável em 3,3% em 2025 (**Tabela 1**), embora abaixo da média histórica de 3,7% no período 2000-2019.

Tabela 1 – Crescimento do PIB de 2023 e projeções do FMI para 2024 e 2025, economias selecionadas

	(%)		
Discriminação	2023	2024	2025
Mundo	3,3	3,2	3,3
Economias avançadas	1,7	1,7	1,9
Estados Unidos	2,9	2,8	2,7
Área do Euro	0,4	0,8	1,0
Japão	1,7	-0,2	1,1
Reino Unido	0,3	0,9	1,6
Canadá	1,5	1,3	2,0
Economias emergentes	4,4	4,2	4,2
China	5,2	4,8	4,6
Índia	8,2	6,5	6,5
Rússia	3,6	3,8	1,4
Brasil	3,2	3,7	2,2
Argentina	-1,6	-2,8	5,0

Fonte: International Monetary Fund – IMF¹.

Após atingir o pico de 9,4% na comparação interanual no terceiro trimestre de 2022, as taxas de inflação das principais economias mundiais tendem a se reduzir para 3,5% até o final de 2025, abaixo do nível médio de 3,6% do período 2000-2019. O aumento anterior da inflação mundial refletiu uma combinação única de choques, quais sejam, amplas interrupções de oferta, fortes pressões de demanda após a pandemia e picos acentuados nos preços das *commodities* causados pela guerra na Ucrânia. À medida que as interrupções na oferta foram diminuindo e a política monetária rígida começou a restringir a demanda e ancorar as expectativas de inflação, a normalização nos mercados de trabalho permitiu que a inflação diminuísse rapidamente sem uma grande desaceleração na atividade. Embora, de forma geral, a inflação mundial esteja diminuindo, fundamentalmente por conta da redução dos preços de bens, a inflação de serviços permanece bastante elevada, o que pode contribuir para uma manutenção do aperto monetário por mais tempo que o imaginado anteriormente. Ademais, o processo de desinflação ocorre de forma heterogênea entre as economias, ao passo que muitas delas, em especial as emergentes, ainda convivem com níveis de inflação acima da média histórica.

Após recuperação, a partir da reabertura econômica em 2022, o crescimento nas economias avançadas desacelerou em 2023 e projeta-se estabilidade nos próximos anos. No entanto, essa estabilidade esconde diferentes dinâmicas nacionais. Nos Estados Unidos, espera-se que o crescimento desacelere para 2,7% em 2025, à medida que a política monetária for gradualmente apertada e o mercado de trabalho, em arrefecimento, desacelerar o consumo. Por outro lado, a atividade econômica na área do Euro deve acelerar em 2024, embora a uma taxa bem modesta, por conta, em especial, das exportações de bens. Em 2025, o crescimento deverá aumentar ainda mais, ajudado por uma demanda doméstica mais forte, a partir do aumento de salários reais, ao mesmo tempo em que o afrouxamento

¹ INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook update**. Washington, DC: IMF, jan. 2025.

da política monetária contribuir para o investimento. Todavia, esse crescimento tende a ser bastante desigual entre as economias europeias, com a continuidade da fraqueza persistente da indústria de transformação em países como Alemanha e Itália.

Assim como nas economias avançadas, a perspectiva de crescimento para o grupo de economias emergentes é de estabilidade. Espera-se que o forte crescimento da Ásia emergente diminua de 5,7% em 2023 para 5,2% em 2025, refletindo uma desaceleração sustentada nas duas maiores economias da região. No caso da Índia, a redução do ritmo de crescimento resultaria do esgotamento da demanda reprimida acumulada durante a pandemia, à medida que a economia não supere o seu potencial. No caso da China, a desaceleração projetada tende a ser mais gradual, apesar da fraqueza persistente no setor imobiliário e da baixa confiança do consumidor.

Após um fraco desempenho em 2023, o comércio mundial de bens e serviços acelerou seu ritmo de crescimento em 2024 (**Tabela 2**), decorrente da retomada no aumento das importações dos Estados Unidos e de um maior dinamismo comercial das principais economias emergentes. Espera-se uma ligeira desaceleração em 2025. Por sua vez, os preços de *commodities*, que haviam sofrido uma forte retração em 2023, sobretudo as energéticas, devem registrar comportamentos mistos em 2024 e 2025, com expectativa de crescimento para as não energéticas e de retração para as energéticas.

Tabela 2 – Crescimento e projeções do FMI de variáveis econômicas selecionadas — 2023-2025 (%)

Discriminação	2023	2024	2025
Comércio mundial (bens e serviços)	0,7	3,4	3,2
Economias avançadas	0,0	2,2	2,1
Economias emergentes	2,0	5,4	5,0
Preços de <i>commodities</i> (US\$)			
Energia	-16,4	-1,9	-11,7
Não energéticas	-5,7	3,4	2,5
Preços ao consumidor mundial	6,7	5,8	4,3
Economias avançadas	4,6	2,6	2,1
Economias emergentes	8,1	7,8	5,6
Comércio mundial (bens e serviços)	0,7	3,4	3,2

Fonte: International Monetary Fund – IMF².

Diversos riscos e incertezas permeiam as projeções do FMI e podem afetar o cenário-base dessa instituição tanto para o lado negativo quanto para o lado positivo, embora os riscos negativos estejam aumentando e, agora, dominam o cenário. No primeiro caso, destacam-se: política monetária permanecendo rígida por mais tempo que o esperado; possível ressurgimento da volatilidade do mercado financeiro com efeitos adversos nos mercados de dívida soberana; reprecificação de ativos financeiros como resultado de reavaliação da política monetária e condições financeiras mais rígidas; desaceleração maior que o esperado na China; aumento contínuo das políticas protecionistas; aumento nos preços das *commodities* como resultado de choques climáticos, conflitos regionais ou tensões geopolíticas mais amplas. Pelo lado positivo, o FMI trabalha com cenários de recuperação mais forte no investimento nas economias avançadas e de impulso mais forte das reformas

² INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). **World economic outlook update**. Washington, DC: IMF, jan. 2025.

estruturais. De forma geral, existem grandes incertezas quanto ao que ocorrerá nos Estados Unidos, suas repercussões globais aliadas à incerteza política em outras economias, e aos desdobramentos dos ajustes econômicos em andamento no mundo.

CENÁRIO NACIONAL

Em 2024, a economia brasileira registrou um crescimento acumulado de 3,3% até o terceiro trimestre, superando as expectativas do início do ano (**Tabela 3**). Os dados do Produto Interno Bruto (PIB), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao longo dos trimestres, mostraram avanços consecutivos, tanto na comparação com os trimestres imediatamente anteriores quanto em relação aos mesmos períodos de 2023. Setorialmente, o maior avanço ocorreu nos serviços, que cresceram 3,8%, seguido pela indústria, cuja expansão foi de 3,5%. A agropecuária, por outro lado, registrou queda de 3,5% no acumulado do ano até setembro, impactada pela ocorrência de estiagens em estados de grande importância para a produção agrícola nacional. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro de 2024, houve reduções nas quantidades produzidas de relevantes culturas agrícolas do País, como a de milho (-12,5%), soja (-4,6%) e cana-de-açúcar (-0,9%).

Tabela 3 - Taxas de variação do Produto Interno Bruto (PIB), total e pelas óticas da produção e da demanda, Brasil, acumulado no ano até set./2024

Discriminação	Taxas de variação (%)	
	Jan.-Set./2024 /	Jan.-Set./2023
PIB	3,3	
Ótica da oferta		
Imposto	5,3	
VAB	3,0	
Agropecuária	-3,5	
Indústria	3,5	
Serviços	3,8	
Ótica da demanda		
Consumo das famílias	5,1	
Consumo do governo	2,1	
Formação bruta de capital fixo	6,6	
Exportações	4,1	
Importações	14,2	

Fonte: SNCT/IBGE³.

O crescimento de 3,5% da indústria nacional até o terceiro trimestre foi impulsionado pela expansão das quatro atividades: indústria extrativa (2,0%), indústria de transformação (3,2%), eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (6,1%) e construção (4,1%). No caso específico da indústria de transformação, o aumento da produção

³ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3º trimestre 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

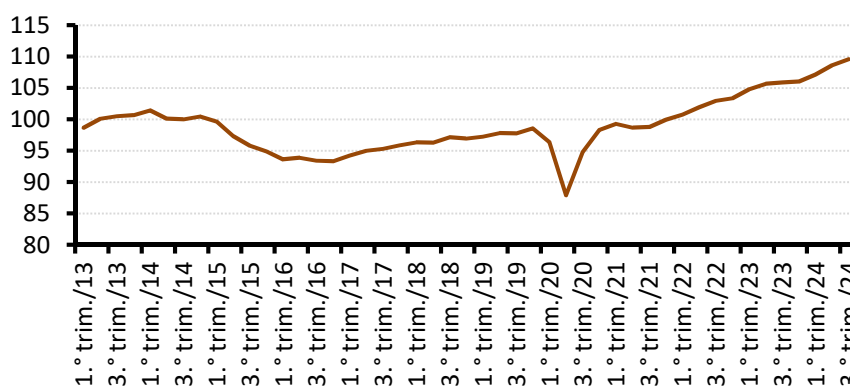
representou uma recuperação após dois anos seguidos de retração. Estimulada pelo dinamismo da demanda doméstica, a atividade registrou avanços nos três primeiros trimestres do ano, período em que os maiores acréscimos foram observados nas produções de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

A expansão de 3,8% no setor de serviços ocorreu com difusão entre todas as atividades que o compõem. O aumento do consumo das famílias redundou em crescimento das compras de bens e serviços ao longo do ano, com significativos impactos nas atividades de serviços, sobretudo no comércio, que expandiu 3,5% até o terceiro trimestre. Dentre as demais atividades do setor, as maiores altas foram registradas nos serviços de informação e comunicação (6,2%), outras atividades de serviços (5,6%) e atividades financeiras e de seguros (4,3%).

Pela ótica da demanda, os dois destaques principais foram os aumentos da formação bruta de capital fixo (FBCF), com alta de 6,6% até o terceiro trimestre, recuperando-se da queda observada em 2023, e do consumo das famílias, cujo crescimento foi de 5,1% no mesmo período. Entre as causas para o maior dinamismo do mercado interno, pode-se elencar o mercado de trabalho aquecido, refletido na menor taxa de desocupação desde 2013 e no crescimento dos rendimentos dos ocupados, aumento das transferências de renda via programas governamentais, o crescimento do crédito para pessoas físicas e a redução da taxa de juros. Também cresceram, mas a taxas inferiores, o consumo do Governo (2,1%) e as exportações (4,1%). A contribuição da demanda externa foi negativa no período, pois as importações cresceram 14,2%, acima, portanto, das exportações. Este resultado deriva do aumento da demanda doméstica, em especial das compras de bens de capital importados ligados aos gastos da FBCF.

Com os crescimentos trimestrais na margem (trimestre contra trimestre anterior) ao longo do ano, o nível do volume do PIB brasileiro alcançou, no terceiro trimestre de 2024, seu maior patamar, 11,2% superior ao quarto trimestre de 2019, isto é, antes dos efeitos da pandemia, e 8,1% acima do pico anterior à crise de 2014-16, no primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Índice do volume do PIB, Brasil, 1º trim./2013 – 3º trim./2024

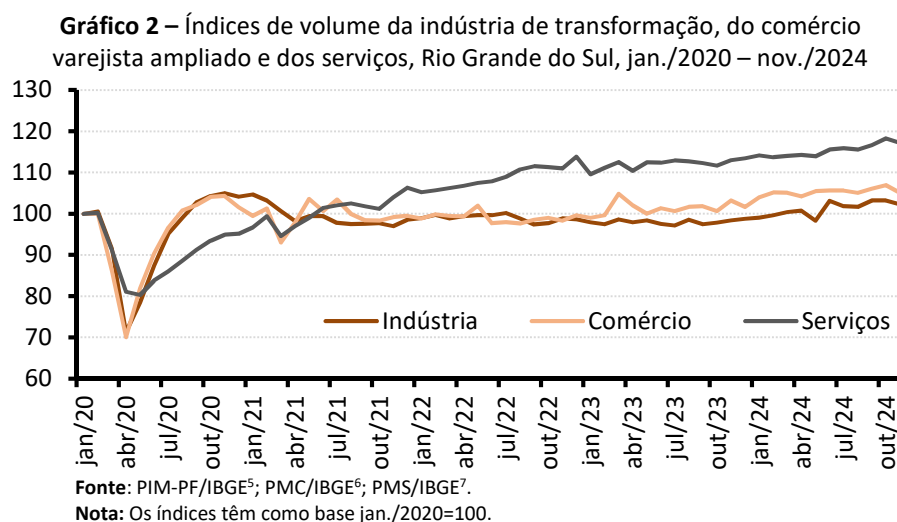


Fonte: SCNT/IBGE⁴.

Nota: O índice tem como base 2013=100.

⁴ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – referência 2010 – 3º trimestre 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Na análise mensal da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços, observam-se trajetórias consistentes de crescimento ao longo do ano (**Gráfico 2**). Em novembro, os níveis dessas três atividades alcançaram patamares superiores aos registrados no início do ano. De forma geral, esses dados sobre a produção e comercialização de bens e serviços estão em linha com o aumento da demanda interna, impulsionada pelo consumo e investimentos.



A produção física da indústria de transformação nacional apresentou crescimento de 3,7% no acumulado de janeiro a novembro de 2024 contra igual período de 2023. Embora tenha passado por alguma oscilação em maio e junho, em decorrência dos impactos das enchentes na produção industrial do Rio Grande do Sul, o índice da indústria manteve-se em movimento ascendente ao longo do ano. Esse desempenho indica tanto a recuperação da produção em relação ao ano anterior, como também a elevação do nível de produção de novembro de 2024 acima do patamar registrado em janeiro de 2020, mês anterior ao início dos efeitos da pandemia sobre a economia brasileira. Das 24 subatividades pesquisadas pelo IBGE, houve expansão em 20 delas, sendo as maiores altas registradas nas fabricações de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (14,1%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,4%), de veículos automotores, reboques e carrocerias (12,4%), de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (11,3%) e de móveis (10,0%).

O comércio varejista ampliado do Brasil registrou uma expansão de 4,4% entre janeiro e novembro de 2024 frente ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento consistente ao longo do ano, apenas interrompido por pequenas oscilações, refletiu a melhora dos indicadores relacionados ao consumo, conforme mencionados anteriormente. Com o desempenho positivo, o nível das vendas em novembro de 2024 ficou 5,1% acima de janeiro de 2020. Por segmento, houve expansão em oito de um total de 11, com destaque para os avanços das vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (14,4%), veículos, motocicletas, partes e peças (12,2%), outros artigos de uso

⁵ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

⁶ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

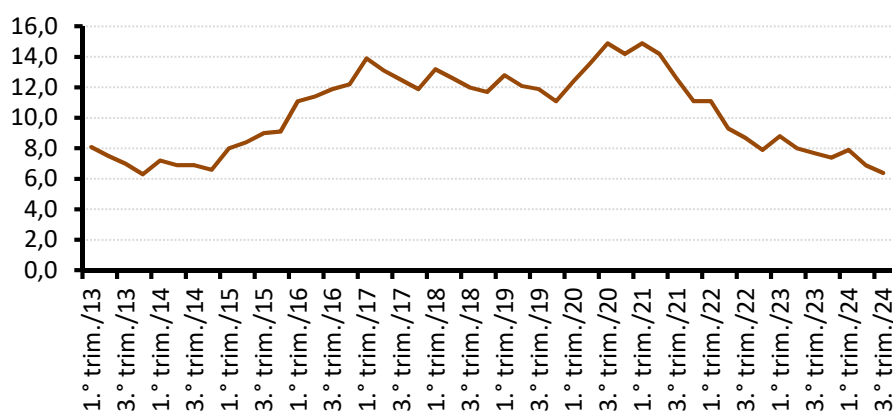
⁷ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

peçoal e doméstico (6,7%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,2%).

Nos serviços, houve variação de 3,2% nos primeiros dez meses de 2024. A análise da trajetória ao longo do ano mostra que o desempenho positivo se intensificou, alcançando taxas robustas de expansão nos meses de setembro e outubro, seguidas de uma queda na margem, em outubro. Neste último mês, o índice do volume dos serviços estava 17,2% acima do observado em janeiro de 2020. Das cinco subatividades, houve expansão em quatro: serviços profissionais, administrativos e complementares (6,7%), serviços de informação e comunicação (6,4%), serviços prestados às famílias (4,7%) e outros serviços (1,9%). O único recuo ocorreu na atividade de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-1,0%).

O desempenho do mercado de trabalho do Brasil foi bastante positivo ao longo do ano, tanto no emprego quanto na renda. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), que abrange tanto o mercado formal quanto o informal de trabalho, os números de ocupados nos três primeiros trimestres de 2024 foram maiores que os respectivos montantes trimestrais de 2023. No terceiro trimestre do ano de 2024, o número de ocupados foi de 103.029 mil pessoas, um incremento de três milhões e 191 mil de ocupados em termos absolutos e de 3,2% em termos relativos na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desocupação no período de julho a setembro, de 6,4%, foi a menor para um terceiro trimestre desde o início da pesquisa, em janeiro de 2012, um recuo de 1,3 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2023 (**Gráfico 3**).

Gráfico 3 – Taxa (%) trimestral de desocupação, Brasil, 1º trim./2013 – 3º trim./2024



Fonte: PNADCT/IBGE⁸.

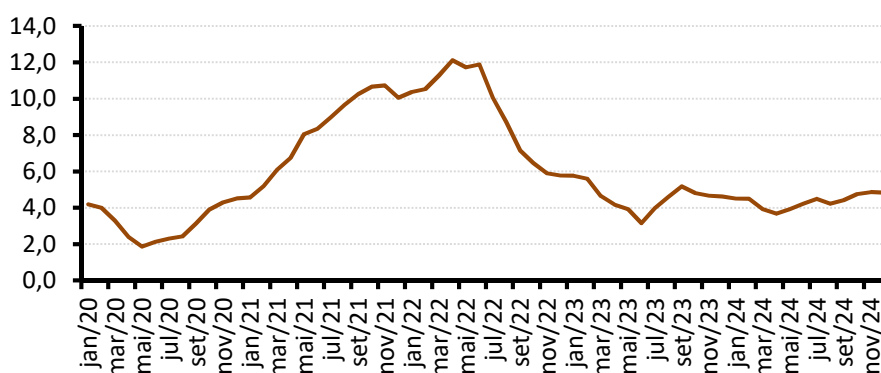
O rendimento médio mensal real habitual de todos os ocupados cresceu 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando, no terceiro trimestre de 2024, o valor de R\$ 3.227. Os aumentos do número de ocupados e do rendimento médio resultaram na expansão de 7,2% na massa de rendimentos. No mercado de trabalho estritamente formal, cuja fonte de dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), houve criação líquida de 1.772.862 vagas no acumulado em 12 meses até novembro de 2024,

⁸ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

um aumento de 3,9% em relação ao estoque de empregos de novembro de 2023. Setorialmente, os maiores saldos foram observados nos serviços (987.298 novas vagas), seguido pelo comércio (348.569), indústria (310.184), construção (123.297) e agropecuária (3.555).

O comportamento da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pode ser dividido em duas partes ao longo de 2024. Até abril, o índice de inflação, no acumulado em 12 meses, apresentou uma tendência declinante, tendo uma variação de 3,69%, acima do centro da meta, de 3,0%, mas abaixo do limite superior, de 4,5%. A partir de maio, houve uma inflexão na tendência, com a inflação anualizada passando a apresentar elevações sucessivas. Nos 12 meses finalizados em dezembro, a variação do IPCA chegou a 4,83%, acima, portanto, do limite superior da meta (**Gráfico 4**). Dos nove grupos que compõem o índice, quatro cresceram acima da média. Alimentação e bebidas foi o grupo de maior crescimento (7,69%), seguido pelos grupos de educação (6,7%), de saúde e cuidados pessoais (6,09%) e de despesas pessoais (5,13%). Já os grupos de artigos de residência (1,31%), vestuário (2,78%), comunicação (2,94%), habitação (3,06%) e transportes (3,30%), apresentaram elevação abaixo do índice geral. Com o aumento da inflação a partir de meados do ano e a crescente percepção de risco fiscal, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil iniciou, em setembro, um processo de elevação da taxa básica de juros (Selic). Após três altas consecutivas (em setembro, novembro e dezembro), a Selic encerrou 2024 no patamar de 12,25% ao ano, representando um acréscimo de 1,75 ponto percentual em relação ao menor nível registrado no ano, entre maio e setembro. No Comunicado da reunião de dezembro, em que o Copom elevou a Selic em 1,00 ponto percentual, o Comitê elencou os riscos para o cenário futuro da inflação, dentre eles o ambiente internacional incerto, a pressão de um hiato do produto positivo sobre os preços dos serviços, uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada e a questão fiscal doméstica. Nesse mesmo comunicado, o Copom projetou a continuidade do aperto monetário, indicando duas elevações de 1,00 ponto percentual em cada uma das duas primeiras reuniões de 2025.

Gráfico 4 - Variação (%) acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Brasil, jan./2020 – dez./2024



Fonte: IPCA/IBGE⁹.

Neste cenário de desancoragem das expectativas de inflação, os agentes do mercado financeiro prevêem uma taxa de inflação de 4,99% para 2025, segundo o Boletim Focus de 13

⁹ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

de janeiro de 2025. Somando-se a isso, o crescimento da incerteza internacional e o aperto monetário, a previsão para o crescimento do PIB em 2025 é de 2,0%, conforme o mesmo boletim.

ECONOMIA GAÚCHA

O ano de 2024 começou com perspectivas promissoras para a economia do Rio Grande do Sul. Com a esperada recuperação da produção agrícola após duas estiagens consecutivas, projetava-se um crescimento do PIB estadual superior à média nacional. No primeiro trimestre, o produto agregado avançou 6,6% em relação ao mesmo período de 2023, impulsionado, principalmente, pela elevação do valor adicionado da agropecuária. Em maio, entretanto, a maior catástrofe climática da história do Estado trouxe incertezas para a economia gaúcha. As enchentes resultaram em destruição de estoques de ativos e infraestrutura, perdas na agricultura e pecuária, quedas expressivas nos fluxos de produção da indústria, comércio e serviços, com repercussões negativas no emprego e na renda. Apesar disso, a mobilização da sociedade civil, a rápida implementação de políticas públicas de assistência às vítimas e às empresas afetadas, somadas à resiliência da economia, geraram rapidamente efeitos positivos nos indicadores conjunturais, especialmente no comércio. Como resultado, o PIB do segundo trimestre recuou apenas 0,2% em relação ao primeiro. Nos meses seguintes, observou-se uma retomada robusta das principais variáveis econômicas do Estado, como a produção industrial, as vendas do comércio e a geração de empregos. No terceiro trimestre, o PIB registrou queda de 0,3% em relação ao trimestre anterior, influenciada pela retração da agropecuária, típica para o período em anos de recuperação da safra. No entanto, a indústria e os serviços cresceram nessa base de comparação, consolidando uma recuperação consistente da economia gaúcha após os severos impactos das enchentes. Com a retomada desses setores e o importante impulso de uma safra agrícola maior que a anterior, a economia do Rio Grande do Sul deve encerrar o ano com um crescimento superior à média nacional, mesmo que abaixo das estimativas do início de 2024.

O PIB do Estado cresceu 5,2% até o terceiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, superando o crescimento nacional em 1,9 ponto percentual (**Tabela 4**). O Valor Adicionado Bruto (VAB) também subiu 5,2%, com destaque para o avanço de 37,1% na agropecuária. Apesar dos prejuízos causados pelas enchentes e enxurradas, a produção agrícola foi muito superior à de 2023, ano marcado por estiagem. Os serviços cresceram 3,2%, com expansão em todas as atividades, destacando-se as altas observadas no comércio (5,6%), outros serviços (5,0%) e serviços de informação (4,2%). A indústria, por outro lado, apresentou queda de 0,2% no acumulado do ano, resultado direto da retração de 3,3% na indústria de transformação, atividade de maior peso no setor. A indústria extrativa também caiu (-0,2%), mas sem maior impacto, dada a sua reduzida representatividade na estrutura da indústria gaúcha. A atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana cresceu 21,3%, impulsionada pelo aumento da geração de energia hidrelétrica devido ao maior nível dos reservatórios em 2024, em comparação com 2023, ano de estiagem. A construção teve alta de 2,8% no acumulado do ano, estimulada pelas obras de reconstrução da infraestrutura após as enchentes.

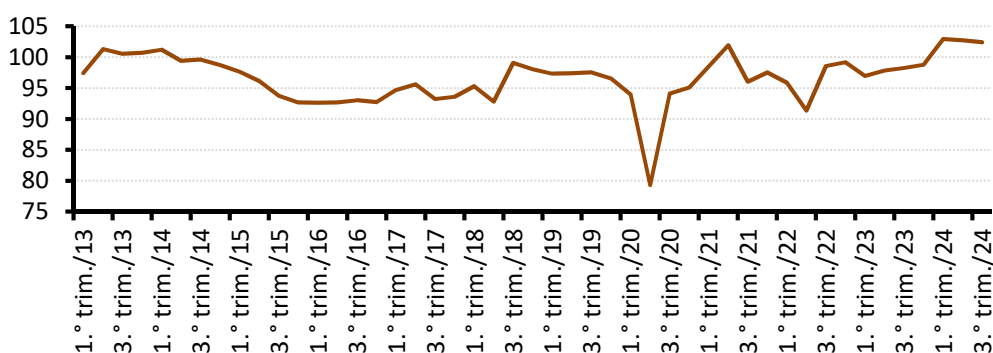
Tabela 4 - Taxas de crescimento do PIB, impostos, VAB total e por atividade econômica no RS, no acumulado no ano até set./2024

Discriminação	Taxas de crescimento (%)	
	Jan.-Set./2024 /	Jan.-Set./2023
PIB	5,2	
Imposto	4,9	
Valor Adicionado Bruto (VAB)	5,2	
Agropecuária	37,1	
Indústria	-0,2	
Indústria extrativa	2,6	
Indústria de transformação	-3,3	
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	21,3	
Construção	2,8	
Serviços	3,2	
Comércio	5,6	
Transportes, armazenagem e correio	2,2	
Serviços de informação	4,2	
Intermediação financeira e seguros	1,6	
Atividades imobiliárias	1,2	
Outros serviços	5,0	
Administração, educação e saúde públicas	0,3	

Fonte: SPGG-RS/DEE¹⁰.

A recuperação da produção agrícola, após dois anos de estiagens, foi determinante para elevar o volume do PIB no primeiro trimestre de 2024 ao patamar mais alto da série. Nos dois trimestres seguintes, as enchentes e a queda na produção agropecuária levaram a uma leve redução no nível do PIB (**Gráfico 5**). Ainda assim, no terceiro trimestre de 2024, o PIB está 6,1% acima do registrado no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia, e apenas 0,5% abaixo do pico da série alcançado no início de 2024.

Gráfico 5 – Índice do volume do PIB, no Rio Grande do Sul — 1º trim./2013 – 3º trim./2024



Fonte: SPGG-RS/DEE¹⁰.

Nota: O índice tem como base 2013=100.

Após duas estiagens em sequência, a produção agrícola do Estado apresentou forte recuperação em 2024. Na estimativa de abril, desenhava-se uma supersafra de grãos, impulsionada principalmente pela produção recorde de soja, que deveria chegar a quase 22

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025.

milhões de toneladas, segundo o IBGE. Ainda que a colheita da safra de verão já estivesse bastante avançada, as enchentes e enxurradas ocorridas em maio tiveram forte impacto, principalmente sobre as produções de arroz, milho e soja. Apesar disso, as safras de milho, soja e trigo crescerão, segundo as estimativas de dezembro do IBGE, 13,9%, 43,8% e 43,0% em relação a 2023, respectivamente (**Tabela 5**). No caso específico da soja, principal produto agrícola do Rio Grande do Sul, a quantidade colhida em 2024 será significativamente maior que as dos dois anos anteriores, embora ainda abaixo da safra de 2021.

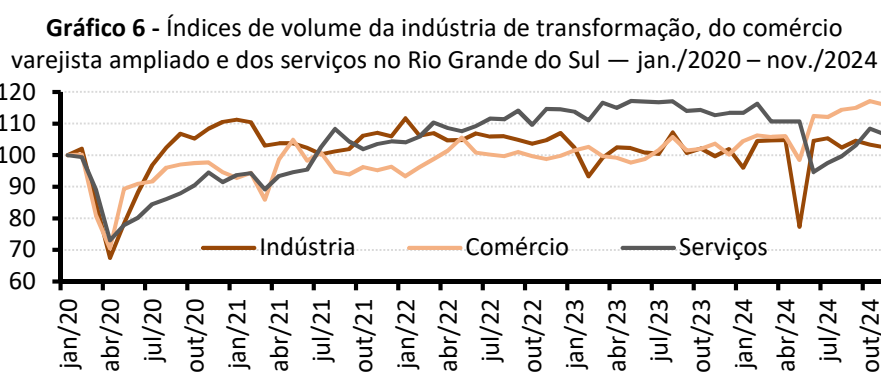
Tabela 5 - Quantidades produzidas, em toneladas, e taxa de variação percentual dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul — 2021-2024

Produto	2021	2022	2023	2024	VAR. %
					2024/2023
Arroz	8.295.840	7.671.078	7.142.801	7.128.908	- 0,2
Fumo	344.496	294.029	298.485	286.923	-3,9
Milho	4.389.617	3.000.744	3.960.494	4.509.897	13,9
Soja	20.420.501	9.370.339	12.693.487	18.252.278	43,8
Trigo	3.547.866	5.299.994	2.587.340	3.700.521	43,0

Fonte: LSPA/IBGE¹¹.

Os preços praticados no Rio Grande do Sul para o milho, soja e trigo começaram 2024 em baixa na comparação com o observado em 2021 e 2022, mas mostraram leve recuperação nos últimos meses, impulsionados pela alta do dólar. Na média anual, os preços caíram 8,4%, 15,1% e 3,1%, respectivamente. O preço do arroz seguiu tendência semelhante, apresentando estabilidade no final do ano.

A análise dos indicadores mensais da indústria de transformação, comércio varejista ampliado e serviços revela a evolução dessas atividades ao longo do ano, destacando como cada setor reagiu ao impacto das enchentes de maio e como ocorreu a retomada nos meses seguintes (**Gráfico 6**). Enquanto o comércio tem registrado níveis de vendas significativamente superiores aos dos meses anteriores ao desastre, a indústria e, sobretudo, os serviços, enfrentam maiores dificuldades para se recuperar.



Fonte: PIM-PF/IBGE¹²; PMC/IBGE¹³; PMS/IBGE¹⁴.

Nota: Os índices têm como base jan./2020=100.

¹¹ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

¹² IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

¹³ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

¹⁴ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

A produção física da indústria de transformação do Estado iniciou o ano em alta, sinalizando para uma retomada após o desempenho negativo de 2023. As enchentes e seus efeitos impactaram severamente a produção industrial no mês de maio, que caiu 26,2% em relação a abril. Em junho, na esteira de um processo mais amplo de recuperação da economia gaúcha, a atividade retomou o nível de abril. Nos meses seguintes, a produção oscilou em torno de um nível ligeiramente abaixo do registrado naquele mês, sem indicar uma tendência clara para a atividade no futuro próximo. No acumulado do ano até novembro, a produção física da indústria cresceu 0,3%, desempenho fortemente afetado pela acentuada queda registrada em maio (**Tabela 6**). Das 14 atividades, ocorreu crescimento em sete, com destaque para as altas observadas em produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (16,5%), metalurgia (13,6%) e móveis (11,6%), esta última bastante estimulada pelo aumento das vendas de móveis para reposição após as enchentes. Negativamente, o maior impacto veio da retração de 20,3% da produção de máquinas e equipamentos, maior segmento da indústria gaúcha. Esta atividade foi bastante afetada pela diminuição das compras de máquinas e equipamentos agrícolas por parte dos produtores em razão do ciclo descendente do preço das *commodities* e da redução da safra brasileira em 2024.

Tabela 6 - Taxas de variação do volume da indústria de transformação, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior, acumulado no ano até nov./2024

Atividades industriais	Taxas de variação (%)	
	Jan.-Nov./2024 /	Jan.-Nov./2023
Indústria de transformação	0,3	
Produtos alimentícios	-1,8	
Bebidas	-12,5	
Produtos do fumo	-4,5	
Couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4,2	
Celulose, papel e produtos de papel	6,9	
Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	16,5	
Produtos químicos	-1,7	
Produtos de borracha e de material plástico	3,6	
Produtos de minerais não metálicos	0,1	
Metalurgia	13,6	
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-1,4	
Máquinas e equipamentos	-20,3	
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-3,1	
Móveis	11,6	

Fonte: PIM-PF/IBGE¹⁵.

As vendas do comércio varejista ampliado do Estado também iniciaram o ano com taxas positivas de crescimento, seguindo o movimento de alta observado em todo o País. A tendência de elevação foi interrompida pelos impactos da enchente, com a atividade comercial de maio caindo 6,9% em relação ao mês anterior. O efeito contracionista da enchente, no entanto, foi de curta duração. Já em junho, as vendas cresceram 14,0% na margem, mais do que recuperando o patamar de abril. O desempenho positivo da atividade sustentou-se nos meses seguintes, alcançando, em novembro, um nível de vendas 9,5% superior ao registrado no mês anterior às enchentes. A inflexão na curva do comércio, que já

¹⁵ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

era ascendente, pode ser atribuída à mudança do perfil de consumo de curto prazo, direcionado para bens de reposição, como móveis, eletrodomésticos e materiais de construção. O aumento do consumo foi impulsionado tanto pelas transferências de recursos públicos para as famílias afetadas pelas enchentes, quanto pelo uso de recursos de poupanças privadas e pela tomada de crédito. No acumulado até novembro, as vendas do comércio cresceram 9,2%, com expansão em nove das 11 atividades (**Tabela 7**), sobressaindo-se os acréscimos nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (15,5%), hipermercados e supermercados (12,1%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (11,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,4%) e veículos, motocicletas, partes e peças (10,5%).

Tabela 7 - Taxas de variação do volume do comércio varejista ampliado, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior no acumulado no ano até nov./2024

Atividades comerciais	(%)	
	Jan.-Nov./2024 /	Jan.-Nov./2023
Comércio varejista ampliado	9,2	
Combustíveis e lubrificantes	-1,0	
Hiper., supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	12,1	
Tecidos, vestuário e calçados	6,2	
Móveis e eletrodomésticos	8,3	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perf. e cosméticos	11,4	
Livros, jornais, revistas e papelaria	-10,0	
Equip. e materiais para escritório, informática e comunicação	15,5	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,9	
Veículos, motocicletas, partes e peças	10,5	
Material de construção	9,2	
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	11,7	

Fonte: PMC/IBGE¹⁶.

Ao contrário da indústria e do comércio, os serviços apresentaram desempenho negativo nos primeiros meses do ano, condição que se agravou após o desastre climático de maio. Após uma queda de 14,4% em junho sobre maio, os serviços voltaram a crescer, mas de forma muito lenta na comparação com outras atividades. Em novembro, o nível do volume do setor ainda se encontrava 3,5% inferior ao registrado em abril. Grande parte desse resultado se deve à interrupção das atividades do Aeroporto de Porto Alegre, que impactou significativamente a economia do turismo, além de outras atividades econômicas. No acumulado até novembro, os serviços apresentaram queda de 7,2%, desempenho ligado às retrações dos serviços prestados às famílias (-5,7%) e ao dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-19,5%) (**Tabela 8**). No recorte das atividades turísticas, a queda foi maior, de 15,2%.

Os dados do mercado de trabalho formal e informal do Rio Grande do Sul, acompanhados pela PNAD Contínua, apresentam um quadro negativo nos dois primeiros trimestres do ano, com melhora significativa no terceiro. Nos dois primeiros períodos, na comparação com os mesmos trimestres do ano anterior, houve queda do número de

¹⁶ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

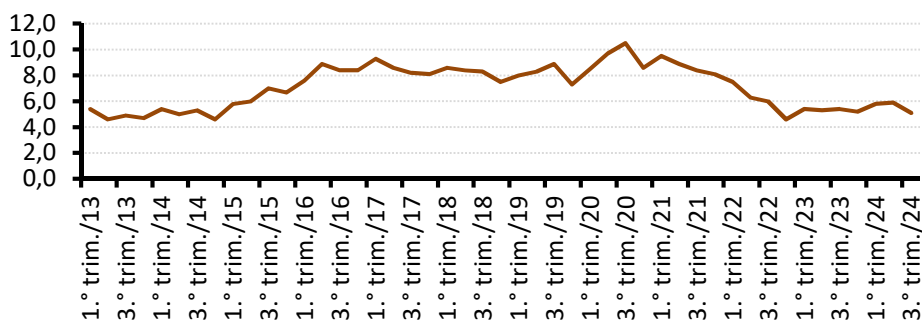
ocupados e alta da taxa de desocupação. Tal desempenho pode ser atribuído, em grande medida, à queda da produção industrial e aos efeitos das enchentes. No terceiro trimestre, seguindo a melhora dos indicadores econômicos de produção, as principais variáveis do mercado de trabalho do Estado se recuperaram. O número de ocupados alcançou 5 milhões e 984 mil pessoas, uma elevação de 2,4% em relação ao mesmo trimestre de 2023. A taxa de desocupação caiu para 5,1%, a menor taxa para um terceiro trimestre desde 2013 (**Gráfico 7**). O rendimento médio real cresceu 3,1% na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o mesmo período de 2023, alcançando o valor de R\$ 3.542. Como resultado dos aumentos do número de ocupados e do rendimento médio real, a massa real de rendimentos do terceiro trimestre apresentou elevação de 6,4% em relação ao mesmo trimestre de 2023.

Tabela 8 – Taxas de variação do volume dos serviços, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul em relação ao mesmo período do ano anterior no acumulado no ano até nov./2024

Atividades de serviços	(%)
	Jan.-Nov./2024 / Jan.-Nov./2023
Serviços	-7,2
Serviços prestados às famílias	-5,7
Serviços de informação e comunicação	4,8
Serviços profissionais, administ. e complementares	2,7
Transportes, serviços auxiliares aos transp. e correio	-19,5
Outros serviços	3,1

Fonte: PMS/IBGE¹⁷.

Gráfico 7 - Taxa percentual trimestral de desocupação no Rio Grande do Sul — 1º trim./2013-3º trim./2024



Fonte: PNADCT/IBGE¹⁸.

Em relação ao mercado estritamente formal de trabalho, o saldo entre admitidos e desligados, de acordo com o Novo Caged, foi de 62.149 nos 12 meses terminados em novembro de 2024, um crescimento de 2,2% em relação ao estoque de empregos de novembro de 2023. Por atividade econômica, foram registrados saldos positivos nas atividades de serviços (37.236), comércio (12.852), construção (6.630) e indústria (5.758). A agropecuária foi a única a apresentar saldo negativo, de -325 empregos no período. Em maio e junho, na esteira dos impactos do desastre climático, houve a perda de 30.624 vagas de emprego no Rio Grande do Sul, sobretudo nas atividades da indústria e do comércio. Nos

¹⁷ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

¹⁸ IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

meses seguintes, no período de julho a novembro, foram gerados 53.419 novos empregos, mais do que recuperando as perdas em razão das enchentes.

Para 2025, as perspectivas para o desempenho da economia gaúcha são positivas, sustentadas principalmente na expansão da agropecuária e nos impactos dos investimentos em obras de reconstrução e proteção contra as cheias. No primeiro caso, as previsões para 2025 são de aumento da produção agrícola, em especial de arroz, milho e soja. O segundo impulso importante virá dos investimentos em obras de infraestrutura para proteção contra as cheias e dos investimentos de reposição de capital físico, que dinamizarão direta e indiretamente a economia do Estado. Quanto aos riscos, o principal talvez seja o desempenho da economia brasileira, sobre o qual a incerteza aumentou significativamente no final de 2024. Além disso, a confirmação do fenômeno *La Niña* potencializou os riscos de estresse hídrico para as culturas agrícolas de verão, podendo resultar em quebras de rendimento físico e na expansão menos pronunciada da produção agropecuária.

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS

O ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2025

No orçamento estadual de 2025 (LOA 2025), **as receitas foram estimadas** tomando-se por base o relatório Focus do Banco Central do Brasil, publicado em 24/06/2024, que projetou **para 2025** o crescimento do PIB em 2,0% e da variação da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 3,85%.

No tocante à **fixação das despesas**, os artigos 18, 53 e 54 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (Lei 16.159, de 22 de julho de 2024 – LDO 2025) nortearam a elaboração do Orçamento para o exercício de 2025. Foi determinado que os Poderes do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas, com a fonte de recursos Tesouro-Livres, tomassem por base o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2024 (Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras), com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais aprovados até 30 de abril de 2024, acrescidos do IPCA, **previsto para 2024**, este captado no último Boletim Focus do Banco Central do Brasil, disponível em 30 de junho de 2024. O IPCA constante no relatório publicado no dia 24 de junho de 2024 apontou para uma **expectativa de inflação para 2024**, de 3,98%.

A estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2025

A **Tabela 9** mostra os principais agregados estimados da receita pública estadual. Para 2025, estima-se uma receita total de R\$ 83,8 bilhões, e ao se excluirmos as receitas intraorçamentárias de R\$ 17,6 bilhões (dupla contagem contábil), o montante de arrecadação ajustada totaliza R\$ 66,2 bilhões, contra R\$ 63,1 bilhões previstos em 2024, um acréscimo de R\$ 3,1 bilhões, 4,9% maior. Em 2025, prevê-se uma arrecadação total de ICMS de R\$ 53,6 bilhões, contra R\$ 46,9 bilhões estimados de 2024, o que representa um acréscimo de R\$ 6,8 bilhões, crescimento de 14,4%.

Tabela 9 - Principais agregados das receitas públicas consolidadas (R\$ 1,00)

Agregados da Receita Pública	LOA 2024	LOA 2025	LOA 2025 - LOA 2024	% LOA 2025/ LOA 2024
Receitas correntes	60.216.229.378	65.150.006.016	4.933.776.638	8,2
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	59.706.439.466	67.400.088.401	7.693.648.935	12,9
ICMS TOTAL	46.870.000.000	53.632.000.000	6.762.000.000	14,4
Receitas de contribuições	6.007.368.156	6.193.222.242	185.854.086	3,1
Receitas patrimoniais	1.926.764.519	1.679.058.248	-247.706.271	-12,9
Receitas agropecuária, industrial e de serviços	605.286.267	615.407.343	10.121.076	1,7
Transferências correntes	14.335.994.680	14.428.985.625	92.990.945	0,6
Outras receitas correntes	1.070.793.272	1.158.613.472	87.820.200	8,2
Deduções da Receita Corrente	-23.436.416.982	-26.325.369.315	-2.888.952.333	12,3
Deduções para a formação do Fundo da Educação	-8.782.925.578	-9.749.861.106	-966.935.528	11,0
Deduções para as transferências aos Municípios (TLCM)	-14.653.491.404	-16.120.867.891	-1.467.376.487	10,0
Receitas de capital	2.902.173.864	1.040.791.404	-1.861.382.460	-64,1
Operações de crédito	2.580.345.562	780.363.700	-1.799.981.862	-69,8
Outras receitas de capital	321.828.302	260.427.704	-61.400.598	-19,1
Total das receitas sem as transferências intraorçamentárias	63.118.403.242	66.190.797.420	3.072.394.178	4,9
(+) transferências de receitas intraorçamentárias	17.229.808.310	17.587.769.985	357.961.675	2,1
Total das receitas com as transferências intraorçamentárias	80.348.211.552	83.778.567.405	3.430.355.853	4,3

Fontes: LOAs 2024 e 2025.

A fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2025

A **dotação da despesa** compreende a totalidade dos órgãos da administração direta, assim como as autarquias e fundações. A **Tabela 10** mostra os grupos das despesas fixadas no orçamento aprovado de 2025. Sobre uma despesa total de R\$ 86,6 bilhões, excluindo-se as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil) de R\$ 17,6 bilhões, dotou-se um gasto total ajustado de R\$ 69,0 bilhões, contra R\$ 65,8 bilhões fixados em 2024, o que resulta num acréscimo de R\$ 3,2 bilhões, 4,9% maior do que o ano anterior.

No orçamento de 2025, a dotação de gasto com pessoal e encargos sociais sem as transferências intraorçamentárias é de R\$ 39,6 bilhões. O gasto com outras despesas correntes (manutenção, custeio da máquina pública e repasses vinculados ao SUS), sem as transferências intraorçamentárias, alcança o total de R\$ 22,4 bilhões; o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida) soma R\$ 198 milhões; os investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras) totalizam R\$ 4,4 bilhões e a Reserva de Contingência Orçamentária e Previdenciária, R\$ 2,5 bilhões.

A tabela seguinte foi ajustada em relação à original apresentada na proposta do PLOA 2025, no intuito de contemplar as **Emendas Parlamentares de R\$ 110 milhões**, tendo como fonte a Reserva de Contingência, sendo alocados R\$ 66,6 milhões para Outras Despesas Correntes e R\$ 43,4 milhões para Investimentos Amplos.

Tabela 10 - Principais agregados das despesas públicas consolidadas (R\$ 1,00)

Agregados da Despesa Pública	LOA 2024	LOA 2025	LOA 2025 - LOA 2024	% LOA 2025 / LOA 2024
Pessoal e encargos sociais	38.463.061.420	39.570.210.641	1.107.149.221	2,9
Outras despesas correntes (manutenção e custeio)	20.485.007.537	22.385.555.075	1.900.547.538	9,3
Serviço da dívida (juros, encargos e amortização)	3.251.436.208	197.500.000	-3.053.936.208	-93,9
Investimentos amplos (investimentos / inversões financeiras)	2.023.179.446	4.393.705.311	2.370.525.865	117,2
Reserva de contingência e previdenciária	1.581.809.854	2.471.312.105	889.502.251	56,2
Total das despesas sem transferências intraorçamentárias	65.804.494.465	69.018.283.132	3.213.788.667	4,9
(+) Transferência de despesas intraorçamentárias	17.229.808.310	17.587.769.985	357.961.675	2,1
Total das despesas com transferências intraorçamentárias	83.034.302.775	86.606.053.117	3.571.750.342	4,3

Fontes: LOAs 2024 e 2025.

A alocação dos recursos do Orçamento de 2025

É importante ressaltar que, do total das **despesas fixadas** para o Poder Executivo, somente pequena parte é discricionária, ou seja, que o gestor tem autonomia para decidir em qual projeto ou atividade alocar recursos. Os demais gastos são ditos obrigatórios, vinculados ou rígidos, como, por exemplo, o pagamento do serviço da dívida, as refeições dos presidiários, os salários dos servidores ativos e inativos e as contribuições patronais.

Observe-se que o orçamento do Estado para o exercício de 2025, sem a dupla contagem das despesas de transferências intraorçamentárias, **injetará na economia gaúcha R\$ 69,0 bilhões, o que representa em torno de 9,5% do PIB total do RS.**

Na LOA 2025, o resultado orçamentário é deficitário em R\$ 2,8 bilhões (receitas totais de R\$ 83,8 bilhões contra despesas totais de R\$ 86,6 bilhões).

A **Tabela 11** mostra os principais itens que compõem a despesa pública consolidada dotada no orçamento de 2025, tomando-se por base a previsão das receitas.

Tabela 11 - Apropriação de recursos do orçamento de 2025 por grandes grupos da despesa

Especificação do Orçamento de 2025	Valores	%
Receitas totais do Orçamento de 2025 sem as transferências intraorçamentárias = (A)	66.190.797.420	100,0
Gastos Totais de Outros Poderes e Órgãos Autônomos sem as Transferências Intraorçamentárias = (B)	9.003.403.587	13,6
Gastos do Poder Executivo (com Autarquias e Fundações) sem transferências intraorçamentárias = (C)	60.014.879.545	90,7
(-) Grupo de pessoal e encargos sociais	33.410.736.512	50,5
a) Salários de Ativos Civis e Militares	12.087.712.158	18,3
b) Proventos dos Aposentados	14.080.877.705	21,3
c) Proventos dos Pensionistas	3.747.118.723	5,7
d) Sentenças Judiciais, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV)	1.920.400.343	2,9
e) Obrigações Patronais	602.373.352	0,9
f) Demais despesas do Grupo Pessoal e Encargos Sociais	972.254.231	1,5
(-) Serviço da dívida (juros, encargos e amortização)	197.500.000	0,3
(-) Investimentos amplos (investimentos e inversões financeiras)	3.905.299.315	5,9
(-) Gastos com as outras despesas correntes (manutenção e custeio da máquina pública)	18.456.449.321	27,9
(-) Repasses vinculados ao SUS	1.573.886.675	2,4
(-) Reserva de contingência orçamentária e previdenciária	2.471.007.722	3,7
Gastos Totais sem as Transferências Intraorçamentárias = (D = B + C)	69.018.283.132	104,3
Déficit orçamentário do Orçamento de 2025 = (E = A - D)	-2.827.485.712	

Fonte: LOA 2025.

O PLANO RIO GRANDE E O FUNDO DO PLANO RIO GRANDE

Os eventos meteorológicos ocorridos em maio de 2024 caracterizaram um desastre em proporções sem precedentes no estado do Rio Grande do Sul, afetando profundamente a vida de milhões de gaúchos e que resultou em significativos danos sociais, econômicos e ambientais. Em resposta a essa calamidade, o Governo estadual instituiu o **Plano Rio Grande**, um programa abrangente de reconstrução, adaptação e resiliência climática, que foi oficializado pela **Lei nº 16.134 de 24 de maio de 2024**. Este plano visa coordenar e executar ações integradas que não apenas busquem reparar os danos causados, mas também preparar o Estado no enfrentamento de desafios climáticos.

A **Secretaria de Estado da Reconstrução Gaúcha (SERG)**, que teve sua criação aprovada na Assembleia Legislativa em 29 de maio de 2024, é o órgão executivo do Plano Rio Grande. A pasta atua de forma transversal no âmbito do Executivo estadual e dialoga com os demais poderes e setores da sociedade civil, engajados na reconstrução do estado. Entre as competências da SERG está a de propor diretrizes para a captação de recursos.

Entre as fontes a serem utilizadas está o **Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS)**, fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil, com o objetivo de segregar, centralizar e angariar recursos destinados para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais, decorrentes dos eventos climáticos. Dessa forma, o orçamento de 2025 alocou R\$ 4,2 bilhões, em vários instrumentos de programação, contemplando 16 órgãos do Estado, sendo que a SERG terá uma dotação orçamentária própria de R\$ 1,2 bilhão.

Em suma, o Plano Rio Grande representa uma resposta abrangente e integrada às consequências da enchente, principalmente a ocorrida em maio de 2024, alinhando esforços emergenciais, de resiliência e de reconstrução sob uma governança robusta e transparente. **Mais detalhes sobre o Plano Rio Grande e sobre o FUNRIGS podem ser visualizados em capítulo específico desta Mensagem.**

AS REFORMAS ESTRUTURANTES

No final do ano de 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou ao Poder Legislativo um conjunto de medidas, no âmbito do programa denominado **Reforma RS**. O principal objetivo das propostas é **alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas**, enfrentando especialmente o crescimento da despesa com pessoal, modernizando a legislação sobre as carreiras dos servidores públicos e recepcionando as novas regras previdenciárias dispostas na Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019.

O Reforma RS foi dividido em oito peças legislativas: uma proposta de emenda constitucional (PEC), um projeto de lei (PL) e seis projetos de lei complementares. Todas as peças transformaram-se em leis aprovadas e são elencadas a seguir.

A **PEC nº 285/2019** foi promulgada, como Emenda Constitucional nº 78, no dia 2 de fevereiro de 2020. A referida norma introduz alterações nas carreiras dos servidores e atualiza as regras previdenciárias. Entre as mudanças administrativas, destacam-se as seguintes: (i) vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo ou aos proventos de inatividade; (ii) salário-família ou abono familiar para os dependentes do servidor de baixa renda; (iii) extinção das vantagens por tempo de serviço atribuídas aos servidores públicos civis e aos militares, ativos e inativos, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, em decorrência de avanços, anuênios, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 anos e de 25 anos; e (iv) extinção das promoções automáticas.

Entre as principais mudanças nas regras previdenciárias, para os servidores civis vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do RS (RPPS/RS), têm-se: a idade mínima que passou a ser de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens; professores, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio, estabelecidos em Lei Complementar, terão idade mínima à aposentadoria reduzida em cinco anos em relação às idades mínimas exigidas aos demais servidores públicos, observado o disposto na CF.

O **PLC nº 503/2019** tornou-se a Lei Complementar nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019, e adequou as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à legislação federal ao alterar a Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011.

A referida norma apresenta diversas alterações no sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais, como as alterações de alíquotas de contribuição e regras de aposentadoria, seguindo, basicamente, o que havia sido aprovado em âmbito federal com a instituição da EC nº 103/19. Os valores das diversas faixas serão reajustados na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Nessa norma, prevêm-se as alíquotas de contribuição progressivas.

O **PLC nº 504/2019**, dispendo sobre alteração das alíquotas previdenciárias dos servidores militares ativos, inativos e pensionistas foi arquivado em fevereiro de 2020. Em março de 2021, por meio da Lei Complementar nº 15.602, de 16/03/21 (PLC nº 13/2021), foram também adotadas alíquotas progressivas para os militares, bem como aprovada a ampliação da base de cálculo dos inativos e pensionistas para um salário-mínimo. Desta forma, a partir de julho de 2021, as alíquotas previdenciárias aplicadas aos militares passaram a ser as mesmas dos civis.

A **Lei Complementar nº 15.450, de 17 de fevereiro de 2020**, tratou sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado do Rio Grande do Sul, sobre a instituição de um sistema de vale-refeição no âmbito da administração direta e das autarquias e dispõe sobre o RPPS/RS.

A **Lei nº 15.454, de 17 de fevereiro de 2020**, que fixou o subsídio mensal dos militares estaduais, alterou a Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997, que dispôs sobre o Estatuto dos Militares Estaduais, e alterou a Lei Complementar nº 10.992, de 18 de agosto de 1997, que versa sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do RS.

A **Lei nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020**, que alterou a Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Entre as alterações, destaca-se que a remuneração dos membros do Magistério Público Estadual será por meio de subsídio, nos termos do § 4º e § 8º, do art. 39 da Constituição Federal. Com isso, o Estado buscará atender à Lei do Piso do Magistério, o que permitirá maior previsibilidade e segurança jurídica. A reforma criou condições para uma política de incentivos à qualificação dos professores, ao estruturar a carreira desses profissionais em seis classes, com cinco níveis de habilitação e promoções de classe a classe. Os níveis de habilitação correspondem com o nível de formação dos professores e especialistas de educação (nível médio, licenciatura de curta duração, graduação, especialização, mestrado e doutorado).

A **Lei Complementar nº 15.452, de 17 de fevereiro de 2020**, fixou o subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias (IGP). O projeto define que a remuneração mensal dos servidores do Instituto-Geral de Perícias passa a ser na forma de subsídio, fixado em parcela única, nos termos dos § 4º, do art. 39, da Constituição Federal. Aos servidores que tiverem decréscimo remuneratório em decorrência da aplicação da modalidade de pagamento por subsídio, é assegurada a percepção de parcela autônoma de irredutibilidade.

A **Lei Complementar nº 15.453, de 17 de fevereiro de 2020**, dispõe sobre aposentadoria especial para os policiais civis e agentes penitenciários. A proposta, alinhada com a EC nº 103/2019, alterou as idades mínimas e de tempo de contribuição para os policiais civis, integrantes do órgão a que se refere o inciso IV, do caput do art. 144 da Constituição Federal.

Ainda como medida estruturante, cabe referir a Lei Complementar Estadual nº 15.756, de 08 de dezembro de 2021, conhecida como a “**Lei do Teto de Gastos**”. Foi concebida como parte do acordo para a adesão do Estado com a União, no tocante ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF. A Lei do Teto de Gastos prevê que o crescimento anual das despesas primárias tenha como limite a variação do IPCA acumulado no ano de elaboração e aprovação do orçamento estadual. A limitação faz parte de um conjunto de medidas que busca dar sustentabilidade fiscal no período de vigência do RRF.

As reformas estruturais foram aprovadas com o objetivo de patrocinar significativo alívio ao cofre estadual no curto, médio e longo prazos. O equacionamento quanto às vantagens pessoais dos servidores (adicionais, avanços, triênios, etc.), bem como as reformas previdenciárias, proporcionarão significativa redução do crescimento vegetativo da folha e a redução do déficit previdenciário.

Na linha de reformas estruturantes, em 2021, foi retomado o processo de desestatização. A venda da distribuidora de energia CEEE-D foi efetivada em leilão ocorrido em 31/03/21. Com a venda, houve impacto imediato na receita estadual por conta da retomada de pagamento do ICMS potencial pelo atual controlador. A CEEE-T foi vendida em 16/07/21, a Sulgás foi arrematada em 22/10/21 e a CEEE-G foi leiloada em 29/07/22. Já o leilão de privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) ocorreu em 20/12/22, sendo que, por questões jurídicas, a venda somente foi concluída em julho de 2023.

Além disso, realizaram-se várias concessões de serviços públicos, bem como a promoção de parcerias público-privadas (PPPs). Tais mudanças terão significativas externalidades positivas, como: (i) criação de mais empregos e maiores investimentos no setor de energia, modernizando a economia gaúcha, com ganhos de eficiência, produtividade e competitividade em diversos setores; (ii) entrada de recursos extraordinários no caixa do Estado; e (iii) cumprimento do Plano de Recuperação do Estado do Rio Grande do Sul acordado com a União.

A reorganização dos quadros e das carreiras do funcionalismo estadual, **Lei nº 16.165, de 31 de julho de 2024**, é outra iniciativa do Governo estadual no sentido de reformar e qualificar a prestação do serviço público.

BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A situação das finanças do Estado do Rio Grande do Sul é ainda muito preocupante, pois persistem problemas estruturais de longo prazo. Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits orçamentários recorrentes. Entre 1971 e 2024 (54 anos), somente em 11 exercícios as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas executadas. Contudo nos últimos quatro anos (2021-2024) as contas públicas estaduais apresentaram robustos superávits orçamentários.

A principal despesa pública é a previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não criou um fundo previdenciário que tivesse a finalidade de suportar os encargos com os atuais aposentados e pensionistas. Em 2024, os gastos com os empenhos da folha dos proventos de aposentados e pensionistas totalizaram R\$ 19,1 bilhões, crescimento de 2,0% em relação a 2023, equivalente a 31,8% da Receita Corrente Líquida (RCL). Ainda nesse ano de 2024, o sistema previdenciário do Estado apresentou um déficit do regime financeiro de R\$ 9,758 bilhões, consumindo 16,3% de toda a RCL.

A trajetória de déficits previdenciários crescentes foi quebrada com as reformas previdenciária e administrativa, em vigor desde 2020, que trouxeram alívio financeiro ao sistema previdenciário. Já os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar, vigente para os novos servidores que ingressaram no Estado a partir de 19/08/2016, serão sentidos somente no longo prazo.

Uma forte preocupação que perpassa permanentemente os diversos governos é com relação ao estoque de precatórios. Em 31/12/2024, o estoque de precatórios totalizou R\$ 16,969 bilhões. Em 2024, foram empenhados R\$ 1,659 bilhão para pagamento de precatórios e R\$ 175 milhões para pagamento de requisições de pequeno valor (RPVs), do

grupo de Pessoal e Encargos Sociais. Frisa-se que, conforme determinação legal, o Estado tem prazo até 2029 para a quitação de todos os seus precatórios pendentes.

Nos exercícios de 2024 e 2025, está prevista a contratação de US\$ 500 milhões — mais de R\$ 2,5 bilhões — por meio de operações de crédito junto a um banco internacional. Esse montante será integralmente repassado para o pagamento de precatórios, objetivando não só reduzir o estoque como também aumentar o montante pago anualmente com esse compromisso. Adicionalmente à referida contratação, o Estado pagará anualmente com recursos próprios o equivalente a 1,75% da RCL.

É importante ressaltar que a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, autoriza o Estado a fazer a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações, próprios ou de terceiros. Entre 2018 e 2024, nessa modalidade já foram negociados R\$ 1,767 bilhão.

Sem dúvida, o principal problema estrutural das finanças estaduais é a dívida pública. Em 31/12/2024, totalizava R\$ 112,5 bilhões. Desse total, 89,1% são dívidas contratuais do Estado do RS com a União (R\$ 100,2 bilhões). É importante mencionar que, em 2022, o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Em 2024, a partir de 01 de junho, houve a suspensão do pagamento das parcelas mensais por 3 anos, tendo em vista o estado de calamidade pública, em decorrência das enchentes.

A pauta da dívida pública estadual foi motivo de grande preocupação por parte dos governantes, após o Plano Real (1994), que deu fim ao “financiamento inflacionário”. Ao final da década de noventa do século passado, a dívida entrou numa trajetória “explosiva”, obrigando o Estado a aderir ao processo de renegociação junto à União.

As negociações com a União ficaram marcadas pelo fim da emissão de títulos públicos estaduais e pela obrigatoriedade da venda de ativos, além da imposição de um austero ajustamento fiscal. Não apenas o equilíbrio das contas passou a ser perseguido, mas também a própria mudança do espectro das políticas públicas. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde 2000, e com as obrigações assumidas com a União por conta da renegociação das dívidas, o Estado viu-se obrigado a disciplinar fortemente os gastos, e, ao mesmo tempo, incumbiu-se, legalmente, de atender as crescentes necessidades de despesas vinculadas às funções saúde e educação.

Assim, no início dos anos 2000, começaram a pesar fortemente as despesas previdenciárias e o serviço da dívida. Foram frustradas as tentativas de recolocar as despesas de custeio, folha salarial e serviço da dívida nos patamares da arrecadação. Na época, houve déficits orçamentários expressivos. A primeira alternativa encontrada para suprir a escassez de recursos foi a utilização do caixa único, potencializado pelos depósitos judiciais. Concomitante a isso, houve a postergação do pagamento de precatórios e o não pagamento dos reajustes salariais das chamadas “Leis Britto”.

Ao se analisarem os mandatos do executivo estadual, o **Governo Olívio Dutra** (1999-2002) apresentou resultados primários e orçamentários negativos. Não foram pagos precatórios nem os percentuais salariais das chamadas “Leis Britto”, o que deu origem a um passivo trabalhista multibilionário. Fez uso e esgotou a totalidade dos recursos existentes no caixa único. Já o nível de investimento foi o menor entre os governos até aquela data.

O **Governo Germano Rigotto** (2003-2006) desenvolveu uma política de contenção de gastos com pessoal, custeio e investimentos, até então sem precedentes. Em todo o período, o cenário foi de profunda escassez de recursos próprios e de impossibilidade de financiamento, tanto interna como externamente. Houve aumento de alíquotas de ICMS de alguns produtos e serviços seletivos, passando a vigorar no início da segunda metade de seu mandato, porém insuficiente para fazer frente aos problemas das contas públicas, agravados pela frustração de metade de toda a safra agrícola gaúcha de 2005.

O **Governo Yeda Crusius** (2007-2010) recebeu de seu antecessor as contas em forte desequilíbrio. Em 2007, não havia recurso para pagar os servidores, fornecedores e convênios. As alíquotas do ICMS, que foram majoradas no Governo Rigotto, voltaram ao seu patamar original, visto não terem sido prorrogadas pela ALRS. A partir de 2008, com a combinação de diversas ações pelo lado da receita (substituição tributária, por exemplo), pelo controle total das despesas (pessoal, custeio e investimento) e pelo crescimento econômico, as contas públicas apresentaram superávit financeiro até o final do Governo. No período referido, houve reestruturação das carreiras dos servidores. A capacidade de investimento foi recuperada em parte, sendo a gestão marcada pelo "déficit zero".

O **Governo Tarso Genro** (2011-2014) recebeu de sua antecessora as finanças equilibradas. Todavia, optou por forte expansionismo dos gastos. Tornaram-se permanentes os aumentos de gastos com pessoal. Nesse governo, houve acréscimo considerável de dispêndios na área da saúde, com o propósito de cumprimento de 12,0% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, devido aos gastos da Corsan não serem mais computados no cálculo. Com o aval do Governo Federal, captou, via operação de crédito, o montante de R\$ 3,9 bilhões. Para cobrir o déficit financeiro, o Governo Tarso fez uso rotineiro de R\$ 1,75 bilhão do caixa único e de R\$ 5,40 bilhões de depósitos judiciais, totalizando R\$ 7,15 bilhões. Sob o ponto de vista técnico e focado somente na questão fiscal, a situação das finanças agravou-se sobremaneira nesse governo, deixando para o sucessor um nível de gasto superior ao patamar de arrecadação e, ainda, criaram despesas continuadas de pessoal a serem pagas em todo o mandato do futuro governante.

O **Governo Ivo Sartori** (2015-2018) iniciou seu mandato sem recursos suficientes para pagar as obrigações mais emergentes. Num período de grave crise econômica, o poder arrecadatário enfraqueceu-se como nunca visto. Destacam-se algumas medidas adotadas para enfrentar os problemas financeiros: (i) aumento das alíquotas de ICMS, a partir de 2016 (R\$ 2,5 bilhões brutos anuais); (ii) suspensão e não pagamento de parcelas da dívida contratual com a União (de julho de 2017 até o final de 2018, no total de R\$ 4,2 bilhões); (iii) venda da folha salarial do Poder Executivo para o Banrisul pelo valor de R\$ 1,25 bilhão; (iv) venda de ações do Banrisul, que gerou caixa de R\$ 500 milhões; e (v) saques de R\$ 7,2 bilhões do caixa único e dos depósitos judiciais. Apesar do amplo leque de medidas extraordinárias, esses recursos foram insuficientes para pagar em dia os salários e o décimo-terceiro, honrar fornecedores, dar contrapartida a convênios e fazer os investimentos mínimos necessários. Em todo seu governo foi marcado por forte dificuldade financeira.

Dessa forma, Sartori deixou para o primeiro **Governo de Eduardo Leite** (2019-2022) um conjunto enorme de compromissos pendentes. O orçamento de 2019 foi sancionado com receitas extraordinárias não factíveis de R\$ 7,4 bilhões. Mesmo com a manutenção das alíquotas de ICMS, ao final daquele ano o déficit foi de R\$ 3,4 bilhões.

Em 2020, a LOA projetou um déficit de R\$ 5,3 bilhões. Nesse ano, as alíquotas de ICMS continuaram majoradas. Porém, o impacto da pandemia do novo coronavírus (covid-19) foi muito forte sobre a arrecadação tributária própria e sobre as transferências federais. Não bastasse isso, ocorreu uma forte estiagem que trouxe severas perdas para a agricultura. Contudo, a partir do segundo semestre de 2020, começou a recuperação das finanças estaduais. De um lado, houve a ajuda federal importante num momento difícil, que compensou parte das perdas na arrecadação e, de outro lado, os aumentos dos preços dos produtos e serviços fizeram que o Estado arrecadasse muito mais. Ao final de 2020, o déficit orçamentário foi de apenas R\$ 597 milhões. Nesse ano, o Estado teve grande superávit financeiro por conta do não pagamento da dívida do Estado com a União. Importante ressaltar que as folhas salariais foram pagas em dia, além de ter honrado a maioria dos compromissos com fornecedores, hospitais, serviços médicos e convênios.

No ano de 2021, o Estado apresentou superávits orçamentário e primário de R\$ 2,54 bilhões e R\$ 4,65 bilhões, respectivamente, por conta de uma forte recuperação da arrecadação de ICMS e pela contenção de gastos públicos, propiciando a partida para a retomada da capacidade de investimento. Em 2022, houve superávit orçamentário e primário, de R\$ 3,34 bilhões e de R\$ 1,35 bilhão, respectivamente, apesar da perda de R\$ 3,0 bilhões de ICMS por conta “PEC dos combustíveis” (LCFs 192/22 e 194/22).

Em 2023, as contas públicas repetiram os resultados robustos de 2021 e 2022, com um superávit orçamentário de R\$ 3,62 bilhões e o superávit primário de R\$ 2,48 bilhões. A partir do segundo semestre desse ano, as receitas próprias do Estado tiveram boa recuperação. Por outro lado, as despesas tiveram austero controle de gestão, principalmente a do grupo de pessoal e encargos sociais.

Em 2024, como efeito do evento climático extremo, a arrecadação de ICMS teve queda abrupta nos meses de maio e junho, porém, por conta das medidas coordenadas entre os governos federal, estadual e municipal para minimizar os impactos das enchentes e inundações, o nível de arrecadação se recuperou favoravelmente nos meses de julho a dezembro. Pelo lado da despesa, houve incremento de gastos com custeio e investimentos, em razão do evento climático, já com o grupo de pessoal permaneceram praticamente estáveis.

Assim, os resultados orçamentário e primário no ano de 2024 se mantiveram positivos em R\$ 622,4 milhões e R\$ 1,734 bilhão, respectivamente. Dessa forma, nos últimos quatro anos (2021-2024) as contas fecharam com robustos superávits.

O financiamento público estadual ao longo do tempo

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, sucessivos déficits orçamentários. Esses desequilíbrios foram cobertos por diversas formas, entre as quais: (i) endividamento por operações de crédito; (ii) emissão de títulos públicos; (iii) financiamento inflacionário; (iv) receitas de privatizações; (v) alienação de ações do Banrisul e venda da folha de pagamento do Poder Executivo a esse banco; (vi) antecipações tributárias; (vii) atrasos nos pagamentos de fornecedores; e (x) parcelamento de vencimentos mensais dos salários e do décimo terceiro salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, fez com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Ao mesmo tempo, com a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, ficou impedido de contratar novas operações de crédito, pois, conforme determina essa Lei, os entes não podem contratar novas operações de crédito caso a Dívida Consolidada Líquida seja duas vezes maior do que a RCL, que era o caso do RS.

A partir do governo Olívio Dutra, sem outros recursos para fazer frente ao constante aumento nas despesas, principalmente com as aposentadorias/pensões e com o serviço da dívida, foram utilizados valores do caixa único. Já no governo Rigotto, houve a potencialização dessas retiradas com a utilização dos depósitos judiciais. Assim, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, agravado pelo não pagamento de passivos judiciais trabalhistas das leis Britto e do não pagamento de precatórios vencidos. O **Quadro 1** mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit público pelos diversos governos.

Quadro 1 - Principais formas utilizado de enfrentamento do déficit público — 1971-2024

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit Público
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), não pagamento de precatórios e das Leis Britto.
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, programa de refinanciamento de dívidas (REFAZ), financiamento do 13º salário junto ao Banrisul e aumento de tributos com majoração de alíquotas.
2007-2010	YEDA	Venda de ações do Banrisul, saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13º salário junto ao Banrisul, parcelamento de salários mensais, REFAZ, redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-2014	TARSO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas, REFAZ e redução de gastos com investimentos.
2015-2018	SARTORI	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha salarial ao Banrisul, REFAZ, venda de ações do Banrisul, suspensão de parcelas da dívida com a União, não pagamento das parcelas da dívida com a União e aumento de tributos com a majoração de alíquotas de ICMS.
2019-2022	LEITE I	Saques do caixa único efetuados em 2019, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, parcelamento de salários mensais e do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda de créditos do FUNDOPEM, entradas de recursos oriundos da partilha de <i>royalties</i> de petróleo, REFAZ 2019, entrada de recursos de causa judicial da cesta básica, não pagamento das parcelas da dívida com a União, manutenção das alíquotas majoradas de ICMS até o final de 2021, recebimento de ajuda emergencial do Governo Federal por conta da pandemia da covid-19 e privatização de empresas estatais CEEE-D, CEEE-T, CEEE-G e Sulgás.
2023-2024	LEITE II	Entrada de recursos pela privatização da Corsan, ressarcimento pela União das perdas de ICMS ocorridas no segundo semestre de 2022, pela “PEC dos combustíveis”, adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal suavizando as prestações mensais das parcelas da dívida pública com a União e, a partir de 01/06/2024, a suspensão por 3 anos do pagamento da dívida.

Fonte de dados brutos: Balanços Gerais do Estado do RS (CAGE-RS).

Mesmo com o uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, não houve a canalização de mais recursos para investimento. Pelo contrário, desde o governo Olívio Dutra até o meio do primeiro mandato do governo Leite, os investimentos foram sempre decrescentes.

A **Tabela 12** mostra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais, a partir do Governo Olívio Dutra. Os cinco governos anteriores ao atual sacaram R\$ 8,255 bilhões do caixa único e R\$ 10,691 bilhões dos depósitos judiciais. Já no período dos

governos Leite (2019/2022 e 2023/2024) houve a recomposição da totalidade dos valores sacados do caixa único (R\$ 8,255 bilhões) e R\$ 795 milhões nos depósitos judiciais. Dessa forma, ao final do exercício de 2024, não havia qualquer retirada de valor do caixa único e os depósitos judiciais apresentavam retiradas de R\$ 9,896 bilhões.

Tabela 12 - Evolução dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais (R\$ milhões) - 1999-2024

RESGATES	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015 - 2018	2019-2022	2023- 2024	Total Saques
	Olívio	Rigotto	Yeda	Tarso	Sartori	Leite I	Leite II	
Saques do Caixa Único	-1.729	-85	-780	-1.488	-4.173	6.493	1.762	0
Saques dos Depósitos Judiciais	0	-1.428	-615	-5.665	-2.983	650	145	-9.896
Total de Saques por Governo	-1.729	-1.513	-1.395	-7.153	-7.156	7.143	1.907	-9.896

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se mediante a Lei n.º 12.069/04.

2: Os depósitos judiciais utilizados pelo Estado são remunerados pela mesma rentabilidade da caderneta de poupança.

3: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

Evolução dos resultados orçamentário e primário

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas ou liquidadas. Quando as despesas são maiores do que as receitas, o resultado orçamentário será deficitário. O **resultado primário** indica se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado primário positivo indica basicamente o quanto sobrou para pagar as despesas financeiras, principalmente o serviço da dívida (juros, encargos e amortização).

As receitas primárias correspondem ao total das receitas deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas deduzidas das despesas com juros, encargos e amortização da dívida consolidada, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na **Tabela 13** são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2000 e 2024, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho.

Tabela 13 - Resultados primário e orçamentário — R\$ milhões –2000/2024

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/24	Resultado Primário- IGP-DI 31/12/24	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	-3.452.758.631	-2.589.902.139	-0,7%	-0,5%	11,3%	12,0%
2001	-3.073.631.756	-1.631.158.478	-0,6%	-0,3%	11,4%	12,2%
2002	-1.110.698.270	-289.700.920	-0,2%	-0,1%	11,6%	12,0%
2003	-258.146.324	-406.756.717	-0,1%	-0,1%	11,1%	11,4%
2004	-2.750.315.451	130.957.695	-0,6%	0,0%	10,5%	11,2%
2005	-3.287.261.868	2.047.965.076	-0,6%	0,4%	11,6%	12,2%
2006	-3.108.233.269	1.570.693.808	-0,6%	0,3%	11,5%	12,1%
2007	2.019.553.435	3.092.586.457	0,4%	0,5%	11,4%	11,1%
2008	1.290.078.145	6.268.297.561	0,2%	1,1%	11,8%	11,6%
2009	30.829.874	5.399.426.711	0,0%	0,8%	11,0%	11,0%

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/24	Resultado Primário- IGP-DI 31/12/24	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2010	-419.228.573	4.246.587.509	-0,1%	0,7%	11,9%	11,9%
2011	-1.236.986.707	3.688.976.984	-0,2%	0,6%	11,2%	11,4%
2012	-1.718.418.305	1.888.169.408	-0,3%	0,3%	11,3%	11,6%
2013	-3.100.259.692	1.387.459.189	-0,4%	0,2%	11,0%	11,4%
2014	-2.714.515.036	-1.161.850.952	-0,4%	-0,2%	11,6%	12,0%
2015	-9.568.059.744	-3.440.289.127	-1,3%	-0,5%	10,7%	11,9%
2016	-258.521.122	1.543.679.529	0,0%	0,21%	11,5%	11,5%
2017	-3.027.386.235	-766.476.859	-0,4%	-0,1%	11,5%	11,9%
2018	-4.637.435.301	-436.733.097	-0,6%	-0,1%	11,6%	12,3%
2019	-5.398.517.082	-687.537.698	-0,7%	-0,1%	11,4%	12,1%
2020	-763.265.997	3.660.919.868	-0,1%	0,5%	10,0%	10,2%
2021	2.763.517.243	5.055.237.409	0,4%	0,8%	9,7%	9,4%
2022	3.451.764.554	1.397.327.727	0,6%	0,2%	9,5%	9,0%
2023	2.476.805.648	2.654.158.786	0,6%	0,4%	10,1%	9,6%
2024	622.400.000	1.734.000.000	ND	ND	ND	ND

Fontes: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/SEFAZ) e Departamento de Economia e Estatística (DEE/SPGG).

Notas 1: As receitas e despesas com relação ao PIB estão pelos seus totais líquidos nominais, sem as transferências intraorçamentárias.

2: Os resultados orçamentários e primários com relação ao PIB estão em valores nominais

Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos, em que o Estado se financiou através de diversas fontes extraorçamentárias. Constata-se que, a partir de 2021 até 2024, uma série ininterrupta de resultados positivos, tanto no conceito orçamentário como no primário.

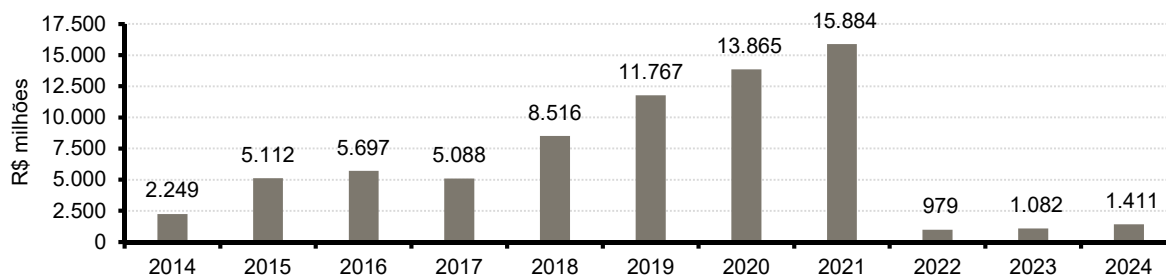
A evolução dos restos a pagar

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas ou liquidadas que não foram pagas no exercício no qual elas ocorreram. O aumento dos estoques entre 2015 e 2017 foi devido ao não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais, sendo quitado ao longo do exercício seguinte, ao não pagamento da folha salarial da competência do mês de dezembro, paga no início do ano seguinte, além de atrasos na quitação de dívidas com fornecedores e convênios. O forte aumento do saldo dos Restos a Pagar, a partir de 2018 até 2021, decorreu, principalmente, do não pagamento das parcelas da dívida pública com a União, em função de liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Os valores acumulados de Restos a Pagar referentes à dívida pública com a União atingiram, ao final de 2021, o montante de R\$ 14,54 bilhões (R\$ 1,0 bilhão em 2017, R\$ 3,20 bilhões em 2018, R\$ 3,45 bilhões em 2019, R\$ 3,47 bilhões em 2020 e R\$ 3,42 bilhões em 2021). É importante ressaltar que, em 2020 e 2021, o estoque dos Restos a Pagar não foi maior porque a folha de pagamento e o décimo terceiro salário foram quitados integralmente dentro dos seus respectivos exercícios.

O saldo de estoque dos Restos a Pagar processados, no exercício encerrado de 2024, foi de R\$ 1,411 bilhão. Nota-se que, após 2021, houve uma queda significativa no volume, devido à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, responsável pela renegociação das parcelas não pagas da dívida com a União. O motivo principal da redução do estoque é a evidente melhora da saúde financeira do Estado, que vem pagando seus compromissos rigorosamente na data. O Gráfico 8 exibe os Restos a Pagar processados entre 2014 e 2024.

Gráfico 8 - Restos a Pagar processados — 2014-2024



Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE-RS).

Nota: Os valores acima estão pelos seus valores nominais. Em R\$ milhões.

PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A **Tabela 14** mostra a evolução real da receita pública consolidada. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas de impostos e taxas (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas transferências correntes (receitas de transferências da União).

Tabela 14 - Receitas orçamentárias consolidadas (R\$ milhões) — 2015-2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	% 2024 / 2015	% 2024 / 2023
Receitas Correntes	53.366	56.842	56.253	58.643	59.410	60.639	65.631	60.307	64.515	65.415	22,6	1,4
Impostos e Taxas	54.794	56.223	57.583	60.988	61.814	59.869	70.453	61.577	61.372	65.899	20,3	7,4
Receita de Contribuições	4.429	4.724	4.621	5.077	5.041	5.784	5.533	5.618	5.840	6.122	38,2	4,8
Receita Patrimonial	971	2.921	1.066	1.228	1.307	1.073	1.480	2.221	4.540	2.097	116,0	-53,8
Receita Agropecuária/Industrial/Serviços	584	585	743	739	700	530	638	678	597	605	3,6	1,5
Transferências Correntes	13.109	12.702	12.172	12.211	12.066	15.583	13.525	13.040	15.540	15.184	15,8	-2,3
Outras Receitas Correntes	998	1.331	1.918	1.751	1.415	758	1.435	1.149	1.233	1.570	57,4	27,3
Deduções Receita Corrente (TCLM/FUNDEB)	-21.519	-21.644	-21.849	-23.351	-22.933	-22.958	-27.433	-23.976	-24.606	-26.064	21,1	5,9
Receitas de Capital	708	843	1.154	1.916	1.140	1.359	3.497	2.808	4.605	1.509	113,2	-67,2
Operações de Crédito	323	501	807	380	260	32	51	106	83	1.240	283,6	1.388,0
Alienação de Bens	226	126	185	1.209	775	1.034	3.244	2.311	4.269	44	-80,8	-99,0
Demais Receitas de Capital	158	216	162	327	106	292	201	391	253	226	42,7	-10,7
Total das Receitas	54.074	57.685	57.407	60.559	60.551	61.998	69.128	63.115	69.120	66.924	23,8	-3,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os números acima estão atualizados pelo IPCA.

2: O grande volume de transferências correntes, em 2020, deve-se a maiores repasses pela União, a título de Ajuda Emergencial ao Estado e de combate à covid-19.

3: O grande volume de transferências correntes verificado em 2023 deve-se pelo repasse dos valores referentes às perdas de ICMS compensadas pela União, relativa à PEC dos Combustíveis (LCFs 192 e 194).

A tabela acima traz a totalidade das receitas arrecadadas entre 2015 e 2024. Nesse período, as receitas totais cresceram 23,8 %, em termos reais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo que as receitas correntes tiveram aumento de 22,6% e os impostos e as taxas cresceram 20,3%. Comparando-se 2024 com 2023, pelo IPCA, as receitas totais foram menores em 3,2%, sendo que as receitas correntes cresceram 1,4% e as receitas de capital caíram cresceram 67,2%. É importante salientar que em 2023, houve a venda da Corsan, no valor líquido de R\$ 3,957 bilhões, em valores nominais e, ainda, a contabilização escritural em dividendos de R\$ 1,449 bilhão, por conta da venda da Corsan.

Em 2021, cabe destacar os seguintes eventos extraordinários pelo lado da receita: (i) contabilização escritural na rubrica de impostos e taxas, de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento, em dívida ativa de ICMS, pela venda da CEEE-D; (ii) R\$ 804 milhões de deduções na receita corrente (R\$ 515 milhões de repasses financeiros aos municípios e R\$ 289 milhões de repasses financeiros ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb), em valores nominais, referentes ao que foi contabilizado em Dívida Ativa de ICMS, pela venda da CEEE-D; (iii) recebimento financeiro de R\$ 2,670 bilhões (receitas de capital), em valores nominais, referente à venda da CEEE-T; e (iv) recebimento financeiro de R\$ 599 milhões (outras receitas correntes), em valores nominais, pela assunção dos pagamentos futuros dos aposentados autárquicos da CEEE.

Em 2022, destacam-se os seguintes eventos extraordinários na receita: a entrada de recursos nas receitas de capital (alienação de bens) de R\$ 928 milhões, pela venda da Sulgás; e R\$ 928 milhões, pela venda da CEEE-G. Nessa mesma conta, em 2023, o Estado recebeu líquido R\$ 3,959 bilhões pela venda da Corsan. Também R\$ 1,449 bilhão de receita patrimonial (causa judicial Corsan). Ainda em 2023, R\$ 2,344 bilhões de recebimentos de transferências correntes da União, referentes às compensações pelas perdas de ICMS, conforme determinado pelas LCFs 192/22 e 194/22, também chamadas de “PEC dos Combustíveis”. Em 2024, nessa mesma conta, o recebimento de R\$ 674 milhões.

O ICMS

São diversas as variáveis que impactam direta e/ou indiretamente na arrecadação do ICMS, destacando-se em várias outras: o PIB brasileiro e o gaúcho, a inflação, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros da economia, os preços das *commodities* no mercado internacional, o valor das importações e das exportações, o nível de produção das indústrias, o poder de compra do consumidor, a taxa de emprego, a confiança na economia interna e externa, as crises econômicas tanto interna como externa, as guerras, a instabilidade política interna e global; os efeitos climáticos extremos (enchentes e secas), os eventos pandêmicos, as imunidades tributárias, as desonerações fiscais, as novas legislações e a sonegação fiscal.

A **Tabela 15** mostra a evolução da arrecadação do ICMS Total, entre 2010 e 2024. Observa-se que, no período, o ICMS total cresceu 184,2%, em termos nominais (de R\$ 17,893 bilhões para R\$ 50,845 bilhões) e 27,3% pelo IPCA (de R\$ 40,777 bilhões para R\$ 51,909 bilhões). Em 2024, comparando-se com 2023, o ICMS total cresceu 13,3% nominalmente (de R\$ 44,866 bilhões para R\$ 50,845 bilhões) e 8,6% pelo IPCA (de R\$ 47,797 bilhões para R\$ 51,909 bilhões).

Tabela 15 - Evolução da arrecadação do ICMS total (R\$ milhões) - 2010/2024

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	IPCA 31/12/2024	Varição IPCA sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB RS
2010	17.893	18,6	40.777	12,9	7,4
2011	19.503	9,0	41.672	2,2	7,4
2012	21.370	9,6	43.313	3,9	7,4
2013	24.061	12,6	45.929	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	46.416	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	44.689	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	46.036	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	46.766	1,6	7,5
2018	34.839	9,1	49.184	5,2	7,6
2019	36.531	4,9	49.716	1,1	7,6
2020	36.381	-0,4	47.937	-3,6	7,7
2021	44.984	23,6	57.889	20,8	8,1
2022	43.382	-3,6	48.395	-16,4	7,3
2023	44.866	3,4	47.797	-1,2	7,0
2024	50.845	13,3	51.909	8,6	ND
% 2024 / 2010	184,2	-	27,3	-	-

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e SPGG/DEE.

Notas 1: Entre 2016 e 2021, vigoraram as alíquotas majoradas de ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. Em 2022, a partir de julho, o ICMS foi abruptamente impactado negativamente pela chamada "PEC dos Combustíveis".

2: Na arrecadação do ICMS Total de 2021, houve a contabilização escritural de uma entrada de R\$ 2,576 bilhões nominais, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa pela venda da estatal CEEE-D.

3: O ICMS Total é composto pelo ICMS Principal, pela Dívida Ativa e pelos Programa Compensa/RS e Ampara/RS.

As transferências constitucionais da União ao estado do RS

As duas principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a Cota-Parte do IPI-Exportação. A **Tabela 16** mostra os valores transferidos entre os anos de 2015 e 2024. Em 2015, ambos os tributos representavam 7,0% sobre o total dos Impostos e das Taxas; já em 2024, essa participação diminuiu para 6,8%.

Tabela 16 - Transferências da União ao Estado do RS (R\$ milhões) — 2015-2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cota-parte do FPE	1.799	1.974	1.918	2.038	2.183	2.136	2.698	3.251	3.209	3.771
Cota-parte IPI-EXPORTAÇÃO	529	380	487	509	534	514	514	423	437	645
Total	2.328	2.354	2.405	2.547	2.717	2.650	3.212	3.675	3.646	4.416
Impostos e Taxas	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432	45.452	57.919	55.236	57.620	64.571
% Transferências da União / Impostos e Taxas	7,0	6,3	6,1	5,9	6,0	5,8	5,5	6,7	6,3	6,8

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

No tocante às compensações das perdas de ICMS (Lei Kandir), decorrentes da isenção de produtos exportados, foi acordado pelos entes federativos e homologado pelo STF e avalizado pelo Congresso Nacional, o RS receberá aproximadamente R\$ 6,5 bilhões (em valores não corrigidos pela inflação), sendo R\$ 4,9 bilhões ao Estado (75%) e R\$ 1,6 bilhão aos municípios (25%), considerando o período de 2020 a 2037.

A Lei Estadual nº 15.577/20 autorizou o governo estadual a dar quitação total a possíveis créditos vencidos e vincendos da Lei Kandir (LCF nº 176/20). Dessa forma, a partir de 2020 até 2024, o Estado já recebeu líquido da União a quantia líquida de R\$ 1,21 bilhão.

As considerações sobre as receitas públicas

Para potencializar o recebimento de seus tributos, o Estado empreende esforço ininterrupto para modernizar e aprimorar a função arrecadadora. Para tanto, diversas ações foram postas em prática nos últimos anos: (i) a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) a constituição do sistema da Nota Fiscal Eletrônica; (iii) a criação da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), com três milhões de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na nota fiscal; (iv) o estabelecimento do Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a “malha fina” estadual, o rigor para com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico; e (v) a parceria com um banco internacional, com o objetivo de financiar projetos junto à Receita Estadual na melhoria da gestão tributária (Profisco II).

É política governamental a revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, no intuito de corrigir possíveis distorções. Dessa forma, ampliaram-se ainda mais os mecanismos de controle. Em outro “*front*”, o Estado precisa continuar avançando na qualificação das ações de fiscalização, com foco principal na simplificação da vida das empresas, a fim de que a única obrigação do contribuinte seja emitir corretamente a nota fiscal. O objetivo, no médio prazo, é transformar a Receita 100% Digital, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação.

Por fim, as ações do Fisco estadual buscam dar respostas aos desafios por maior transparência e melhor *performance* de arrecadação tributária. A racionalização do gasto é tão importante quanto manter o nível da arrecadação pública compatível com o potencial contributivo da sociedade gaúcha.

A EVOLUÇÃO DO GASTO TOTAL DO ESTADO DO RS

A **Tabela 17** mostra a evolução da despesa pública consolidada, de 2015 até 2024. Em 2015, o Estado gastou 24,2% acima da Receita Corrente Líquida, e, em 2024, as despesas totais superaram a RCL em apenas 7,87%. Pode-se notar uma melhora substancial das contas públicas estaduais, nos últimos cinco anos, convergindo para uma situação de equilíbrio orçamentário. No demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Tabela 17 - Despesas empenhadas consolidadas (R\$ milhões) - Valores nominais - 2015/2024

Grupo da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoal e Encargos Sociais	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001	36.978
Outras Despesas Correntes	17.025	18.847	19.736	21.207	21.823	12.050	13.624	15.564	17.771	20.096
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	8.135	8.921	9.327	10.345	10.543	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	8.890	9.926	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564	17.771	20.096
Serviço da Dívida	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857	2.136	1.237
Investimentos Amplos	809	1.097	1.106	1.751	928	970	5.508	3.760	5.270	6.429
(-) Capitalização CEEE-D	0	0	0	0	0	0	2.603	0	0	0
(-) Dação em pagamento CEEE-D	0	0	0	0	0	0	512	0	0	0
(-) Aquisição títulos CORSAN (Litígio judicial)	0	0	0	0	0	0	0	0	1.449	0
Investimentos Amplos Ajustados	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	3.821	6.429
Total do Grupo da Despesa	37.424	38.099	40.858	45.799	47.707	47.847	51.523	53.266	59.729	64.739
Receita Corrente Líquida - RCL	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.790	50.634	56.639	60.044
% do Total da Despesa / RCL	124,2	109,9	116,6	121,2	119,9	113,7	95,8	105,2	105,5	107,8

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais

A **Tabela 18** exibe a evolução quantitativa de vínculos de pessoal. No período entre 31/12/2000 e 30/06/2024, as matrículas totais da administração direta e indireta (ativos, inativos, pensionistas e outros) cresceram 17.429 (+5,1%). Em 30 de junho de 2024, do total de 362.470 matrículas, 141.006 eram de ativos (38,9%) e 221.464 eram de inativos, pensionistas e outros (61,1%). No período, o quadro de ativos foi reduzido em 19,2% (-33.422 matrículas), já os inativos, pensionistas e outros tiveram acréscimo de 29,8% (+50.851 matrículas).

Tabela 18 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas - períodos selecionados

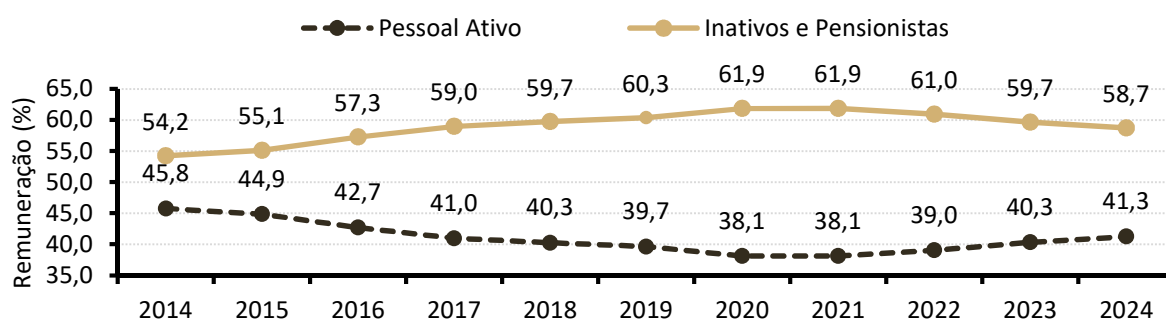
Órgãos	Matrículas	31/12/2000	30/06/2024	(B) – (A)	% (B) / (A)
		(A)	(B)		
Administração Direta	Ativos	165.180	134.665	-30.515	-18,5
	Inativos, Pensionistas e Outros	110.344	173.352	63.008	57,1
	Subtotal	275.524	308.017	32.493	11,8
Fundações	Ativos	4.943	3.984	-959	-19,4
	Inativos, Pensionistas e Outros	0	13	13	-
	Subtotal	4.943	3.997	-946	-19,1
Autarquias	Ativos	4.305	2.357	-1.948	-45,2
	Inativos, Pensionistas e Outros	60.269	48.099	-12.170	-20,2
	Subtotal	64.574	50.456	-14.118	-21,9
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	141.006	-33.422	-19,2
	Inativos, Pensionistas e Outros	170.613	221.464	50.851	29,8
	Total	345.041	362.470	17.429	5,1

Fonte: Painel de Informações de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

Desde o início dos anos 2000, os gastos empenhados com a remuneração do pessoal inativo e pensionista já superavam os dispêndios em relação aos ativos. O **Gráfico 9** mostra a evolução da composição das despesas com pessoal de 2014 a 2024.

Em 2024, do total da folha de pagamento, 41,3% foram gastos para pagar os salários do pessoal ativo (elementos 11 e 12) e 58,7% foram alocados para os proventos dos aposentados e pensionistas (elementos 01 e 03).

Gráfico 9 - Percentual empenhado com a remuneração de pessoal da administração consolidada — 2014-2024



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A **Tabela 19** mostra a relação entre a arrecadação de ICMS Total líquido e a despesa com o total do grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2015, o ICMS líquido pagava 84,8% de todos os gastos. Já em 2024, o ICMS líquido pagou 103,4%. Entre 2015 e 2024, em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido variou 88,0%, enquanto a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais variou 54,2%.

Tabela 19 - Relação entre o ICMS líquido e o grupo de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ milhões) — 2015-2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	%2024 / 2015
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001	36.978	54,2
Total arrecadado de ICMS	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	36.381	44.984	43.382	44.866	50.845	-
(-) Transferências aos Municípios (25%)	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	8.988	11.338	10.722	11.118	12.603	-
(=) ICMS Líquido	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	27.393	33.646	32.660	33.748	38.241	88,0
ICMS Líquido – Gasto Pessoal (R\$)	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-3.094	2.521	-425	-2.253	1.263	-
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	89,9	108,1	98,7	93,7	103,4	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: Em 2021, houve a contabilização escritural de R\$ 2,576 bilhões, em valores nominais, referente ao recebimento em dívida ativa de ICMS pela venda da CEEE-D, sendo que, para efeitos desse demonstrativo, esse valor foi deduzido do ICMS total arrecadado.
2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A **Tabela 20** processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2015 e 2024.

Tabela 20 - Gasto com o grupo pessoal e encargos sociais (R\$ milhões) – Valores nominais - 2015/2024

Elementos da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Aposentadorias	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251	13.770	13.804	14.708	15.142	15.425
Vencimento Pessoal Civil	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838	8.653	8.693	9.686	10.671	11.447
Pensões	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284	3.355	3.333	3.513	3.611	3.699
Vencimento Pessoal Militar	1272	1344	1533	1.815	2.027	1.903	1.868	1.987	2.008	1.998
Sentenças Judiciais	1175	898	1031	1.073	1.838	799	983	1.013	1.932	1.834
Demais Despesas	377	500	765	949	874	699	666	764	821	906
Despesas Exercícios Anteriores	368	492	370	585	613	844	1.297	820	1.084	854
Obrigação Patronal (RGPS)	381	384	406	440	435	464	480	594	733	814
Total da Despesa	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	30.487	31.125	33.085	36.001	36.978
Receita Corrente Líquida	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639	60.044
% Total da Despesa / RCL	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3	72,5	57,8	65,3	63,6	61,6

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O percentual de gasto com pessoal sobre a RCL teve queda significativa em 2016, por conta da majoração das alíquotas de ICMS sobre alguns produtos seletivos.

Em 2024, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 15,425 bilhões. Com o pessoal ativo civil, R\$ 11,447 bilhões; com as pensões, R\$ 3,699 bilhões; e com o pessoal ativo militar, R\$ 1,998 bilhão. Ressalta-se o grande volume de empenhos com sentenças judiciais (R\$ 1,834 bilhão), a maior parte são precatórios. Em 2015, gastava-se com o grupo Pessoal e Encargos Sociais o equivalente a 79,6% da RCL. Em 2024, esse percentual reduziu significativamente para 61,6% da RCL. Observa-se que, a partir de 2021, a relação total do grupo de Pessoal e Encargos Sociais/RCL permaneceu abaixo de 70,0%.

O grupo Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública e os repasses vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A **Tabela 21** mostra a evolução das Outras Despesas Correntes de 2015 a 2024, sem as transferências intraorçamentárias, discriminada por elemento da despesa. Em 2015, gastava-se 29,5% da RCL; em 2024, o gasto foi de 33,5% da RCL, o maior volume de aplicação em custeio de toda a série apresentada, beneficiando uma ampla gama de novos serviços ofertados para a população. No período analisado, de 10 anos, as despesas cresceram 126,1%, em valores nominais (de R\$ 8.889 bilhões para R\$ 20,096 bilhões).

Tabela 21 - Outras Despesas Correntes empenhadas, por elementos (R\$ milhões) — 2015-2024

Elementos da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Outros Serviços de Terceiros	2.958	3.384	3.817	4.123	3.893	4.035	4.627	4.925	5.888	6.809
Contribuições	874	943	1.057	1.050	1.239	1.183	1.464	1.621	1.917	2.274
Gestão Plena do SUS	757	794	770	806	919	1.090	1.382	1.241	1.677	1.958
Despesas Exercícios Anteriores	976	1.072	1.031	1.058	1.173	1.384	1.537	1.711	1.831	1.656
Demais "Outras Despesas Correntes"	368	399	499	519	432	680	696	969	1.141	1.453
Sentenças Judiciais	245	235	270	355	528	684	579	767	1.116	1.165
Material de Consumo	415	469	483	559	610	697	669	934	1.126	1.154
Auxílio-Alimentação	297	328	367	360	356	394	436	505	625	911
Locação de Mão de Obra	356	380	404	413	433	440	486	504	614	721
Obrigações Tributárias e Contribuições	381	397	403	438	482	534	552	581	631	700
Outros Serviços Terceiros - Física	346	353	370	373	382	327	342	383	424	553
Outros Auxílios às Pessoas Físicas	44	10	6	8	7	9	106	492	498	466
Indenizações e Restituições	872	1.164	930	802	826	593	748	932	282	277
Total das Outras Despesas Correntes	8.889	9.927	10.409	10.862	11.280	12.050	13.624	15.564	17.771	20.096
Receita Corrente Líquida	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639	60.044
% Outras Despesas Correntes / RCL	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4	28,6	25,3	30,7	31,4	33,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

Os grupos Investimentos Amplos

A **Tabela 22** demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras), por elemento da despesa, de 2015 a 2024.

Em 2015, aplicou-se 2,7% da RCL. Em 2024, 10,7% da RCL, **a maior aplicação da série apresentada**. Nota-se que, a partir de 2021, o Estado começou a recuperar sua capacidade de investimento.

Tabela 22 - Valores empenhados em investimentos amplos (R\$ milhões) - 2015-2024

Elementos da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2023
Obras e Instalações	343	509	657	1.013	513	367	960	1.389	1.288	2.942
Equipamento e Material	212	198	223	422	207	357	609	1.119	831	1.225
Auxílios Financeiros	41	91	87	49	31	39	606	730	768	698
Constituição de Capital	38	236	56	94	51	80	80	176	720	1.348
Outros Investimentos e Inversões Financeiras	60	29	26	111	97	81	106	309	204	193
Despesas Exercícios Anteriores	115	34	57	63	29	46	32	36	9	22
Total	809	1.097	1.106	1.751	928	970	2.393	3.760	3.820	6.429
Receita Corrente Líquida	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639	60.044
% Investimentos sobre a RCL	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3	2,3	4,4	7,4	6,7	10,7

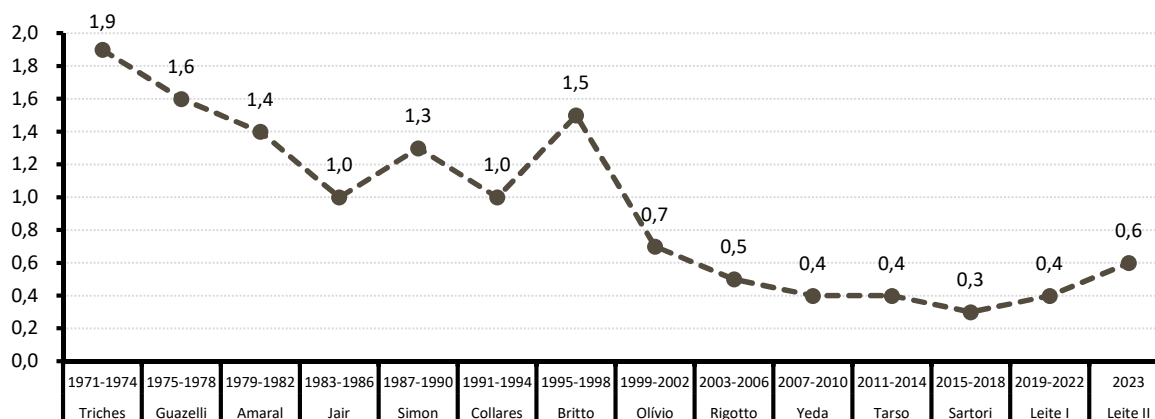
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: Em 2021, houve a contabilização extraordinária de R\$ 512 milhões em inversões financeiras (Outras Despesas com Investimentos), em valores nominais, referente à dação em pagamento de imóveis pela venda da CEEE-D. Esse valor foi excluído da tabela. Houve, ainda, a contabilização extraordinária escritural de R\$ 2,603 bilhões, em inversões financeiras (constituição de capital), em valores nominais, referente à capitalização da CEEE-D. Esse valor também foi excluído da tabela. Em 2023, foi contabilizada em Inversões Financeiras a quantia de R\$ 1,449 bilhão, referente à aquisição de títulos de crédito da Corsan (litígio judicial), valor esse também não incluído na tabela acima.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 1990, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. O **Gráfico 10** mostra os investimentos de diversos governos, desde 1971, em relação ao PIB estadual.

Gráfico 10 - Percentual de investimento, por governo, sobre o PIB gaúcho — 1971-2023



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS) e DEE/SPGG.

Nota: As informações de 2024 dependem do PIB estadual, que ainda não foi divulgado pelo DEE/SPGG.

O **Gráfico 11** retrata os investimentos de vários mandatários gaúchos. Os governos de Triches, Guazelli e Amaral investiram, respectivamente, 29,7%, 29,1% e 27,6% da RCL. Já os governos mais recentes, de Tarso Genro, Ivo Sartori e Eduardo Leite I (1999/2022) e II (2023/2024)), investiram, em média, respectivamente, 5,5%, 3,5%, 4,3% e 8,8% da RCL.



Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS) e SPGG/DEE.

Com a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o Programa Avançar representou um grande salto na aplicação de recursos próprios. Entre 2021 e 2023, foram executados (liquidados) R\$ 6,1 bilhões, divididos entre os 19 eixos do programa, destacando-se os setores de logística e transporte, de educação, de justiça e de saúde.

É importante salientar que o Estado, entre 01 de junho de 2024 e 31 de maio de 2027, com a suspensão das parcelas da dívida estadual, obriga-se a investir a totalidade desses pagamentos para a **reconstrução do estado pós-efeito climático extremo (enchente de maio/24), totalizando um montante aproximado de R\$ 14,0 bilhões**, sendo que, em 2024: R\$ 1,9 bilhão; em 2025: R\$ 4,2 bilhões; em 2026: R\$ 5,3 bilhões; e em 2027: 2,5 bilhões.

Os grupos Serviço da Dívida

Em 31 de dezembro de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul contabilizou uma dívida total (dívida consolidada interna e externa) de R\$ 112,5 bilhões. A **Tabela 23** mostra os valores empenhados do Serviço da Dívida (juros, encargos e amortização da dívida) de 2015 a 2024. Em 2015, foram comprometidos 12,4% da RCL, já em 2024, a participação caiu para 2,1% da RCL.

A queda brusca do percentual empenhado de serviço da dívida em relação à RCL, que se verificou em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016, e à suspensão do pagamento, entre julho e dezembro de 2016. A partir de julho de 2017, o Estado não pagou as parcelas mensais, tendo em vista à liminar concedida pelo STF, contudo contabilizou normalmente o empenho e a liquidação. Em 2022, o Estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Em 2023, conforme regra contratual, o

Estado pagou na proporção de 1/9 do valor das parcelas. Em 2024, entre janeiro e maio pagou proporcionalmente o equivalente a 2/9 do valor das parcelas. Já a partir de junho de 2024 até maio de 2027, há a suspensão do pagamento integral da dívida, tendo em vista acordo do estado com a União, em decorrência de calamidade pública ocorrida no Rio Grande do Sul.

Tabela 23 - Valores empenhados com serviço da dívida em relação à RCL (R\$ milhões) - 2015/2024

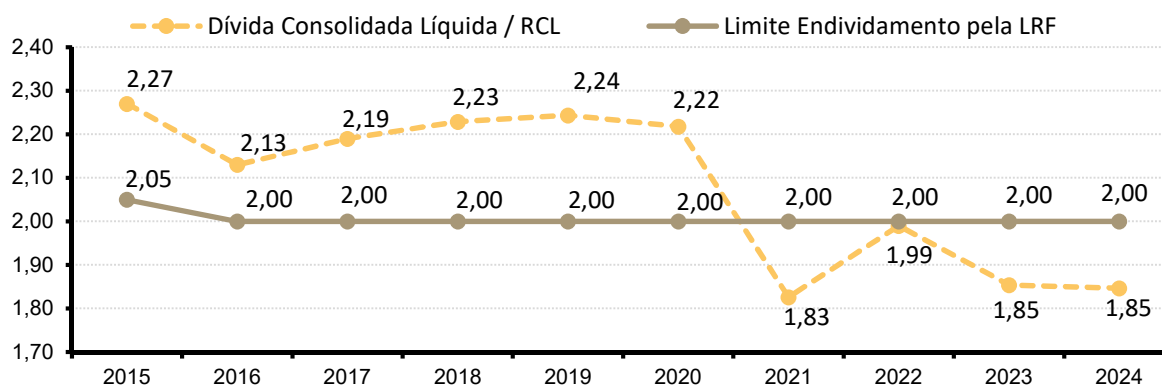
Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Serviço da Dívida	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338	4.340	4.381	857	2.136	1.237
Receita Corrente Líquida	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779	42.074	53.878	50.634	56.639	60.044
% Serviço da Dívida / RCL	12,4	5,0	6,4	10,5	10,9	10,3	8,1	1,7	3,8	2,1

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O **Gráfico 12** mostra a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de 2015 a 2024, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Em 2015, a dívida comprometia 2,27 vezes a RCL e, ao final de 2024, a relação DCL/RCL foi reduzida para 1,85 vez. Dessa forma, ao estar abaixo de duas vezes a RCL o Estado tem alguma margem para contrair operações de crédito, conforme normativo inserto na LRF.

Gráfico 12 - Comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à RCL - 2015/2024



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 55, I, alínea "b", da Secretaria da Fazenda do RS.

A dívida do Estado com a União representa importante encargo para as finanças estaduais. Em título especial adiante, tratar-se-á de maneira individualizada o assunto.

A evolução do gasto com Educação

A **Tabela 24** mostra os valores aplicados em Educação, entre os anos de 2015 e 2024, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Em 2024, foram aplicados em Educação 27,8% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 24 - Percentuais aplicados (liquidados) em Educação, em relação à RLIT (R\$ milhões) - 2015/2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Recursos Aplicados Educação	8.843	8.542	8.919	9.169	9.535	9.952	11.614	12.031	13.345	14.148
Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT	26.256	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	46.567	50.913
Percentual aplicado em Educação sobre a RLIT	33,7%	29,3%	28,9%	27,3%	27,3%	28,1%	25,8%	27,9%	28,7%	27,8%

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS).

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

Em 10 de junho de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul firmou perante o Ministério Público estadual o **Termo de Autocomposição Judicial**, contendo cláusulas de cumprimento de obrigação por parte do Executivo estadual, no tocante à aplicação de valores na manutenção e desenvolvimento do ensino e nos repasses para o Fundo da Educação (Fundeb).

O Estado compromete-se a dar cumprimento ao disposto da EC nº 108/2020 e o artigo 212, caput e §§, da CF/1988. A partir de janeiro de 2025, observada uma regra de transição estipulada de 15 anos (2025/2039), o estado compromete-se a aplicar a totalidade dos repasses ajustados para a Educação e para o FUNDEB, sem considerar o custeio de benefícios previdenciários, contribuições patronais incidentes sobre proventos de aposentadoria e pensões, bem como transferências financeiras destinadas à cobertura de déficit previdenciário.

Pelos cálculos apurados pela Secretaria estadual da Fazenda, essas rubricas até então contabilizadas como despesas de educação, correspondem a um montante de R\$ 5,4 bilhões, sendo que, durante 15 anos, serão aplicados cumulativamente R\$ 360 milhões a mais a cada ano na área da educação.

A evolução do gasto com Saúde

A **Tabela 25** exhibe os valores aplicados em Saúde, de 2015 a 2024, em relação à RLIT. Em 2024, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; a Constituição Estadual, 10,0% da Receita Tributária Líquida (RTL).

Tabela 25 - Percentuais aplicados (liquidados) em saúde, em relação à RLIT (R\$ milhões) - 2015/2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total Aplicado em Saúde	3.219	3.559	3.787	4.090	4.242	4.299	5.494	5.246	5.670	6.190
Receita Líquida Impostos e Transferências - RLIT	26.25	29.17	30.84	33.63	34.90	35.39	45.06	43.14	46.56	50.91
	6	6	2	4	5	0	7	2	7	3
Percentual em Saúde sobre RLIT	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,2%	12,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado (CAGE/RS).

Nota: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

A evolução do gasto com a Segurança Pública

A **Tabela 26** mostra os gastos liquidados com a Função Segurança Pública, em relação à RLIT, entre 2015 e 2024. Em 2024, foram aplicados 13,6 % da RLIT. Nos últimos anos, houve

forte crescimento dos gastos com a Segurança Pública, por conta de aumentos salariais, promoções, novas contratações e compra de equipamentos.

Tabela 26 - Percentuais aplicados (liquidados) em Segurança, em relação à RLIT (R\$ milhões) — 2015/2024

Aplicação em Segurança	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Recursos Aplicados em Segurança	3.048	3.304	3.762	4.442	4.914	5.439	5.699	6.755	6.696	6.909
Receita Tributária Líquida e Transferências - RLIT	26.257	29.176	30.842	33.634	34.905	35.390	45.067	43.142	46.567	50.913
Percentual de Aplicações Segurança sobre RLIT	11,6%	11,3%	12,2%	13,2%	14,1%	15,4%	12,6%	15,7%	14,4%	13,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Notas 1: Os valores referem-se aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança, não constando inativos e pensionistas.

2: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, instituído originariamente pela EC nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela MP nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 e nº 6.278, de 29 de novembro de 2007. Ele substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

O Fundeb foi inicialmente implantado em 1º de janeiro de 2007, alcançando sua plenitude no ano de 2009, cobrindo todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial. A EC nº 53 estabeleceu o prazo de 14 anos, a partir de sua promulgação, para a vigência do fundo, prazo que expirou, portanto, em 31/12/20. A partir de 01 de janeiro de 2021, o Fundo foi reinstituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública básica pela EC nº 108, promulgada em 27 de agosto de 2020, regulamentada pela Lei nº 14.113, de 25/12/20, atualizada pela Lei nº 14.276, de 27/12/21.

A distribuição dos recursos entre os estados e os municípios leva em conta também os fatores de ponderações para cada segmento da educação básica. Salienta-se que os fatores de ponderação consideram os diferentes custos médios gerados nas diferentes etapas e modalidades, duração de jornada e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica.

O Fundeb é constituído por recursos próprios dos estados e dos municípios e por complementações da União, que visam reduzir as disparidades de financiamento entre os diversos Estados, garantindo um valor anual mínimo por aluno a ser investido na Educação Básica (VAAF), nos estados, um valor anual total mínimo por aluno a ser investido na Educação Básica (VAAT), nos municípios, estados e Distrito Federal, e um valor anual por aluno e por resultados (VAAR).

O Fundeb é composto por 20% das seguintes receitas: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD); Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

(FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados; Adicional na alíquota do ICMS de que trata o art. 82, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No tocante ao ICMS repartido aos municípios, com a nova regra, no mínimo, 65% da cota-parte do município será alocada com base nas atividades econômicas relativas à sua área territorial, e de 25% a 35% serão repassados de acordo com lei estadual, tendo como base “indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos”.

Quanto às complementações da União, conforme a EC 108/2020, elas ocorrerão sempre que o valor anual por aluno (VAAF) e o valor anual total por aluno (VAAT) não alcançarem o mínimo definido nacionalmente, e conforme as melhorias identificadas na Educação Básica (VAAR). Não há, portanto, um valor fixo para as complementações, mas um mínimo a alcançar e a junção de indicadores de desempenho. Com o novo Fundeb, o percentual de participação da União no financiamento da Educação Básica eleva-se de 10% para 23%, com previsão de aumentos graduais durante seis anos.

Em 2021, o percentual de complementação da União, consubstanciado apenas no VAFF, alcançava o patamar máximo de 10% do total da contribuição de estados, DF e municípios ao Fundo. Em 2021, o percentual mínimo de participação da União no Fundeb passou de 10% para 12%; em 2022, foi de 15%; em 2023, de 17%; em 2024, 19%; em 2025, 21%; e, a partir de 2026, será de 23%. Iniciando em 2026, a complementação federal total será distribuída da seguinte forma: (i) 10% de acordo com o VAAF, (ii) 10,5% de acordo com o VAAT; e (iii) 2,5% de acordo com o VAAR.

Os recursos do Fundeb destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme dados apurados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A estimativa mais atualizada da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para o exercício de 2024 é de **R\$ 287,4 bilhões**. Desse montante, **R\$ 241,5 bilhões** totalizam as contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

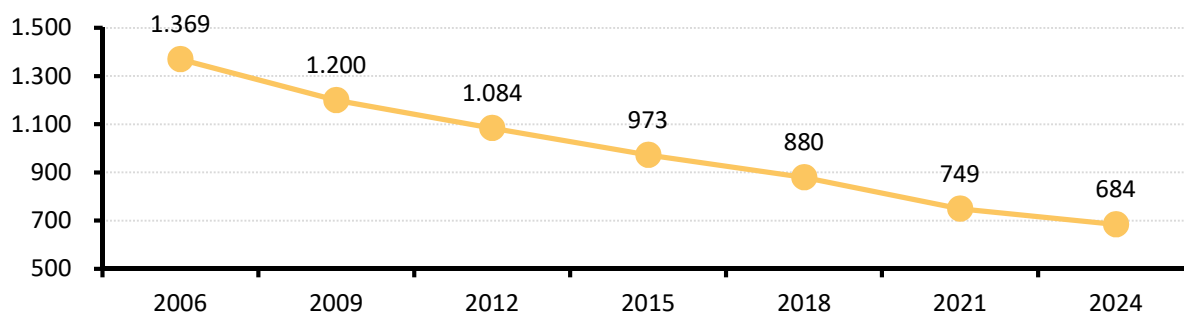
Os demais valores compreendem os recursos da Complementação da União realizada em três modalidades: (i) complementação-VAAF: 10% do total da contribuição dos Entes federados ao Fundeb, que totalizam **R\$ 24,15 bilhões**, e beneficiam 10 Estados e todos os seus Municípios: AL, AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI e RJ; (ii) complementação-VAAT: 7,5% do total da contribuição dos Entes federados ao Fundeb, correspondendo a **R\$ 18,1 bilhões**, e beneficiam 2.172 Municípios; e (iii) complementação-VAAR: 1,5% do total da contribuição dos entes Federados ao Fundeb, que representam **R\$ 3,6 bilhões**, e beneficiam 2.523 redes municipais de ensino e 13 redes estaduais.

As “perdas” do Estado com o Fundeb

Durante todo o período de vigência do Fundeb, o Estado contribuiu com mais recursos do que obteve em retorno. Dadas as regras de funcionamento, os montantes aportados foram sempre superiores aos retornados. Assim, o Estado computa “perdas” ao longo de todos os anos, que decorrem de dois fatores principais: (i) os aumentos reais nas receitas vinculadas aos aportes para o fundo; e (ii) o flagrante decréscimo no número de matrículas na rede de ensino estadual, resultado, entre outros fatores, do fenômeno da transição demográfica.

O **Gráfico 13** exhibe a quantidade de alunos matriculados no início do ano nas escolas públicas deste estado de 2006 a 2024. Em 2006, o estado possuía 1,369 milhão de alunos; em 2024, o número caiu para 684 mil alunos. Ao longo de somente 19 anos, a rede pública estadual perdeu 685 mil alunos, representando uma queda de 50,0%.

Gráfico 13 - Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul — 2006-2024



Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado do RS.

A **Tabela 27** demonstra as “perdas” financeiras do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundeb, de 2015 a 2024. Neste último exercício de 2024, aportou-se ao Fundo a quantia de R\$ 9,465 bilhões; contudo, o retorno foi de R\$ 6,352 bilhões, resultando em um saldo negativo de R\$ 3,113 bilhões, equivalente a 5,2% da RCL. Caso o valor dessa perda fosse revertido para o caixa do Estado, seria suficiente para, por exemplo, pagar um mês de salário bruto a todos os servidores estaduais (ativos e inativos). No período entre 2015 e 2024 (10 anos), o Estado arcou com “perdas” para o Fundeb no montante de R\$ 20,457 bilhões (valores nominais), correspondendo a 4,5%, em média, da RCL.

Tabela 27 - “Perdas” do Estado com o Fundo da Educação (R\$ milhões) — 2015-2024

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Transferência do FUNDEB	3.866	4.158	4.170	4.483	4.411	4.350	5.571	5.461	5.806	6.352	48.628
Deduções para o FUNDEB	4.923	5.355	5.590	6.184	6.311	6.364	8.357	7.951	8.585	9.465	69.085
Perdas com o FUNDEB	1.057	1.197	1.420	1.701	1.900	2.014	2.786	2.490	2.779	3.113	20.457
% Perdas FUNDEB / RCL	3,5	3,5	4,1	4,5	5,0	4,8	5,2	4,9	4,9	5,2	4,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os números acima estão pelos seus valores nominais.

2: Em 2023 e 2024, houve o repasse extraordinário de R\$ 352 milhões e R\$ 101,2 milhões, respectivamente, para o Fundeb, referente aos valores recebidos pelo Estado advindos da União a título da “PEC dos Combustíveis” (LCFs 192 e 194).

A DÍVIDA DO ESTADO DO COM A UNIÃO

A **Tabela 28** apresenta a evolução da dívida do estado do RS com a União – de 1998 a 2024 - e o que representa em relação ao Produto Interno Bruto estadual. Em 2024, a dívida totalizou R\$ 100,2 bilhões, um aumento de R\$ 7,4 bilhões na comparação com 2023, crescimento de 8,0%.

Tabela 28 - Estoque total da dívida estadual contratada junto à União (R\$ milhões) — 1998-2024

Anos	Total do Estoque da Dívida com a União	PIB-RS	% Estoque Dívida com a União / PIB RS
1998	9.566	67.673	14,1
1999	11.781	74.016	15,9
2000	13.417	81.815	16,4
2001	15.210	92.310	16,5
2002	19.102	105.487	18,1
2003	21.210	124.551	17,0
2004	24.159	137.831	17,5
2005	25.793	144.218	17,9
2006	27.676	156.827	17,6
2007	30.041	176.615	17,0
2008	33.903	199.494	17,0
2009	33.760	215.864	15,6
2010	37.040	241.256	15,4
2011	39.423	264.969	14,9
2012	42.619	287.056	14,8
2013	45.231	332.293	13,6
2014	47.181	357.816	13,2
2015	51.617	381.985	13,5
2016	57.421	408.645	14,1
2017	58.572	423.270	13,8
2018	63.006	457.294	13,8
2019	66.915	482.464	13,9
2020	69.064	470.942	14,7
2021	73.723	584.602	12,6
2022	82.467	592.683	13,9
2023	92.817	640.569	14,5
2024	100.235	ND	ND

Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, publicado pela Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os PIBs do Estado do Rio Grande do Sul foram divulgados pela SPGG/DEE.

O crescimento quase exponencial verificado nos últimos anos deve-se a vários fatores: (i) a atualização do estoque pelo IPCA mais 4% ao ano; (ii) o não pagamento total das parcelas, por conta de liminares e de decretação de clamidade pública do estado; (iii) a postergação e o refinanciamento parcial de parcelas da dívida no âmbito do RRF; e (iv) a incorporação de R\$ 1,39 bilhão de dívidas com dois bancos nacionais e dois bancos internacionais ao contrato com o Governo Federal.

O Regime de Recuperação Fiscal e a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União pelo período de 3 (três) anos

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul formalizou o pedido de adesão ao RRF no dia 23/12/21. O Parecer nº 66/2022, de 18/01/22, da Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que o Estado do Rio Grande do Sul se encontrava habilitado a aderir ao RRF por cumprir os três requisitos do artigo 3º da LC nº 159/2017. Após despacho favorável do Ministro de Estado da Economia, o Plano de Recuperação Fiscal foi homologado pelo Presidente da República em 20/06/22 e terá vigência de 01/07/22 a 31/12/30.

Com a adesão ao RRF, o Estado obteve a suspensão, desde fevereiro de 2022, do pagamento da dívida com a União, referente à Lei nº 9.496/97. O pagamento dessa dívida foi retomado a partir de 2023 e os compromissos serão pagos gradualmente: 1/9 das parcelas devidas em 2023, 2/9 em 2024 e assim, sucessivamente, até o vencimento da dívida.

A adesão possibilitou também a suspensão do pagamento de dívidas com terceiros — dois bancos nacionais e dois bancos internacionais — por serem garantidas pela União. A retomada de pagamentos dessas dívidas também será gradual. Outro benefício da adesão refere-se à possibilidade de o Estado contratar operação de crédito, com garantia da União, a fim de quitar o estoque de precatórios. Além disso, com a adesão, foi possível refinaranciar o montante da dívida não paga desde julho de 2017, no total de R\$ 16,357 bilhões, suspensa pela liminar do STF. Essa dívida tem prazo de 30 anos, e os pagamentos foram retomados a partir de abril de 2022.

No dia 26 de março de 2024, o Governo do Estado protocolou pedido de atualização do Plano de Recuperação do Estado do Rio Grande do Sul (PRF), visando atualizar projeções financeiras, incluir novas operações de crédito e repactuar metas e compromissos. Enquanto se faziam os ajustes ao novo modelo, o Estado do Rio Grande do Sul foi acometido de um evento climático extremo, que precisou redefinir novos modelos de ajuda financeira ao Estado.

Como já se mencionou neste trabalho, em maio de 2024, o Rio Grande do Sul sofreu o maior evento climático até então registrado na história deste estado. As enchentes mataram vidas, arrasaram cidades inteiras e deixaram milhares de famílias sem casa e outras centenas de milhares perderam todos os seus pertences.

Em decorrência do colapso total de estradas e pontes, bem como da suspensão dos diversos setores econômicos (agricultura, pecuária, comércio, setor de serviços e indústrias), o Governador e os prefeitos da maior parte dos municípios decretaram estado de calamidade pública. A crise ocasionada pelas enchentes e inundações paralisou as atividades normais de diversas cidades, comprometendo a economia do Estado, que levará certo tempo para a reconstrução total do que foi danificado.

Diante dessa situação caótica, a União deliberou por suspender o pagamento da dívida estadual por 36 meses, entre junho de 2024 e maio de 2027, perfazendo um total de R\$ 11 bilhões. Nesse período, as parcelas não pagas irão para o estoque da dívida e serão atualizadas pelo IPCA. Contudo, não serão cobrados juros sobre o montante suspenso, correspondente a 4% ao ano, uma economia em torno R\$ 12 bilhões, considerando o prazo de 36 meses.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO RS

Os regimes de Repartição Simples e de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS) é organizado e financiado através de repartição simples e de capitalização.

No regime de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado do Rio Grande do Sul contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. No sistema de capitalização, os recursos das contribuições dos servidores e a contrapartida patronal são acumulados para pagamento dos futuros benefícios de aposentadorias e pensões. A contribuição patronal para os fundos previdenciários é paritária.

A aprovação das Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, ambas de 15 de julho de 2011, permitiu a segregação de massas dos segurados, com a instituição dos Fundos Previdenciários Militar e Civil: FUNDOPREV/MILITAR e FUNDOPREV/CIVIL. Dessa forma, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 18/07/11 (data de entrada em vigor das respectivas leis) ficaram vinculados aos FUNDOPREVs civil e militar (capitalizados).

Por meio da Lei Complementar nº 15.511, de 24 de agosto de 2020, foi alterada a data de corte da segregação de massas dos segurados civis, conforme previsto originalmente na LC nº 13.758/2011, resultando na transferência de cerca de 17.000 vínculos de servidores civis do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro. A data de corte foi alinhada com a data de publicação do ato de instituição do RPC (19/08/2016).

A referida norma também autorizou a utilização de parte dos recursos recolhidos ao FUNDOPREV Civil correspondentes às contribuições previdenciárias dos servidores, à contrapartida patronal paritária e aos rendimentos das aplicações financeiras referentes ao grupo de servidores transferidos para o Fundo Financeiro Civil como aporte para o pagamento de benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão. Criou também um benefício especial, de caráter estatutário e compensatório, aos servidores e membros do Poder, como forma de incentivo à migração ao RPC/RS, proporcional ao tempo que o servidor ficou vinculado ao RPPS antes da migração ao Regime de Previdência Complementar, a ser pago pelo Estado do Rio Grande do Sul na forma de regulamento. Importante referir que, até o momento, a transferência de recursos do FUNDOPREV para o Fundo Financeiro não foi efetivada.

A Lei Complementar nº 14.750, de 15/10/2015, criou o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os novos servidores civis. Para a implantação e estruturação desse regime complementar, foi criada a entidade fechada denominada de Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado (RS-PREV). O RPC permite também a adesão dos antigos servidores, nos termos da Lei.

A regra do Regime de Previdência Complementar é prevista para os servidores civis de cargos efetivos que tomaram posse a partir de 19 de agosto de 2016, data de sua homologação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O servidor contribuirá com percentual de sua remuneração até o valor máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). De outro lado, o Estado deve arcar com o mesmo percentual de

aporte. Uma vez aposentado, o servidor receberá do Estado um benefício que estará limitado ao teto do RGPS, conforme a média de suas remunerações. Para ter um benefício maior, o servidor poderá aderir à Previdência Complementar, contribuindo sobre o que exceder ao referido teto do RGPS. No caso de adesão do servidor, o Estado contribuirá em seu favor com o mesmo valor pago pelo servidor, limitado a 7,5% da base de contribuição.

A adesão ao plano de previdência complementar é opcional. O servidor poderá buscar outra previdência privada em instituições financeiras de mercado caso preferir não aderir à Previdência Complementar patrocinada pelo Estado. Porém, receberá do Estado, através do IPERGS, apenas até o limite máximo do RGPS e não contará com a contribuição do Estado em outro plano de previdência complementar.

Para o Regime de Previdência Complementar (RS-PREV), foi criado um comitê gestor para cada plano de benefícios complementares e um comitê de investimentos. O comitê gestor é o órgão responsável pela definição da estratégia das aplicações financeiras e acompanhamento do respectivo plano de benefícios previdenciários do RS-Prev. O Comitê de Investimentos é o órgão responsável por assessorar a Diretoria Executiva do RS-Prev na gestão econômico-financeira dos recursos.

O déficit previdenciário do Regime de Repartição Simples

No regime de repartição simples, cujos vínculos com o Estado deram-se até 18 de agosto de 2016 para os servidores civis e até 17 de julho de 2011 para os servidores militares, os recursos das contribuições dos servidores ativos são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões.

O Estado contribui com a parte patronal na proporção de duas vezes a contribuição do segurado. Todavia, as contribuições (pessoal e patronal) são insuficientes para a cobertura dos benefícios previdenciários, o que resulta no chamado "déficit previdenciário financeiro". Dessa forma, é necessária uma complementação financeira, realizada pelo Tesouro estadual.

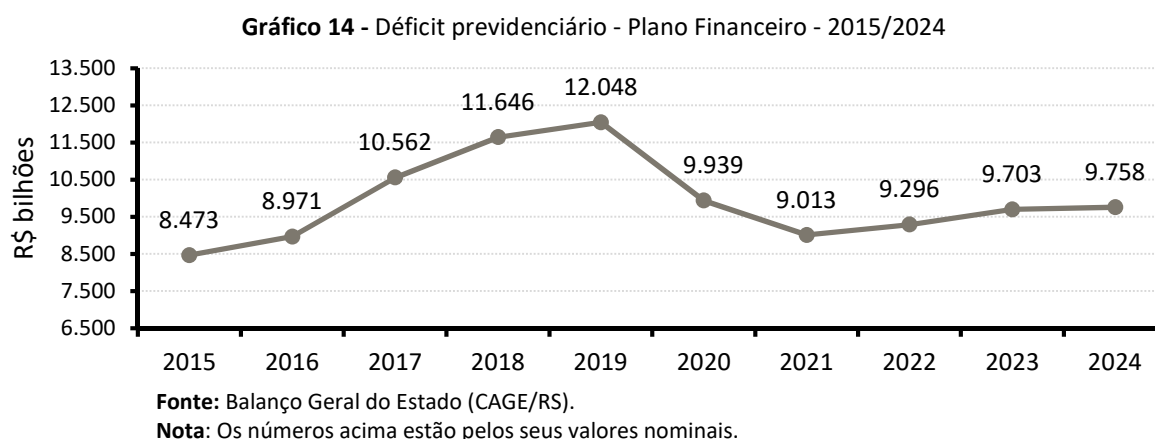
Ressalva-se que, no regime de repartição simples, o ideal é ter uma proporção de 5 matrículas ativas contribuindo para cada uma inativa. Em 30/06/2024, de cada 10 matrículas, 3,9 matrículas eram ativas e 6,1 matrículas eram inativas, equação totalmente desigual.

O **Gráfico 14** mostra a evolução do déficit previdenciário — plano financeiro — entre 2015 e 2024. Em 2015, o déficit contabilizado foi de R\$ 8,5 bilhões. Em 2019, atingiu-se o pico de R\$ 12,0 bilhões, em 2021, com o resultado da reforma previdenciária o déficit foi reduzido para R\$ 9,0 bilhões, e em 2024, atingiu R\$ 9,8 bilhões. Nesse período de 10 anos, o rombo acumulado do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 99,4 bilhões, em valores nominais.

Conforme dados retirados do portal SICONFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (RREO, ANEXO 4, RPPS, PlanoFinanceiro), entre os Estados brasileiros, em 2023, o RS é o que apresentou o maior déficit previdenciário em relação à Receita Corrente Líquida (17,13%), seguido por MG (11,55%), RJ (11,28%), PB (10,56%) e ES (10,47%).

Com a aprovação das reformas previdenciária e administrativa, a partir de 2020, primeiro ano de vigência das mudanças, verificou-se uma quebra da tendência de

crescimento do déficit previdenciário. Cabe salientar que, no longo prazo, somar-se-ão, ainda, os efeitos positivos do Regime de Previdência Complementar.



Atualmente, o desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está, justamente, associado ao sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, o Estado não tratou de buscar formas de financiar os gastos futuros com aposentadorias e pensões, mediante, por exemplo, a criação de um fundo previdenciário, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal não são suficientes para pagar o seu custeio.

Registre-se também que a Lei Complementar nº 15.602, de 16 de março de 2021, alterou a previdência dos militares, ampliando a base de cálculo e as alíquotas previdenciárias progressivas para manter equivalência com as alíquotas civis, aprovadas no final de 2019 pela Assembleia Legislativa gaúcha. O Estado do Rio Grande do Sul não aderiu ao Sistema de Proteção dos Militares, decorrente da EC103/2019 e da Lei Federal nº 13.954, de 16 de setembro de 2019. A manutenção dos Planos Financeiro e Previdenciário dos Militares foi garantida em sede de liminar do STF, Ação Cível Originária (ACO) nº 3.350.

São diversos os fatores que contribuem para que o Estado do Rio Grande do Sul apresente uma **relação de déficit previdenciário / RCL muito expressiva**, destacando-se: (i) não constituição no passado de um fundo previdenciário que pudesse gerar receitas para o pagamento dos atuais aposentados; (ii) elevada expectativa de vida da população gaúcha; (iii) perfil etário do funcionalismo ativo estadual, que melhor reflete o próprio perfil etário da população gaúcha como um todo; (iv) constituição de uma máquina pública anterior à da maioria dos demais estados brasileiros; e (v) regras previdenciárias especiais voltadas, especialmente, às funções de segurança e educação, na qual se concentra a grande maioria do contingente de beneficiários.

Por outro lado, as reformas previdenciária e administrativa promoveram uma contenção no déficit previdenciário, destacando-se as seguintes medidas: (i) majoração das contribuições previdenciárias; (ii) ampliação da base de incidência; (iii) adoção de alíquotas progressivas; (iv) estancamento do crescimento vegetativo da folha de pessoal; e (v) mudança da idade de jubilação dos servidores civis, atualmente aos 62 anos para as mulheres e aos 65 anos para os homens, exceto os casos especiais.

REALIZAÇÕES 2024 E PRIORIDADES 2025

O PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de 1989, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual direta e indireta para um período de quatro anos, organizando e mediando a relação entre o planejamento de médio e o de curto prazo, este último expresso nos orçamentos anuais. O PPA é elaborado no primeiro ano de cada governo, alcançando o primeiro ano do mandato seguinte. Além de um documento legal, este plano consiste em uma oportunidade para que o Governo organize, detalhe e comunique tanto o conteúdo de sua proposta de governo quanto o modelo de gestão adotado.

O PPA 2020-2024

Em sua nona edição, o PPA 2024-2027, instituído pela lei n.º 16.005, de 20 de outubro de 2023, visou aprimorar, sem provocar alterações de grande magnitude, a metodologia aplicada no PPA 2020-2023, cuja principal mudança em relação aos processos anteriores foi a elaboração dos programas temáticos a partir da perspectiva do cidadão, e não das estruturas organizacionais¹⁹. Além disso, ele reflete os objetivos e as diretrizes do Governo do Rio Grande do Sul que foram formulados a partir de uma base estratégica e consolidados no Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026²⁰ (Figura 1).

Figura 1 - Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026



Fonte: Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP/SPGG)

¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. **Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202307/17153506-marco-metodologico-ppa-2024-2027-julho-2023.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

²⁰ Disponível em <https://planejamento.rs.gov.br/mapa-estrategico-do-governo>. Acesso em: 02 dez. 2024.

Dessa forma, os programas temáticos do PPA estão organizados de acordo com os quatro eixos definidos pelo planejamento estratégico (**Quadro 2**). Na elaboração do Plano, os 11 programas temáticos foram construídos a partir da identificação de macroproblemas a serem tratados pelo Governo, sendo constituídos por 69 ações programáticas, estas compostas por 605 iniciativas que resultam em um total de 1.603 produtos.

Quadro 2 - Programas temáticos do PPA 2024-2027 que compõem os eixos estratégicos do Governo do RS

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO TEMÁTICO
Desenvolvimento econômico inovador	Agropecuária pujante e sustentável	Impulsionar a produtividade agropecuária de forma ambiental e socialmente sustentável e atenuar os efeitos da estiagem sobre o campo, investindo em inovação tecnológica, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural.
	Desenvolvimento produtivo e inovador	Modernizar e diversificar a matriz produtiva através do incentivo a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, do fomento a um ambiente de negócios que aproxime os setores empresarial, acadêmico e governamental e da promoção do turismo e da economia criativa.
	Infraestrutura e desenvolvimento regional	Reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade produtiva através da qualificação e da diversificação do sistema de transportes e promover o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do Estado a partir de ações de integração urbana e de otimização da gestão das obras públicas.
	Sustentabilidade ambiental	Preservar o meio ambiente e aumentar a qualidade de vida da população gaúcha pelo fortalecimento das matrizes energéticas renováveis, ampliação e qualificação da oferta de saneamento e prevenção e mitigação dos efeitos de desastres naturais e tecnológicos em um contexto de mudanças climáticas.
Estado próspero	Equilíbrio fiscal e novas parcerias	Ampliar a capacidade de investimentos e qualificar a entrega dos serviços públicos, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas e intensificando as parcerias junto ao setor privado.
Planejamento, governança e gestão	Governo moderno e eficiente	Entregar serviços ao cidadão de forma ágil, simples e qualificada, considerando as necessidades regionais do Rio Grande do Sul, por meio de processos eficientes de planejamento e gestão, ampliação da oferta de serviços públicos digitais e atendimento por servidores qualificados
Sociedade inclusiva, justa e feliz	Cultura de paz e segurança	Garantir a redução da violência e da criminalidade e o consequente aumento da sensação de segurança pública, além de tornar o sistema prisional mais seguro e humanizado favorecendo a reintegração social.
	Educação acolhedora	Ofertar uma educação de qualidade e, assim, superar a baixa aprendizagem, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, em especial no ensino médio, através da formação de professores e da qualificação da infraestrutura física, administrativa e de recursos tecnológicos das escolas na rede pública estadual.
	Inclusão social e geração de oportunidades	Garantir os direitos básicos a todos os cidadãos gaúchos, em especial aos jovens, através do enfrentamento das desigualdades, gerando oportunidades de trabalho e renda e inclusão social
	Qualidade de vida e diversidade	Garantir uma sociedade mais próspera e igualitária, com direitos humanos assegurados, com foco na atenção à primeira infância e à população idosa, com ampliação do acesso à cultura e ao esporte.
	Saúde e bem-estar	Qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde mental eficazes e de qualidade, bem como fortalecer a promoção e a prevenção à saúde, provocando redução da incidência e da morbimortalidade de doenças infectocontagiosas, além de ainda intervir sobre causas evitáveis e externas.

Fonte: PPA 2024-2027²¹

Quanto ao acompanhamento do PPA, destaca-se a utilização do Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO), sistema informatizado desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Procergs) para servir de ferramenta de coleta de informações e geração de relatórios relacionados ao plano. Todo o processo do PPA, desde a elaboração até a sua revisão e avaliação, é coordenado

²¹ RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2024-2027**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. E-book (410 p.). Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202311/28172943-mensagem-ppa-2024-2027-pos-emenda-28112023-final-1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

pelo Departamento de Planejamento Governamental da Subsecretaria de Planejamento da SPGG (Deplan/SPGG)²².

REALIZAÇÕES EM 2024 E PRIORIDADES PARA 2025

Para fins de prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS) e à sociedade, esta seção relata algumas das principais ações executadas em 2024 pelo Poder Executivo gaúcho e as prioridades de governo para 2025, na forma do orçamento previsto pela LOA 2025.

Aqui, as conquistas e as prioridades estão organizadas de acordo com os eixos que compõem o Mapa Estratégico da Gestão 2023/2026 (**Figura 1**). Dessa forma, dentro de cada eixo estão contidas as realizações de cada secretaria separadamente, juntamente às realizações dos seus órgãos vinculados, assim como está exposto, na forma de tabela, a despesa fixada para cada órgão em 2025²³, a qual está categorizada por iniciativa do PPA 2024-2027. Para a classificação das secretarias em cada eixo estratégico, foi considerado o eixo com o maior número de iniciativas do PPA a ele vinculadas e sob responsabilidade do referido órgão (**Quadro 3**)²⁴.

Quadro 3 – Classificação das secretarias conforme a quantidade de iniciativas do PPA em cada eixo estratégico

Eixo estratégico	Nº de iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade de cada secretaria do Governo do Rio Grande do Sul																								
	Sec. da Casa Civil	SDR	Seapi	Secom	Sedac	Sedec	Sedes	Seduc	Setur	Sefaz-RS	Sehab	Seidape	SEL	Selt	Sema	SERG	SES	Setur	SICT	SICDH	SOP	SPGG	SSP	SSPS	STDP
Estado próspero	-	-	-	-	-	-	1	1	-	14	-	-	-	1	3	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Planejamento, governança e gestão	4	-	2	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	40	-	-	-
Sociedade inclusiva, justa e feliz	-	7	1	-	16	1	25	42	-	-	7	12	8	-	1	-	11	1	3	34	4	3	19	21	4
Desenvolvimento econômico inovador	-	17	22	-	3	10	1	-	7	-	2	5	-	7	23	-	1	6	9	-	9	-	3	-	-
Nº total de iniciativas	4	24	25	18	19	11	27	43	7	14	9	17	8	8	28	2	13	8	12	34	15	43	22	21	4

Nota: Neste quadro, estão mencionadas apenas as secretarias que apresentam iniciativas em programas temáticos do PPA 2024-2027.

Como insumo para as realizações, foram utilizados, majoritariamente, os dados inseridos no módulo PPA do SPO pelas secretarias e seus órgãos vinculados durante o acompanhamento quadrimestral do PPA²⁵. Complementarmente, foram utilizadas notícias

²² Conforme consta no Art. 33 do Regimento Interno da SPGG 2021.

²³ Lei nº 16.234, de 16 de dezembro de 2024.

²⁴ As realizações da Casa Militar e do Gabinete do Vice-Governador, pela característica das suas entregas, foram classificadas no Eixo Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz. Já as realizações da Procuradoria-Geral do Estado foram classificadas no eixo Planejamento, Governança e Gestão, visto que todas as suas iniciativas temáticas pertencem a este eixo.

²⁵ A execução do PPA 2024-2027 pelo Poder Executivo no ano de 2024 poderá ser visualizada integralmente no Relatório Anual de Avaliação do PPA, o qual será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado concomitantemente com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA 2026) até 15 de maio de 2025, e será posteriormente disponibilizado no site da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (<https://planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual>).

divulgadas nas páginas oficiais do Governo. Já para as prioridades, o valor orçado para cada iniciativa do PPA em 2025 foi extraído do módulo orçamento do SPO.

Eixo estado próspero e eixo planejamento, governança e gestão

Visando ao desenvolvimento de um estado próspero e ao planejamento, governança e gestão de um Governo moderno e eficiente, abrigam-se os esforços da Procuradoria-Geral do Estado do RS, de várias secretarias e de seus órgãos vinculados, em destaque, as descritas nesta seção.

SECRETARIA DA FAZENDA

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-RS) (**Quadro 4**) e pelos seus órgãos vinculados: Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) (**Quadro 5**) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) (**Quadro 6**). No quadro relativo ao Banrisul, estão inclusas também as principais entregas de três empresas subsidiárias: Banrisul Administradora de Consórcios, Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) e Banrisul Pagamentos. Após, são encontradas as descrições em tópicos das principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 7, Quadro 8 e Quadro 9**).

Quadro 4 - Principais entregas da Sefaz-RS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Programa de Inovação do Tesouro	Projeto Design de Novos Negócios com Dados Governamentais implementado	unidade	1
	Matriz de Avaliação da Estrutura Produtiva do Estado (MAEP) elaborada e disponibilizada	unidade	1
Programa de Qualidade do Gasto	Metodologia de priorização dos programas a serem avaliados e de implementação das propostas criada	unidade	1
	Ferramenta para qualificar as decisões dos gestores disponibilizada	unidade	1
Qualificação do Programa Devolve ICMS	Valor devolvido à população de baixa renda promovendo a justiça tributária e atenuando a regressividade do ICMS	R\$	213.263.936,00*
Nota Fiscal Gaúcha	Sorteio realizado	unidade	12
Promoção da integridade pública e privada	Programa de integridade de fornecedores avaliado	%	100
Implementação de metodologia baseada em riscos no controle	Maturidade no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) aperfeiçoada	unidade	1
Contratação da operação de crédito Pró-Sustentabilidade	Operação de crédito contratada	unidade	1

* Valor relativo ao período de janeiro a setembro de 2024.

Quadro 5 – Principais entregas do IPE Prev em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Implementação da Pensão Previdenciária Eletrônica	Pensão Previdenciária Eletrônica (PPE) implementada	%	70
Pró-Gestão RPPS - Modernização e qualificação da gestão previdenciária	IPE Prev adequado ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS)	%	100
	Grande área de atuação do RPPS/RS mapeada e manualizada	%	100
	Arquivo histórico do IPE Prev organizado e disponibilizado	%	25
	Servidor qualificado e certificado com foco no Pró-Gestão RPPS	%	25
	Atendimento qualificado ao beneficiário	%	25

Quadro 6 – Principais entregas do Banrisul e subsidiárias em 2024, conforme método do PPA 2024-2027

EMPRESA	INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Banrisul	Financiamento ao desenvolvimento econômico e social	Recurso para financiamento ao desenvolvimento econômico e social disponibilizado	R\$	251.313.773,25*
	Financiamento para capital de giro	Recurso para o financiamento do capital de giro disponibilizado	R\$	2.961.935.203,04*
	Financiamento para a saúde	Recurso para o financiamento à saúde disponibilizado	R\$	798.592.289,38*
	Financiamento para exportações	Recurso para o financiamento às exportações disponibilizado	R\$	1.518.727.839,73*
Banrisul Pagamentos	Credenciamento de novos estabelecimentos à rede de adquirência	Estabelecimento habilitado à rede de adquirência	unidade	194.018
Banrisul Administradora de Consórcios	Apoio ao desenvolvimento do Estado, através de concessão de crédito, por grupos de consórcios, para aquisição de bens imóveis e móveis	Valor de bem imóvel entregue	R\$	240.819.547,27
		Valor de bem móvel entregue	R\$	623.169.047,61
Banrisul Armazéns Gerais	Apoio ao desenvolvimento do Estado, ofertando serviços aduaneiros vinculados ao comércio exterior e à gestão de documentos	Espaço para armazenagem em porto seco utilizado	m ²	10.526,52
		Arquivo digitalizado	unidade	38.608.976

* Valor relativo ao período de janeiro a setembro de 2024.

Principais realizações em 2024

- Nos três primeiros trimestres de 2024, o programa Devolve ICMS restituiu cerca de R\$ 213 milhões do imposto estadual cobrado de famílias de baixa renda nas suas operações de consumo, contribuindo para atenuar a regressividade tributária. Após as enchentes de maio, foi criado o programa Devolve ICMS Linha Branca, destinado às pessoas que residem nas áreas afetadas pela catástrofe. Até o mês de setembro, foram devolvidos R\$ 20,5 milhões em impostos estaduais nas compras de diferentes tipos de eletrodomésticos.
- O programa Nota Fiscal Gaúcha, por meio do Mecanismo de Solidariedade, encaminhou até setembro cerca de R\$ 15 milhões em recursos para mais de duas mil entidades que atuam nas áreas da educação, assistência social, saúde e defesa e proteção dos animais indicadas pelos cidadãos participantes do programa.
- O aplicativo Nota Fiscal Fácil recebeu mais funcionalidades em 2024, podendo agora ser usado por microempreendedores individuais (MEIs) na emissão de notas fiscais. Além dos

MEIs, a ferramenta também pode ser usada por produtores rurais, transportadores autônomos de cargas e contribuintes do Simples Nacional.

- Em outubro, a Sefaz-RS lançou o Portal do MEI, desenvolvido em parceria com a Procergs. A plataforma reúne serviços e centraliza informações que facilitam a gestão dos negócios dos MEIs.
- O aplicativo Minha Empresa, destinado à gestão de micro e pequenas empresas cadastradas no Simples Nacional, completou um ano de serviços em 2024 e foi qualificado com novas funcionalidades. O aplicativo, que visa auxiliar empresas que não têm estruturas de sistemas ou pessoal para as rotinas de gestão, contava com mais de dois mil cadastrados em outubro.
- Outra solução digital oferecida pela Sefaz-RS aos cidadãos, o app Menor Preço Nota Gaúcha, ganhou, em 2024, a funcionalidade de pesquisa de preços por lista de compras. Além da pesquisa por itens, os usuários agora podem criar listas com dez tipos de produtos e buscar o menor preço do somatório. O app é usado por mais de 200 mil cidadãos.
- Durante o período emergencial de enfrentamento às enchentes de maio, a Sefaz-RS, por meio da Receita Estadual, determinou o trânsito livre de veículos nos postos fiscais para entrada e saída do Estado. A medida durou aproximadamente dois meses e visou facilitar a entrada de doações e ajuda às pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade por conta da calamidade.
- No mês de julho, foi lançado o programa Re-Empreender RS, destinado à recuperação dos micro e pequenos negócios impactados pelas enchentes de maio, a partir de linhas de crédito específicas e de um programa inédito de recuperação e consultoria para MEIs. O pacote prevê R\$ 671 milhões, sendo R\$ 223 milhões provenientes do Tesouro do Estado.
- O Projeto Escola Íntegra, coordenado pela CAGE, lançou a segunda edição do concurso

escolar Manifestações Artísticas Sobre Integridade, editado em parceria com a Secretaria de Educação. O concurso, destinado a alunos do Ensino Médio da rede estadual de Porto Alegre, distribuiu R\$ 40 mil em prêmios aos estudantes e professores orientadores dos trabalhos vencedores.

- Por meio do Tesouro do Estado, a Sefaz-RS lançou a primeira edição do PIT *Talks*, uma série de encontros cujo objetivo é compartilhar conhecimento sobre inovação e novas tecnologias no setor público.
- Seis novos painéis no Portal Transparência do Estado foram lançados com o objetivo de ampliar as informações disponíveis ao cidadão sobre a aplicação dos recursos destinados à mitigação da calamidade enfrentada pelo RS em maio. Os painéis especificam os valores recebidos e despendidos pelo Estado no enfrentamento da crise, destacando, por exemplo, os recursos destinados aos programas do Plano Rio Grande, ao programa Volta por Cima e ao Pronampe Gaúcho.
- No mês de novembro, a Sefaz-RS encaminhou o pedido de revisão do Plano do Regime de Recuperação Fiscal (PRRF), contemplando os cenários e projeções estabelecidos após as enchentes de maio. O pedido incluiu, além de outras premissas, os efeitos da suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União.
- O IPE Prev avançou no desenvolvimento da ferramenta IPE Prev *Data Base Analysis*, que tem por objetivo analisar e tratar, por meio de um processo automatizado, os dados de mais de 305 mil vínculos funcionais dos servidores do Regime Próprio de Previdência (RPPS) do RS.
- O programa Banrisul Reconstruir RS concentrou um conjunto de iniciativas para mitigação dos efeitos das enchentes de maio, incluindo isenção de tarifas e prorrogação de prazos para pessoas físicas e jurídicas no período emergencial. Também entre as

medidas, o Pronampe Gaúcho previu R\$ 250 milhões em crédito para MEIs, micro e pequenas empresas localizadas nos municípios em calamidade pública, que foram afetadas pelas enchentes. Outra iniciativa do programa foi a doação de R\$ 15 milhões para a recuperação de prédios públicos culturais atingidos na catástrofe, além de R\$ 10 milhões para patrocínio de projetos e eventos do setor da cultura.

- Em julho, o Banrisul anunciou R\$ 12,2 bilhões em crédito para produtores rurais, no

maior Plano Safra da história do banco. O plano de financiamentos prevê a destinação de parcela exclusiva para a agricultura familiar.

- Na 47ª edição da Expointer, o Banrisul totalizou R\$ 1,05 bilhão em negócios. Desse total, R\$ 376,6 milhões foram para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, tradicionalmente as operações de maior demanda na Expointer.

Prioridades para 2025

Quadro 7 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sefaz-RS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	686.190.858,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	191.436.481,00
Publicidade Institucional	85.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.051.000,00
Implementação de metodologia baseada em riscos no controle	1.519.859,00
Profisco - SEFAZ	72.024.750,00
Programa de Qualidade do Gasto	2.360.505,00
Gestão efetiva dos gastos tributários	25.505.732,00
Nota Fiscal Gaúcha	131.577.000,00

Quadro 8 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do IPE Prev

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Aprimoramento do Sistema de Controle de Arrecadação Previdenciária	300.000,00
Gestão da taxa de administração	300.000,00
Gestão do COMPREV	300.000,00
Aprimoramento das premissas econômicas e atuariais do RPPS/RS	300.000,00
Implementação do Sistema de Gestão Previdenciária (SGPREV)	2.600.000,00
Implementação da Pensão Previdenciária Eletrônica	270.000,00
Pró-Gestão RPPS - Modernização e qualificação da gestão previdenciária	4.450.000,00
Remuneração de Pessoal	39.789.987,00
Gestão de aposentadorias e pensões do Poder Executivo	18.203.644.930,00
Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos	458.148.155,00
Publicidade Institucional	500.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	32.204.127,00
Qualificação de Recursos Humanos	850.000,00
Outros encargos especiais	245.319.055,00

Quadro 9 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do Banrisul e de suas subsidiárias no PPA 2024-2027

EMPRESA	INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Banrisul	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	381.957.424,00
Banrisul Armazéns Gerais	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.550.000,00
Banrisul Pagamentos	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	29.169.179,91

SECRETARIA DA RECONSTRUÇÃO GAÚCHA

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG)²⁶ (**Quadro 10**) e pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) (**Quadro 11**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 12 e Quadro 13**).

Quadro 10 – Principais entregas da SERG em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Desenvolvimento de negócios e parcerias	Modelagem de parceria público-privada elaborada	unidade	2
	Proposta inicial de investimento realizada	unidade	4
Acompanhamento e fiscalização de concessões e parcerias	Vistoria realizada	unidade	46
	Nota técnica emitida	unidade	70
Enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos	Projeto estruturante qualificado no Plano Rio Grande	unidade	45

Quadro 11– Principais entregas da AGERGS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Regulação dos serviços das rodovias concedidas	Fiscalização da qualidade do serviço realizada	unidade	17
	Tarifa regulada	unidade	2
Regulação do serviço de energia elétrica - Convênio ANEEL	Fiscalização realizada	unidade	21
Regulação dos serviços públicos delegados da área do saneamento	Fiscalização técnica da qualidade do serviço realizada	unidade	46
	Fiscalização comercial da qualidade do serviço realizada	unidade	4
	Fiscalização por indicador da qualidade do serviço realizada	unidade	239
	Tarifa Regulada	unidade	2

Principais realizações em 2024

- O Programa Impulsiona RS credenciou as primeiras iniciativas de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões em municípios gaúchos. O objetivo do programa é apoiar, incentivar e acompanhar as cidades no desenvolvimento de projetos de parcerias nos serviços públicos.
- O projeto de PPP para construir e administrar um novo hospital público em Viamão, com capacidade para atender cerca de 500 leitos de média e alta complexidade, foi iniciado pela SERG. Esta é a primeira iniciativa de PPP na área da saúde promovida pelo Governo estadual.
- Outro projeto de PPP começou a ser estruturado pela SERG para promover a reforma e remodelação do Centro Administrativo Estadual Fernando Ferrari (CAFF), em parceria com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

²⁶ A SERG foi criada pela Lei Estadual nº 16.136/24, a qual renomeou e ampliou as competências da antiga Secretaria de Parcerias e Concessões (Separ).

- O projeto de PPP em Educação, que prevê parcerias para reformas, ampliações e manutenção de 99 escolas estaduais em 15 municípios avançou com uma audiência pública realizada em agosto.
- No fim de maio, foi sancionada a Lei Estadual nº. 16.134/2024, que instituiu o Plano Rio Grande – Plano de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul e o Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS), ambos sob governança da SERG. O Plano Rio Grande tem por objetivo propor medidas para atenuar os impactos causados pela calamidade climática que assolou o RS nos meses de abril e maio.
- A partir da instituição do Plano Rio Grande, a SERG assumiu a sua governança, funcionando como o órgão executivo que atua de forma isolada ou em conjunto com as demais pastas que compõem o Comitê Gestor do Plano. Além do Comitê Gestor, o Plano Rio Grande é gerido também por um Conselho com 182 representações do poder público e da sociedade civil e por um Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, que conta com 43 especialistas.
- O 1º Seminário de Rodovias Inteligentes, organizado pela SERG, apresentou exemplos de inovação e tecnologia nas estradas concedidas gaúchas. O evento reuniu gestores e servidores do Estado e da União, representantes de concessionárias de rodovias, entre outros participantes.
- A AGERGS, entre as ações promovidas para a regulação da distribuição de gás canalizado, autorizou as primeiras empresas gaúchas a migrarem para o mercado livre do serviço. A partir dessa ação, os consumidores industriais têm a liberdade para negociar suas necessidades do insumo com outros agentes fornecedores além da concessionária usual do serviço.
- Dentre as fiscalizações da qualidade dos serviços delegados realizadas pela AGERGS, foram executadas 17 ações nas rodovias concedidas, 12 ações nas estações rodoviárias concedidas, 10 ações na área do transporte intermunicipal hidroviário e 46 ações nos serviços de saneamento.

Prioridades para 2025

Quadro 12 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SERG

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	17.414.034,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.791.712,00
Publicidade Institucional	40.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	115.033,00
Desenvolvimento de negócios e parcerias	17.733.715,00
Acompanhamento e fiscalização de concessões e parcerias	1.700.000,00
Enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos	1.207.804.268,00

Quadro 13 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da AGERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Publicidade Institucional	300.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.074.443,00
Regulação da Concessão de Aeroportos	12.000,00
Regulação do serviço de distribuição do gás canalizado	3.360.736,00
Promoção da Participação Social	251.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Regulação do serviço de energia elétrica - Convênio ANEEL	720.406,00
Regulação dos serviços das Rodovias Concedidas	5.312.000,00
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Intermunicipal Hidroviário de Passageiros e Veículos	142.800,00
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	342.200,00
Regulação dos serviços públicos delegados das Estações Rodoviárias	122.000,00
Regulação dos serviços públicos delegados da área do Saneamento	4.388.912,00

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Comunicação (Secom) (**Quadro 14**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 15**).

Quadro 14 – Principais entregas da Secom em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Realização de eventos institucionais	Evento realizado	unidade	68
Gestão Estratégica da publicidade institucional do Estado	Ação de publicidade realizada	unidade	65
Modernização e qualificação da estrutura técnica da comunicação institucional	Equipamento adquirido e instalado	unidade	64
Digitalização, armazenamento seguro e catalogação do acervo de imagens do Estado	Armazenamento em nuvem com a PROCERGS contratado	unidade	1
	Ferramenta contratada para digitalização e catalogação do acervo	unidade	1
Aprimoramento do sistema de alinhamento de comunicação	Assessoria de comunicação orientada por normas que regem o sistema de alinhamento coordenado pela SECOM (seminários, workshops e manuais)	%	25
Potencialização das atividades e funções das emissoras públicas educativas	Papel das emissoras redefinido, por meio de ações e parcerias	%	30
Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	Retransmissora digitalizada	unidade	6

Principais realizações em 2024

- O Manual de Boas Práticas em Redes Sociais foi entregue aos coordenadores de comunicação do Governo e de secretarias, órgãos e instituições vinculadas em abril. O material é o primeiro documento produzido pelo executivo estadual com o objetivo de nortear a comunicação institucional nas plataformas digitais e busca promover a transparência e combater à desinformação.
- Ao longo do ano, foram realizados 43 eventos institucionais organizados pela Secom. Entre eles, estão o lançamento do programa Todo Jovem na Escola e do programa Mãe Gaúcha, a assinatura do Acordo de Resultados 2024 e a posse do Conselho do Plano Rio Grande.
- A TVE, em parceria com um museu de comunicação, promoveu uma exposição em homenagem aos 50 anos da emissora,

comemorados em março. A mostra apresentou momentos importantes da memória da TVE, além de itens do acervo e cenografia dos programas.

- Dentre as coberturas jornalísticas feitas pela TVE, destacam-se a transmissão ao vivo do carnaval de Porto Alegre, em fevereiro, e a cobertura especial do 52º Festival de Cinema de Gramado, ocorrido em abril. Em conjunto com uma rádio, a emissora também realizou uma cobertura completa ao vivo da 47ª Expointer.

- Durante o período emergencial das enchentes ocorridas em maio, a Secom capitaneou as ações de comunicação do Governo estadual com a imprensa e com a população. Por meio de uma força-tarefa que envolveu diversos setores da Secretaria, além de profissionais de outros órgãos, as ações de comunicação consolidaram o Governo do Estado como fonte de informações confiáveis sobre o desenrolar dos eventos climáticos.

- Para a divulgação das informações relativas aos serviços oferecidos aos atingidos pelas catástrofes climáticas, a Secom mantém o *site* SOS Rio Grande do Sul. O portal foi lançado ainda em 2023, mas foi reformulado após as fortes enchentes de maio de 2024. Possui atualização periódica e concentra informações como a lista de abrigos disponíveis, orientações sobre pedidos de socorro, acompanhamento das medições dos níveis das águas nos principais rios e lagos, situação do fornecimento de energia, luz e telefonia, entre outras informações.

- Em setembro, a Secom lançou o informativo Plano Rio Grande na tua Mão, de divulgação semanal pelos canais oficiais do Governo em duas redes sociais. A iniciativa integra a campanha Plano Rio Grande em Ação e oferecerá um resumo dos principais destaques da semana relacionados ao plano.

Prioridades para 2025

Quadro 15 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Secom

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	10.774.919,00
Aprimoramento da comunicação estratégica	60.000,00
Aprimoramento da regionalização das ações de governo com a segmentação da comunicação	10.000,00
Aprimoramento do sistema de alinhamento de comunicação	10.000,00
Comunicação digital governamental	2.676.500,00
Criação da Escola Gaúcha de Comunicação	10.000,00
Digitalização das retransmissoras da emissora pública TVE	10.000,00
Digitalização do acervo de imagens da TVE	10.000,00
Fomento à produção audiovisual	10.000,00
Gestão da comunicação governamental	170.000,00
Gestão estratégica da publicidade institucional do Estado	120.010.000,00
Modernização e qualificação da estrutura técnica das emissoras públicas	10.000,00
Pesquisas virtuais para aferir percepção sobre políticas públicas	10.000,00
Potencialização das atividades e funções das emissoras públicas educativas	2.322.000,00
Realização de eventos institucionais	10.000,00
Remuneração de Pessoal	33.483.402,00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Escritório de Desenvolvimento de Projetos

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul

Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) (**Quadro 16**) e pelos órgãos vinculados: Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) (**Quadro 17**), Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde) (**Quadro 18**) e Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) (**Quadro 19**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 20, Quadro 21, Quadro 22 e Quadro 23**).

Quadro 16 – Principais entregas da SPGG em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Canais integrados de atendimento ao cidadão	Atendimento realizado presencialmente na unidade central de atendimento Tudo Fácil	unidade	780.480
	Unidade central de atendimento Tudo Fácil implantada	unidade	2
Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	Recurso captado	R\$	2.790.000.000
Disponibilização do RS.GOV.BR	Login GOV. BR no serviço digital que necessite login implementado	%	38
Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)	Interface do geoportal atualizada	%	100
	Portal e licença atualizada	%	23
Otimização do sistema Gestão Patrimonial do Estado (GPE) e higienização de dados	Melhoria de funcionalidade do sistema Gestão Patrimonial do Estado (GPE) implantada	unidade	7
	Imóvel regularizado	unidade	410
Planejamento regional por meio da participação popular	Consulta popular realizada	unidade	1

Quadro 17 – Principais entregas do EDP em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	Projeto Estratégico Designado desenvolvido	%	100

Quadro 18 – Principais entregas do Ipe Saúde em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Gestão da saúde do servidor público	Atendimento prestado	unidade	14.344.404

Quadro 19 – Principais entregas do Procergs em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Prestação de Serviços de TIC para o setor público	Transação disponibilizada	unidade	91.000

Principais realizações em 2024

- O Governo do Estado contratará financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul – Progestão RS. A contribuição do

Progestão RS ocorrerá em áreas transversais do governo, incluindo racionalização do gasto com pessoal ativo e inativo, modernização das compras governamentais, racionalização dos gastos com patrimônio e dos investimentos públicos, bem como em três setores estratégicos: saúde, educação e assistência social. Nesse ano foram captados R\$ 2.790.000.000,00.

- A Consulta Popular recebeu 1.120 sugestões de projetos pela população. Para esta edição do processo, a administração estadual destinará R\$ 60 milhões para a execução das propostas aprovadas. Instituída em 1998 como um instrumento de democracia participativa, a Consulta Popular é uma ferramenta que dá oportunidade para o cidadão decidir, por meio do envio de propostas e de votação popular, as prioridades regionais que poderão receber financiamento do orçamento estadual, cujo valor é fixado anualmente.

- Com 26 anos de atividades no Rio Grande do Sul, neste ano, as unidades Tudo Fácil totalizaram 780.480 atendimentos presenciais ao cidadão. Além das três sedes na capital, a Central de Serviços ao Cidadão conta com unidades nas cidades de Caxias do Sul, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria.

- O novo módulo de Usucapião no Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado (GPEWEB) agregou uma funcionalidade que otimiza o trabalho, agilizando a resposta a todos os processos judiciais e extrajudiciais de usucapião nos quais o Estado precisa se manifestar sobre o interesse ou não no imóvel objeto da demanda. Antes da implementação deste novo módulo, o Sistema GPE não permitia a pesquisa única por diversos logradouros e matrículas/transcrições.

- Em função do desastre climático de 2024, a Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais do Rio Grande do Sul (IEDE/RS), juntamente

com outros órgãos do Executivo, auxiliou na organização de dados espaciais, visando identificar estruturas atingidas pelas cheias. Os dados dessas imagens serviram de subsídio para a delimitação da mancha de inundação do Estado, a qual permitiu identificar as edificações atingidas pelo evento. Com base nos dados da área atingida e a localização de equipamentos públicos e endereços, foi elaborado o Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP) que auxiliou os programas Volta por Cima e Pix SOS Rio Grande do Sul. A estratégia de mapeamento a partir de imagens de satélite cruzou dados do CadÚnico com as áreas afetadas pelas cheias, permitindo que o repasse fosse realizado de maneira rápida e eficaz, sem a necessidade de cadastro das famílias. Na parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), foi desenvolvida a plataforma Roadmap climático, criada para auxiliar e engajar os municípios no enfrentamento das mudanças climáticas no Estado do Rio Grande do Sul. Por meio da coleta de dados e diagnóstico da situação atual, será possível desenvolver estratégias de governança climática multinível para qualificar as ações promovidas pelo Estado e pelos municípios. Este projeto foi apresentado na COP 29 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024), realizada em novembro de 2024. Ambas plataformas estão disponíveis na estrutura da IEDE/RS. Também merece menção o desenvolvimento do novo portal, que tornará a navegação mais fluida e intuitiva e possibilitará a inserção de metadados dos dados geoespaciais do Estado na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

- Pelo terceiro ano consecutivo o rs.gov.br está entre os 10 melhores portais do Brasil no *ranking* do Prêmio iBest, que destaca os melhores serviços do ambiente digital brasileiro em diversos segmentos. O rs.gov.br concentra 758 serviços estaduais,

96% deles digitais, com média de 6,9 milhões de acessos mensais.

- O IPE Saúde está entre as instituições reconhecidas com o Selo de Integridade para Órgãos da Administração Pública Estadual 2024, na primeira fase do programa, lançado pelo Comitê de Integridade Pública do Rio Grande do Sul (CIP). O selo reconhece o compromisso do órgão com a promoção de práticas éticas, transparentes e eficazes na gestão pública, premiando o esforço contínuo em fortalecer a governança, prevenir a corrupção e promover a integridade no setor público. Dentre as realizações do IPE Saúde nesse ano destacam-se: a publicação das normativas que alteram o modelo de remuneração dos hospitais credenciados ao sistema e criam a recategorização dos hospitais, por meio de uma metodologia que se baseia na premissa de remuneração dos serviços e ressarcimento de medicamentos e insumos, tornando mais assertiva a apuração do gasto e a previsibilidade no pagamento das contas; e a prestação de 14.344.404 atendimentos aos usuários.
- A Procergs conquistou o prêmio Conip 2024, na categoria de Inclusão Digital,

através do projeto Nota Fiscal Fácil – Simplificação na Palma da Mão. O projeto disponibiliza um aplicativo para pequenos contribuintes, como produtores rurais, transportadores autônomos, microempreendedores individuais e varejistas, permitindo a emissão gratuita de documentos fiscais eletrônicos. Destaca-se ainda que, por ocasião do desastre climático, a Procergs disponibilizou as seguintes soluções: Portal SOS Enchentes, que concentra diversas informações e serviços de interesse da população e órgãos públicos, e o Sistema de Gestão dos Pets, o SisPetRS, ferramenta desenvolvida com o objetivo de viabilizar o registro de informações essenciais dos animais abrigados em virtude das enchentes, como o número de animais, *status* de castração, microchipagem, vacinação e campanhas de adoção. Além disso, no mês de outubro foi implantada a nova plataforma da Receita Estadual para inscrição automática e apoio ao MEI, que permite um melhor gerenciamento por parte da administração pública e fornece um mecanismo de comunicação unificado com o MEI.

Prioridades para 2025

Quadro 20 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SPGG

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Planejamento regional por meio da participação popular	91.500.000,00
Iconicidades	550.000,00
Capitalização de Empresas Estatais	50.000,00
Remuneração de Pessoal	259.633.349,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	207.088.840,00
Publicidade Institucional	75.000,00
Ampliação da capacidade institucional para a realização de compras públicas de forma centralizada e otimizada	1.250.000,00
Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)	4.000.000,00
Elaboração e publicação de indicadores e estudos socioeconômicos	104.000,00
Estratégia RS Data-driven	310.000,00
Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	1.230.000,00
Laboratório de Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação do RS - LabTech RS	100.000,00
Gestão dos serviços compartilhados	798.000,00
Otimização e eficiência na gestão da frota	2.887.161,00
Melhorias em sistemas transversais	22.153.304,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Gestão documental	1.316.089,00
Sistema de governança	910.000,00
Fortalecimento da rede de planejamento, governança e gestão	100.000,00
Canais integrados de atendimento ao cidadão	36.855.687,00
Disponibilização do RS.GOV.BR	1.201.200,00
Gestão eficiente de imóveis públicos estaduais	510.000,00
Manutenção e preservação dos bens dominiais	539.068,00
Otimização do sistema Gestão Patrimonial do Estado (GPE) e higienização de dados	36.000,00
Projetos estruturantes do Complexo Administrativo do Estado (CAE) e anexos	22.100.819,00
Implantação da estratégia BIMGov-RS (Building Modeling Information)	1.150.000,00
Sistemas estruturantes de gestão de pessoas	20.000,00
Promoção da qualidade de vida no trabalho	6.032.946,00
Qualificação da Escola de Governo	1.390.000,00
Qualificação da Escola de Educação Infantil do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)	340.000,00

Quadro 21 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do EDP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	10.000,00
Apoio ao Gerenciamento de Projetos	10.000,00
Remuneração de Pessoal	7.759.459,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	687.053,00
Publicidade Institucional	150.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Outros encargos especiais	1.378.315,00

Quadro 22 - Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do IPE Saúde

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Gestão da Saúde do Servidor Público	3.531.635.728,00
Gestão da Saúde de Conveniados a Entidades de Registro Profissional	10.000,00
Gestão do Conhecimento	400.000,00
Outros encargos especiais	91.146.050,00
Serviço da dívida	24.000.000,00
Remuneração de Pessoal	50.322.632,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	131.178.234,00
Publicidade Institucional	2.000.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	750.000,00

Quadro 23 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Procergs

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Prestação de Serviços de TIC para o setor público	25.000.000,00

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS) (**Quadro 24**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 25**).

Quadro 24 – Principais entregas da PGE-RS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	Conjunto de automação de processo desenvolvido	unidade	1
	Parque Tecnológico modernizado	%	79
Aprimoramento da atuação voltada para a redução dos gastos e proteção dos recursos públicos	Mecanismo de mensuração da economia gerada pela atuação jurídica ampliado e aperfeiçoado	%	25
Fortalecimento da gestão dos passivos contingentes	Sistema de controle de processo judicial modernizado	%	25
	Sistema de pagamento digital de débito fiscal judicializado implementado	%	0
Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal	Sistema informatizado de cobrança judicial modernizado	%	20

Principais realizações em 2024

- A PGE-RS foi a vencedora do Prêmio de Inovação J.Ex 2024, na categoria Laboratórios de Inovação, com o projeto DESENVOLVEMOS: transformando usuários em desenvolvedores para a transformação digital. A distinção reconhece e incentiva iniciativas inovadoras no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no Ecossistema de Justiça. A Procuradoria concorreu também na categoria Inovação na Gestão, com o projeto A jornada de transformação digital na conciliação de precatórios do RS: eficiência na concretização de direitos do cidadão, que recebeu uma placa de reconhecimento.
- O objetivo do projeto DESENVOLVEMOS é multiplicar a capacidade de desenvolvimento de ferramentas tecnológicas (em especial, aplicativos e robôs), capacitando colaboradores, especialmente usuários, para criarem e implementarem soluções inovadoras de forma ágil e integrada, promovendo a automação e a eficiência dos processos organizacionais.
- A Jornada de Transformação Digital na Conciliação de Precatórios do RS: Eficiência na Concretização de Direitos do Cidadão é um projeto que reúne uma série de soluções inovadoras no âmbito da administração pública estadual, os quais possibilitaram a automação do processo de negociação de precatórios. Uma dessas soluções foi o desenvolvimento de um aplicativo para otimizar os fluxos de trabalho no que tange às negociações de precatórios. Os resultados são visíveis: na oitava rodada de negociações, em apenas 12 meses de trabalho utilizando o App-CCP, houve uma baixa de R\$ 1,89 bilhão no estoque da dívida, representando 12.342 propostas oferecidas; enquanto nas rodadas de conciliação tradicionais realizadas anteriormente, ao longo de 72 meses, a baixa foi de R\$ 1,57 bilhão do estoque de precatórios, por meio de 12.522 acordos. Atualmente, já foram oferecidas 32.564 propostas de acordo, com valores de R\$ 5,86 bilhões.
- Avançou-se no fortalecimento da gestão dos passivos judiciais, identificando-se e monitorando-se riscos judiciais no montante de R\$ 60 bilhões em passivos contingentes e R\$ 20 bilhões em passivos consolidados. Com o aprimoramento da atuação jurídica voltada para a redução dos gastos e proteção dos recursos públicos, estima-se uma economia jurídica de R\$ 2,5 bilhões.
- Já com a modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal, aumentou-se a eficiência e a efetividade na

recuperação de ativos e no combate à fraude fiscal. A evolução na gestão estratégica da cobrança judicial do estoque da dívida ativa resultou no incremento das receitas do Estado com a arrecadação de quase R\$ 700 milhões. Além disso, foi realizada a extinção de cerca de R\$ 1 bilhão, qualificando-se o

estoque da dívida ativa; e atingiu-se o montante de R\$ 4,6 bilhões do estoque da dívida ativa judicial com negociações efetivadas, o que garante a futura recuperação judicial de créditos para o Estado.

Prioridades para 2025

Quadro 25 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da PGE-RS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	44.469.868,00
Modernização da infraestrutura de apoio ao Sistema de Advocacia de Estado	1.947.500,00
Profisco - PGE	13.363.700,00
Publicidade Institucional	110.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	157.926,00
Remuneração de Pessoal	413.267.700,00

Eixo sociedade inclusiva, justa e feliz

Para alcançar uma sociedade inclusiva, justa e feliz, ressaltam-se os esforços do Gabinete do Vice-Governador (GVG), da Casa Militar (CM) e de várias secretarias, incluindo de seus órgãos vinculados, principalmente as destacadas nesta seção.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Em 2024, o GVG atuou na articulação de ações em temas estratégicos para o Governo do Estado, por meio do Gabinete de Projetos Especiais (GPE). A seguir, encontram-se as descrições em tópicos das principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 26**).

Principais realizações em 2024

- No que se refere às ações de resposta aos eventos climáticos que assolaram o Estado em 2024, destacam-se as atuações do GVG: na articulação de ações emergenciais de resgate, assistência humanitária e reestabelecimento dos serviços públicos

essenciais, em especial nos municípios de Santa Cruz do Sul, Lajeado, Santa Maria e da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — localidades nas quais ficou a cargo da coordenação dos Gabinetes de Crise avançados; na coordenação do Programa Emergencial de Manejo da População de Cães e Gatos em Abrigos; e na condução do projeto de construção dos Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs), que consistem em uma solução entre os abrigos emergenciais e as moradias definitivas para as famílias que perderam suas casas e que não dispõem de outra moradia.

- Quanto à reconstrução do Estado, salienta-se a condução das reuniões das Câmaras Temáticas do Conselho do Plano Rio Grande, que promoveram a discussão e o encaminhamento das pautas de diversos setores para os órgãos competentes. Além disso, destaca-se a criação do Partiu Futuro Reconstrução, cuja execução ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), programa de contratação de jovens aprendizes no setor público que ofertou 1,5 mil vagas para jovens entre 14 e 22 anos em situação de vulnerabilidade que foram afetados pelas enchentes.

- Em relação ao Primeira Infância RS, ressalta-se a atuação do GPE na coordenação do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (Ceipi), responsável pela elaboração do Plano Estadual pela Primeira Infância (Pepi). Além das reuniões ordinárias do Comitê, ao longo do ano, foram realizadas diversas oficinas para a formulação do Plano com representantes de órgãos do Executivo, do Judiciário, órgãos de controle e sociedade civil. Uma vez cumpridas todas as etapas de elaboração, o Pepi será submetido a uma consulta pública e, em seguida, apresentado ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedica), antes de ser encaminhado à Assembleia Legislativa para apreciação.

- Em conjunto com a Secretaria da Educação (Seduc), em 2024 foi lançado o novo Todo Jovem na Escola, programa que oferece auxílio financeiro a estudantes da rede estadual, com o objetivo de combater a evasão e o abandono escolar. Além da bolsa permanência mensal, que já integrava a política pública, outros auxílios passaram a ser oferecidos, tais como a bolsa auxílio material escolar e a poupança aprovação.

- Ainda no âmbito da educação, com execução da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) e em parceria com a Seduc, foram realizadas duas seleções para o programa Professor do Amanhã, que oferta bolsas mensais, tanto para os estudantes quanto para as instituições de ensino, em cursos de licenciatura a fim de suprir as necessidades da educação pública no Estado.

- Coordenada pelo GPE, a edição do *South Summit Brazil (SSB)* de 2024 reuniu 23,5 mil pessoas, de 55 países, dentre as quais estiveram mais de 800 palestrantes, mais de 900 investidores, representantes de 140 fundos de investimento nacionais e internacionais, de sete mil empresas e de mais de três mil startups. A próxima edição do SSB, que será realizada em abril de 2025, será focada na retomada de setores-chave para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, em estratégia alinhada ao Plano Rio Grande.

- A temporada 2023-2024 da Operação Verão Total (OVT), coordenada pelo GPE, reuniu quase 40 órgãos do governo do Estado, que estiveram presentes em todo o litoral gaúcho levando serviços, informação e segurança para banhistas, moradores e turistas durante os três meses do veraneio por meio de ações divididas em cinco eixos temáticos: Segurança Pública, Bem-Estar Social, Desenvolvimento Econômico, Mobilidade e Comunicação.

Prioridades para 2025

Quadro 26 - Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do GVG

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.759.784,00
Remuneração de Pessoal	4.512.561,00

CASA MILITAR

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela CM (**Quadro 27**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 28**).

Quadro 27 – Principais entregas da CM em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD)	Legislação da Defesa Civil atualizada	%	60
	Plano de contingência recebido	%	77
	Plataforma do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD) atualizada	%	80
Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres instalado	%	20
Promoção de ações de educação, capacitação e conscientização	Capacitação realizada	unidade	9
Sistema de acumulação de água para consumo humano	Cisterna comunitária adquirida e instalada	unidade	38

Principais realizações

- A CM atuou fortemente na emissão de alertas, na coordenação e no reforço de ações para auxiliar a população atingida por eventos climáticos adversos, em cooperação com outras instituições, como o Comando Militar do Sul e a Força Nacional, em especial durante enchentes de abril e maio.
- Coordenou ações de resgate, de contingência e de recepção, armazenamento e distribuição de doações, e apoio a atingidos por eventos climáticos.
- Divulgou balanços das enchentes três vezes ao dia com números de municípios e de

peças afetadas pela enchente, de desaparecidos e de óbitos.

- A CM elaborou projeto de lei, encaminhado pelo Governador à Assembleia Legislativa, com o objetivo de instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil e organizar o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Rio Grande do Sul.
- Com o objetivo de garantir um ambiente de alta disponibilidade e redundância de serviços em diversas áreas, favorecendo a eficácia na gestão estratégica de eventos críticos, a CM elaborou diversos documentos necessários à implementação do Centro

Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres do Rio Grande do Sul.

- Com a finalidade de identificar e avaliar gases em ambientes específicos, a fim de averiguar se ele é seguro para a presença humana, a CM distribuiu 15 kits de detecção de gás, adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil. Foram disponibilizados 14 para o Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) e um para a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam).
- O Centro de Operações de Proteção e Defesa Civil (Codec), desenvolveu um assistente automatizado de atendimento ao cidadão. Ao entrar em contato com o Codec através de mensagem em uma rede social, é possível interagir com um sistema que identifica qual o tipo de atendimento é solicitado.
- A partir da assinatura de acordo de cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União, o Estado obteve mais fontes para detectar áreas atingidas e realizar recortes de áreas e da população afetada por eventos climáticos adversos, facilitando a elaboração de políticas específicas para a população diretamente atingida pelas enchentes e o levantamento de dados necessários para a elaboração de planos de reconstrução.
- Coordenou, junto com o Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), no âmbito do Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução (EP2R), o mapeamento de áreas atingidas pela enchente. O objetivo foi subsidiar os planos de trabalho para o restabelecimento e a reconstrução das áreas afetadas.
- Repassou mais de R\$ 101 milhões em recursos a municípios afetados pelo desastre de maio de 2024, oriundos do Fundo de Proteção e Defesa Civil. Os recursos foram disponibilizados para subsidiar ações de socorro e assistência emergenciais às

populações afetadas, despesas de custeio operacional, ações de recuperação de áreas de risco e, também, ações de caráter emergencial destinadas a restabelecer as condições anteriores à enchente e os serviços essenciais à população.

- Em agosto, a CM instalou um Radar Meteorológico no Morro da Polícia, em Porto Alegre. O equipamento possui um raio de 150 km de extensão, abrangendo a Região Metropolitana, e traz informações em intervalos de curto e curtíssimo prazo, conhecidas como *nowcasting*, melhorando a previsibilidade de eventos como ventos e chuvas intensas, granizo, tornados e microexplosões.
- Através da subchefia de Defesa Civil, a Casa Militar articulou ações junto ao Município de Pelotas para garantir a proteção à vida de moradores, frente ao risco de rompimento de duas barragens no local. Foram feitas medidas como a orientação e retirada da população de áreas consideradas de risco e, também, medidas de contingência para redirecionar o fluxo de água para regiões inabitadas.
- Através da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Rio Grande do Sul, a CM participou da atualização do Plano de Ação de Emergência das Barragens da Companhia Energética Rio das Antas.
- Com apoio do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados, a CM iniciou a elaboração do Planejamento de Contingência para Desastres Socioambientais do Rio Grande do Sul.
- Em novembro, os profissionais de saúde e defesa civil do Estado participaram de treinamento sobre gestão de emergências ministrado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos da América. Foram abordados a doutrina internacional para gestão de emergências e

processos de preparação, resposta e recuperação.

- Foi disponibilizada, em todo Estado, uma nova ferramenta, chamada Defesa Civil Alerta, que utiliza a rede celular para enviar alertas em aparelhos celulares com aviso sonoro e vibratório que se sobressai a

qualquer outro conteúdo. A tecnologia foi desenvolvida pela Anatel em parceria com quatro grandes operadoras de telefonia. Ela será integrada aos outros sistemas de alerta já utilizados para ser empregada em situações de desastres extremos ou severos, com risco iminente à população.

Prioridades para 2025

Quadro 28 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CM

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	9.075.075,00
Remuneração de Pessoal	14.795.671,00
Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (SEGIRD)	200.605.333,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura - Fundo Estadual de Defesa Civil	22.360.100,00
Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres	151.510.000,00
Promoção de ações de educação, capacitação e conscientização	2.397.462,00
Sistema de acumulação de água para consumo humano	120.000,00

SECRETARIA DA CASA CIVIL

Abaixo encontram-se algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Casa Civil (**Quadro 29**). Após, constam as descrições em tópicos das principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 30**).

Quadro 29 – Principais entregas da CM em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Qualificação das ações de promoção de transparência ativa e governança de dados	Conjunto de dados dos atos oficiais normas do Governador do Estado inserido e disponibilizado	%	9,56
	Portal de Pesquisa de Atos Oficiais e Normas do Governador do Estado implantado	%	55
Sensibilização de gestores públicos sobre a política de dados abertos	Regramento de dados abertos atualizado	%	20
Recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria	Estrutura/Prédio público requalificado/recuperado	%	25

Principais realizações em 2024

- No que se refere às ações de resposta aos eventos climáticos que assolaram o Estado em 2024, destacam-se as atuações da Casa Civil: na coordenação do gabinete de crise da

Serra e Alto Taquari, responsável pela articulação de ações emergenciais de resgate, assistência humanitária e reestabelecimento dos serviços públicos essenciais nessas regiões; na organização, em conjunto com a Defesa Civil, da logística para entrega das doações recebidas pelo Estado; e no Comitê Gestor do pix SOS Rio Grande do Sul, que definiu os critérios e possibilitou a distribuição dos recursos doados a 36.829 famílias em situação de vulnerabilidade, aos MEIs e aos agricultores familiares atingidos pelas enchentes. Ressalta-se, ainda, a atuação da Casa Civil nos Comitês Gestores do Plano Rio Grande e do FUNRIGS.

- Em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), a Casa Civil coordenou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável, que mobilizou lideranças do governo, do setor privado e da academia para traçar estratégias e ações a serem adotadas com a finalidade de impulsionar PIB do Estado, impactando positivamente o crescimento econômico e a vida dos cidadãos. O Plano, lançado em outubro, apresenta cinco prioridades estratégicas,

quais sejam: capital humano, ambiente de negócios, inovação, infraestrutura e recursos naturais.

- A Casa Civil, que está à frente dos estudos que o Rio Grande do Sul realiza para atrair investimentos em hidrogênio verde, compôs a comitiva do Governo do Estado na Missão Oficial à Ásia. Na ocasião, foram assinados memorandos de entendimento com os governos chinês e japonês, bem como com empresas de ambos os países, para a captação de recursos e a realização de estudos para a implantação da cadeia do hidrogênio verde (H2V) no Estado, a fim de torná-lo referência em energia sustentável e inovação.

A Ouvidoria Geral do Estado (OGE-RS), estrutura vinculada à Casa Civil, iniciou o agendamento *online* de atendimento presencial, visando proporcionar maior comodidade e facilidade para quem precisa de atendimento. Além disso, neste ano foi realizado um evento para marcar os 10 anos da Ouvidoria do SUS, fruto de uma parceria com a Secretaria da Saúde (SES), que reuniu cerca de 200 pessoas vindas de todas as regiões do Estado.

Prioridades para 2025

Quadro 30 - Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Casa Civil

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	13.375.048,00
Qualificação da entrega de políticas e serviços públicos de forma integrada nos territórios do RS Seguro	1.715.670,00
Recuperação, preservação, readequação e requalificação dos prédios do Complexo da Governadoria	2.272.206,00
Remuneração de Pessoal	68.414.032,00

SECRETARIA DA CULTURA

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
Fundação Theatro São Pedro

A seguir constam algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Cultura (Sedac) (**Quadro 31**) e pelos seus órgãos vinculados: Fundação

Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) (**Quadro 32**) e Fundação Theatro São Pedro (FTSP) (**Quadro 33**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 34, Quadro 35 e Quadro 36**).

Quadro 31 – Principais entregas da Sedac em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Fomento à Cultura	Recurso da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) Liberado	R\$	66.000.000,00
	Repasse federal para o fomento e ações de apoio ao setor da cultura liberado	R\$	163.155.702,54
Fortalecimento e ampliação da governança do Sistema Estadual de Cultura	Evento apoiado	unidade	51
	Conferência Estadual de Cultura realizada	unidade	1
Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	Ciclo de residência criativa realizado	unidade	1
Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	Curso de qualificação técnica realizado	unidade	13
	Pessoa qualificada em curso realizado	unidade	2.955
Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	Bem tombado fiscalizado	unidade	73
	Inventário cultural realizado	unidade	19
Qualificação da gestão museológica e de memória	Acervo restaurado, catalogado, digitalizado e disponibilizado ao público	unidade	44
Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	Obra executada	unidade	10
	Projeto elaborado	unidade	11
Manutenção e requalificação das instituições culturais	Mobiliário e equipamento modernizado	unidade	17

Quadro 32 – Principais entregas da FOSPA em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Realização das atividades da Escola de Música e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	Apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) realizada	unidade	50
	Apresentação da Escola de Música da OSPA realizada	unidade	37
	Aluno atendido pela Escola de Música da OSPA	unidade	280
	Público contemplado em apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	unidade	74.160

Quadro 33 – Principais entregas da FTSP em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Realização de atividades no Complexo do Theatro São Pedro	Público atendido em atividade artística e cultural	unidade	80.171
	Público atendido em visita guiada	unidade	4.000

Principais realizações em 2024

- Por meio do Sistema Estadual de Cultura, do Sistema Estadual de Museus e do Sistema Estadual de Bibliotecas, a Sedac desempenhou relevante papel no monitoramento e na recuperação do patrimônio cultural afetado pelas enchentes de maio. Entre as ações realizadas, destacam-se o acompanhamento técnico aos dirigentes de cultura, a orientação para resgate e a recuperação de acervos e a criação de um protocolo de salvamento e salvaguarda de bens culturais. Em adição, foram promovidas campanhas como Juntos pela Leitura no RS e a oferta de atividades

culturais e *kits* literários em abrigos, reforçando a dimensão social e educativa da cultura no apoio emergencial.

- Também como medida para a recuperação de equipamentos culturais, retomada de eventos e apoio aos empreendedores criativos afetados pelas enchentes de maio de 2024, a Sedac intensificou suas ações de fomento à cultura. Nesse sentido, foram realizados pagamentos antecipados de recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG), bem como o chamamento de 27 suplentes com aplicação dos rendimentos dos recursos da LPG. Além disso, por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), foram contemplados 359 projetos culturais, através da publicação de oito editais com recursos descentralizados da União para apoio ao setor da cultura, totalizando no Estado um investimento total de R\$ 67,6 milhões.

- O Estado ultrapassou a marca de R\$ 60 milhões investidos em 2024 por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Esse resultado reflete o novo modelo de seleção de projetos adotado, que garantiu maior eficiência ao processo de liberação dos recursos. Foram aprovados 132 projetos para execução no segundo semestre de 2024 e no primeiro de 2025, complementados por outros 13, com foco na restauração do patrimônio cultural.

- A Sedac realizou investimentos na preservação do patrimônio cultural, com destaque para o início da reforma de um museu de história, que recebeu recursos no valor de R\$ 11,1 milhões, e para a continuidade das obras da nova sede do de

um museu de arte contemporânea, com aporte de R\$ 3,2 milhões.

- A iniciativa Autor Presente foi ampliada por meio da contratação de 150 escritores, mediadores de leitura, contadores de histórias e especialistas para a realização de atividades relacionadas à literatura junto ao público escolar, além da capacitação de professores. O projeto também incluiu a aquisição de obras literárias. Realizada em parceria com o programa RS Seguro COMunidades, a iniciativa contou com um investimento de R\$ 620 mil.

- A iniciativa Artista na Escola selecionou 40 projetos, os quais serão executados em 13 cidades do Rio Grande do Sul. O programa foi concebido para apoiar propostas de atividades artísticas com orientação pedagógica, a serem desenvolvidas em escolas públicas localizadas em territórios priorizados pelo programa RS Seguro COMunidade. Com um investimento total de R\$ 750 mil, cada projeto recebe R\$ 18.750 para cobrir os custos de planejamento e execução, promovendo o acesso à arte e à educação de qualidade em comunidades prioritárias.

- A Sedac promoveu a 6ª edição do Dia Estadual do Patrimônio Cultural, ocasião em que foram realizadas 273 atividades em 67 municípios, mobilizando 255 instituições culturais. A programação incluiu exposições, oficinas, *performances* artísticas, visitas guiadas e rodas de conversa, além de iniciativas voltadas à recuperação de acervos afetados por enchentes de maio de 2024.

Prioridades para 2025

Quadro 34 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedac

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fomento à cultura	108.040.564,00
Preservação e promoção dos Institutos Culturais	9.281.511,00
Pesquisa, formação e qualificação na área cultural	17.760.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fortalecimento e ampliação da rede de Pontos de Cultura do RS	10.000,00
Ampliação da produção, do acesso e da fruição aos bens culturais a populações em situação de vulnerabilidade	3.251.260,00
Fortalecimento e ampliação da governança do Sistema Estadual de Cultura	65.000,00
Promoção de ações corretivas e preventivas para a preservação do patrimônio cultural	10.000,00
Restauração e requalificação de equipamentos culturais e conjuntos históricos	9.872.000,00
Manutenção e requalificação das instituições culturais	13.807.320,00
Sustentabilidade energética	10.000,00
Qualificação da gestão museológica e de memória	10.000,00
Pesquisa, capacitação e formação na área da economia criativa	866.840,00
Fomento à cadeia criativa	10.000,00
Atividades de mediação de leitura no ambiente escolar	530.298,00
Ações educativas relacionadas às diferentes expressões artísticas no âmbito escolar (Arte com educação)	29.225.000,00
Adaptação das Instituições Culturais para a Primeira Infância	10.000,00
Remuneração de Pessoal	45.301.379,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.910.618,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

Quadro 35 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do FOSPA

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Serviço da dívida	4.571,00
Outros encargos especiais	7.177.758,00
Remuneração de Pessoal	12.663.582,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.560.052,00
Formação de cantores líricos	10.000,00
Realização das atividades da Escola de Música e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)	2.183.823,00
Conservação e reaparelhamento do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	550.528,00
Realização das obras do Complexo Cultural Casa da OSPA e Escola de Música	10.000,00
Publicidade Institucional	100.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

Quadro 36 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do FTSP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Conservação e reaparelhamento do Theatro São Pedro	40.000,00
Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro e Multipalco	10.000,00
Capacitação de atores	10.000,00
Realização de atividades no Complexo do Theatro São Pedro	60.000,00
Produção de produtos de mídia digital	10.000,00
Remuneração de Pessoal	1.778.119,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.494.529,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Outros encargos especiais	394.200,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

A seguir são indicadas algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Educação (Seduc) (**Quadro 37**) e pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSC) (**Quadro 38**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 39 e Quadro 40**).

Quadro 37 – Principais entregas da Seduc em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Qualificação da rede pública Estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos – Educação Básica	Escola com aquisição de mobiliário e equipamentos conforme projeto pedagógico	unidade	231
Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	Escola de Educação Básica reformada parcial ou totalmente	unidade	170
Qualificação da rede pública Estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos – Educação Profissional e Técnica	Escola com aquisição de mobiliário e equipamentos conforme projeto pedagógico	unidade	29
Ações de cuidado e bem estar escolar	Profissional da educação formado em Educação Antirracista	%	35
	Escola com projeto de combate à violência escolar implantado	unidade	563
	Escola com Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE implementada	%	88
Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	Escola de Educação Básica com avaliação diagnóstica e formativa realizadas	%	94
Apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	unidade	58.867
Gestão pedagógica das escolas	Escola com programa de tutoria implantado	%	71,3
	Tutor formado	unidade	224
Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	Escola de ensino médio em tempo integral implantada	%	18
Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	Escola com 5º itinerário implantado	unidade	29
Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	Aluno matriculado em curso técnico subsequente ou concomitante	unidade	17.050
Fortalecimento das modalidades na perspectiva da educação inclusiva	Estudante público-alvo da educação especial com atendimento educacional especializado	unidade	27.244
Desenvolvimento dos profissionais da educação	Professor formado (total, incluindo formações específicas de outras iniciativas)	%	60

Quadro 38 – Principais entregas da FETLSC em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ações preventivas para a aprendizagem	Atendimento individual realizado - reforço e monitoria	unidade	3304
	Evento extra-classe/atividade complementar realizada	h	500
Apoio ao desenvolvimento de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento humano	Aluno participante em feira de ciências	unidade	2078
Formação profissional para capital humano qualificado	Aluno matriculado em curso técnico ofertado	unidade	2.557
Incentivo a qualificação e empreendedorismo	Participante em seminário organizado	unidade	2.725

Principais realizações em 2024

- O início do ano letivo de 2024 no mês de fevereiro foi marcado pela reinauguração do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, após um investimento de R\$ 23,4 milhões para restauração e modernização do mobiliário e do imóvel, do auditório, do ginásio e dos pisos, adequações às legislações de segurança contra incêndio e acessibilidade, recuperação de instalações elétricas e esquadrias e readequação de espaços. Foram reformados o saguão, a fachada, 20 salas de aula, refeitório, banheiros, ginásio com quadra poliesportiva e palco, auditório com 392 lugares, três laboratórios (Química, Biologia e Artes e

Serigrafia), três quadras esportivas descobertas, cozinha e pátio.

- No mês de março, dentro da programação do *South Summit* foi organizada a 3ª edição da Maratona de Inovação HackaTchê 2024, com o intuito de fomentar projetos inovadores ao conectar os alunos e demais membros da Rede Estadual ao ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul, promovendo um ambiente de criação e compartilhamento de ideias voltadas para a melhoria do dia a dia das comunidades escolares. A partir da mentoria de especialistas, os estudantes conseguiram refletir, reavaliar e aprimorar o processo de modelagem dos seus projetos.

- Por conta da situação de calamidade pública que afetou todas as regiões do Rio Grande do Sul, a Seduc lançou uma série de recursos para ajudar a comunidade escolar e toda a rede estadual. A iniciativa foi uma forma de orientar as equipes diretivas e os professores sobre o cenário de crise meteorológica provocado pelas enchentes e pelos alagamentos de maio de 2024. Os materiais ajudam a enfrentar na prática questões que envolvem os impactos causados pelas chuvas intensas na rotina escolar e no processo de ensino e aprendizagem. Com ênfase no acolhimento e no bem-estar dos estudantes e dos profissionais da educação, os textos pedagógicos enfatizam e sugerem atividades que promovam a solidariedade e a empatia nesse momento de dificuldade coletiva. Também foram disponibilizadas diretrizes administrativas para lidar com situações específicas, como a transferência de bens e mobiliários entre escolas e a possibilidade de doação de alimentos para a comunidade escolar no caso de instituições de ensino que não puderam retornar às atividades e que correm o risco de perder os estoques de merenda escolar.

- No mês de junho, em razão do evento climático extremo de maio, a Seduc organizou o Mutirão Enem 2024, uma série de ações na rede estadual para garantir que todos os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio das escolas estaduais participem da edição deste ano do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As atividades organizadas incentivaram o protagonismo juvenil, em que os próprios alunos são estimulados a criar iniciativas para valorizar a sua inscrição no Exame. Como resultado, 86% dos concluintes do terceiro ano do Ensino Médio se inscreveram para a realização das provas, um recorde histórico.

- A Seduc apresentou os dados da Avaliação Diagnóstica de Fluência Leitora 2024, que faz parte do programa estadual Alfabetiza Tchê RS. O conjunto de ações, voltadas para o apoio à alfabetização, conta com a adesão de todos os 497 municípios gaúchos, além de integrar Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), iniciativa da aliança formada por uma associação, uma fundação e um instituto. Na rede pública, abrangendo escolas estaduais e municipais, mais de 95 mil alunos do segundo ano do ensino fundamental foram avaliados, o que representa cerca de 85% de taxa de participação em todo Estado. Ao todo, os resultados mostraram que 47% dos alunos estão no nível pré-leitor, 45% estão no nível intermediário, de leitor iniciante e 8% podem ser considerados leitores fluentes.

- A Seduc esteve presente na 47ª edição da Expointer, quando 26 instituições de ensino da Rede Estadual, entre escolas técnicas agrícolas e escolas do campo, apresentaram trabalhos que refletem dinâmicas de inovação e sustentabilidade no meio rural. Participaram, ao todo, 50 estudantes e 26 professores, além dos assessores das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Os trabalhos apresentados abordam desde a cultura indígena até a agricultura familiar, passando ainda por temas

relacionados à preservação ambiental e às estratégias para diminuir os impactos das mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono. Também abordaram alternativas de plantio, mostrando como as escolas podem contribuir para práticas alimentares mais saudáveis, novas técnicas de agropecuária, preservação da água, uso de plantas medicinais, métodos de cultivo de mel e resgate de memórias e saberes tradicionais.

- Como parte das ações realizadas pelo grupo de trabalho de Educação Antirracista, a Seduc lançou em outubro o Protocolo de Paz e Segurança nas Escolas: Orientação, Prevenção e Combate à Violência Racial, e o Código de Conduta Antirracista. O protocolo, desenvolvido por servidores da Seduc, apresenta condutas e ações necessárias para construir um espaço mais seguro, inclusivo e antirracista nas escolas gaúchas. Para isso, são abordadas orientações que mostram como identificar sinais de violência racial – incluindo comentários preconceituosos, falta de representação nos materiais pedagógicos, isolamento de estudantes de determinada

raça ou etnia e discriminação cultural, entre outros pontos. Também são detalhadas estratégias de prevenção e ações de respostas imediatas (com um fluxo de encaminhamentos que devem ser tomados), além de medidas de acompanhamento e acolhimento dos envolvidos em uma situação de violência racial. O código de conduta, por sua vez, é o documento que regulamenta os servidores públicos da área da educação em relação às práticas racistas. A partir de agora, todo servidor que for lotado na Seduc deverá assinar o termo, tomando ciência e se comprometendo com uma postura antirracista.

- Entre 19 e 23 de outubro foi realizada a etapa final da 53ª edição dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (Jergs), o maior evento esportivo estudantil do Estado. Nesta etapa, aconteceram os confrontos entre as escolas estaduais que venceram a fase regional da competição. As modalidades disputadas foram atletismo, basquete, bocha paralímpica, futsal, handebol, tênis de mesa, orientação, vôlei e xadrez. Cerca de 2,3 mil jovens alunos atletas de todas as regiões gaúchas participaram da etapa final.

Prioridades para 2025

Quadro 39 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Seduc

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	16.700.000,00
Programa estadual de alfabetização em regime de colaboração - Alfabetiza Tchê	47.500.000,00
Apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA)	100.000,00
Recuperação e recomposição das aprendizagens	111.000.000,00
Fortalecimento do currículo e de projetos do Ensino Fundamental	513.300,00
Expansão do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral	60.968.537,00
Gestão pedagógica das escolas	8.726.200,00
Consolidação do Ensino Médio Gaúcho	10.223.500,00
Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte	3.111.000,00
Fomento à pesquisa, inovação, cultura e esporte na Educação Técnica e Profissional	1.506.000,00
Ações de promoção do protagonismo juvenil	1.025.000,00
Qualificação e expansão da educação profissional e técnica	901.000,00
Desenvolvimento dos temas transversais na Educação Básica	513.500,00
Fortalecimento das modalidades na perspectiva da educação inclusiva	65.891.000,00
Desenvolvimento dos profissionais da educação	16.900.000,00
Apoio à alimentação escolar	263.895.283,00
Redução do abandono - busca ativa escolar	4.700.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio ao transporte escolar	291.253.609,00
Ações de cuidado e bem estar escolar	325.840.742,00
Ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais	8.564.400,00
Melhoria na eficiência da governança e gestão da rede escolar	300.000,00
Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educação Básica	20.510.000,00
Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas de Educação Básica	259.727.000,00
Apoio Administrativo, manutenção e qualificação das Escolas de Educação Profissional e Técnica	3.140.000,00
Construção, ampliação e reforma de escolas da Educação Básica	192.936.241,00
Construção, ampliação e reforma de escolas de Educação Profissional e Técnica	2.079.600,00
Qualificação da rede pública estadual com aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e tecnológicos - Educ. Profissional e Técnica	29.730.400,00
Modernização e gestão do Instituto de Educação Flores da Cunha - Museu Escola do Amanhã	10.398,00
Manutenção/conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Básica	200.100.000,00
Manutenção/Conservação predial preventiva e corretiva em escolas de Educação Profissional e Técnica	1.050.198,00
Conecta RS: Iniciativas de conectividade para as escolas de Educação Básica	10.000,00
Ampliação da oferta de vagas de creches e pré-escolas nas redes municipais	10.000,00
Fortalecimento dos Núcleos de Inovação para o Trabalho	646.000,00
Nota Fiscal Gaúcha - Educação	6.000.000,00
Qualificação do atendimento educacional ao socioeducando	96.400,00
Promoção da educação formal no sistema prisional	50.300,00
Apoio a iniciativas para inserção do jovem no mercado de trabalho	200.000,00
Programa Todo Jovem na Escola	204.091.661,00
Ações de apoio ao esporte escolar	8.000.000,00
Aprimoramento do relacionamento universidade-escola	10.000,00
Remuneração de Pessoal	4.764.582.527,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	428.095.601,00
Publicidade Institucional	1.000.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Outros encargos especiais	5.929.697.266,00
Programa de autonomia financeira Escolas Educação Básica	206.189.533,00
Programa de autonomia financeira para escolas de Educação Profissional e Técnica	579.000,00

Quadro 40 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FETLSC

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Formação profissional para capital humano qualificado	462.992,00
Apoio ao desenvolvimento de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento humano	10.000,00
Adequação, reforma e qualificação da infraestrutura e de recursos pedagógicos e tecnológicos da Fundação Liberato	4.157.323,00
Atualização do Planejamento Estratégico da instituição	10.000,00
Remuneração de Pessoal	53.842.244,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	11.059.087,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Outros encargos especiais	21.221.741,00
Incentivo a realização de curso de Ensino Médio profissionalizante	10.000,00
Publicidade Institucional	10.000,00

SECRETARIA DA SAÚDE

A seguir são elencadas algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Saúde (SES) (**Quadro 41**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 42**).

Quadro 41 – Principais entregas da SES em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Promoção da Primeira Infância	Programa Primeira Infância Melhor ampliado	unidade	29.755
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	Medicamento Especializado e Especial disponibilizado à população	%	97,74
	Farmácia Digital RS expandida	%	89
Regionalização e organização das redes	Hospital Regional de Santa Maria habilitado em alta complexidade	unidade	2
	Programa TEAcolhe fortalecido	unidade	27
	Rede hospitalar com investimento do Programa Avançar executado	%	100
	Serviço Especializado de Saúde Bucal incentivado	unidade	302
Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	Sistema de regulação integrado aos sistemas hospitalares e pré-hospitalares	%	14,5
Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	Rede Bem Cuidar implementada	unidade	495
	Unidade Básica de Saúde (UBS) Rede Bem Cuidar com estrutura qualificada	unidade	53
Vigilância em Saúde	Programa estadual de imunizações executado	%	83,3
Redução das doenças infectocontagiosas	Serviço especializado no cuidado em IST/HIV/aids cofinanciado	unidade	26
	Diagnóstico laboratorial ampliado com enfoque na saúde única	unidade	5
Incentivo à implantação dos Centros de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	Centro de Atendimento Integrado (CRAI) para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência implantado	unidade	1

Principais realizações em 2024

- Foram destinados R\$ 122,8 milhões para a rede hospitalar investir em obras e adquirir equipamentos e materiais permanentes. Foram selecionados projetos de 61 hospitais em 54 municípios. Em segunda etapa, de investimentos, foram disponibilizados mais R\$ 128,7 milhões, contemplando 52 hospitais que atendem pelo SUS em 48 municípios.
- Foi inaugurado o Complexo Municipal de Saúde de Taquara, com R\$ 2,4 milhões investidos pelo Estado. O local oferece pronto atendimento, plantão pediátrico, atendimento em saúde da mulher, odontologia, fisioterapia, farmácia municipal e centro de especialidades médicas.
- Foi apoiada a aquisição do Hospital Viamão pelo município. Também foi realizada parceria que permitiu reabertura do setor de traumatologia e ortopedia de urgência e emergência, do centro obstétrico e a inauguração de dez leitos de UTI geral adulto — cinco reformados e cinco novos.
- Com o aumento dos repasses estaduais, foram mais que triplicados os ambulatórios de especialidades, que passaram de 370.
- Foi inaugurado novo ambulatório de fissuras labiopalatinas e reabilitação auditiva em Lajeado com investimento de R\$ 4 milhões do Estado. Uma fundação para reabilitação de deformidades crânio-faciais e reabilitação auditiva também recebeu novo aporte para mobiliar e equipar o local.
- O programa de cirurgia de correção da escoliose pediátrica promoveu ao menos 52 cirurgias em seu primeiro ano. Já o Plano Estadual para Reduzir as Filas de Cirurgias Eletivas contou mais de 510 procedimentos.
- Erechim abriu uma nova unidade do Banco de Sangue, com novo espaço físico e equipamentos de última geração com investimentos do Estado. Novos pontos fixos de coleta de sangue foram inaugurados em Lagoa Vermelha, em uma UBS, e em Esteio.

- O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul adquiriu três novos equipamentos. Eles realizam testes de compatibilidade das coletas de sangue de forma mais ágil e totalmente automatizada, com maior segurança e menor risco operacional.
- Foi publicado o Guia do Pré-natal e Puerpério na Atenção Primária à Saúde, como fruto da valorização do cuidado materno-paterno-infantil. No guia, o plano de parto é proposto como meio para assegurar desejos e preferências da gestante.
- Foi contratualizada a implantação do 49º Centro de Atendimento em Saúde (CAS) na rede de tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias. A rede também conta com cinco Centros Macrorregionais e 29 Centros de Referência Regional.
- Um Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador foi inaugurado em Esteio. A principal função é prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho.
- Em prol da população indígena, foi publicado o Plano de Ação Estadual da Saúde Indígena 2024-2027. Também houve a repactuação de competências do Estado e dos municípios gaúchos na saúde dos indígenas. Ainda, foi publicada portaria que viabiliza os Ambulatórios de Saúde Indígena.
- A fim de melhorar a ocupação dos hospitais na Capital, foi lançado o Plano Estadual de Contrarreferência. A regulação de leitos passou a permitir a transferência de casos menos graves para o município de origem ou outro próximo.
- Entrou em operação o novo *software* da Central de Transplantes, o Gedott, sigla para Gerenciamento de Doações de Órgãos e Tecidos para Transplantes. O sistema, de iniciativa da central gaúcha, garante rapidez e integração ao processo de transplante.
- Um repasse de R\$ 14,6 milhões foi destinado para 29 projetos de reforma e 31 de ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da Rede Bem Cuidar (RBC). Mais tarde, ainda foram disponibilizados R\$ 12,8 milhões para 53 projetos semelhantes.
- Foi inaugurada a nova Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos. Situada no complexo do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), possui quase o dobro da capacidade de armazenamento.
- Foram adquiridas 120 câmaras frias para a conservação de vacinas em investimento de R\$ 1,3 milhão. A maioria (84) destinada a Coordenadorias Regionais de Saúde e 36 reservas.
- A SES entregou o Selo Município Amigo da Vacina e o Prêmio Imuniza Escola aos municípios que mais vacinaram. Foram consideradas as coberturas das vacinas Pentavalente, Tríplice Viral e HPV.
- Foram repassados R\$ 13,8 milhões aos municípios gaúchos para combate à epidemia de Dengue. Uma remessa de 480 mil doses de vacina reforçou o enfrentamento.
- Entregue certificação às cidades que alcançaram a eliminação da transmissão vertical de HIV e/ou sífilis ou realizaram boas práticas nesse sentido.
- O sétimo Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI) — serviço de atendimento a vítimas de violência — foi inaugurado no Hospital Universitário de Santa Maria.
- Foram disponibilizados *kits* de equipamentos a fim de qualificar as ouvidoras do SUS nos municípios. Também foi publicado o Manual Técnico de Sondagens de Demandas da Ouvidoria do SUS, com orientações às equipes da rede de ouvidorias do RS.
- Foi aumentado o repasse do Programa Primeira Infância Melhor aos municípios de

R\$ 65 para R\$ 78 por gestante ou criança de até seis anos visitada.

- Em resposta às enchentes, 12 hospitais de campanha foram montados, transporte aéreo foi empregado para transferência de pacientes e para entrega de medicamentos e de insumos.
- Foi organizado centro para armazenamento e distribuição de medicamentos doados em Gravataí. A parceria com uma rede de farmácias agilizou a distribuição de medicamentos e itens de saúde recebidos.
- Foram repassados R\$ 12 milhões para 84 municípios atingidos pelas enchentes de maio contratarem novas Equipes

Multiprofissionais de Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde.

- Foi realizada a vacinação contra a gripe em todos os abrigos.
- Foram destinados R\$ 15,3 milhões para os municípios adquirirem os equipamentos necessários para reestabelecer os serviços de saúde e retomar os atendimentos após as enchentes de maio.
- Uma parceria com o Sesi para manter atendimentos de saúde nos locais em que as unidades de saúde foram afetadas pelas enchentes disponibilizou 14 unidades móveis de saúde e instalou 79 tendas de campanha.
- Foram doados 250 computadores a prefeituras cujos serviços de saúde perderam seu maquinário com as enchentes.

Prioridades para 2025

Quadro 42 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SES

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental	119.761.048,00
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	1.194.660.975,00
Fortalecimento da Política Estadual de Educação em Saúde Coletiva	16.000.000,00
Regionalização e organização das redes	4.167.206.249,00
Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	261.372.120,00
Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	387.209.520,00
Vigilância em Saúde	66.022.875,00
Redução das doenças infectocontagiosas	54.886.499,00
Promoção da Primeira Infância	37.220.521,00
Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	31.260.000,00
Pesquisa em Saúde	500.000,00
Nota Fiscal Gaúcha - Saúde	6.000.000,00
Remuneração de Pessoal	547.676.049,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	285.911.143,00
Publicidade Institucional	2.000.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.121.000,00
Outros encargos especiais	448.486.430,00

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento Estadual de Trânsito

A seguir se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) (**Quadro 43**) e pelo Departamento Estadual de Trânsito (DetranRS) (**Quadro 44**). Após, são elencadas as descrições em tópicos das principais

realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 45 e Quadro 46**).

Quadro 43 – Principais entregas da SSP em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Enfrentamento à violência contra grupos vulneráveis	Vítima de violência doméstica atendida pela Patrulha Maria da Penha	unidade	24.057
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	Equipamento de Proteção Individual (EPI) adquirido para a Brigada Militar (BM)	unidade	6.655
	Equipamento pericial adquirido para o Instituto Geral de Perícias (IGP)	unidade	88
Fortalecimento das ações de polícia comunitária	Visita comunitária realizada pela Brigada Militar (BM)	unidade	104.561
Implantação das Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp)	Região Integrada de Segurança Pública Implantada - RS Seguro	unidade	21
Modernização tecnológica da segurança pública	Quartel da Brigada Militar (BM) conectado à InfoVIA	unidade	167
	Sistema de Inteligência fortalecido	unidade	100
Qualificação da infraestrutura da segurança pública	Estrutura física adequada ao atendimento na Polícia Civil (PC)	unidade	9
Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	Inquérito policial remetido	unidade	176.407
Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	Ocorrência atendida	unidade	920.325
Qualificação dos serviços periciais	Perfil Genético inserido no Banco de Perfis Genéticos	unidade	4.294
Realização de operações de forças-tarefas da Secretaria de Segurança Pública (SSP)	Operação realizada	unidade	64
Segurança pública na comunidade escolar	Público atendido pelo Programa Papo de Resposta	unidade	69.214
Qualificação e capacitação de agentes municipais	Processo de qualificação e credenciamento dos Serviços Cívicos Auxiliares de Bombeiros (SCABs) aprimorado	unidade	4
Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais	Procedimento policial relativo a crimes ambientais remetido pela Polícia Civil (PC)	unidade	3.335

Quadro 44 – Principais entregas da DetranRS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ampliação do Programa Balada Segura	Condutor abordado nas operações Balada Segura	unidade	91.049
Supervisão e fiscalização de credenciados	Credenciado fiscalizado	unidade	877
Consolidação da Plataforma Peça Legal	Consulta a peça veicular usada legalizada na plataforma Peça Legal realizada	unidade	570.000
Engajamento do cidadão na utilização da Central de Serviços	Serviço aberto/requerido de forma nato-digital	%	30,99
Publicidade educativa de trânsito	Campanha produzida voltada à redução de acidentalidade	unidade	4

Principais realizações em 2024

- Foram criadas diversas forças-tarefa envolvendo a Brigada Militar (BM), a Polícia Civil (PC), o Instituto-Geral de Perícias (IGP) e o Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) e também outros órgãos do Estado e da União em operações de combate ao crime organizado, com destaque para as operações Desmanche, Fios e Cabos, Integrada Litoral

Norte e Sul, FICCO, Mobile e Cyber. Além disso, o crescimento da disseminação de notícias falsas motivou a criação de uma força-tarefa entre governo do Estado, PC e MPRS para desmentir e responsabilizar os responsáveis pela disseminação desses conteúdos.

- Foi criado o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SISPE-RS). Composto por agências de inteligência da Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias, Corpo de Bombeiros Militar, entre outras, tem a finalidade de estreitar e manter relações sistêmicas de cooperação.

- O IGP adotou medidas para agilizar a emissão da nova carteira de identidade nacional. Foram adicionadas estações de atendimento com tecnologia de última geração nos municípios com maior demanda. Ainda, Unidades do Tudo Fácil, do Centro Comercial João Pessoa e do interior aumentaram o período de agendamento de sete para 30 dias, trazendo mais flexibilidade para o cidadão. Além disso, o IGP recebeu equipamentos para qualificar perícias laboratoriais e atendimentos em cenas de crime. Foram adquiridos quatro tipos de equipamentos, totalizando um investimento de R\$ 8 milhões.

- O aumento na demanda de efetivos de segurança pública por ocasião das enchentes de maio motivou a suspensão de férias e convocação de profissionais de reserva da PC, da BM e do CBM. Ainda, foram convocados policiais civis e bombeiros aposentados. O IGP, por sua vez, emitiu segundas vias de identidade em mutirões de atendimento gratuito. Além disso, a PC formou 331 novos inspetores e escrivães para reforçar as delegacias do Estado, e a Brigada Militar formou 63 novos capitães em curso com dois anos de duração, reforçando o efetivo e a segurança pública.

- Foi concluída a implantação das Regiões Integradas de Segurança Pública, com a

Inauguração de quatro novos Comandos Regionais de Policiamento Ostensivo em Erechim, Gramado, Vacaria e Uruguaiana.

- A PC realizou a maior apreensão de cocaína da história da instituição em julho, em ação que quebrou a estrutura do crime organizado e desarticulou a logística dos traficantes.

- Foram inauguradas novas instalações da Delegacia de Polícia e Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Tramandaí, além da 82ª Sala das Margaridas, ambiente de acolhimento humanizado às mulheres vítimas de violência, em Gramado. Ainda, a PC inaugurou a Delegacia de Polícia *Online* da Diversidade. A ferramenta permite registrar ocorrências relacionadas à intolerância e discriminação de forma virtual.

- Quatro municípios na Serra Gaúcha passaram a contar com cercamento eletrônico. Câmeras de videomonitoramento usadas em pontos de pedágio *free flow* permitem ao Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM) monitorar a segurança e acompanhar veículos suspeitos ou roubados. A parceria com a concessionária foi prevista em contrato.

- Foi inaugurado o novo Centro de Operações da Polícia Militar em cerimônia que também contou com o recebimento do primeiro lote de câmeras corporais para a BM e de armas não letais.

- O CBMRS formou, em dezembro, 295 sargentos, que atuarão em diversos municípios do Estado. Além disso, recebeu 36 viaturas — entre caminhões, camionetes e viaturas leves — um investimento de mais de R\$ 35 milhões.

- O DetranRS Implantou um projeto-piloto de estação fixa de reciclagem e tratamento de resíduos voltada para reaproveitamento de material de veículos, com capacidade de reciclar 50 sucatas por dia.

- O DetranRS implementou uma série de melhorias nos exames para habilitação de condutores. A prova teórica eletrônica ganhou *software* de leitura em voz alta para candidatos com dislexia e novo *layout*, melhorando a navegação e a leitura. A prova prática, por sua vez, recebeu um novo sistema, mais ágil, que possibilita baixar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) digital em até 24 horas.
- Com o objetivo de minimizar os danos sofridos pela população devido ao evento

climático de maio, o DetranRS suspendeu prazos e realizou a emissão gratuita de segunda via de CNH, beneficiando 3.282 pessoas.

- Em setembro, respondendo ao aumento da sinistralidade no trânsito após as enchentes, demonstrado em Painel apresentado pelo DetranRS, órgãos de trânsito que atuam no Rio Grande do Sul definiram a criação da Câmara Temática Permanente de Contenção da Sinistralidade no Trânsito do RS.

Prioridades para 2025

Quadro 45 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SSP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Operação RS Verão realizada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP)	39.137.807,00
Manutenção da excelência no ensino do Colégio Tiradentes	820.000,00
Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais	50.000,00
Remuneração de Pessoal	3.701.507.015,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	285.220.440,00
Publicidade Institucional	50.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Modernização tecnológica da segurança pública	44.010.985,00
Qualificação da infraestrutura da segurança pública	31.018.458,00
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do contínuo aparelhamento da segurança pública	1.020.176.269,00
Qualificação dos serviços periciais	25.333.070,00
Qualificação e ampliação no serviço de identificação civil	26.432.634,00
Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	194.601.362,00
Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	102.180.456,00
Enfrentamento à violência contra os grupos vulneráveis	15.592.009,00
Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento	32.675.170,00
Promoção da qualidade de vida e da saúde dos profissionais de segurança pública	53.489.259,00
Segurança pública na comunidade escolar	6.385.048,00
Outros encargos especiais	7.062.663.214,00

Quadro 46 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do DetranRS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Intensificação do Programa Balada Segura no RS Verão Total	60.448.540,00
Engajamento do cidadão na utilização da Central de Serviços	500.000,00
Ampliação e melhoria dos serviços técnicos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) ao cidadão	746.815.000,00
Educação para o trânsito na rede escolar e no sistema estadual de trânsito	9.500.000,00
Publicidade educativa de trânsito	25.000.000,00
Implementação do Programa Em Defesa da Vida	12.000.000,00
Implementação e consolidação do Programa CNH Cidadã	9.000.000,00
Outros encargos especiais	61.318.150,00
Remuneração de Pessoal	134.574.309,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	200.857.139,00
Qualificação de Recursos Humanos	600.000,00
Publicidade Institucional	5.000.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) (**Quadro 47**) e pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas Para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) (**Quadro 48**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 49 e Quadro 50**).

Quadro 47 – Principais entregas da Sedes em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Aprimoramento da gestão da Política Estadual de Assistência social	Município apoiado tecnicamente	%	60
	Sistema Estadual de Gestão Digital da Assistência Social implantado	%	25
Auxílio para situações de calamidade ou emergência decorrentes de eventos climáticos	Família hipossuficiente atingida por eventos climáticos beneficiada com auxílio para situações de calamidade ou emergência	unidade	100.448
Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	Município apoiado tecnicamente	unidade	83
Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	Kit bebê entregue	unidade	44.793
Inclusão Socioproductiva	Pessoa capacitada	unidade	535
Programa Empregabilidade Jovem	Jovem estagiário contratado - RS Seguro	unidade	324
Promoção da segurança alimentar nas famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz (PCF)	Visitador capacitado	unidade	63
Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (PETI)	Município apoiado e capacitado	%	50
Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Município sensibilizado	unidade	69
Fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa	Capacitação realizada	unidade	20
	Equipamento apoiado	unidade	30
RS sem fome - Do campo ao prato	Alimento Adquirido e Distribuído	Kg	2.232.956
	Cooperativa Beneficiada	unidade	25

Quadro 48 – Principais entregas da FADERS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão	Atendimento prestado	unidade	17.958
	Cidadão beneficiado por Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)	unidade	11.546
	Cidadão beneficiado por Passe Livre Intermunicipal	unidade	13.854
	Paradesportista acompanhado	unidade	491
Construção de uma Cultura de Acessibilidade	Espaço dotado de acessibilidade	unidade	93
Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	Pessoa capacitada para atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e à Pessoa com Altas habilidades/Superdotação (PcAH/Sd)	unidade	6.702
Rede Praia Acessível	Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Mobilidade Reduzida participante	unidade	717

Principais realizações em 2024

- O evento climático extremo de maio de 2024 exigiu ações integradas entre a Sedes, o Departamento de Economia e Estatística da SPGG (DEE/SPGG), o EDP, a Sefaz, a Procergs e o Banrisul, que foram fundamentais para o pagamento do auxílio às 100.448 famílias atingidas, alcançando um valor total de R\$ 251.120.000,00.
- Ainda no âmbito da mitigação dos efeitos dos eventos climáticos extremos de maio de 2024, para a população vulnerável, a Sedes realizou um repasse para cofinanciamento estadual extraordinário de alojamento provisório para os municípios atingidos pela enchente no valor de 6.684.900,00, além de Cofinanciamento estadual extraordinário de aluguel social e estadia solidária para os municípios atingidos pela enchente no valor total de R\$ 21.926.400,00.
- A partir da reestruturação da Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN) em 2022, o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional teve uma expansão substancial no Rio Grande do Sul, passando de sete para 49 municípios aderidos, em 2024. Complementa este desenvolvimento o lançamento do III Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Em relação aumento a equipamentos de segurança alimentar e nutricional, a Sedes formulou a Estratégia Estadual de Fomento do Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar, formalizada pelo Decreto 57.791, visando facilitar e orientar o atendimento de diversos tipos de equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional por parte dos órgãos integrantes da CAISAN.
- Ainda na esfera da Segurança Alimentar e Nutricional, a Sedes adotou a estratégia de vincular a promoção da segurança alimentar nas famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz (PCF) ao estímulo para a criação de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo sido formalizada a criação de cinco novos Conselhos, a adesão de 15 municípios ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e capacitados 63 visitantes do PCF.
- Visando ao fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa, a Sedes ofereceu apoio técnico aos municípios para auxiliar na implantação das políticas públicas para a pessoa idosa, sendo desenvolvidas 20 capacitações e apoiados 30 equipamentos durante 2024.
- Na busca por fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial, a Sedes implantou a Escola de Governo da Assistência Social. Foram realizadas três importantes ações de educação: (i) I Encontro Estadual dos Núcleos de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para trabalhadores; (ii) capacitação sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família; e (iii) capacitação sobre formulário do Cadastro Único. Também foi importante, principalmente durante o período dos eventos climáticos extremos de maio de 2024, a parceria desenvolvida com o Ministério do Desenvolvimento Social para disponibilização de equipe técnica (ForSUAS) para atuação direta nos territórios atingidos.
- Faz-se relevante informar a ativação do Comitê Interinstitucional de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua através de articulação entre Sedes e SJCDH. O Comitê está previsto no Decreto Estadual nº 55.913/2021, e sua função é acompanhar

e monitorar a execução da Política Estadual para a População em Situação de Rua.

- Foram realizadas sete Plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades pela FADERS, reunindo representantes de órgãos públicos, em 2024, de 101 municípios, entidades representativas das pessoas com deficiência e altas habilidades e superdotação, representantes de Conselhos de políticas públicas e de Direitos e membros do COPEPEDE.
- Em relação ao assessoramento, à capacitação e à estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância, 492 profissionais participaram de capacitações temática da Primeira Infância.

Adicionalmente, foram capacitados 27 profissionais de outras unidades da Federação, reafirmando a FADERS como uma referência na temática.

- A FADERS desenvolveu uma iniciativa para construção de uma cultura de acessibilidade, promovendo e participando de eventos culturais e proporcionando a acessibilidade e a maior visibilidade às questões da deficiência e importância de uma sociedade inclusiva. No período, foram oito eventos realizados, sendo três visitas guiadas (duas delas durante a Expointer), uma mini oficina de LIBRAS na Feira da Uva em Caxias do Sul, uma no Torneio de Pesca Inclusiva em Tramandaí, dois Festivais Paralímpicos e a V Edição do *Camping Acessível* em Três Coroas.

Prioridades para 2025

Quadro 49 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedes

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	15.678.042,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.393.128,00
Publicidade Institucional	400.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Aprimoramento da gestão da Política Estadual de Assistência social	150.000,00
Articulação de atendimento intersetorial a famílias de extrema vulnerabilidade social	261.100.000,00
Cofinanciamento Estadual da Política de Assistência Social	52.296.650,00
Fortalecimento, articulação e capacitação da rede de proteção socioassistencial	34.871.198,00
Inclusão Socioproductiva	8.250.000,00
Programa Universitário do Amanhã	3.121.976,00
Qualificação do atendimento à população em situação de rua nos centros POP	45.000.000,00
Fortalecimento dos equipamentos e da rede de atenção à pessoa idosa	13.038.872,00
Sensibilização da população gaúcha para viver bem e envelhecer melhor	150.000,00
Centro de Referência para a Juventude	12.000.000,00
Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	2.553.775,00
Fortalecimento de famílias em condições de vulnerabilidade social e econômica compostas por gestantes e/ou crianças na Primeira Infância	27.977.600,00
Programa Empregabilidade Jovem	56.833.003,00
Nota Fiscal Gaúcha - Assistência Social	6.600.000,00
Fomento a Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)	20.350.000,00
Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	290.000,00
RS sem fome - Do campo ao prato	110.220.000,00
Auxílio para situações de calamidade ou emergência decorrentes de eventos climáticos	10.398,00

Quadro 50 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FADERS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	13.510.485,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.207.284,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Publicidade Institucional	10.000,00
Outros encargos especiais	3.200.007,00
Articulação de Políticas Públicas em Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	42.513,00
Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd) Referencial a Metodologias de Inclusão	155.000,00
Gestão do Conhecimento para Atenção à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (PcAH/Sd)	52.000,00
Construção de uma Cultura de Acessibilidade	37.075,00
Rede Praia Acessível	95.190,00
Assessoramento, capacitação e estimulação para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional na Primeira Infância	41.500,00

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab) (**Quadro 51**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 52**).

Quadro 51 – Principais entregas da Sehab em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Promoção de ações habitacionais	Unidade Habitacional de Interesse Social contratada/conveniada	unidade	1.940
	Unidade Habitacional de Interesse Social concluída	unidade	1.087
	Módulo sanitário concluído	unidade	50
	Unidade Habitacional para a população idosa contratada/conveniada	unidade	12
	Recurso para a parcela de entrada de Unidade Habitacional de Interesse Social repassado	R\$	100867857,91
Regulariza Tchê - Apoio aos municípios	Lote conveniado - RS Seguro	unidade	300
	Lote com regularização cartorial	unidade	160
Regularização Fundiária Urbana e Rural (continua)	Família assistida por Termo de Legitimação Fundiária	unidade	164
	Área delimitada/demarcada para Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas e quilombolas)	unidade	2
Regularização Fundiária Urbana e Rural	Escritura definitiva assinada	unidade	358

Principais realizações em 2024

- Foi promovida a política habitacional de emergência como resposta às enchentes de 2024, priorizando municípios com abrigos temporários. O Estado investiu em 500 módulos habitacionais temporários de 27m² mobiliados e com eletrodomésticos. Foram entregues 362 unidades em sete municípios, permitindo a desativação de abrigos coletivos. As habitações temporárias poderão ser estocadas e reutilizadas pelo Estado quando as famílias forem para suas moradias permanentes. Ainda, foram destinados R\$ 58,7 milhões para a construção de 422 moradias definitivas para

famílias afetadas pelas enchentes em 11 municípios.

- Foram entregues 35 unidades habitacionais populares em loteamento na cidade de Pelotas.
- A força-tarefa para concessão de certificados de propriedade de imóveis financiados pelo Ipergs ou pela extinta Companhia de Habitação Popular (Cohab), já quitados, mas que permaneciam em nome do Estado, continuou a operar.
- A política habitacional para a população inscrita no CadÚnico atingiu 37 convênios assinados com municípios para construção de unidades habitacionais de interesse social. Já as unidades entregues são 45 em parceria com o Município de Pelotas e vinte com o de Vila Maria.
- Foi assinado convênio para produção de 12 unidades habitacionais para a população idosa em projeto-piloto com o Município de Tupanciretã.
- Foi instituída força-tarefa com objetivo de promover a regularização fundiária de imóveis rurais utilizados para a implementação do Programa Estadual de Reforma Agrária no Estado.
- Foi realizada chamada pública para municípios cadastrarem Núcleos Urbanos Informais (NUIs) localizados em áreas públicas, com intenção de mapear as necessidades de Regularização Fundiária.
- A Sehab titulou um total de 164 famílias com Termo de Legitimação Fundiária. Em Sapucaia do Sul, famílias residentes no loteamento Santa Luzia receberam a propriedade do terreno ocupado. Ainda, a complementação da infraestrutura do local, entregue mediante convênio, beneficiou famílias do loteamento.
- Foram adquiridos e entregues módulos com sanitários e chuveiros em força-tarefa para qualificação da infraestrutura de abrigos

para pessoas afetadas pelas enchentes de maio de 2024.

- Foi instituída a Política Habitacional de Interesse Social a partir da aprovação da Lei nº. 16.138/2024. Ela incorporou conceitos construtivos modernos, novas tecnologias e formação de cidades resilientes. Além disso, ampliou o teto da renda do beneficiário da política para cinco salários-mínimos.
- Foi promovida a oficina Resgate e Recuperação dos acervos atingidos pela catástrofe no RS, em parceria com a coordenação do curso de arquivologia de uma universidade federal.
- Foi ampliada a contrapartida estadual em programa habitacional federal Minha Casa, Minha Vida. Inicialmente, a população rural atingia por eventos climáticos deve ser priorizada.
- Foi regulamentado, por meio de portaria, programa para perfuração de poços e construção de redes de água em regiões urbanas ou pequenas comunidades. Os primeiros convênios com 18 municípios para perfuração de poço tubular profundo e com quatro para implantação de redes de distribuição de água já foram assinados.
- 112 Termos de Legitimação Fundiária (TLFs) foram entregues a moradores do loteamento Xará, em Gravataí.
- Foi lançado programa que complementa em R\$ 20 mil o valor da entrada para aquisição da casa própria de famílias com renda de até cinco salários-mínimos. Devido à grande procura por ocasião da etapa digital do Feirão, o investimento do Estado foi dobrado. A segunda etapa, presencial, encerrou com mais de 1.500 contratos encaminhados.
- A Sehab adquiriu o Vant, um veículo aéreo não tripulado, e a autorização para sua operação. O veículo realiza o levantamento aerofotogramétrico, uma parte do estudo topográfico georreferenciado de áreas, etapa

que antecede os processos de regularização fundiária. Ele permite mapear áreas mais extensas e com maior agilidade, reduzindo a duração dessa etapa de um mês para apenas dois dias.

▪ Após concessão de Termo de Anuência do Governo do Estado, por meio da Sehab, a Prefeitura de São Leopoldo viabilizou a entrega de 53 Certidões de Regularização Fundiária (CRFs) a moradores da Cohab Feitoria.

Prioridades para 2025

Quadro 52 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sehab

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Regularização Fundiária e Urbana	2.416.051,00
Regulariza Tchè - Apoio aos municípios	2.300.000,00
Reassentamento e remoção de famílias em áreas de risco	10.000,00
Apoio à infraestrutura hídrica em comunidades urbanas e pequenas comunidades	4.000.000,00
Apoio à manutenção das estradas vicinais	10.000,00
Remuneração de Pessoal	14.387.522,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.100.406,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Implementação de espaços lúdicos	10.000,00
Promoção de ações habitacionais à população indígena e quilombola	10.000,00
Regularização Fundiária à população indígena e quilombola	10.000,00
Promoção de ações habitacionais	251.128.507,00

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) (**Quadro 53**) e pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE) (**Quadro 54**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 55 e Quadro 56**).

Quadro 53 – Principais entregas da SJCDH em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	Bolsa do Programa Jovem Multiplicador disponibilizada	unidade	342
	Centro da Juventude mantido e implementado - RS Seguro	unidade	6
Aperfeiçoamento dos direitos do consumidor	Oficina de educação financeira realizada	unidade	7
Fomento a promoção da saúde socioemocional da criança, adolescente e juventude	Fórum de saúde socioemocional da criança, adolescente e juventude realizado	unidade	1
Implementação de Programa Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas com vistas à prevenção ao uso indevido e à redução da oferta	Vaga em comunidade terapêutica disponibilizada	unidade	350
Promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude	Convênio ou parceria para capacitação dos Conselhos Tutelares executado	unidade	20

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Promoção da cidadania e fortalecimento das políticas e ações voltadas para a população negra e povos e comunidades tradicionais	Município com adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) promovida	unidade	4
Promoção da cultura de paz, convívio inter-religioso, vida interior, folclore e cidadania, liderança e participação democrática	Oficina ou evento sobre promoção da cultura de paz, convívio inter-religioso, vida interior, folclore e cidadania, liderança e participação democrática, e inclusão realizada	unidade	3
Promoção e garantia dos direitos humanos e enfrentamento às violências e desigualdades nas infâncias, adolescências e juventudes	Evento de promoção e garantia dos direitos humanos, diversidades e cultura de não-violência para crianças, adolescentes, jovens e profissionais realizado	unidade	5
Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	Evento relacionado à promoção e garantia dos direitos humanos, cultura de não-violência, fortalecimento de vínculos familiares e de cuidados para a Primeira Infância realizado	unidade	5
Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	Criança e adolescente protegido - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	unidade	275
	Observatório para erradicação do trabalho análogo à escravidão e para políticas migratórias implementado	%	75
	Testemunha ameaçada protegida (PROTEGE)	unidade	332

Quadro 54 – Principais entregas da FPE em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Apoio à desinstitucionalização: Programa de Desligamento Institucional	Criança/adolescente desligado do acolhimento institucional e inserido no Programa de Inserção Familiar, Social e Comunitária de Crianças e Adolescentes em processo de desligamento da Fundação Proteção	unidade	61
Formação e qualificação dos recursos humanos nos temas relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento	Atividade de educação permanente, seminário ou oficina realizado	unidade	36
Garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária e à inserção social das crianças e adolescentes atendidos	Criança/adolescente inserido em atividade comunitária de esporte, cultura e lazer	unidade	920
Implantação, qualificação e manutenção do atendimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	Espaço de acolhimento reformado	unidade	7
Programa de Apadrinhamento Afetivo	Criança/adolescente apadrinhado	unidade	30
Qualificação para inserção no mundo do trabalho	Adolescente inserido no mundo do trabalho	unidade	24

Principais realizações em 2024

- Para qualificar o atendimento aos jovens do Centro da Juventude Lomba do Pinheiro, a SJCDH inaugurou oficialmente o novo local de atendimento. A estrutura possui 1.452 m² e teve sua obra concluída após cerca de dois anos, com um investimento de R\$ 6,9 milhões, proveniente do contrato de empréstimo firmado com o BID. O novo espaço passará a receber as atividades do Programa de Oportunidades e Direitos

(POD/RS), executado pela SJCDH em parceria com o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente.

- Para fortalecer a Rede de Proteção das Mulheres no Rio Grande do Sul, a SJCDH abriu processo de chamamento público para selecionar propostas de qualificação ou implementação dos Centros de Referência da Mulher nos municípios. As inscrições encerraram no final de novembro, e as

propostas estão em fase de análise. No total, 5,6 milhões de reais foram destinados para a concretização dos projetos, que podem ser de três tipos: (i) criação de novos Centros Municipais de Referência da Mulher; (ii) criação de novos Centros Regionais de Referência da Mulher; e (iii) ampliação e equipagem dos centros já existentes.

- A SJCDH realizou, em outubro, o 10º Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas. O encontro ocorreu na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, e reuniu cerca de 150 representantes das quatro etnias indígenas do Rio Grande do Sul — Xokleng, Charrua, Kaingang e Mbya-Guarani — que elaboraram moções e documentos reivindicatórios para a formulação e execução de políticas públicas que garantam o acesso efetivo aos direitos dos povos originários do RS.
- A FPE atendeu, no Serviço de Acolhimento Institucional, 282 crianças e adolescentes em 2024.

- O Programa de Desligamento Institucional da FPE busca apoiar a transição de crianças e adolescentes para retorno à família e/ou comunidade, e, este ano, beneficiou 61 crianças e adolescentes distribuiu 236 kits alimentação, 26 kits de higiene e limpeza, 37 kits de material escolar básico e um kit de material de construção para pequenas reformas, visando à melhoria das condições de moradia de um adolescente em fase de desligamento.

- Para garantir o acesso aos direitos preconizados no Art. 4 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), especialmente à convivência familiar e comunitária na primeira infância, através de iniciativa para qualificação das visitas domiciliares das equipes técnicas da FPE às famílias das crianças de 0-6 anos em acolhimento, iniciou-se o processo de aquisição de um veículo dedicado, possibilitando a ampliação do número de visitas.

Prioridades para 2025

Quadro 55 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SJCDH

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fomento cultural e apoio às organizações da sociedade civil	180.000,00
Combate ao racismo estrutural no RS	100.000,00
Criação e implementação do Centro de Referência e da Rede Estadual de Direitos Humanos e municipalização de conselhos e centros de referência	470.000,00
Aperfeiçoamento dos direitos do consumidor	5.545.805,00
Aperfeiçoamento do Planejamento em Cidadania e Direitos Humanos - Observatório de Direitos Humanos e Escola de Direitos Humanos	50.912.000,00
Promoção da dignidade e igualdade da mulher e acolhimento de mulheres em situação de violência (Rede Lilás)	3.300.000,00
Promoção dos direitos e combate à violência contra a pessoa idosa	10.000,00
Promoção da inclusão de pessoas com deficiência	5.996.000,00
Implementação de Programa Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas com vistas à prevenção ao uso indevido e à redução da oferta	4.620.000,00
Promoção da dignidade e acolhimento da população LGBTQIA+	160.000,00
Proteção à vida e dignidade da pessoa humana	6.059.649,00
Promoção da capacitação continuada e estruturação das políticas para crianças, adolescentes e juventude	6.173.681,00
Ampliação e fortalecimento do Programa de Oportunidades e Direitos (POD)	11.438.882,00
Fomento à capacitação do jovem para o mercado de trabalho, inclusão produtiva, inovação e empreendedorismo juvenis	150.000,00
Promoção e garantia dos direitos humanos, cultura da não violência e efetivação dos planos temáticos da Primeira Infância	10.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	25.671.511,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.452.162,00
Publicidade Institucional	10.000,00

Quadro 56 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FPE

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Formação e qualificação dos recursos humanos nos temas relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento	60.000,00
Implantação, qualificação e manutenção do atendimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	609.371,00
Apoio à desinstitucionalização: Programa de Desligamento Institucional	156.000,00
Atendimento em Serviço de Acolhimento Institucional	70.041.095,00
Remuneração de Pessoal	100.206.833,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	18.636.426,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Outros encargos especiais	26.824.684,00

SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Fundação de Atendimento Socioeducativo

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) (**Quadro 57**) e pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) (**Quadro 58**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 59 e Quadro 60**).

Quadro 57 – Principais entregas da SSPS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Articulação, implantação e monitoramento da política de educação formal, do EAD, da educação profissional e das atividades sociais educativas	Pessoa privada de liberdade matriculada na educação formal	unidade	4.148
	Pessoa privada de liberdade participante do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceeja) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	%	30,02
	Unidade prisional com oferta de educação formal implantada	unidade	33
Fomento ao trabalho remunerado com utilização de mão de obra prisional	Pessoa privada de liberdade com trabalho remunerado realizado	unidade	4.863
Fortalecimento da governança de dados e do Observatório do Sistema Prisional	Indicador e/ou painel de monitoramento do sistema prisional publicizado	unidade	21
Implantação do programa de capacitação continuada de servidores	Servidor penitenciário qualificado	%	45,02
Modernização permanente de bens e equipamentos	Armamento adquirido	unidade	337
	Veículo adquirido	unidade	31
Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional	Estabelecimento prisional modernizado	unidade	1
Qualificação e inovação tecnológica	Bem e equipamento de tecnologia adquirido ou contratado	unidade	554
	Sala de videoconferência implantada	unidade	8
Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas	Operação de fiscalização das prisões domiciliares realizada	unidade	448
	Atividade de integração com outras forças de segurança pública realizada	unidade	245
	Mapeamento das organizações criminosas pelas agências de inteligência implementado	unidade	7

Quadro 58 – Principais entregas da Fase em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Aperfeiçoamento do atendimento ao(à) socioeducando(a) por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento (PIA) e PIA-Egresso	Plano Individual de Atendimento ao Egresso (PIA-Egresso) elaborado com círculo de compromisso pactuado	%	95,7
	Socioeducando(a) e família orientada e encaminhada para a rede socioassistencial	%	54,73
Implantação e manutenção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de adolescentes e jovens em regime de internação e semiliberdade	Atendimento a socioeducando(a) em ações de assistência e tratamento de saúde realizado	unidade	9.518
Qualificação da profissionalização na socioeducação	Socioeducando inserido em curso com certificação	unidade	688
Oferta de projetos de esporte, cultura e lazer para os(as) socioeducandos(as)	Atividade esportiva e cultural realizada	unidade	772

Principais realizações em 2024

- O governo do Estado assinou, por meio da SSPS, em dezembro, o novo Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Com vigência de 2024 a 2027, entre as diretrizes do plano estão: promover a modernização e o aparelhamento com recorte nas especificidades de gênero (para ampliar espaços exclusivos femininos); monitorar as ações de assistência; e promover o gerenciamento de recursos humanos, a valorização profissional, o fomento à gestão, a qualidade de vida e a saúde mental das servidoras que atuam na execução penal.
- O Governo do Estado também lançou, por meio da SSPS e da Polícia Penal, em novembro, o Plano de Ação Estadual de Enfrentamento ao Racismo no Sistema Prisional. O documento aborda as ações e diretrizes a serem implementadas na esfera da questão racial para servidores penitenciários, pessoas privadas de liberdade e egressos. As orientações do plano incluem o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da educação, da cultura, da qualificação profissional, do trabalho, da saúde e da regulamentação de procedimentos para

pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema penal.

- Em 2024, o estado zerou a fila para instalação de tornozeleiras eletrônicas. Nesse ano, todas as determinações judiciais de instalação de tornozeleiras eletrônicas no Rio Grande do Sul foram executadas pela Polícia Penal, acabando com uma fila de espera de cerca de seis mil penados. Complementarmente, em outubro, uma base operacional para a instalação de tornozeleiras dentro do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp), em Porto Alegre, teve as atividades iniciadas. Com a medida, não será mais necessário realizar escoltas até o Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 10ª Região Penitenciária para a colocação do dispositivo, eliminando qualquer risco durante o trajeto.
- Em dezembro, o sistema prisional gaúcho passou a contar com 31 novos *scanners* de bagagens. A instalação dessas ferramentas tecnológicas contribui para prevenir a entrada de materiais ilícitos nos estabelecimentos prisionais. A automação proporcionada pelos *scanners* também acelera o processo de inspeção de materiais, permitindo um fluxo mais eficiente de

visitantes e uma gestão mais ágil das operações diárias.

- Em novembro, foi entregue o novo Módulo de Segurança Máxima da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), na Região Carbonífera. O módulo conta com 76 celas individuais, que serão destinadas, prioritariamente, para líderes e mandantes de grupos criminosos envolvidos com homicídios dolosos, inviabilizando, a partir do isolamento, qualquer tipo de comunicação.

- O governo, em maio, firmou o contrato da Parceria Público-Privada (PPP) do novo presídio de Erechim. O projeto é a primeira PPP do Estado na área de segurança pública e prevê a construção, a manutenção e o apoio à operação do estabelecimento prisional no Município. A unidade terá 10,4 hectares, dois módulos com 26 mil metros quadrados cada e 1,2 mil vagas disponibilizadas para apenados.

- Foi realizada, em novembro, a quarta edição da Feira do Livro do Sistema Prisional, ação conjunta entre a SSPS, a Polícia Penal e a Câmara Rio-Grandense do Livro. O evento levou à uma casa de cultura o autor da obra "O livreiro do Alemão", o escritor Otávio Júnior, que dialogou com os apenados, por meio de uma transmissão *online*. A ação alcançou cerca de 500 pessoas em privação de liberdade em 42 estabelecimentos prisionais, nas dez regiões penitenciárias.

- A SSPS, a Polícia Penal e a Associação de Travestis e Transexuais do RS – Igualdade RS assinaram, em setembro, um termo de cooperação que permite o assessoramento e a criação de grupos orientativos voltados às pessoas privadas de liberdade, especialmente trans e egressas do sistema prisional. Entre os objetivos da parceria está a realização das atividades sociais e educativas dentro e fora das instituições penitenciárias para servidores e população civil, orientação jurídica ao público LGBTQIAPN+, além de assessorar servidores

para auxiliar na vinculação de apenados e apenadas a serviços de saúde específicos na rede pública de saúde.

- Desde o início de maio, com a ocorrência das grandes enchentes que afetaram o Estado, a Polícia Penal tem disponibilizado a mão de obra de pessoas privadas de liberdade para prestar auxílio à população atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Até o momento, mais de 600 apenados, de 47 estabelecimentos prisionais, foram mobilizados para limpeza das cidades, fabricação de itens como camas, rodos, berços e casas para cães, limpeza e suporte ao descarregamento, à triagem, à organização e à distribuição de doativos, apoio em abrigos para animais resgatados da enchente, entre outras atividades.

- Em parceria com o programa Primeira Infância RS, a SSPS passou a promover a adequação dos espaços frequentados por crianças em visitas nas unidades prisionais, para viabilizar a manutenção dos vínculos durante o cumprimento de pena. Como exemplo dessa iniciativa, a Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí (PMEI) recebeu, no início do ano, uma calçada brincante. Além das calçadas brincantes, o programa prevê a instalação de fraldários, cadeiras de amamentação e armários, trazendo mais segurança e respeito às crianças que necessitam fazer a troca de fraldas antes do ingresso nas unidades prisionais para visitar seus familiares.

- Com o objetivo de estimular a criatividade por meio da escrita, da música, da arte e da cultura, a Fase promoveu o Segundo Encontro de MC's, o Sétimo Concurso Literário e inaugurou uma Sala de Leitura na Unidade da Fase em Uruguaiana. Outras atividades pedagógicas promovidas pela fase ao longo do ano foram a Quinta Edição do Torneio Estadual de Xadrez, o Festival de Inverno promovido pelo Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino da Fase (Casef), cursos de inclusão digital, além

da promoção de cursos de qualificação profissional, abrangendo formações em garçom, gastronomia, beleza, construção civil, manutenção, higienização e limpeza e automotiva para 370 socioeducandos (as).

- Com a proposta de tratar conflitos, fortalecer as equipes e discutir temas do cotidiano, a Fase promoveu, em dezembro, os Círculos de Construção de Paz. O circuito foi realizado de maneira presencial com os servidores da regional de Porto Alegre, nos dias 17 e 19, e, virtualmente, em 18 e 20 de dezembro, com os trabalhadores que atuam

no interior. Aplicada pela Fase desde 2005, a metodologia tem resultado na qualificação do atendimento, garantindo um acolhimento mais humanizado aos adolescentes e promovendo um melhor ambiente de trabalho nas unidades da instituição.

- Em solidariedade às pessoas atingidas pela enchentes de maio, a Fase realizou ações de arrecadação de doativos e de roupas infantis, além da produção de pães, chimias, sabonetes e roupas em oficinas com socioeducandos (as), para direcionar aos abrigos e famílias afetadas.

Prioridades para 2025

Quadro 59 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SSPS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Outros encargos especiais	302.201.474,00
Remuneração de Pessoal	1.054.399.165,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	38.463.006,00
Publicidade Institucional	100.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	91.353,00
Articulação de parcerias para qualificar a política socioeducativa	3.728.919,00
Articulação e fomento a alternativas penais e políticas de apoio aos egressos	3.274.000,00
Fomento ao trabalho remunerado com utilização de mão de obra prisional	10.000,00
Modernização permanente de bens e equipamentos	20.267.038,00
Modernização, ampliação da estrutura física e manutenção do sistema prisional	353.725.894,00
Qualificação e inovação tecnológica	47.509.000,00
Articulação e fortalecimento do Primeira Infância Melhor - Prisional (PIM - Prisional) como política pública	200.000,00
Implementação do mapeamento e análise das organizações criminosas	1.000.000,00

Quadro 60 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Fase

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Adequação, qualificação e manutenção das estruturas de atendimento ao socioeducando e modernização e manutenção permanente de bens e equipamentos	6.502.330,00
Manutenção do atendimento socioeducativo e modernização das ações aos socioeducandos	28.903.893,00
Qualificação da profissionalização na socioeducação	100.080,00
Remuneração de Pessoal	296.816.725,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	44.441.000,00
Publicidade Institucional	20.000,00
Outros encargos especiais	82.822.319,00
Serviço da dívida	183.646,00

SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDP) (**Quadro 61**) e pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) (**Quadro 62**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 63 e Quadro 64**).

Quadro 61 – Principais entregas da STDP em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	Crédito concedido ao microempreendedor	unidade	22.437
	Microempresa, Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) conectada à Plataforma de Gestão	unidade	8
Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	Pessoa em situação de vulnerabilidade social qualificada	unidade	2.216
Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	Escola do Trabalhador e do Microempreendedor implantada e implementada	unidade	1
	Jovem capacitado para mundo do trabalho	unidade	422
	Núcleo de Inovação para o Trabalho (NIT) implantado e implementado	unidade	41
	Pessoa capacitada para o mercado digital	unidade	30
	Pessoa qualificada pelos Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs) para o mundo do trabalho	unidade	1.002

Quadro 62 – Principais entregas da FGTAS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ações de inclusão social	Pessoa em situação de risco e vulnerabilidade social atendida	unidade	177.949
Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho	Artesão capacitado por meio de curso, oficina e palestra	unidade	2.296
	Artesão contemplado com espaço de comercialização em feira, evento e Casa do Artesão	unidade	923
	Carteira de artesão do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) e do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) emitida	unidade	6.126
Promoção do trabalho decente	Empregador sensibilizado para o trabalho decente	unidade	6.199
	População atendida nas agências FGTAS/Sine para intermediação de mão de obra e seguro-desemprego	unidade	793.615
	Rede FGTAS/Sine reestruturada	unidade	315
	Requerente de seguro-desemprego reinserido no mercado de trabalho	unidade	6.881
	Trabalhador inserido no mercado de trabalho	unidade	33.184
	Vaga de trabalho captada	unidade	158.695
Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho	Estudante orientado pelo Sine na Escola	unidade	5.067
	Jovem egresso do serviço militar obrigatório orientado pelo projeto Verde Oliva	unidade	5.741

Principais realizações em 2024

- Para auxiliar a recuperação de MEIs atingidos pela calamidade pública, foi estruturado o programa MEI RS Calamidade, com foco na recuperação imediata e na melhoria da gestão dos negócios, sendo que a primeira etapa do projeto foi a concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 1.500,00, com recursos oriundos das doações do SOS Rio Grande, via Pix, para mais 22.437 microempreendedores do Rio Grande do Sul.
- Visando a qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador, a STDP implantou e implementou, junto à Seduc, 41 Núcleos de Inovação para o Trabalho (NITs), que, em 2024, qualificou para o trabalho 1.002 estudantes da Rede Estadual de Ensino.
- A FGTAS, na busca pelo desenvolvimento do artesanato gaúcho, proporcionou, em 2024 a participação de artesãos gaúchos em feiras e exposições nacionais de artesanato, como a EXPOTCHÊ em Brasília (de 07 a 16 de junho), a FENEARTE em Olinda, no Pernambuco (de 03 a 14 de julho) e a Feira Nacional de Artesanato – Salão do Artesanato: Raízes Brasileiras em São Paulo capital (de 28 de agosto a primeiro de setembro). Nesses três eventos, foram beneficiados 74 artesãos gaúchos, comercializadas um total de 3.041 peças, num montante de R\$ 305.229,00. Também foram apoiados outros eventos e feiras de artesanato no RS, nas cidades de Alegrete, Esteio, Ijuí, Pelotas, São Luiz Gonzaga, Tramandaí e Xangri-lá. Essas ações envolveram mais de 500 artesãos gaúchos, de 64 municípios, que comercializaram mais de 28.000 peças num total de R\$ 1.884.300,00.
- Para a Promoção do Trabalho Decente através das Agências FGTAS/Sine, foram atendidas 793.615 pessoas para intermediação de mão de obra e encaminhamento do seguro desemprego; foram sensibilizados 6.199 empregadores, captadas 158.695 vagas de trabalho, inseridos 33.184 trabalhadores no mercado de trabalho, reinseridos 6.881 requerentes do seguro desemprego, e realizadas 25 ações do Sine Móvel. Várias outras ações e eventos de empregabilidade colaboraram nesta iniciativa, como o Ação Mulher, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com reforço do atendimento e a inserção de mulheres no mercado de trabalho, através de entrevistas com empregadores, palestras, orientação sobre direitos e violência contra a mulher, elaboração de currículos, postura em entrevistas, oferta de cursos profissionalizantes e ações lúdicas. Como resultado, foram captadas 1.396 vagas de emprego, 2.098 mulheres atendidas, 1.065 mulheres encaminhadas para vagas de emprego e 90 colocadas, em 52 municípios do RS.
- O Vida Centro Humanístico, equipamento social vinculado à FGTAS, abriu as portas em maio de 2024 para atender emergencialmente pessoas desabrigadas pelas enchentes em Porto Alegre. A Fundação foi responsável pela gestão da manutenção dos espaços de uso comum da estrutura do complexo Vida, enquanto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio de uma agência de assistência, foi responsável pela gestão de voluntários e acolhidos. Foram atendidas cerca de 600 a 650 pessoas por dia, além de 400 animais domésticos. No total, 750 pessoas passaram pelo local. Além de outros serviços, destaca-se a oferta de quatro refeições diárias aos abrigados pela entidade Cozinheiros do Bem, estabelecida no VIDA há 3 anos.

Prioridades para 2025

Quadro 63 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da STDP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Qualificação profissional para a inovação no mundo do trabalho - Escola do Trabalhador	931.992,00
Fortalecimento da Política do Trabalho no RS	49.850.396,00
Apoio ao empreendedorismo para a gestão de negócio	11.386.000,00
Apoio ao Desenvolvimento Rural	25.000,00
Remuneração de Pessoal	8.199.381,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.408.300,00
Publicidade Institucional	15.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

Quadro 64 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FGTA

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Ações de inclusão social	1.647.000,00
Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho	783.905,00
Promoção do trabalho decente	3.651.478,00
Qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho	64.500,00
Outros encargos especiais	12.004.919,00
Serviço da dívida	60.128,00
Remuneração de Pessoal	47.249.316,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	11.728.258,00
Publicidade Institucional	200.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	107.000,00

SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) (**Quadro 65**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 66**).

Quadro 65 – Principais entregas da SEL em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
CETE Sustentável	Aluno da rede pública atendido em atividades no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	666
	Atividade ofertada por meio de entidade/profissional cadastrado	unidade	16
	Entidade regularmente conveniada para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	6
	Profissional regularmente cadastrado para uso do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	unidade	17
Criação do Observatório do Esporte	Gestor capacitado	unidade	904
Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento esportivo	unidade	737
	Atleta, treinador e/ou equipe apoiada para participação em evento paradesportivo	unidade	734
	Bolsa atleta concedida	unidade	386
	Bolsa atleta concedida a paratleta	unidade	56
	Bolsa treinador concedida	unidade	48
Distribuição de material para o esporte e lazer	Kit de material esportivo e/ou recreativo distribuído	unidade	1858
	Kit de material esportivo e/ou recreativo distribuído - RS Seguro	unidade	946

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Promoção do esporte e do paradesporto	Evento esportivo e/ou recreativo realizado para alunos da rede pública	unidade	3
	Evento esportivo realizado	unidade	6
	Evento paradesportivo realizado	unidade	4
	Pessoa com deficiência contemplada em atividade esportiva	unidade	2.605

Principais realizações em 2024

- A partir do dia 3 de maio, o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), administrado pela SEL, em Porto Alegre, suspendeu as atividades esportivas tradicionais do espaço para se tornar um dos locais de apoio pela reconstrução do Rio Grande do Sul diante da tragédia climática. O espaço passou a abrigar cerca de 250 desalojados, entre adultos e crianças, numa parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, e também se tornou ponto de recebimento de doações, serviço que foi administrado pela equipe da SEL. A pista de atletismo do CETE foi provisoriamente usada como heliporto, permitindo maior agilidade na distribuição de alimentos para as regiões atingidas.

- A SEL realizou a primeira edição dos Jogos Gaúchos Paradesportivos - Campeonato Estadual de Futsal e Bocha Paralímpica. O evento ocorreu no mês de dezembro, no ginásio de uma universidade em Canoas. Os jogos contaram com a participação de cerca de 400 atletas, que se classificaram em seletiva organizada pela SEL em setembro de 2024. Para a concretização dos jogos, a SEL investiu mais de R\$ 600 mil garantindo serviços de hospedagem, alimentação, arbitragem, materiais de divulgação, locação de espaço para competição, confecção de uniformes e premiação.

- A Copa RS de Futebol Amador, organizada pela SEL, em sua segunda edição, foi encerrada no primeiro domingo de dezembro. É a maior competição de equipes

de futebol no RS e, em 2024, foram realizadas 237 partidas divididas em três categorias (Master, Livre e Veterano), envolvendo 164 equipes de 82 municípios gaúchos e mais de 6.500 atletas e comissão técnica.

- No mês de novembro, foram realizadas as Paralimpíadas Escolares em São Paulo. A SEL forneceu suporte financeiro para custear passagens aéreas e uniformes e também assumiu a responsabilidade logística, acompanhando a delegação desde o embarque em Porto Alegre. Foram, ao todo, 145 pessoas, entre atletas e membros das comissões técnicas, que representam o Estado nas disputas, formando a maior delegação gaúcha na história do evento.

- Ainda em novembro, a SEL divulgou a classificação definitiva dos projetos selecionados nos editais do programa Avançar Mais no Esporte, nas categorias Infraestrutura Esportiva e Ilumina Esporte. Ao todo, 226 projetos receberão recursos para a revitalização de espaços esportivos, num total de R\$ 65.000.000,00. Voltado às prefeituras municipais, o Avançar Mais no Esporte visa financiar obras de construção, revitalização e iluminação de espaços esportivos em todo o Rio Grande do Sul.

- Também em novembro, aconteceram os Jogos da Juventude, em João Pessoa, na Paraíba, reunindo estudantes-atletas dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. A delegação gaúcha contou com 194 integrantes, sendo 185 atletas de até 17 anos, selecionados por meio do Campeonato

Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS) mais custos de viagem, uniformes e organização técnicos e servidores da SEL para o apoio. Os da seletiva foram todos da SEL.

Prioridades para 2025

Quadro 66 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SEL

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
CETE Sustentável	15.066.188,00
Promoção do esporte no ambiente escolar	50.000,00
Promoção do esporte e do paradesporto	6.557.083,00
Criação do Observatório do Esporte	10.000,00
Desenvolvimento e formação de atletas e treinadores gaúchos	6.605.000,00
Fomento ao esporte e ao paradesporto	156.388,00
Qualificação e implementação de infraestruturas esportivas	46.480.000,00
Distribuição de material para o esporte e lazer	1.000.000,00
Remuneração de Pessoal	8.067.023,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.336.953,00
Publicidade Institucional	62.660,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO DIGITAL E APOIO ÀS POLÍTICAS DE EQUIDADE

A seguir se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade (Seidape) (**Quadro 67**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão.²⁷

Quadro 67 – Principais entregas da Seidape em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Apoio a projetos de promoção da equidade em espaços de poder	Projeto ou campanha apoiada em prol da ocupação de espaço de poder por pessoa negra e indígena	unidade	2
Apoio a projetos que visam a redução das desigualdades sociais	Projeto de redução de desigualdade social apoiado	unidade	6
Auxílio na criação de projetos de inclusão digital para alunos de ensino médio	Proposta de ação de inclusão digital para aluno do Ensino Médio elaborada e apresentada ao órgão principal	unidade	2
Incentivo e auxílio ao planejamento e implementação do Programa de Empregabilidade Jovem	Proposta de ação de novas áreas de ocupação voltadas à tecnologia para jovens elaborada e apresentada ao órgão principal	unidade	3
Apoio à organização e execução de políticas públicas de equidade	Evento e campanha apoiada	unidade	5
Promoção de encontro dos agentes envolvidos no desenvolvimento de inovações	Reunião realizada	unidade	8

²⁷ A Seidape não possui orçamento próprio, de maneira que suas despesas são pagas pela Secretaria da Casa Civil.

Principais realizações em 2024

- Durante o estado de calamidade pública, em virtude dos eventos climáticos que atingiram o Estado em 2024, a Seidape atuou no apoio e na articulação de diversas ações, das quais destacam-se: a parceria com a SES e a SJCDH para apoiar as Comunidades Quilombolas e Povos de Terreiro; o apoio a uma ONG para a instalação de cinco filtros purificadores de água no território quilombola da Família de Ouro, em Porto Alegre; o apoio à SES na implementação dos atendimentos médico e psicológico gratuitos por meio do *site* SOS Enchentes; e na articulação do empréstimo de 10 antenas de *internet* via satélite por um instituto cultural, bem como da doação de 75 antenas por uma empresa internacional.

- Na edição de 2024 do *South Summit*, a Seidape foi responsável pela coordenação de 12 ações sociais ao longo do evento e, em seu entorno, com foco no alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e no impacto positivo sobre diferentes grupos sociais, ampliando o alcance e o engajamento com comunidades de diferentes perfis. Além disso, foi a responsável pela distribuição de 500 ingressos sociais.

- Em colaboração com a Junta Comercial do RS (JucisRS), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), e em parceria com outras secretarias, parlamentares, órgãos públicos e privados, foi lançado o Projeto Avança Mulher Empreendedora, cujo foco é estimular o empreendedorismo feminino no Estado, em especial de negócios coordenados por mulheres em vulnerabilidade social e as de municípios atingidos pelos eventos climáticos. Além disso, junto com a coordenação de um centro de acolhimento

que tem como objetivo atender mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, iniciou-se a construção de uma parceria para oferecer uma turma do Projeto Avança Mulher Empreendedora - Reconstrução, voltado às mulheres atendidas pela instituição. De maneira semelhante, uma adaptação do Projeto, que recebeu o nome de Avança Renascer, foi desenhada para atender tanto mulheres quanto homens acolhidos nos Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs).

- Em alusão ao Dia da Consciência Negra, o Governo do Estado promoveu a campanha *Black* da Consciência: uma nova narrativa para valorizar a cultura, o empreendedorismo e a identidade negra. A campanha foi fruto de uma parceria entre a Seidape, a Secom e uma agência de comunicação de Porto Alegre, e teve como principal produto o *site* consciencianegra.rs.gov.br, que reúne a história e o significado do Dia da Consciência Negra, os programas de incentivo do governo ao afroempreendedorismo, e produtos e serviços de empreendedores negros.

- A Seidape apoiou a realização da edição 2024 do projeto Crie o Impossível, liderado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que contou também com o apoio da Seduc e de parceiros do setor privado.

- Em parceria entre a Seidape, a JucisRS, a SJCDH e o MPRS, a Ação Conjunta de Combate à Violência Contra a Mulher levou ao Feijoada com Samba & Me Leva Festival 2024 — maior evento de samba e pagode do estado — ações em favor da valorização das mulheres e do combate à violência, bem como ofertou atendimento exclusivo às mulheres vítimas de violência.

Eixo Desenvolvimento Econômico Inovador

Na busca pelo desenvolvimento econômico inovador, destacam-se os esforços desempenhados por várias secretarias, incluindo os de seus órgãos vinculados, principalmente as destacadas nesta seção.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO Instituto Riograndense do Arroz

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) (**Quadro 68**) e pelo Instituto Riograndense do Arroz (Irga) (**Quadro 69**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 70 e Quadro 71**).

Quadro 68 – Principais entregas da Seapi em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Análises para certificação da sanidade da agropecuária gaúcha	Análise realizada	unidade	26.711
Apoio à infraestrutura hídrica rural	Açude implantado ou ampliado	unidade	1.801
	Área irrigada por projetos subvencionados	ha	7.602
Defesa e inspeção vegetal	Ação fiscal de trânsito realizada	unidade	2.126
	Monitoramento de praga e/ou fiscalização de certificação fitossanitária realizado	unidade	2.673
Educação continuada em defesa agropecuária	Ação de educação sanitária vegetal realizada	unidade	3.077
Capacitação do Serviço Veterinário Oficial, produtores e profissionais liberais	Evento de capacitação de produtor rural realizado	unidade	196
Interação e diálogo com cadeias produtivas agropecuárias	Reunião de câmara setorial e temática realizada	unidade	35
Manejo e conservação do solo	Beneficiário assistido	unidade	15.919
	Unidade de referência tecnológica implantada	unidade	24
Manutenção de estradas vicinais rurais	Hora máquina disponibilizada	h	290.153
Melhoria à infraestrutura rural	Município atendido com patrulha mecanizada	unidade	252
Pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha	Publicação técnica gerada	unidade	83
Segurança alimentar dos produtos de origem animal	Barreira realizada	unidade	77
Sistema de monitoramento agroclimático	Estação meteorológica implantada	unidade	16

Quadro 69 – Principais entregas do Irga em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Acompanhamento agrometeorológico da metade sul do RS	Previsão meteorológica e mapa meteorológico elaborado	unidade	218
Adequação ambiental da lavoura arrozeira	Propriedade orizícola certificada	unidade	72
Amostras de solo e água	Amostra de solo e água analisada	unidade	2.039
Pesquisa orizícola	Cultivar de arroz lançada	unidade	1
Uso de sementes certificadas	Amostra de semente certificada	unidade	5.467

Principais realizações em 2024

- Foram investidos R\$ 6 milhões do Tesouro do Estado para reforma do Parque de Exposições Assis Brasil.
- A 47ª Expointer, considerada a “Expointer da retomada”, após a tragédia meteorológica, bateu recorde no volume de negócios. Em seus nove dias, a feira movimentou R\$ 8.100.265.792,24, número 1,41% superior ao registrado no ano de 2023.
- Na 47ª Expointer, foi anunciada a disponibilização de mais R\$ 107,7 milhões em horas-máquina para recuperação de estradas e vias rurais nas cidades em situação de emergência, em razão das enchentes de maio. O Estado já havia disponibilizado R\$ 500 mil para a mesma finalidade a municípios em calamidade pública.
- O governo do Estado entregou, em evento realizado no dia 18 de novembro, 212 máquinas e equipamentos agrícolas para 129 municípios gaúchos. Os itens foram adquiridos com recursos de emendas da bancada federal gaúcha, com contrapartida do governo do Estado.
- Novos equipamentos adquiridos pela Seapi vão analisar o potencial descarbonizante de diversas culturas no RS. Adquiridos no final de 2023, eles vão permitir aos pesquisadores do Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA), fazer a mensuração dos fluxos dos gases metano, óxido nitroso e dióxido de carbono e quantificar estas emissões, em diferentes usos do solo no Rio Grande do Sul. Além do fluxo de gases, vai ser possível estimar também os teores de carbono no solo e nas plantas.
- O governo do Estado anunciou, em fevereiro, R\$ 213,2 milhões para a subvenção de projetos de irrigação, com estimativa de investimentos por parte dos produtores na ordem de R\$ 2 bilhões. Em quatro anos, espera-se aumentar a área irrigada em 100 mil hectares, um incremento de 33% das principais culturas de sequeiro, como milho e soja.
- O Herbário BLA (*Brazilian Laboratory of Agrostology*), sob responsabilidade do DDPA, foi 100% digitalizado. O acervo contém uma coleção de grande importância histórica e científica, com exemplares do século XIX (o mais antigo de 1865, coletado no Sudão). Os recursos para a compra do equipamento fotográfico vieram do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, que fomenta projetos em rede como o Herbário virtual da Flora e dos Fungos (INCT-HVFF).
- O Programa Monitora Ferrugem RS deu início às suas atividades para a safra 2024-2025 em outubro. Com a instalação de 74 coletores em lavouras de soja em todo o Estado, o programa visa prevenir e controlar a ferrugem asiática, principal doença que afeta o cultivo no Brasil e que pode ocasionar perdas na produtividade de 10 a 90%.
- O Rio Grande do Sul, por meio da Seapi, foi o primeiro estado do País a conquistar adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV). O SISBI-POV faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e tem o objetivo de padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem vegetal para garantir a inocuidade e qualidade desses produtos.
- O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) reconheceu que o Selo Ambiental do Irga atende aos requisitos mínimos de Boas Práticas, conforme a Portaria Mapa 337/2021. Com isso, o Irga torna-se uma entidade certificadora do Mapa. Os produtores com a distinção do Selo Ambiental poderão contar com descontos

nos empréstimos do Plano Safra, o que torna o Selo mais atrativo aos produtores. O Selo Ambiental tem-se consolidado como uma iniciativa que visa promover práticas

sustentáveis na orizicultura, destacando o compromisso dos produtores com a sustentabilidade ambiental e a gestão responsável de suas atividades.

Prioridades para 2025

Quadro 70 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Seapi

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Agricultura com acesso digital	10.000,00
Análises para certificação da sanidade da agropecuária gaúcha	10.000,00
Apoio à infraestrutura hídrica rural	101.688.507,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	97.042.767,00
Apoio para o fortalecimento de cooperativas	10.000,00
Capitalização de Empresas Estatais	9.600.000,00
Centro Integrado da Agricultura	10.000,00
Defesa e inspeção vegetal	15.361.349,00
Descarbonização da agropecuária gaúcha	3.500.000,00
Estudo de viabilidade e projeto de captação de águas e canais irrigantes	10.000,00
Fomento a cadeias agropecuárias gaúchas	114.744.607,00
Fortalecimento das certificações sanitárias animais	4.075.641,00
Manejo e conservação do solo	10.000,00
Manutenção de estradas vicinais rurais	4.070.516,00
Melhoria à infraestrutura rural	17.862.865,00
Pesquisa e inovação para a agropecuária gaúcha	978.051,00
Publicidade Institucional	124.121,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	1.914.153,00
Rastreabilidade e identificação individual de bovinos	10.000,00
Remuneração de Pessoal	223.421.285,00
Segurança alimentar produtos de origem animal	50.000,00
Sistema de monitoramento agroclimático	20.000,00

Quadro 71 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Irga

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Levantamento e divulgação de dados da cadeia orizícola	50.000,00
Outros encargos especiais	22.328.710,00
Remuneração de Pessoal	30.973.404,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	25.226.454,00
Publicidade Institucional	2.000.000,00
Acompanhamento agrometeorológico da metade sul do RS	425.000,00
Adequação ambiental da lavoura arrozeira	50.000,00
Amostras de solo e água	1.570.000,00
Custo de produção do arroz irrigado	4.718.500,00
Difusão de tecnologia	1.075.003,00
Pesquisa orizícola	32.966.537,00
Rotação de culturas em terras baixas	100.000,00
Serviços de extensão rural	32.467.265,00
Uso de sementes certificadas	589.000,00
Alimentação saudável: valorização do arroz	4.000.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Badesul Desenvolvimento

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) (**Quadro 72**) e pelos seus órgãos vinculados: Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS) (**Quadro 73**) e Badesul Desenvolvimento - Agência de fomento/RS (Badesul) (**Quadro 74**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 75, Quadro 76 e Quadro 77**).

Quadro 72 – Principais entregas da Sedec em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Apoio a empresas em feiras	Empresa apoiada	unidade	105
	Missão de promoção comercial realizada	unidade	11
Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	Empresa beneficiada pelo incentivo	unidade	85
Ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional	Estudo de mercado realizado	unidade	132
Fortalecimento das cadeias de valor	Arranjo produtivo apoiado	unidade	2
Atração de investimentos	Empresa atraída	unidade	6
	Evento realizado	unidade	16
	Missão de atração de investimento realizada	unidade	3

Quadro 73 – Principais entregas da JucisRS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Escola JucisRS	Educação continuada JucisRS implantada	%	25
Integra RS	Redesim conectada	%	100
Junta Comercial Integrada	Tudo Fácil Empresas implantado	unidade	16

Quadro 74 – Principais entregas do Badesul em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS	Montante aprovado nas operações de crédito para setores e regiões do RS	R\$	758.393.740,57

Principais realizações em 2024

- A primeira reunião de trabalho de construção da nova agenda de desenvolvimento do RS foi realizada em 10 de abril. O encontro teve a participação de empresários e presidentes de entidades de classe. Houve a apresentação do pré-diagnóstico sobre competitividade do Estado, detalhamento das técnicas de construção do futuro plano de desenvolvimento e a coleta de ideias para a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico, Inovador e Sustentável.
- O desenvolvimento econômico inovador e sustentável do RS foi tema da palestra que o

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ernani Polo, apresentou na 15ª Envase Brasil, feira de tecnologia, embalagens e processos para a indústria de bebidas e alimentos, que aconteceu entre os dias 23 e 25 de abril, em Bento Gonçalves. Com uma plateia formada por empreendedores, Polo explicou o plano do Governo estadual para desenvolver o Estado, contextualizando com o cenário atual e descrevendo as estratégias que estão sendo trabalhadas.

- A Invest RS, Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, visa promover o desenvolvimento econômico do RS por meio da atração de investimentos e da promoção comercial, em cooperação com o poder público, entidades e sociedade. As ações da Invest RS serão orientadas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável, priorizando os setores estratégicos para impulsionar o crescimento do Estado. A sua atuação está alinhada com a Sedec e demais órgãos responsáveis pelas políticas públicas de desenvolvimento.
- O estabelecimento de uma rota direta entre o Porto de Rio Grande e o de Danzhou, na província de Hainan, na China, foi tema de uma reunião entre a Sedec, a Portos RS e representantes da cidade chinesa, de um complexo portuário e de uma empresa chinesa. A ideia é, a partir da ligação entre os terminais, estabelecer uma economia de tempo e custos no comércio bilateral. O interesse na construção de um acesso portuário direto é pelo interesse pela cadeia produtiva de carne, em especial nas etapas de confinamento, abate, estocagem em *warehouse* (como se chamam os depósitos) e frigoríficos, facilitando a exportação dos produtos gaúchos para a China. A reunião aconteceu no dia 30 de abril de 2024), no gabinete da Sedec.
- A proposta de um novo transporte para ligar Porto Alegre a Gramado, foi tema de reunião no dia 11 de abril de 2024 na Sedec, com a participação das pastas de Logística e

Transporte e Meio Ambiente e Infraestrutura. Projeto da iniciativa privada, a ideia é que os 84 quilômetros que separam as duas localidades sejam percorridos por um trem expresso com capacidade para em torno de 250 lugares e viagem estimada de uma hora. O projeto é uma alternativa pela alta demanda turística na região e pelos congestionamentos diários na BR-116, que acessa à Serra Gaúcha, e nos centros de Gramado e Canela. A projeção é de um milhão de passageiros por ano em cada trecho.

- Em agosto de 2024, o Governo do Estado entregou o Termo de Referência para Estudos de Impacto Ambiental para uma multinacional chilena, que atua nos segmentos de celulose, produtos de higiene pessoal e embalagens. A entrega do termo significa que está autorizado o início dos estudos socioambientais para a implantação da unidade industrial em Barra do Ribeiro.
- Uma plataforma latino-americana de *Data Centers* e município Eldorado do Sul assinaram protocolo de intenções de um projeto de infraestrutura digital. O plano da empresa é construir no Município de Eldorado do Sul a maior cidade de *data centers* da América do Sul, a *Scala AI City*, o que impulsionará o potencial do Estado na área de tecnologia e inteligência artificial.
- O Avança Mulher Empreendedora promoveu, em novembro, um mutirão de atendimento gratuito com foco em empreendedores formais e informais, em especial aos afetados pelas enchentes. O evento em Porto Alegre contabilizou cerca de mil pessoas atendidas nos dois dias.
- O Tudo Fácil Empresas é um canal entre o Estado e o Empreendedor para facilitar a abertura de empresas. Com a nova atualização Tudo Fácil Empresas, a REDESIM agora ficou mais prática, intuitiva, interativa e rápida. Torna um fluxo que já é simplificado em uma maneira de abrir empresas com atividades de baixo risco de forma gratuita,

totalmente automática, ágil, fácil e sem burocracia nos 44 municípios que já aderiram ao fluxo rápido. Além disso, o fluxo tradicional, está totalmente integrado nessa plataforma única, de forma com que o cidadão não precisa abrir nenhum outro sistema para abrir sua empresa no Estado.

▪ Em 2024, o Badesul enfrentou com protagonismo o desafio de apoiar negócios e municípios afetados pela catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul. Atuando de forma crucial na recuperação do Estado, a agência de fomento viabilizou R\$ 124,4 milhões em contratações por meio de linhas de financiamento emergenciais. Ao todo, foram realizadas 509 operações de crédito, que contribuíram para um volume total próximo de R\$ 1 bilhão em aprovações,

ultrapassando a meta inicial de R\$ 564 milhões. Para ampliar o alcance de suas ações, o Badesul recebeu um aporte de R\$ 100 milhões do Governo do Estado, que possibilitou a criação da linha de financiamento RenovaRS. Com um montante total de R\$ 290 milhões disponíveis, a iniciativa é direcionada a empresas situadas em municípios atingidos pelas enchentes, promovendo a manutenção de empregos, a preservação da renda e a recuperação econômica regional. Essa perspectiva positiva, somada aos resultados expressivos alcançados ao longo do ano, reforça o papel estratégico do Badesul na promoção do desenvolvimento sustentável e no incentivo a soluções inovadoras que proporcionem a construção de um estado resiliente.

Prioridades para 2025

Quadro 75 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedec

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional	25.500,00
Fortalecimento das cadeias de valor	667.163,00
Incentivo ao fomento	10.000,00
Ampliação do Fundopem/Integrar e PROEDI	15.000,00
Apoio às ações visando o desenvolvimento econômico do Estado	175.000,00
Atração de investimentos	23.908.819,00
Apoio a empresas em feiras	1.043.499,00
Remuneração de Pessoal	17.605.321,00
Publicidade Institucional	100.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.395.197,00
Qualificação de Recursos Humanos	25.984,00
Capitalização de Empresas Estatais	10.000,00
Pró-Irriga	10.000,00

Quadro 76 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da JucisRS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Escola JucisRS	676.320,00
Junta Comercial Integrada	8.015.623,00
InvestRS – aplicação	82.000,00
Integra RS	3.644.936,00
Junta Digital	1.471.761,00
Jornada JucisRS	1.570.000,00
Remuneração de Pessoal	8.832.403,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	16.213.100,00
Publicidade Institucional	200.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Outros encargos especiais	1.744.847,00

Quadro 77 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Badesul

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	70.000.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) (**Quadro 78**) e pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) (**Quadro 79**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos em 2024 e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 80 e Quadro 81**).

Quadro 78 – Principais entregas da Sedur em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) elaborado	%	25
Pavimentação	Distância de infraestrutura viária qualificada	km	117,6
Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável e Integrando Tecnologia de Gestão	Termo de referência para a licitação do Sistema de Bilhetagem do Poder Público elaborado	unidade	0,66

Quadro 79 – Principais entregas da Metroplan em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Programa de Passe Livre Estudantil METROPLAN	Rede de Prefeituras cadastradas no Sistema Passe Livre	%	61

Principais realizações em 2024

- Através do Programa Desassorear RS integrado ao Plano Rio Grande, a Sedur promoveu o desassoreamento e a limpeza de arroios e sistemas pluviais de municípios que, em decorrência das enchentes, declararam situação de emergência ou estado de calamidade. Foram apresentados 338 projetos por 145 municípios com um total estimado de 3 milhões de m³ de sedimentos a serem removidos mediante o aporte de R\$ 350 milhões provenientes do FUNRIGS.
- Prestação de assistência técnica para a elaboração de Planos de Reconstrução e revisão de Planos Diretores de sete cidades

do Vale do Taquari severamente atingidas pelos eventos climáticos extremos: Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Muçum e Rocca Sales. O investimento para a realização dos serviços de assessoria e mapeamento geotécnico alcança R\$ 3,1 milhões.

- Realização de mais de 20 mil laudos para municípios atingidos pelas enchentes, estruturando a documentação necessária para a aquisição de recursos junto ao Governo Federal, impactando positivamente 98 municípios atingidos. A documentação técnica emitida colecionou mais de 18 mil

laudos habitacionais, 446 laudos de estradas e 238 pontes. Envolveu, ainda, a elaboração de 177 planos de conjunto com 13.674 residências em uma área mapeada de 13,44 milhões de metros quadrados.

- Por meio do Programa Horas-Máquina, a Sedur atuou na recuperação de estradas, execução de terraplenagem para construção de habitações, limpeza de terrenos e na reestruturação de cabeceiras de pontes. Com o aporte de mais de R\$ 106 milhões, foram impactados positivamente pelo programa 118 municípios com mais de 175 mil horas-máquina.
- O Programa Pavimenta 2 visou incrementar a infraestrutura urbana, rodoviária e rural dos municípios através de obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização viária. O programa, no ano de 2024, qualificou mais de 117,5 km de vias com investimento de mais de R\$ 6,37 milhões havendo a previsão de investimento de mais de R\$ 378 milhões através de recursos do Estado acrescidos de contrapartida dos municípios.
- Em relação à mobilidade urbana, o projeto de duplicação da Estrada Caminho do Meio prevê obras em mais de 23 km da via que articula Alvorada, Viamão e Porto Alegre. Estão contratados os trabalhos de atualização dos projetos dos trechos um e

dois, sendo que o trecho três, com 11,4 km em Viamão, e o Trecho 4, com 4,38 km em Alvorada, tiveram o projeto aprovado pelo agente financeiro e a licitação da contratação das obras e dos serviços estão em andamento. O investimento previsto é de mais de R\$ 262 milhões.

- Em relação à proteção contra cheias, houve o desenvolvimento de estudos para a proteção contra cheias na região do Delta do Jacuí em Eldorado do Sul. O projeto contempla a construção de casas de bombas, rede de macrodrenagem, canais de descargas, drenos coletores e um dique com extensão de 8,6 km.
- Foi realizado projeto de redução do efeito das cheias na bacia dos rios Taquari - Antas contemplando a elaboração de estudos e projetos de engenharia para obras e intervenções de ações de mitigação dos impactos de futuros eventos meteorológicos extremos visando, através de ações corretivas e preventivas, proteger 119 municípios da Bacia com ênfase nos 12 mais afetados pelas cheias: Santa Tereza, Muçum, Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio, Colinas, Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul, Venâncio Aires e Taquari. O investimento alcança a marca de mais de R\$ 16 milhões em recursos federais demandados pelo Estado.

Prioridades para 2025

Quadro 80 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sedur

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Pavimenta	10.000,00
Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas	154.894.000,00
Regularização dos Serviços de Transporte Público Coletivo por Ônibus na RMPA, RMSG, AULINOR e AUSUL	701.865,00
Sistema de Bilhetagem Eletrônica Interoperável e Integrando Tecnologia de Gestão	1.143.780,00
Fundo Estadual de Transporte Público Metropolitano	10.000,00
Programa de Passe Livre Estudantil SEDUR	11.681.723,00
Remuneração de Pessoal	8.950.992,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	946.370,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Publicidade Institucional	49.999,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Qualificação e revitalização urbana em territórios do RS Seguro	19.393.386,00

Quadro 81 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas da Metroplan no PPA 2024-2027

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Outros encargos especiais	3.369.647,00
Remuneração de Pessoal	12.579.066,00
Publicidade Institucional	10.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	7.889.454,00
Gestão de projetos e estudos de alternativas para prevenção de cheias	21.511.891,00
Regularização das concessões do serviço de transporte público coletivo hidroviário	100.000,00
Programa de Passe Livre Estudantil METROPLAN	12.067.799,00
Melhoria do projeto fretamento legal	124.000,00
Qualificação da prestação de transporte público	2.435.810,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A.

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) (**Quadro 82**) e pelas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. (CEASA-RS) (**Quadro 83**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 84 e Quadro 85**).

Quadro 82 – Principais entregas da SDR em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Capacitação, assistência técnica e extensão rural	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de base ecológica realizada	unidade	4.042
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares realizada	unidade	191.085
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para aquicultura realizada	unidade	2.208
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas e pescadores realizada	unidade	21.763
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produtores de leite e pecuaristas familiares realizada	unidade	15.398
	Cooperativa atendida	unidade	120
	Produtor de leite e pecuarista familiar capacitado	unidade	2.697
Desenvolvimento rural e apoio à permanência do jovem no campo	Bolsa Juventude Rural concedida	unidade	134
Fomento ao acesso a sementes e insumos – Troca-Troca de Sementes	Saca de semente subsidiada	unidade	97.637
Fomento ao artesanato tradicional	Beneficiário apoiado	unidade	554
Fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana	Agricultor familiar beneficiado	unidade	2.201
Fomento ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária familiar	Projeto produtivo da pecuária familiar apoiado	unidade	24
	Projeto produtivo do leite apoiado	unidade	145
Fortalecimento das agroindústrias familiares	Agroindústria inclusa no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	unidade	141
	Feira apoiada para comercialização de produtos das agroindústrias familiares	unidade	50

Quadro 83 – Principais entregas da CEASA-RS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Alimento comercializado no complexo Ceasa - registro estatístico e de controle	Alimento comercializado no complexo	t	455.662
Programa social da Ceasa/RS	Alimento doado pelo programa	kg	876.716
	Pessoa atendida pelo programa social da Ceasa	unidade	751.025

Principais realizações em 2024

▪ Foi lançado em julho o Programa Agrofamília, para promoção do fortalecimento da agricultura familiar e o fomento à agroindustrialização dos produtores. O investimento é de R\$ 201,2 milhões. O objetivo do programa é contemplar produtores familiares com ações que englobam a aquisição de leite em pó de pequenos produtores; a anistia de parcela vencida do Programa Troca-Troca de Sementes, bem como o aumento de bônus para aquisição de sementes; linhas de financiamento disponibilizadas via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper); e apoio a projetos produtivos de jovens, quilombolas, pescadores artesanais; entre outras. São dez iniciativas que visam impulsionar o setor após os eventos meteorológicos que impactaram a produção gaúcha.

▪ Durante a 47ª Expoiner, o Pavilhão da Agricultura Familiar se destacou com um crescimento notável nas vendas, atingindo um recorde de R\$ 10.880.097, um aumento de 25,44% em comparação ao ano anterior. Nesta edição, o pavilhão contou com a participação de 217 mulheres, 126 jovens e 69 expositores estreantes.

▪ Em setembro foi publicada a classificação preliminar dos jovens inscritos no Programa de Apoio a Projetos Produtivos para Jovens da Agricultura Familiar. A iniciativa faz parte do Programa Agrofamília, inicialmente, 244 jovens estão classificados para ingressar no

programa. Cada jovem poderá aderir a um projeto produtivo entre R\$ 10.000 e R\$ 25.000, com um bônus adimplência de 80% no financiamento. O projeto poderá compreender a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para as mais variadas cadeias agropecuárias.

▪ Em outubro foi publicada a classificação preliminar dos inscritos no Programa de Fomento e Investimento às Agroindústrias Familiares do Rio Grande do Sul. A iniciativa faz parte do Programa Agrofamília e o investimento do executivo estadual no projeto voltado às agroindústrias é de R\$ 20 milhões. Os empreendimentos afetados pelas enchentes de abril e maio tiveram prioridade no acesso ao recurso. O objetivo é fomentar projetos de investimentos para a agroindustrialização, com valor mínimo de R\$ 15 mil e máximo de R\$ 50 mil.

▪ Foi publicada em novembro a resolução que oficializa o subsídio integral da parcela correspondente à tecnologia transgênica no âmbito do Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo - Safra 2024/2025. Com a concessão de 100% de subsídio, o valor da transgenia será totalmente anistiado, diminuindo custos para 15.522 pequenos agricultores. Os agricultores beneficiados são representados por 429 entidades, em 362 municípios, correspondendo a um total de 48.616 sacas de sementes. O montante destinado ao subsídio integral é de R\$ 16 milhões.

- Com o objetivo de apoiar projetos produtivos de quilombolas e pescadores artesanais profissionais, foi publicada em outubro a lista preliminar dos contemplados nos projetos produtivos voltados a esses públicos dentro do Programa Agrofamília. O investimento do executivo estadual nas duas operações é superior a R\$ 5,6 milhões. O auxílio para comunidades quilombolas rurais é voltado para aquisição de equipamentos e insumos necessários para produção. Já a ação dirigida aos pescadores artesanais profissionais, é destinada para compra de petrechos (barcos, motores, redes, freezers e afins). Foram classificados 298 projetos de pescadores artesanais e 107 quilombolas, com projetos no valor de até R\$ 15 mil e bônus adimplência de 80% do valor do projeto.
- Foi divulgado em setembro a lista preliminar dos 134 contemplados pelo Programa Bolsa Juventude Rural 2024. O Programa visa oportunizar ao jovem o acesso e a permanência no ensino médio, para que este possa concluir seus estudos, bem como potencializar a permanência do jovem no

campo e a sucessão rural, por meio da implantação de projetos produtivos. O auxílio concedido é de R\$ 300,00 mensais por estudante.

- SDR e Emater/RS lançaram em novembro a 2ª edição de catálogo voltado ao artesanato quilombola gaúcho. O catálogo é o acolhimento de uma demanda dos artesãos quilombolas do estado, e tem como objetivo dar visibilidade e possibilitar a comercialização de suas obras.
- Em novembro foi dado início à operacionalização da edição 2024/2025 do Programa de Sementes e Mudanças Forrageiras. O Programa tem como objetivo fomentar a aquisição de sementes e mudas de espécies forrageiras, a serem utilizadas na formação de pastagens, produção de silagem, feno ou pré-secado, para destinação à alimentação dos rebanhos de leite e corte nas unidades de produção da agricultura familiar gaúcha. O programa beneficia anualmente mais de 10 mil agricultores e pecuaristas familiares, em sua maioria produtores de leite que têm a base da alimentação do seu rebanho sobre pastagens.

Prioridades para 2025

Quadro 84 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SDR

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fomento ao desenvolvimento rural sustentável	21.312,00
Apoio ao cooperativismo	120.000,00
Infraestrutura para pequenas propriedades rurais	50.000,00
Fomento à aquicultura sustentável	116.000,00
Desenvolvimento da prestação de serviços rurais	5.414.767,00
Capacitação, assistência técnica e extensão rural	135.225.935,00
Fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar	110.370.000,00
Fomento ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária familiar	3.106.248,00
Fomento ao acesso a sementes e insumos - Troca-Troca de Sementes	8.050.000,00
Equalização de juros - Plano Safra Estadual Estratégico	10.010.400,00
Educação e profissionalização do jovem para o desenvolvimento rural	886.429,00
Fortalecimento das agroindústrias familiares	3.903.234,00
Fortalecimento produtivo e qualificação social de indígenas e quilombolas	440.726,00
Desenvolvimento social e sustentável da pesca artesanal	129.877,00
Qualificação produtiva de assentamentos da reforma agrária	11.831.939,00
Remuneração de Pessoal	17.515.820,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.554.707,00
Publicidade Institucional	20.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Fomento à agroecologia e agricultura urbana e periurbana	560.000,00
Acesso a novas tecnologias de comercialização e divulgação	30.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00

Quadro 85 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CEASA

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.554.000,00
Programa social da Ceasa/RS	252.000,00

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) (**Quadro 86**) e pelos seus órgãos vinculados: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) (**Quadro 87**) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) (**Quadro 88**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 89, Quadro 90 e Quadro 91**).

Quadro 86 – Principais entregas da SICT em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	Projeto de inovação em cooperação com instituições de ciência e tecnologia, cadeia produtiva do agro e atores relevantes apoiado	unidade	15
Desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde	Projeto de cooperação em P&D entre ICTs e empresas da cadeia de valor da saúde apoiado	unidade	7
Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	Profissional capacitado para atuação na cadeia produtiva de semicondutores	unidade	20
Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	Projeto de cooperação em P&D entre ICTs e empresas apoiado	unidade	28
	Produto agropecuário e agroalimentar gaúcho certificado por sua alta qualidade	unidade	3
Aplicação de tecnologias para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis	Projeto de inovação com foco em cidades inteligentes apoiado	unidade	5
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	Ecossistema Regional de Inovação consolidado e potencializado	unidade	8
	Missão nacional e internacional realizada e apoiada	unidade	6
	Plataforma de Inovação aberta (Rede RS Startup) ativa	unidade	1
	Projeto de inovação em cooperação com os atores da quádrupla hélice apoiado	unidade	24
Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	South Summit Brazil realizado	unidade	1
Formação de capital humano para a inovação	Aluno com competências em inovação e empreendedorismo com foco no mundo do trabalho qualificado	unidade	7880

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Formação de professores qualificados para o Século XXI	Aluno ingressante de curso superior de licenciatura com as competências do século XXI contemplado	unidade	951
Redução das desigualdades a partir de inovação e tecnologias sociais	Comunidade periférica identificada e com suas principais características mapeadas	unidade	4

Quadro 87 – Principais entregas da FAPERGS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	Auxílio à pesquisa e à inovação concedido	unidade	1031
	Bolsa concedida	unidade	1589

Quadro 88 – Principais entregas da UERGS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ingresso, qualificação e permanência estudantil	Aluno da ampla concorrência de graduação ativo	unidade	1881
	Aluno economicamente hipossuficiente da graduação ativo	unidade	605
	Curso de graduação presencial ofertado	unidade	45
Inserção Comunitária e Inovação	Pessoa beneficiada com ação de extensão	unidade	123991
Consolidação do Ensino à Distância (EAD) da Universidade	Curso de extensão ofertado na modalidade EAD	unidade	27
Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu Inovador	Curso de pós-graduação stricto sensu ofertado	unidade	6
	Produção científica publicada	unidade	585
Uergs Exterior: Promoção da Internacionalização	Convênio firmado com instituições estrangeiras	unidade	2

Principais realizações em 2024

▪ O apoio a projetos de inovação com foco em cidades inteligentes e sustentáveis ocorreu através do Edital TEC4B 08/2023 - Tecnologia Para Negócios, que objetivou apoiar projetos que viabilizem o acesso e a utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) para o desenvolvimento e o aprimoramento de serviços, produtos ou processos inovadores por meio da implantação de *Living Labs* (laboratórios vivos). Valor total disponibilizado: R\$ 8.000.000,00. Os projetos apoiados foram na área de *Living Labs* com ênfase em agronegócio. Na Região Funcional 2, foi aprovado o projeto *Living Agro+Vales*. Na Região Funcional 3, foi aprovado o projeto AGROCITY - Agricultura Inteligente em Cidades. Na Região Funcional 7, foi aprovado o projeto *LIVING LAB AGRO NOROESTE*

MISSÕES. Na Região Funcional 8, foram aprovados 2 projetos: Living Lab de Bioinsumos de uma universidade federal e Centro de Referência em Pesquisa e Inovação – Ibirubá – Estruturação.

▪ Com relação ao Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação, no âmbito das missões nacionais e internacionais realizadas em 2024, destaca-se a participação na Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação da Região Sul, realizada em Curitiba em abril; e a *South Summit* Madri, realizada em junho. Além disso, cumpre salientar os apoios a eventos de empreendedorismo e inovação, em especial o evento denominado Rotas da Inovação. Foram realizados oito eventos em 2024, um por Ecossistema Regional de Inovação (ERIs). Ademais, foi realizado, em

dezembro, o evento denominado Evento Anual INOVA RS, com a presença de aproximadamente 100 pessoas, de caráter técnico, que permitiu a avaliação e reconhecimento das iniciativas já implementadas em cada Ecosistema Regional de Inovação, além de proporcionar uma oportunidade para a troca de experiências, instrução e sensibilização dos participantes das diferentes regiões do Estado.

- Com relação à Plataforma de Inovação aberta (Rede RS *Startup*), foi assinado, em dezembro de 2024, o termo aditivo ao contrato DRC-200/2022 com a Procergs, que versa sobre a manutenção e *upgrade* da Plataforma de Inovação aberta (Rede RS *Startup*), permitindo, assim, a implementação de melhorias e novas funcionalidades.

- Adicionalmente, foram apoiados na Região Funcional 3, o Evento Gramado *Summit*, com um aporte de R\$ 750.000,00 do Tesouro do Estado, e o evento Mercopar, com um aporte de R\$ 220.000,00 do Tesouro do Estado.

- Ainda em relação ao desenvolvimento de condições propícias ao ecossistema de inovação, cumpre salientar o apoio a projetos de inovação em cooperação com os atores da quádrupla hélice. Foram 13 projetos aprovados por meio do Edital 05/2023 SICT - INOVA AGRO, que objetivou apoiar projetos de pesquisa aplicada para uso de tecnologia na resolução de dificuldades relacionadas ao agronegócio nas áreas estratégicas de irrigação, descarbonização, aumento da eficiência de produção e transição energética no RS. Envolveu parcerias entre Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas, bem como OSCs e órgãos públicos, em um processo voltado ao fortalecimento do ecossistema gaúcho de inovação. Além desse edital, também foram aprovados oito

projetos no Edital FAPERGS 03/2024 - Programa Inova RS, de até R\$ 500.000,00 por projeto. O edital, além de dispor de recursos para aprovar um projeto por ERI, também disponibilizou recursos para a seleção de três Gestores de Inovação e Tecnologia (GITs) para atuarem em cada ERI. Os 24 GITs selecionados iniciaram suas atividades a partir de outubro de 2024. Em acréscimo ao exposto, foram analisados e aprovados 3 Projetos oriundos da Consulta Popular de 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023, cujos Termos de Colaboração já foram assinados e/ou estão em tramitação final para assinatura.

- Com relação ao desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde, destaca-se o lançamento do Edital Techfuturo Saúde 06/23, em 15 de setembro de 2023, que selecionou sete projetos de cooperação entre empresas e ICTs em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e soluções inovadoras na área da saúde a serem apoiados a partir de 2024. Dos oito Ecosistemas Regionais de Inovação do Programa Inova RS, quatro foram contemplados por financiamento do edital (Região Sul, Região Noroeste e Missões, Região Central e Região Metropolitana, e Litoral Norte), garantindo uma boa distribuição geográfica dos recursos.

- Com relação à formação de capital humano para a inovação, cumpre destacar a formação de um total de 7.880 alunos na Trilha Ciências da Computação no Ensino Fundamental (anos finais e Ensino Médio) e na Trilha Trabalho e Cidadania (Ensino Fundamental - Etapas I e II e Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante). Destaca-se também a realização e seis capacitações de professores multiplicadores.

- O Programa Conecta RS foi reestruturado para ter mais efetividade. A SICT focou em atestar a localização e verificar o efetivo funcionamento dos APs (*access points*)

adquiridos. As 123 escolas envolvidas nas fases um e dois do projeto Conecta (anos de 2020 a 2023) foram contatadas para verificar a situação da instalação dos APs.

- Com relação à formação de professores qualificados para o Século XXI, no âmbito da execução do Edital 09/2023, que versa sobre o Programa Professor do Amanhã, foram aprovadas 35 propostas de 11 diferentes instituições comunitárias de ensino superior (ICES), além da assinatura de 34 termos de parceria com as ICES. Em novembro de 2024, 951 bolsas estavam preenchidas. Além disso, foi lançado novo Edital 02/2024, em 26 de novembro de 2024 para a concessão de até 500 novas cotas de bolsas de estudos a cursos de licenciatura, destinados à formação de professores para a rede pública de Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa Professor do Amanhã.

- O Decreto nº 57887, de 02 de dezembro de 2024, instituiu o Fórum Permanente do Setor de Semicondutores no Estado (FÓRUM), vinculado à SICT, para a formulação e a implementação da política estadual de fortalecimento do setor de semicondutores, sobretudo por meio do Programa de Semicondutores do Estado do Rio Grande do Sul (SEMICONDUCTORES-RS), instituído pelo Decreto nº 57.209, de 21 de setembro de 2023. Em 2024, foi iniciada a capacitação de 20 profissionais por meio de um projeto selecionado através do Edital Inova Semicondutores 03/2023, lançado em 06 de setembro de 2023. Somado a isso, com o objetivo de identificar rotas tecnológicas cientificamente promissoras e economicamente atrativas para investimentos na cadeia produtiva de semicondutores no Rio Grande do Sul, a SICT realizou um *Roadmap* Tecnológico que buscou coordenar os interesses da academia, indústria, governo e sociedade civil. Esta iniciativa tem por objetivo promover a convergência de esforços para impulsionar

tanto ações públicas quanto privadas na área. Dentro do *Roadmap* Tecnológico, foram realizadas 12 entrevistas em profundidade com atores-chave da cadeia, duas rodadas de questionários *onlines* utilizando a metodologia Delphi e o *workshop* final que, a partir dos resultados obtidos nas etapas anteriores, buscou aprofundar a identificação de possíveis trajetórias e convergências.

- No tocante à intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva, cumpre destacar no âmbito dos trabalhos do Observatório da Inovação RS, o desenvolvimento e constante atualização de uma ampla plataforma de dados que conta com indicadores provenientes de diversas fontes confiáveis sobre ciência, tecnologia e inovação no estado e no País como um todo. Tal plataforma pode ser acessada, através do *site* da SICT e está totalmente disponível para subsidiar a tomada de decisão baseada em evidência dos diversos atores do ecossistema gaúcho de inovação. Em 2024, foram acrescentados novos dados referentes à colaboração universidade-empresa em publicações científicas e colaboração internacional em publicações científicas, novos programas (TEC4B), adição do Ambiente de Inovação (*Living Labs*), inclusão dos demais estados do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) nos indicadores e uma aba destinada às soluções para o desastre climático no RS.

- Além disso, no tocante à intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva, saliente-se que o Regulamento da Carne *Premium* Gaúcha foi atualizado. Também o regulamento do Selo Produto *Premium* Origem e Qualidade do azeite de oliva foi atualizado, oportunizando a participação de produtores avulsos ou filiados a outras entidades que não o IBRAOLIVA. Foram aprovados 100% dos azeites submetidos à certificação. Quanto à cachaça gaúcha, foram analisadas, no painel sensorial, 25 amostras

de cachaça. A análise documental ainda não foi concluída, tendo em vista a dificuldade de alguns produtores em obter os laudos físico-químicos pelos laboratórios para os quais os produtores enviaram as amostras para análise. Em 2024, foi realizada a prospecção de novos setores para indicação ao Selo Produtos *Premium*, e os produtos erva-mate e mel estão sendo acompanhados e estudados pela equipe do Programa que está analisando a viabilidade técnica da concessão de Selo *Premium*.

- Com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa aplicada para uso de tecnologia na resolução de dificuldades relacionadas ao agronegócio nas áreas estratégicas de irrigação, descarbonização, aumento da eficiência de produção e transição energética no RS, que envolvam parcerias entre ICTs, empresas, bem como OSCs e órgãos públicos, em um processo voltado ao fortalecimento do ecossistema gaúcho de inovação, foram aprovados dois projetos oriundos da Consulta Popular na área de Agroindústria, cujos Termos de Colaboração já foram assinados e/ou estão em tramitação final de assinatura para posterior liquidação e pagamento.

- O evento Diálogos pelo Agro ocorreu na Expointer de 26 a 28 de agosto de 2024. O objetivo foi apresentar soluções inovadoras para os principais desafios do agronegócio gaúcho, com foco em prevenção e mitigação de danos resultantes das mudanças climáticas. Foram apresentados seis desafios, quais sejam: recuperação de solo, inteligência de dados para soluções agroclimáticas, sistemas produtivos resilientes, tecnologias para escoamento de produção, futuro da agropecuária no RS e rastreabilidade de alimentos gaúchos. As *startups* e empresas que foram selecionadas através de uma inscrição *online*, apresentaram as suas soluções de acordo com o desafio proposto.

- No Edital 05/2023 - Inova Agro, foram contemplados três projetos de P&D com foco em transição energética sustentável, os quais serão operacionalizados a partir da cooperação entre ICTs e empresas.

- Quanto à promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo, o produto *South Summit Brazil*, que aconteceu de 20 a 22 de março de 2024, reuniu mais de 23.500 pessoas de 55 países. Teve a participação 38 fundos internacionais e o volume de US\$ 25 bilhões disponíveis para investimentos na América Latina. Além do fortalecimento e ampliação do alcance das ações sociais e de sustentabilidade, com destaque para o público feminino (em termos de maior participação de *speakers* e direcionamento de ações sociais).

- Com relação à implementação de espaços de inovação social, o Governo do Estado, por meio da SICT, assinou, no dia 29 de novembro de 2024, um termo de colaboração com a Central Única das Favelas (Cufa) para a execução do programa Comunidades Inovadoras. Trata-se de uma iniciativa que visa promover a inovação social em áreas vulneráveis do Estado. O objetivo é levar a inovação para dentro das comunidades, prevenindo a violência e promovendo a cultura de paz. O Comunidades Inovadoras será executado nos territórios do Programa RS Seguro COMunidade, que faz parte do RS Seguro. Também visa fortalecer o empreendedorismo local nos bairros indicados pelo programa RS Seguro: Santa Maria (Nova Santa Marta), Porto Alegre (Restinga), Caxias do Sul (Santa Fé) e Pelotas (Areal e Dunas). Em 2024, foi realizada uma pesquisa para diagnosticar as fraquezas, potencialidades e demandas locais, garantindo a inclusão e a adaptação através do Programa Comunidades Inovadoras às necessidades reais para a comunidade do Bairro Areal Dunas em Pelotas. Destaca-se,

também, a realização, no dia 24 de abril de 2024, de uma mentoria para 30 empreendedoras femininas do bairro Restinga em Porto Alegre, com o objetivo de debater "Inovação na periferia".

- Cumpre salientar também a participação da SICT em eventos de empreendedorismo comunitário. No dia 28 e 29 de novembro de 2024, em Porto Alegre, ocorreu o Evento Expofavelas com o apoio da SICT e o aporte

de R\$ 100.000,00 do Tesouro do Estado e uma mentoria com os dez empreendedores selecionados para participação no Evento Expofavela Brasil. De 06 a 08 de dezembro de 2024, a SICT participou do Evento Expo Favela *Innovation* Brasil edição 2024, na cidade de São Paulo, apresentando o painel A importância da tecnologia nos setores públicos e privados e participando como avaliadora na rodada de negócios.

Prioridades para 2025

Quadro 89 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SICT

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Promoção de ambientes de conexão entre os agentes envolvidos com inovação e empreendedorismo	22.551.024,00
Formação de professores qualificados para o Século XXI	19.200.000,00
Mitigação dos efeitos da seca pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias	10.000,00
Formação de capital humano para a inovação	10.000,00
Redução das desigualdades a partir de inovação e tecnologias sociais	1.400.000,00
Aplicação de tecnologias para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis	10.000,00
Desenvolvimento de condições propícias para o ecossistema de inovação gaúcho	47.042.000,00
Intensificação das atividades de PD&I na matriz produtiva	10.000,00
Desenvolvimento e difusão de tecnologias para a cadeia de valor da saúde	10.000,00
Fortalecimento da cadeia produtiva de semicondutores	10.000,00
PD&I voltadas à transição energética sustentável	10.000,00
Implementação de telefonia e internet no meio rural	10.000,00
Remuneração de Pessoal	31.650.612,00
Publicidade Institucional	240.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.529.639,00

Quadro 90 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da FAPERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Outros encargos especiais	1.075.231,00
Remuneração de Pessoal	4.434.016,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.258.219,00
Publicidade Institucional	250.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	48.017.019,00

Quadro 91 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da UERGS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Uergs Digital	55.000,00
Uergs 20+	15.000,00
Pós-Graduação Lato Sensu no contexto das demandas regionais	695.280,00
Remuneração de Pessoal	98.665.490,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	14.106.753,00
Publicidade Institucional	230.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	1.278.000,00
Outros encargos especiais	21.405.739,00

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Empresa Gaúcha de Rodovias

Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Logística e Transportes (Selt) (**Quadro 92**) e pelos seus órgãos vinculados: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) (**Quadro 93**), Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) (**Quadro 94**) e Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) (**Quadro 95**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 96, Quadro 97, Quadro 98 e Quadro 99**).

Quadro 92 – Principais entregas da Selt em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Manutenção da infraestrutura dos aeroportos regionais	Aeroporto com infraestrutura mantida	unidade	7
Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	Aeroporto Modernizado	unidade	4
Manutenção e modernização do sistema hidroviário	Hidrovia sinalizada	%	50

Quadro 93 – Principais entregas da Daer em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ampliação de capacidade de rodovias	Rodovia com capacidade ampliada	km	2
Atividades prévias à realização de investimentos em obras rodoviárias	Projeto final de engenharia realizado	unidade	4
Conservação e manutenção de rodovias	Rodovia com pavimento conservado	km	5.183
Construção de acessos municipais	Acesso municipal construído	km	49,85
Construção de rodovias e ligações regionais	Rodovia construída	km	50,49
Construção e manutenção de obras de arte especiais	Obra de arte especial construída	km	1
Restauração e manutenção de pavimento	Rodovia com pavimento restaurado	km	14,61

Quadro 94 – Principais entregas da EGR em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ampliação da malha rodoviária pedagiada	Rodovia construída	km	6
Manutenção e conservação de rodovia pedagiada	Rodovia conservada	km	630,38
Restauração da malha rodoviária pedagiada	Rodovia restaurada	km	117,83

Quadro 95 – Principais entregas da Portos RS em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Potencialização do complexo hidroportuário	Dragagem de hidrovia e canal realizada	%	50
	Sinalização de hidrovia e canal realizada	%	100

Principais realizações em 2024

- Obras de modernização e manutenção do Aeroporto Regional Hugo Cantergiani em Caxias do Sul, com requalificação da pista de pouso e decolagens, ampliação do terminal de embarque e desembarque e aquisição de

equipamentos para melhoria operacional. Obras orçadas em mais de R\$ 16 milhões.

- Obras de revitalização do Terminal de passageiros do Aeroporto de Torres. Intervenção destinada a preparar o aeroporto para operações comerciais realizadas com aeronaves com capacidade para até 72 passageiros. Investimento de mais de R\$ 9 milhões, envolvendo a recuperação do terminal e aquisição de equipamentos de orientação de aproximação de aeronaves, aumentando, assim, a segurança da navegação aérea.

- Manutenção, conservação e modernização do sistema hidroviário, a partir da liberação de mais de R\$ 730 milhões para realização de dragagens, serviços de batimetria em mais de 320 quilômetros de vias interiores, além de cerca de 40 quilômetros de canais na área do complexo do Porto do Rio Grande. Os investimentos e os serviços destinam-se a restaurar as profundidades dos canais de navegação da hidrovia da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba, Delta do Jacuí, canais do Rio São Gonçalo além de trechos dos rios: Sinos, Caí e Gravataí.

- A conservação rotineira da malha rodoviária do RS, no ano de 2024, alcançou a extensão de mais de 5.183 quilômetros, mediante investimentos de mais de R\$ 282,5 milhões. Destaque para os investimentos em manutenção das rodovias nos litorais norte e sul, em especial, a restauração da RSC-101 entre Palmares do Sul e Tavares, as melhorias na ERS-389, a Estrada do Mar e a ERS-786 em Balneário Pinhal. Importante ainda salientar a recuperação da Rota do Sol, na ERS - 486, severamente afetada por deslizamentos decorrentes de eventos climáticos extremos.

- Elaboração do Plano de Reconstrução de Rodovias e Pontes afetadas pela tragédia climática. Integrado ao Plano Rio Grande, estruturaram-se as ações necessárias à recuperação de 30 trechos rodoviários com mais de oito mil quilômetros de rodovias

pavimentadas e não pavimentadas afetadas, além de encostas de importantes segmentos rodoviários, com uma estimativa de investimento de mais de R\$ 3 bilhões para a correção e liberação dos pontos atingidos. Início e andamento acelerado da reconstrução de nove pontes destruídas pelos eventos climáticos. Com previsão de investimentos de mais de R\$ 76 milhões necessários à contratação de obras e serviços de reconstrução das obras de arte especiais impactadas pelas inundações que inviabilizaram a trafegabilidade nos Municípios de Feliz, Vista Alegre, Faxinal, Itati, Dilermando, Sinimbu e Relvado. Destaque para a conclusão da recuperação da ponte da ERS-531 em Tunas.

- Emissão das ordens de início das obras das novas pontes sobre o Rio Três Forquilhas, no km 9 da ERS-417, entre Itati e Três Forquilhas, no litoral norte e também da nova ponte sobre o Arroio Marcondes, no km 83, na RSC-471, em Sinimbu, no Vale do Rio Pardo. As estruturas, com 88 e 67 metros respectivamente, receberão, em conjunto, um investimento de mais de 14,5 milhões e a assinatura da ordem de início de serviços das novas pontes de Itati e Sinimbu sobre o rio Três Forquilhas na ERS-417.

- A pavimentação de acessos municipais avançou. No ano de 2024 foram concluídos seis acessos municipais: Centenário (ERS-477, Montauri (ERS-477), Pinheirinho do Vale (ERS-528), Mariano Moro (ERS-426), Cruzaltense (ERS-483) e Lagoa Bonita (ERS-400). Em 2019, eram 62 municípios sem acesso asfáltico. Foram concluídos 23, sendo que 18 se encontram em obras, 10 estão por começar e 11 municípios estão em fase de atualização dos projetos de engenharia rodoviária.

- A construção de rodovias e de ligações regionais teve grande incremento no período. Estão em andamento obras que irão ampliar em mais de 268 quilômetros a malha rodoviária do RS. No ano de 2024, mais de

50,49 km foram concluídos mediante o investimento de mais de R\$ 137,4 milhões. Compreendendo a construção de rodovias arteriais, coletoras, locais e ligações regionais, as obras e os investimentos visam promover maior conectividade regional, além de qualificar o sistema rodoviário estadual através do aprimoramento das condições de mobilidade e acesso de cargas e pessoas.

- A malha rodoviária pedagiada, sob a responsabilidade da EGR, recebeu investimentos de mais de R\$ 114,3 milhões para o suporte de obras e serviços destinados à implantação de novas interseções rodoviárias, para a conservação e manutenção do pavimento e a reconstrução de trechos rodoviários destruídos pelos eventos climáticos. Destaque para as interseções construídas na ERS - 235 que, localizadas nos quilômetros cinco, oito e 46, contribuirão para reforçar a segurança dos usuários da rodovia. Destaque também para as melhorias realizadas na ERS - 040. Uma das principais ligações da Região Metropolitana com o litoral norte recebeu reforço na conservação em todo o trecho administrado do quilômetro 11, em Viamão, até o quilômetro 94, em Balneário Pinhal.
- A EGR, de forma integrada às iniciativas do Plano Rio Grande, promoveu a reconstrução da pavimentação da ERS-129 em Muçum. O trecho, totalmente destruído pelas enxurradas de maio, tem uma extensão de mais de 100 metros com uma profundidade

de 45 metros e 60 metros de largura. O investimento total foi de mais de R\$ 8,8 milhões.

- O complexo portuário do RS, em que pesem as dificuldades impostas pelas adversidades climáticas, registrou importante movimentação de cargas. O Porto do Rio Grande anotou, no mês de dezembro, a movimentação de mais de 4,7 milhões de toneladas de cargas, sendo que o acumulado no ano foi mais de 54,3 milhões de toneladas. Destaque para a movimentação de contêineres, que alcançou a marca de mais de 7.66.157 TEUs. Destaque ainda para as movimentações de toras de madeira no Porto de Pelotas que alcançou mais de 772 mil toneladas. O Porto de Porto Alegre, que superou a marca das 637 mil toneladas, destacou-se pela movimentação de fertilizantes que superou o patamar das 31 mil toneladas.
- A Portos RS, em 2024, realizou, através da Draga Galileo Galilei, a retirada de 593 mil metros cúbicos de sedimentos do seu canal de acesso. O investimento foi de mais de R\$ 21 milhões, estando programada, em função dos sedimentos acumulados em decorrência das enchentes do mês de maio, a continuidade dos serviços para a retirada de outros 12,5 milhões de metros cúbicos de sedimentos. Os novos serviços de dragagem deverão receber o investimento de mais de R\$ 430 milhões oriundos do Fundo Rio Grande e restabelecer o calado de 14 metros no canal de acesso.

Prioridades para 2025

Quadro 96 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Selt

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Manutenção da infraestrutura dos aeroportos regionais	7.991.692,00
Modernização e ampliação do sistema aeroportuário	39.927.709,00
Planejamento e gestão do setor transportes	10.000,00
Promoção e fomento do transporte intermodal	10.000,00
Manutenção e modernização do sistema hidroviário	5.882.700,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Capitalização de Empresas Estatais	20.000,00
Remuneração de Pessoal	59.291.905,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.691.890,00
Publicidade Institucional	58.335,00
Qualificação de Recursos Humanos	10.000,00
Fiscalização de concessões	150.000,00

Quadro 97 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade do Daer

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Construção de acessos municipais	8.914.632,00
Gestão das faixas de domínio da malha rodoviária	40.000,00
Fiscalização rodoviária de veículos	29.023.800,00
Operação continuada de fiscalização de cargas	1.202.076,00
Atividades prévias à realização de investimentos em obras rodoviárias	9.501.406,00
Conservação e manutenção de rodovias	219.704.394,00
Restauração e manutenção de pavimento	245.962,00
Construção de rodovias e ligações regionais	6.149.050,00
Ampliação de capacidade de rodovias	1.731.734,00
Construção e manutenção de obras de arte especiais	3.689.430,00
Qualificação da rede viária - Convênios Municipais	245.962,00
Remuneração de Pessoal	100.648.217,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	216.956.800,00
Publicidade Institucional	500.000,00
Qualificação de Recursos Humanos	140.000,00
Outros encargos especiais	223.990.764,00

Quadro 98 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da EGR

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Ampliação de capacidade de rodovia pedagiada	1.361.603,25
Manutenção e conservação de rodovia pedagiada	8.268.000,00
Prestação de serviços de atendimento ao usuário	10.639.708,80
Restauração da malha rodoviária pedagiada	106.446.498,43

Quadro 99 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Portos RS

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Potencialização do complexo hidroportuário	94.500.000,00

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS (SOP)

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Obras Públicas (SOP) (**Quadro 100**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 101**).

Quadro 100 – Principais entregas da SOP em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	Alvará de proteção contra incêndio obtido de acordo com o plano anual	%	100
Construção da barragem Jaguari	Reservatório de água concluído	%	80
Construção da barragem Taquarembó	Reservatório de água concluído	%	60
Estabelecimento de novas oportunidades para execução de projetos e obras em prédios públicos	Parceria firmada	unidade	1

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Gestão e governança de portfólio de obras públicas	Diagnóstico de rede de todos os elementos necessários à edificação realizado	%	100
	Plano de Obras Anual para Secretarias solicitantes implementado	%	100
Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	Caderno de encargos elaborado	%	100
	Plano de implementação executado	%	100
Manutenção e implantação de sistemas e ferramentas de gestão de obras	Sistema de obras implementado	%	100
Manutenção predial de prédios escolares	Manual de manutenção predial disponibilizado	%	100
	Processo de manutenção predial em prédios da educação implantado	%	100
Realização de obras de reforma e construção em prédios da educação	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
Realização de obras de reforma e construção em prédios da Saúde	Obra concluída de acordo com plano anual	%	100
Requalificação da rede de atendimento territorial da Secretaria de Obras Públicas	Incremento na capacidade de atendimento nas regionais realizado	%	100
	Servidor beneficiado por Equipamento de Proteção Individual (EPI)	%	100

Principais realizações em 2024

- Foi lançado, em março, novo sistema de contratação simplificada, que promove maior agilidade para manutenção de prédios escolares. Nesse sistema, as licitações são feitas por lotes, conforme a área de abrangência das Coordenadorias Regionais de Obras Públicas (Crops). Não é preciso fazer uma licitação para cada reforma. Basta acionar a empresa pré-contratada responsável pelo lote que a escola integra e demandar o serviço em algo similar a um catálogo à disposição da SOP, com prazos muito menores em relação aos processos anteriores. No início de dezembro, já eram mais de 1.641 escolas cobertas por esse sistema.
- Com forte atuação da SOP, após três meses desde o início das enchentes de maio de 2024, 2.320 escolas da rede estadual retomaram às atividades presenciais em agosto. Com isso, cerca de 735 mil estudantes voltaram às salas de aula em todo o RS, incluindo alunos de 32 escolas que estavam, até então, com aulas remotas,

híbridas ou em regime de revezamento. Para garantir a retomada, o Governo do Estado investiu R\$ 129,1 milhões desde o começo da crise meteorológica até agosto em cerca de 1.103 escolas afetadas. Os valores foram divididos em reposição de mobiliário, parcelas extras de autonomia financeira, repasses para merenda, equipamentos e obras nas 606 escolas que registraram danos de infraestrutura. Com relação às escolas mais atingidas, o governo investiu R\$ 51,7 milhões em obras de recuperação. Até agora, finalizaram ou estão em andamento 129 obras em 119 instituições. Cerca de R\$ 3,3 milhões foram destinados para 23 trabalhos concluídos em 22 escolas e R\$ 29,9 milhões para 62 obras em execução em 61 instituições.

- Além da recuperação das escolas estaduais, a SOP atuou intensamente para contornar outras dificuldades advindas das enchentes de maio. O Centro Administrativo Fernando Ferrari, em Porto Alegre, onde fica a sede da secretaria, ficou inacessível. Foi

preciso instalar uma sala de força-tarefa no bairro Partenon e, depois, no Centro Administrativo de Contingência (CAC) do Rio Grande do Sul, que passou a concentrar temporariamente as secretarias do governo do Estado.

- A SOP também participou do desenvolvimento dos Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs), em Porto Alegre e Canoas. Além das vistorias, dando suporte na seleção dos terrenos, atuou-se na interlocução junto às agências da ONU, municípios, concessionárias e fornecedores para adaptação dos padrões e boas práticas nos sistemas de montagem, programa de necessidades e áreas disponibilizadas. Foram feitos estudos de viabilidade, desenvolvidos layouts de implantação e assessoradas as execuções das estruturas dos CHAs. Através das Crops, também foram elaboradas plantas baixas e preparativos para a instalação de casas provisórias.

- A SOP entregou, em outubro, 15 carros locados para dez Coordenadorias Regionais de Obras Públicas (Crops) e para a Subsecretaria de Obras na Educação visando facilitar o deslocamento dos servidores para fiscalizar os trabalhos nos prédios públicos do governo estadual. A entrega dos veículos para as Crops faz parte de uma série de investimentos da SOP para qualificar as condições de trabalho de servidores e o atendimento aos gaúchos. No total, mais de R\$ 6,7 milhões foram destinados a melhorias. A SOP destinou recursos para a estrutura física das Crops, regularizou contratos, pagou faturas atrasadas, renovou contratações emergenciais de técnicos e tornou mais eficiente o suporte de tecnologia da informação (TI) nas regionais.

- Em outubro, o Rio Grande do Sul alcançou a marca de 300 obras concluídas em escolas estaduais desde janeiro de 2023, a partir da

condução da SOP, com mais de R\$ 85 milhões investidos em 280 escolas. Para atingir esse resultado, promoveu-se uma profunda remodelação de métodos e processos, de forma a elaborar projetos que pensassem a escola integralmente, com aprimoramento de sistemas como o Sistema de Gestão de Obras, adoção do *business intelligence* (BI), dentre outras melhorias de gestão.

- Além da educação, a SOP concluiu outras 13 obras e mantém mais 31 em execução, com um investimento de mais de R\$ 400 milhões. As concluídas somam mais de R\$ 5,6 milhões. São trabalhos como a ampliação e reforma da 15ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), em Palmeira das Missões, vinculado à Secretaria da Saúde (SES), entregue no final de março e que teve um investimento de mais de R\$ 1 milhão. Já para as em execução o valor destinado chega a R\$ 395 milhões, puxados por obras como a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), que está recebendo quase R\$ 185 milhões, e a Cadeia Pública de Porto Alegre, com quase R\$ 117 milhões. Na Fronteira Oeste, os trabalhos seguiram na barragem de Jaguari, mesmo com problemas devido ao tempo adverso.

- Em fevereiro, foi reinaugurado o um instituto de educação em Porto Alegre. A instituição, historicamente ligada à formação de professores no Rio Grande do Sul, recebeu investimento de R\$ 23,4 milhões do governo, passando por profundas transformações, e teve 1.014 alunos matriculados para as aulas em 2024. As obras no prédio histórico localizado na avenida Osvaldo Aranha incluem restauração e modernização do mobiliário e do imóvel, do auditório, do ginásio e dos pisos, adequações às legislações de segurança contra incêndio e acessibilidade, recuperação de instalações elétricas e esquadrias e readequação de espaços.

Prioridades para 2025

Quadro 101 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da SOP

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Gestão e governança de portfólio de obras públicas	2.331.970,00
Manutenção e implantação de sistemas e ferramentas de gestão de obras	2.079.600,00
Requalificação da rede de atendimento territorial da Secretaria de Obras Públicas	79.000,00
Adequação de prédios estaduais às normas de segurança contra incêndio	11.000,00
Manutenção predial de prédios escolares	10.000,00
Construção da barragem Taquarembó	59.451.000,00
Construção da barragem Jaguari	14.926.489,00
Remuneração de Pessoal	86.969.363,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.403.945,00
Qualificação de Recursos Humanos	100.000,00
Publicidade Institucional	15.000,00
Implementação da metodologia Modelagem de Informação da Construção (BIM) na Secretaria de Obras Públicas	1.060.596,00

SECRETARIA DE TURISMO

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria de Turismo (Setur) (**Quadro 102**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações do órgão no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 103**).

Quadro 102 – Principais entregas da Setur em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	Convênio assinado	unidade	92
	Ação de promoção realizada	unidade	97
Fomento e financiamento do setor de Turismo	Comitê implementado	unidade	11
	Evento captado	%	25
	Instrumento de fomento realizado	unidade	8
Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	Campanha realizada	unidade	1
	Ação de fomento realizada	unidade	1
Fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística	Base de dados adquirida e atualizada	%	25

Principais realizações em 2024

▪ A ampliação e a qualificação da infraestrutura turística tiveram incremento através da constituição de 92 convênios firmados com municípios, objetivando o desenvolvimento de projetos para obras estruturantes e inovadoras. Novas ações foram incorporadas ao programa Avançar no Turismo, com a finalidade de aprimorar e

modernizar equipamentos turísticos na esteira do processo do Turismo 4.0.

▪ A ampliação e a qualificação da infraestrutura turística foi objeto do investimento de mais de R\$ 350 mil. Destaque para os investimentos no Parque Sant’Hilaire e das atividades relativas ao desenvolvimento do projeto para construção

de infraestrutura turística no Parque Urbano de Pelotas, com estimativa de investimento de mais de R\$ 19 milhões.

- Estruturação do Programa Re-Empreender, com medidas de apoio financeiro aos empreendedores do setor de turismo mediante a disponibilização de R\$ 575 milhões através de linhas de crédito especiais com juros equalizados para reconstrução de micro e pequenos negócios impactados pelas enchentes decorrentes dos eventos climáticos ocorridos no ano de 2024.
- Estruturação do Programa Em Frente, modalidade de crédito especial destinada à recuperação de empreendimentos localizados em cidades atingidas pelo decreto de calamidade pública.
- Estruturação do Pronampe Gaúcho, modalidade de crédito especial através do Banrisul, aportando R\$ 250 milhões, com 40% do valor subsidiado pelo Tesouro do Estado para o apoio financeiro destinado a MEIs e demais empreendimentos enquadrados no programa de fomento à reconstrução econômica.
- Aporte de R\$ 200 milhões para apoio a empreendedores turísticos de menor porte através do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), beneficiando diretamente aqueles meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas,

organizadoras de eventos, parques temáticos e acampamentos turísticos e outros tipos de estabelecimento registrados no Cadastur.

- A Setur, no ano de 2024, perseverou na captação de 25 eventos que incrementam a movimentação da cadeia turística e fomentam o aumento do consumo em restaurantes, o comércio e a demanda por serviços e transportes relacionados à atividade turística.
- A Setur marcou presença em grandes eventos dedicados à promoção turística do Estado. A participação em eventos de diferentes segmentos é uma estratégia importante para ampliar o alcance da campanha de retomada do turismo no RS. O objetivo foi divulgar as 28 regiões turísticas gaúchas e incentivar os participantes a explorarem as riquezas naturais e culturais do RS. Destaque para a participação na Oktoberfest de Igrejinha, a Olifeira em Guaíba, a Festa da Lavanda em Morro Reuter e a tradicional Festuris em Gramado.
- Estruturação do Sistema de Inteligência Turística do RS (INTURIS), ferramenta que envolve o uso de inteligência artificial para promover a gestão de dados através de assistente virtual vinculado ao BI (*business intelligence*) do Turismo no site institucional da Setur.

Prioridades para 2025

Quadro 103 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Setur

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Remuneração de Pessoal	9.303.813,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.271.939,00
Publicidade Institucional	500.000,00
Fortalecimento dos mecanismos de governança	10.000,00
Fomento e financiamento do setor de turismo	2.432.931,00
Ampliação e melhoria da infraestrutura turística	710.000,00
Fortalecimento da marca de turismo do RS (Branding)	20.000,00
Fortalecimento de ações de inovação e inteligência turística	10.000,00
Programa de formalização, qualificação e inovação no turismo	10.000,00
Reestruturação do Parque Estadual da Guarita	10.147,00
Divulgação e promoção dos destinos turísticos gaúchos durante o verão	10.000,00

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
Companhia Riograndense de Mineração

Abaixo se encontram algumas das principais entregas do PPA realizadas em 2024 pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) (**Quadro 104**) e pelos seus órgãos vinculados: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) (**Quadro 105**) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM) (**Quadro 106**). Após, são descritas em tópicos as principais realizações desses órgãos no ano em questão e, ao final, as prioridades para o próximo, na forma do orçamento previsto para 2025 (**Quadro 107, Quadro 108 e Quadro 109**).

Quadro 104 – Principais entregas da Sema em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Ações integradas de Educação Ambiental	Ação de Voluntariado executada - RS Seguro	unidade	6
	Projeto Rota do Lixo implementado no território - RS Seguro	unidade	4
	Projeto socioambiental elaborado - RS Seguro	unidade	2
	Multiplicador capacitado pelo Programa Integrado de Capacitação e Formação de Multiplicadores Ambientais	unidade	394
	Oficina realizada - RS Seguro	unidade	5
	Multiplicador ambiental capacitado - RS Seguro	unidade	52
Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	Serviço para ampliação do monitoramento da qualidade do ar contratado	%	73
Combate a perda da Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	Programa Estadual de Trilhas de Longo Curso: reconectando pessoas e ambientes implantado	unidade	4
Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	Plano de desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no Rio Grande do Sul implementado	unidade	0,25
Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	Programa Poço Legal implementado	%	25
Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	Manutenção e evolução do Sistema de Outorgas do Rio Grande do Sul (SIOUT RS) implementada	%	50
	Ferramenta computacional - Roadmap climático desenvolvida	unidade	1
Programa Energia Forte no Campo	Fase do Programa Energia Forte no Campo viabilizada	unidade	1
Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	Edital para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) lançado	unidade	1
Programa Melhores Amigos	Instrumento de regulamentação de leis ligadas à proteção animal proposto	unidade	2
Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	Programa Estadual de Revitalização de Bacias implementado	%	25
Regramentos para uso e ocupação do solo	Programa de Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa (PROVEG) implementado	%	25
	Plano de Ação Territorial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção (PAT) implementado	unidade	2

Quadro 105 – Principais entregas da Fepam em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Monitoramento da Qualidade do Ar	Relatório consolidado de monitoramento do IQA elaborado	unidade	1

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Monitoramento da Qualidade da Água	Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas elaborado	unidade	1
Licenciamento e fiscalizações	Relatório de desempenho de licenciamento e fiscalização elaborado	unidade	12
Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de veraneio	Relatório consolidado de atividades da operação de fiscalização ambiental elaborado	unidade	2

Quadro 106 – Principais entregas da CRM em 2024, conforme metodologia aplicada no PPA 2024-2027

INICIATIVA	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	ENTREGA EM 2024
Promover a Sustentabilidade da Atividade Minerária	Relatório de Gestão Ambiental elaborado	unidade	1

Principais realizações em 2024

- O Plano de resiliência climática do Estado é composto pelo agregado dos produtos (Produto 1 - Plano de trabalho, 2 - Plano de Governança, Produto 3 - Resultados do Inventário de gases de efeito estufa (GEE), Produto 4 - Análise de riscos e vulnerabilidades climáticas, Produto 5 - Análise de impacto e roteiro para a descarbonização das cadeias produtivas, Produto 6 - Plano de ação climática, Produto 7 - Proposta de atualização da Normativa Climática) da conformidade climática e da aplicação dos projetos de adaptação no território. Essas iniciativas estão em curso, tanto no projeto da conformidade como nas ações do Plano Rio Grande para reconstrução do Estado.
- Publicação do Decreto nº 57.672, de 13 de junho de 2024, que regulamenta a criação e a implementação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em âmbito estadual e institui o Programa Estadual de Incentivo e Apoio às RPPNs. Edital publicado em 23 de julho 2024, o prazo para recebimentos dos projetos encerrou-se em 23 de novembro, e, atualmente, as equipes trabalham na análise para qualificação dos projetos recebidos, de acordo com o cronograma previsto no Edital.
- Com relação ao gerenciamento da qualidade do ar, está sendo contratada a empresa especializada que prestará serviços de medição dos índices de poluição e parâmetros meteorológicos a partir da implementação de três novas estações de monitoramento da qualidade do ar: Caxias do Sul, Santa Maria e Porto Alegre.
- Desenvolvimento do *Roadmap* Climático, que é uma plataforma criada para auxiliar e engajar os municípios no enfrentamento das mudanças climáticas no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é obter um diagnóstico climático a partir da disposição de informações locais de cada municipalidade por meio da coleta de dados e para a possibilidade posterior de identificação de estratégias de mitigação e adaptação climática em âmbito estadual.
- Foi definido o escopo do Projeto Rota do Lixo implementado no território, o RS Seguro. Estão sendo realizados os orçamentos para a aquisição dos equipamentos do sistema de irrigação para a construção da horta comunitária e da composteira, com doação de equipamentos para irrigação pela Seapi e apoio técnico da Emater para a implantação da horta.

- Com relação ao Plano de desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no Rio Grande do Sul, foi entregue o relatório final do Plano de Desenvolvimento da Cadeia do Hidrogênio Verde - H2V no Rio Grande do Sul, que subsidiará políticas estaduais para fomento ao setor.
- Lançamento do Plano Estadual de Resposta à Fauna, sendo que houve a contratação de empresa especializada para elaboração do diagnóstico pós-desastre para a entrega dos seguintes produtos: P1- Plano de Trabalho e desenvolvimento do cronograma; P2 - Relatório da situação pós-desastre; P3 - Manual de boas práticas; P4 - Diretrizes detalhadas - Gestão de abrigos; P5 - Modelo para inclusão de procedimentos e ações; P6 - Caderno de Propostas da Políticas Públicas; P7 – Relatório-síntese. Além disso, com relação ao SisPetRS (Sistema Gestão Pets – Resgatados Enchente), houve o gerenciamento do processo de execução das atividades de gestão dos animais atingidos pelas enchentes (realização de feiras de adoção e microchipagem). Além disso, em 2024, foi firmado convênio entre os Municípios de Porto Alegre e Canoas para a execução das atividades de gestão dos animais atingidos pelas enchentes, com a realização da microchipagem e feiras de adoção.
- Implementação do Plano de Ação Territorial (PAT) para a conservação de espécies ameaçadas de extinção. São 52 espécies-alvo, 22 no PAT Planalto Sul e 30 no PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste. No Planalto Sul foram 27 ações de conservação em 27 municípios; 16 expedições realizadas; 3 oficinas, treinamentos, seminários e reuniões técnicas; 3 consultorias técnicas e projetos executados. Na Campanha Sul e Serra do Sudeste, foram 14 ações de conservação em 18 municípios, 29 expedições realizadas, oito oficinas, treinamentos, seminários e reuniões técnicas; e oito consultorias técnicas e projetos executados.
- Implementação do Programa de Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa (PROVEG). No Eixo 3 - Mapeamento e Execução da Restauração em Áreas Prioritárias, houve a conclusão de projetos como o manejo de plantas exóticas invasoras no Refúgio Banhado dos Pachecos (12,7 ha de campo e 63 ha de banhado), a execução de projetos como as Unidades Demonstrativas de Restauração Ecológica e Restauração no Parque Estadual de Itapuã, com valores expressivos de investimento; foi iniciado o projeto-piloto em andamento no Corredor Ecológico da Quarta Colônia, com foco em restauração ecológica e inclusão social; lançada a proposta de edital de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em territórios indígenas e quilombolas em desenvolvimento. No Eixo 4 – Restauração Produtiva e Biodiversidade, salienta-se a difusão da certificação agroflorestal com impressão de materiais para ampliar o reconhecimento social; e a ampliação do envolvimento de atores em iniciativas de restauração produtiva. Já no Eixo 5 – Apoio à Cadeia Produtiva da Restauração, destaca-se a conclusão do projeto de banco de sementes no Jardim Botânico de Porto Alegre; as capacitações e o mapeamento de 138 matrizes e populações de espécies nativas. Além disso, houve a execução de projetos com foco em jovens indígenas para recuperação de matas nativas. Em relação ao Eixo 8 – Comunicação, destaca-se a inclusão de resultados e projetos técnicos no *site* da Sema, promovendo maior transparência e visibilidade.
- O Programa Estadual de Trilhas de Longo Curso do Rio Grande do Sul, instituído pelo Decreto nº 57.842, em 18 de outubro de 2024, visa propor, acompanhar, desenvolver e incentivar a criação e fortalecimento de trilhas de longo curso no Estado, promovendo a conservação da

biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Em 2024, foram implementadas sete trilhas, proporcionando experiências de contato direto com a natureza. Além disso, oito trilhas estão em desenvolvimento, expandindo a rede estadual e conectando-se a paisagens naturais icônicas.

- O Programa Energia Forte no Campo viabilizou entregas oriundas das quatro fases do Programa: 80 municípios atendidos, com aproximadamente 11.500 consumidores beneficiados e 500 km de redes distribuídas.
- O plano de transição energética justa está em fase de elaboração, orientado para uma nova matriz energética. Foi realizado um plano de transição justa para as regiões que possuem exploração de carvão mineral, considerando os impactos sociais e econômicos ocasionados. Além disso, foi elaborado um estudo econômico para direcionar as vocações regionais que permitirão a substituição da matriz energética e a neutralização de emissões de carbono.
- A elaboração do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas está em andamento, com monitoramento e avaliação de projetos-piloto que estão sendo executados nas bacias dos rios Gravataí e Sinos. O contrato destinado à categorização das bacias hidrográficas para elaboração do

documento-base do programa está em andamento, com plano de trabalho e análise da degradação ambiental das bacias já aprovados. Os demais produtos que culminam no *ranking* das bacias prioritárias para revitalização estão em elaboração, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2025.

- Acompanhamento das iniciativas para qualificação e garantia da operação efetiva e permanente do Monitor da Estiagem, subsidiando a Sema com informações climatológicas em parceria com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Defesa Civil e as seguintes secretarias: SES, Seapi, SDR e SOP.
- Elaboração do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas em andamento, com monitoramento e avaliação de projetos-piloto que estão sendo executados nas bacias dos rios Gravataí e Sinos. O contrato destinado à categorização das bacias hidrográficas para elaboração do documento-base do programa está em andamento, com plano de trabalho e análise da degradação ambiental das bacias já aprovados. Os demais produtos que culminam no *ranking* das bacias prioritárias para revitalização estão em elaboração, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2025.

Prioridades para 2025

Quadro 107 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Sema

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Governança Climática	175.000,00
Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	370.676,00
Ampliação da abrangência do Monitoramento da Qualidade do Ar	20.000,00
Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos	10.000,00
Implementação do Plano Estadual de Saneamento	1.687.000,00
Programa de Eficiência Energética	10.000,00
Programa Energia Forte no Campo	20.044,00
Planejamento Energético	10.000,00
Desenvolvimento da cadeia de energias alternativas	40.000,00
Elaboração de planos e estudos para o Setor de Mineração	10.000,00

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Regramentos para uso e ocupação do solo	10.000,00
Combate a perda da Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais	10.901.516,00
Ações integradas de Educação Ambiental	789.620,00
Fortalecimento das Unidades de Conservação	740.231,00
Programa Melhores Amigos	1.076.990,00
Remuneração de Pessoal	65.277.936,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	38.537.519,00
Publicidade Institucional	300.000,00
Modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação	6.239.000,00
Privatização	150.000,00
Concessões e parcerias para valorização de ativos ambientais	196.271,00
Nota Fiscal Gaúcha - Meio Ambiente	2.400.000,00
Valorização da biodiversidade e fortalecimento da sustentabilidade e bem viver nos territórios tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas	10.000,00
Proteção e restauração de Bacias Hidrográficas	3.631.735,00
Monitoramento hidrometeorológico	108.330.758,00
Instituir Plano Estadual de Segurança Hídrica	100.000,00
Evolução qualitativa da emissão de outorga de uso da água e da fiscalização de usuários	10.613.815,00
Qualificação de Recursos Humanos	30.000,00

Quadro 108 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da Fepam

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Balneabilidade e operação de fiscalização ambiental para o período de veraneio	250.000,00
Monitoramento da Qualidade do Ar	50.000,00
Outros encargos especiais	20.137.710,00
Planejamento ambiental para energias alternativas	10.000,00
Monitoramento da Qualidade da Água	799.391,00
Licenciamento e fiscalizações	4.206.120,00
Remuneração de Pessoal	76.372.846,00
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	18.980.883,00
Qualificação de Recursos Humanos	50.000,00
Publicidade Institucional	50.000,00

Quadro 109 – Dotação da LOA 2025 para as iniciativas do PPA 2024-2027 sob responsabilidade da CRM

INICIATIVA	VALOR ORÇADO PARA 2025 (R\$)
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.690.000,00

REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DO DESASTRE NATURAL DE MAIO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de reconhecimentos de calamidade pública e situações de emergência relacionados a desastres naturais considerando os últimos 33 anos²⁸. Nesse período, as estiagens e secas preponderaram, representando metade dos decretos. Entretanto, os desastres relacionados a chuvas intensas, inundações e enxurradas também tiveram grande representatividade.

O ano de 2024 foi marcado pela ocorrência do maior desastre vivenciado pelo Estado, sem precedentes em âmbito nacional, atingindo a quase totalidade do território gaúcho. Dos seus 497 municípios, 452 (91%) emitiram decretos de calamidade pública e situação de emergência em razão de inundações, enxurradas e movimentos de massa, atingindo diretamente 8,9% da população do Estado²⁹.

O desastre ocorrido ao final do mês de abril e ao longo de maio foi marcado por enxurradas, concentradas nos rios de transição entre a serra e as áreas mais planas, por inundações prolongadas e por movimentos de massa centralizados nas regiões de escarpa da serra. O conjunto de acontecimentos configurou este episódio como o pior já observado no cenário nacional, abrangendo o maior número de inundações e movimentos de massa já registrados no Brasil em um mesmo evento catastrófico³⁰. Collischonn *et al.* ressaltam ainda, a proximidade deste grande evento em relação a outros que ocorreram no ano de 2023, com uma distância temporal de meses, sugerindo que o Rio Grande do Sul está passando por um período de cheias abundantes, em consonância com tendências de precipitações e inundações observadas na última década que vão ao encontro das projeções de possíveis impactos hidrológicos em decorrência das mudanças climáticas. Prosseguindo nessa linha, o relatório técnico do Instituto Nacional e Pesquisas Espaciais³¹ destaca que as precipitações ocorridas no período em questão foram duas vezes mais prováveis devido às mudanças no clima decorrentes do efeito de aquecimento global antrópico, com contribuição do fenômeno *El Niño* para o aumento de 7% na intensidade da chuva no período em comparação com os anos neutros.

A combinação desses dois fatores foi decisiva na magnitude do evento, o que pode ser observado nos volumes de precipitação registrados em duas semanas, equivalentes ao esperado para três meses, conforme normal climatológica referente ao período de 1990 a 2020. Foi registrada, no curto período de 24 de abril a 4 de maio, uma média acumulada de

²⁸ Análise temporal referente ao período de 1991 a 2023, considerando os grupos climatológicos, meteorológicos, hidrológicos e geológicos.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único do Plano Rio Grande**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

³⁰ COLLISCHONN, W. *et al.* **O desastre hidrológico excepcional de abril-maio de 2024 no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2024. Disponível em: <https://www.hydroshare.org/resource/d9e5c2ffb49a4b729b240f3eb3084ff4/>. Acesso em: 30 out. 2024.

³¹ BRASIL. **Evento extremo no Rio Grande do Sul entre o final de abril e início de maio de 2024**. Brasília: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/relatorio-do-inpe-explica-evento-meteorologico-que-causou-a-tragedia-no-rs/chuvas-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

420 mm de chuva³². Em algumas regiões foram observados volumes acumulados superiores a 900 mm. Para fins de comparação, volumes dessa expressão distribuídos ao longo de 35 dias são dez vezes superiores à precipitação média esperada para os meses de abril ou maio na região, conforme Paiva *et al*³³.

As intensas precipitações registradas no período derivaram de um conjunto de fatores. De acordo com Clarke *et al.*³², a formação de uma região de alta pressão sobre o leste do Brasil e sobre o Atlântico sul favoreceu o fluxo de umidade vindo do oceano em direção ao centro do País. Somou-se a isso, o transporte da umidade vinda da região amazônica em direção ao Rio Grande do Sul através de correntes de jato de baixo nível. Os autores apontam, ainda, que o fenômeno *El Niño* contribuiu para o fortalecimento e persistência desse centro de alta pressão, intensificando também o fluxo de umidade devido à elevação da temperatura no Atlântico. Conjuntamente a todos os fatores expostos, houve a chegada de um sistema frontal (frente fria vinda do sul) que ficou bloqueado pelo sistema de alta pressão, contribuindo desse modo para as chuvas intensas em um período prolongado.

Diante da emergência climática, o governo do Estado, através de colaboração mútua com diversas instituições, procedeu a delimitação das áreas diretamente atingidas pelo desastre³⁴. A mancha de representação foi obtida a partir de diferentes técnicas, como o processamento digital de imagens de satélite e sua interpretação visual, modelagem hidrodinâmica e autodeclaração de áreas atingidas encaminhada pelos municípios atingidos.

A obtenção desse produto cartográfico possibilitou o seu cruzamento com distintas bases de dados, como o Cadastro Único do governo federal, identificando as famílias em situação de vulnerabilidade, como o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para identificação da população geral atingida, além da base da receita estadual, visando à identificação das empresas. Esses cruzamentos possibilitaram agilidade na identificação dos atingidos, conseqüentemente, realizando o pagamento dos auxílios decorrentes dos programas sociais Volta por Cima — Decreto N°57.418, de 29 de dezembro de 2023 — e SOS Rio Grande do Sul, também sendo utilizada para o pagamento do Devolve ICMS- Linha Branca. Os programas supracitados beneficiaram 317.484 pessoas, totalizando um repasse de R\$ 327,78 milhões, além do auxílio prestado à 161.093 empresas, entre CNPJs ativos e microempreendedores individuais.

REPERCUSSÕES SOCIAIS

O desastre hidrometeorológico atingiu uma área de 16.387 km², o que representa 6,1% do território do Estado. Da totalidade dos municípios, apenas 45 (9,1%) não tiveram decretos de calamidade pública e situação de emergência homologados, evidenciando a

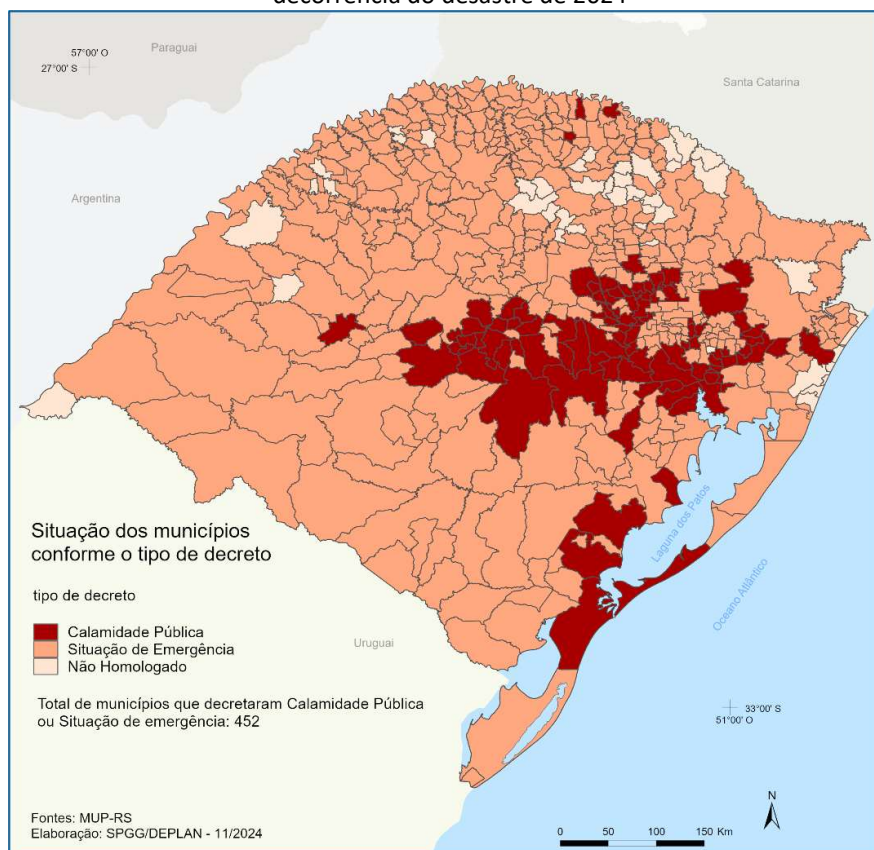
³² CLARKE, B. et al. **Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil**. World Weather Attribution. 2024. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-made-the-floods-in-southern-brazil-twice-as-likely/>. Acesso em: 30 out. 2024.

³³ PAIVA, R. et al. **Critérios hidrológicos para adaptação à mudança climática: Chuvas e cheias extremas na Região Sul do Brasil**. Nota técnica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Porto Alegre. 27 de maio de 2024.

³⁴ A especificação das instituições parceiras e de suas metodologias está descrita na Nota Técnica relacionada à Área Diretamente Atingida (ADA). Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

dimensão dos impactos decorrentes dos eventos. A **Figura 2** ilustra a distribuição dos municípios conforme os tipos de decretos reconhecidos.

Figura 2 - Situação dos municípios do RS conforme o tipo de decreto em decorrência do desastre de 2024



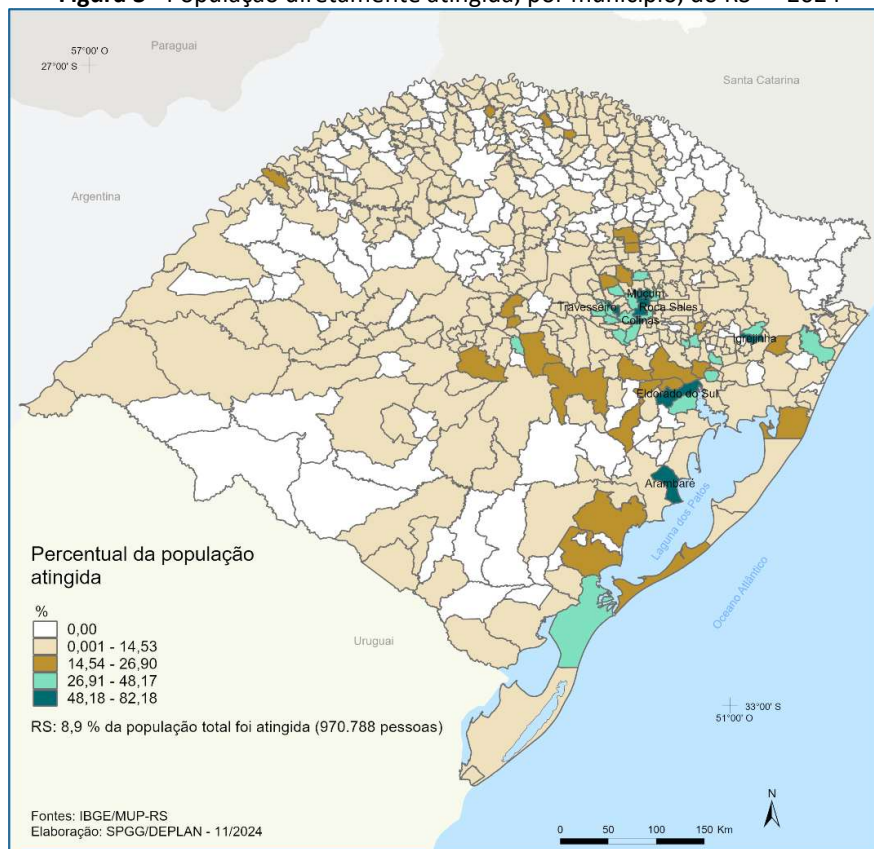
No que tange ao número de pessoas diretamente atingidas, destaca-se o montante de 970.788, o que representa 8,9% da população do Estado. Em uma análise desagregada em âmbito municipal, sobressaem-se Eldorado do Sul e Muçum, os quais tiveram, respectivamente, 82,2% e 79,1% de suas populações atingidas, ressaltando-se ainda os municípios de Roca Sales, Arambaré, Travesseiro e Igrejinha, que tiveram mais de 50% de seus habitantes afetados. A **Figura 3** apresenta a distribuição espacial, por município, da população diretamente atingida.

Em uma análise temporal, considerando-se o período de 2002 a 2024, constatou-se que os eventos de chuvas intensas e vendavais, dentro do grupo de desastres meteorológicos, e as inundações e enxurradas, no grupo dos hidrológicos, são aqueles que mais ocasionaram danos humanos. A seguir está ilustrada a distribuição dos danos humanos por tipo de desastre, ao longo do período citado para cada um dos grupos hidrológico, meteorológico e geológico (**Gráfico 15**, **Gráfico 16** e **Gráfico 17**).

Analisando-se um recorte da população atingida com enfoque sobre aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica (constantes na base do Cadastro Único – CadÚnico), ressaltam-se outros municípios, como no caso de Santa Tereza, onde 95,8% dos habitantes diretamente atingidos são pessoas em situação de vulnerabilidade, fator ainda

mais agravante. Ainda nessa linha, também são destacados Cristal do Sul (88%), Muçum (87,9%), Eldorado do Sul (82,3%), Ponte Preta (76,5%), Cruzeiro do Sul (74%) e Barra do Rio Azul (72,7%). A **Figura 4** ilustra essa distribuição espacial.

Figura 3 - População diretamente atingida, por município, do RS — 2024

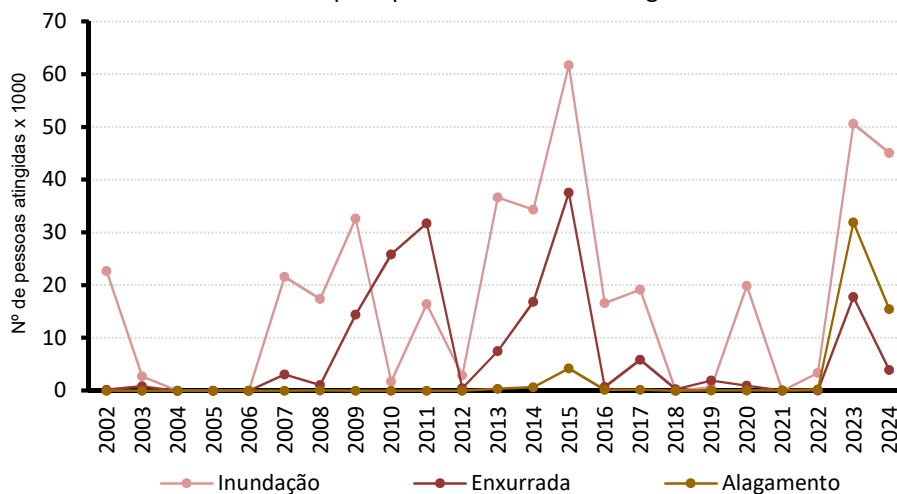


Considerando-se um novo recorte, agora com enfoque nos povos e comunidades tradicionais, apresenta-se um breve resumo relacionado aos povos indígenas, aos quilombolas, aos assentados e aos pescadores artesanais. Em referência aos indígenas, ressalta-se que o Estado reconhece oficialmente os Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng, que estão presentes em 72 municípios, sendo que, desse total, 62 tiveram decretos reconhecidos em razão do evento. Segundo o relatório elaborado pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/RS³⁵, esses povos sofreram danos materiais, danos relacionados à sua subsistência e relacionados à comercialização do artesanato, agravando ainda mais suas situações, considerando a elevada vulnerabilidade socioeconômica que já vivenciam em condições normais. O documento especifica que, dentre as aldeias localizadas nos municípios com decreto, 80% sofreram algum dano material, 60% delas tiveram impactos nos seus cultivos e criação de animais, além de danos à infraestrutura rural de forma geral. Por fim, apontam que a totalidade das aldeias localizadas nesses municípios atingidos sofreu impactos relacionados à principal fonte de

³⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de impactos da crise socioclimática aos povos indígenas**. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), 2024.

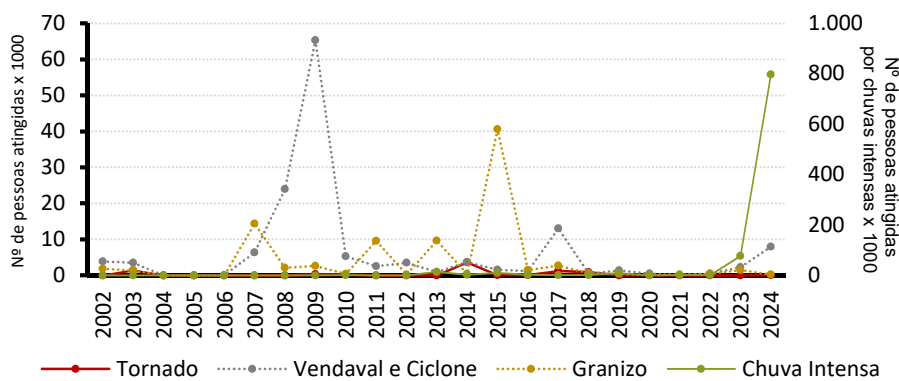
renda, que é a comercialização do artesanato. A **Figura 5** traz os municípios que indicaram povos indígenas atingidos em estudo desenvolvido pela EMATER.

Gráfico 15 - Danos humanos por tipos de desastre hidrológico no RS — 2002-2024



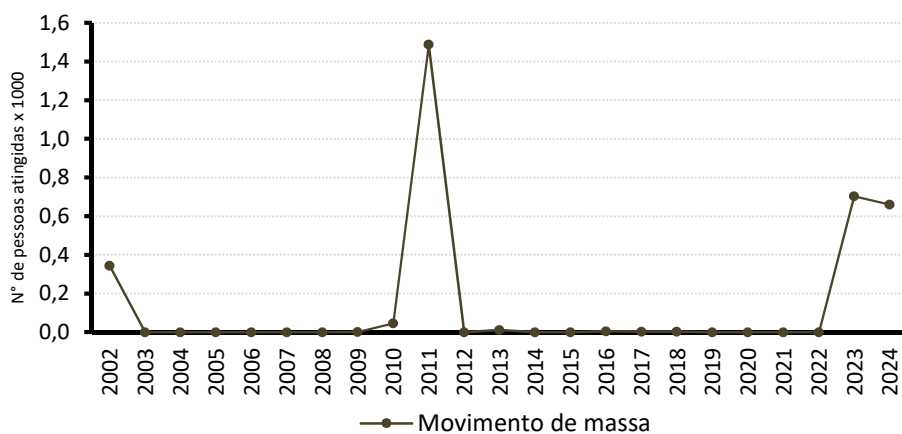
Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil

Gráfico 16 - Danos humanos por tipos de desastre meteorológico no RS — 2002-2024



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil

Gráfico 17 - Danos humanos por desastre geológico no RS — 2002-2024



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil

Figura 4 - População em situação de vulnerabilidade socioeconômica diretamente atingida, por município, no RS — 2024

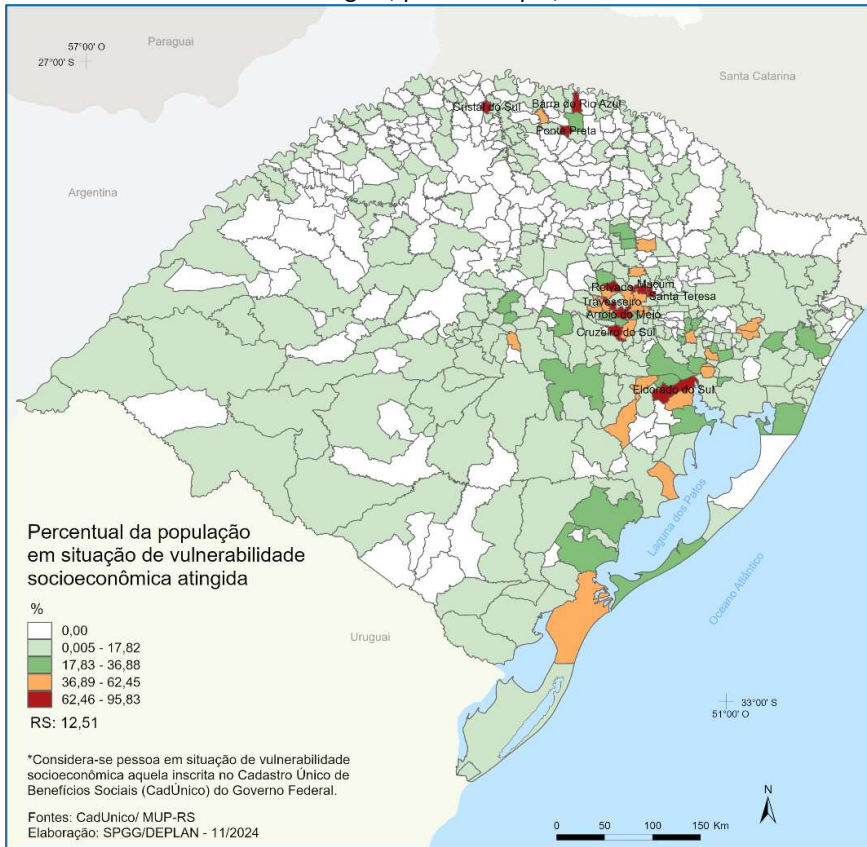
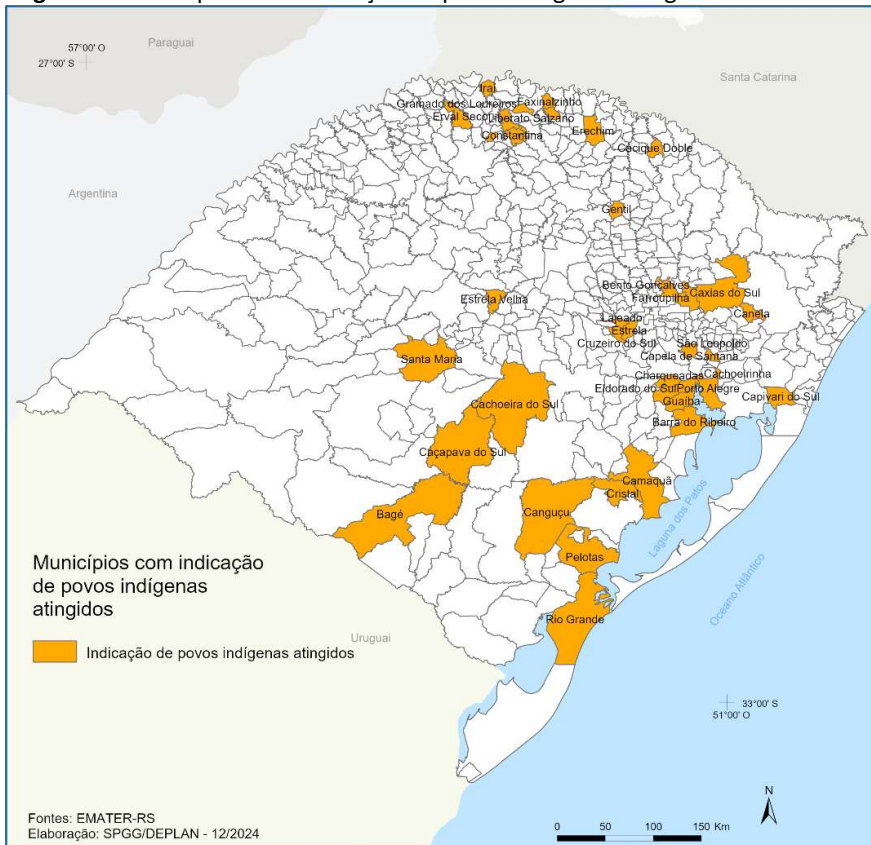
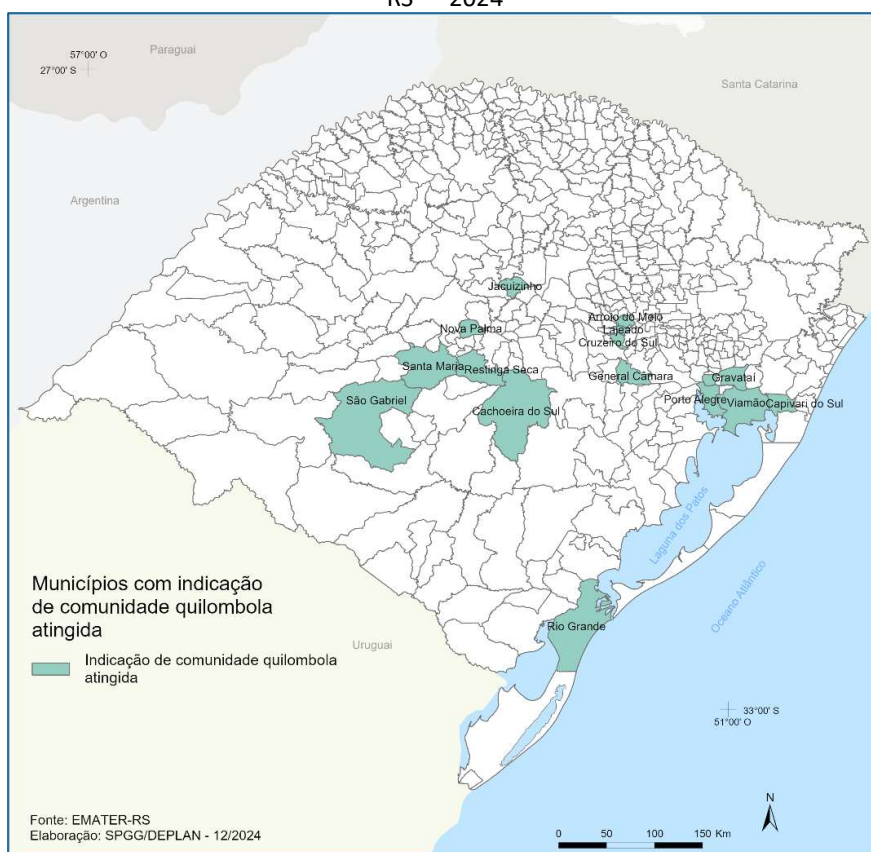


Figura 5 - Municípios com indicação de povos indígenas atingidos no RS — 2024



No que diz respeito aos quilombolas³⁶, destaca-se que estão localizados em 69 municípios, sendo a maior parte em zonas rurais. Do total de municípios com decretos reconhecidos, em 60 deles há comunidades e remanescentes de quilombos, totalizando 127 comunidades atingidas, destacando-se sobretudo impactos materiais nas residências, nos acessos locais e sistemas de abastecimento e na produção agropecuária de subsistência.³⁷ A **Figura 6** traz os municípios que indicaram comunidades quilombolas atingidas em estudo desenvolvido pela EMATER.

Figura 6 - Municípios com indicação de comunidades quilombolas atingidas, no RS — 2024



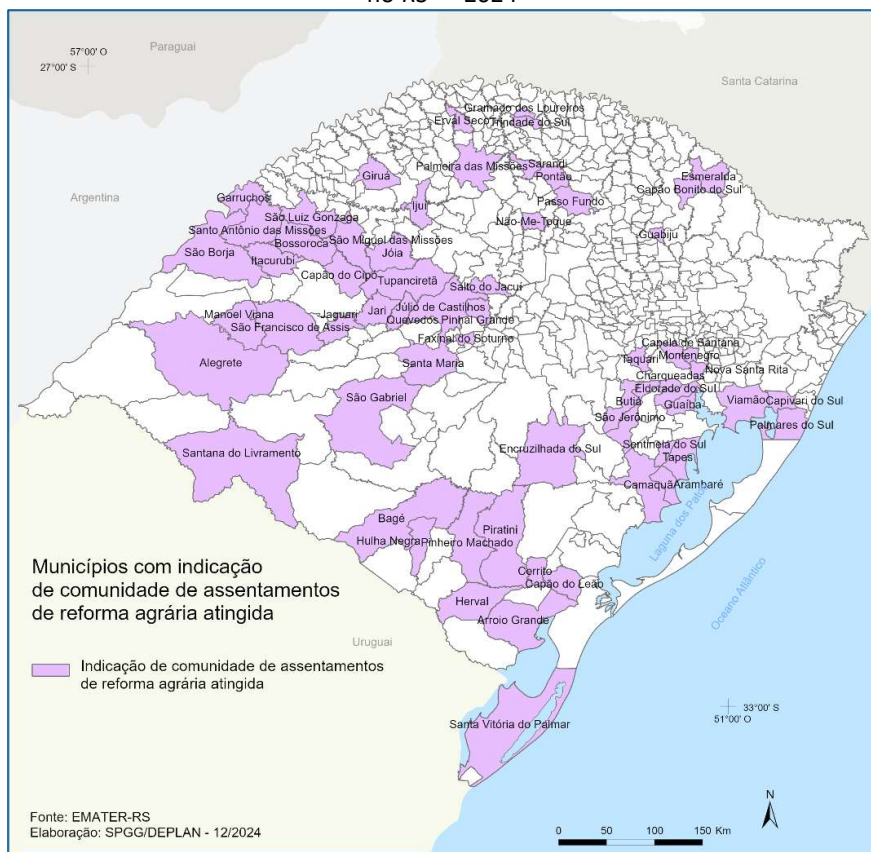
Quando se avaliam os assentamentos da reforma agrária, constata-se que um total de 226 assentamentos foram atingidos, impactando diretamente cerca de 7.311 famílias, das quais 244 foram desalojadas. Além disso, destacam-se os danos materiais, tanto nas infraestruturas locais, quanto nos acessos e sistemas de abastecimento, além de prejuízos econômicos na produção agropecuária³⁸. A **Figura 7** traz os municípios que indicaram assentamentos de reforma agrária atingidos em estudo desenvolvido pela EMATER.

³⁶ Grupo étnico-racial, predominantemente composto por descendentes de africanos escravizados, que mantém relação histórica, territorial, cultural e ancestral com seus territórios (EMATER-RS).

³⁷ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de impactos socioclimáticos aos povos quilombolas**. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), 2024

³⁸ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de impactos da crise socioclimática aos assentados/as da reforma agrária**. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), 2024.

Figura 7 - Municípios com indicação assentamentos de reforma agrária atingidos no RS — 2024



Por fim, destacam-se os impactos na comunidade de pescadores artesanais. Segundo relatório elaborado pela EMATER/ASCAR-RS³⁹, cerca de 40 municípios que possuem comunidades de pesca artesanal foram atingidos, impactando aproximadamente 2.192 famílias, as quais tiveram danos materiais. O estudo aponta ainda que cerca de 1.757 sistemas de conservação do pescado foram danificados e em torno de 425 embarcações comprometidas. A **Figura 8** traz os municípios que indicaram comunidades de pescadores artesanais atingidos em estudo desenvolvido pela EMATER.

REPERCUSSÕES NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

No que se refere às repercussões do desastre natural nos equipamentos públicos⁴⁰, segundo dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP-RS)⁴¹, 1.247 dos 15.778 equipamentos identificados no território do Estado do Rio Grande do Sul foram afetados, o

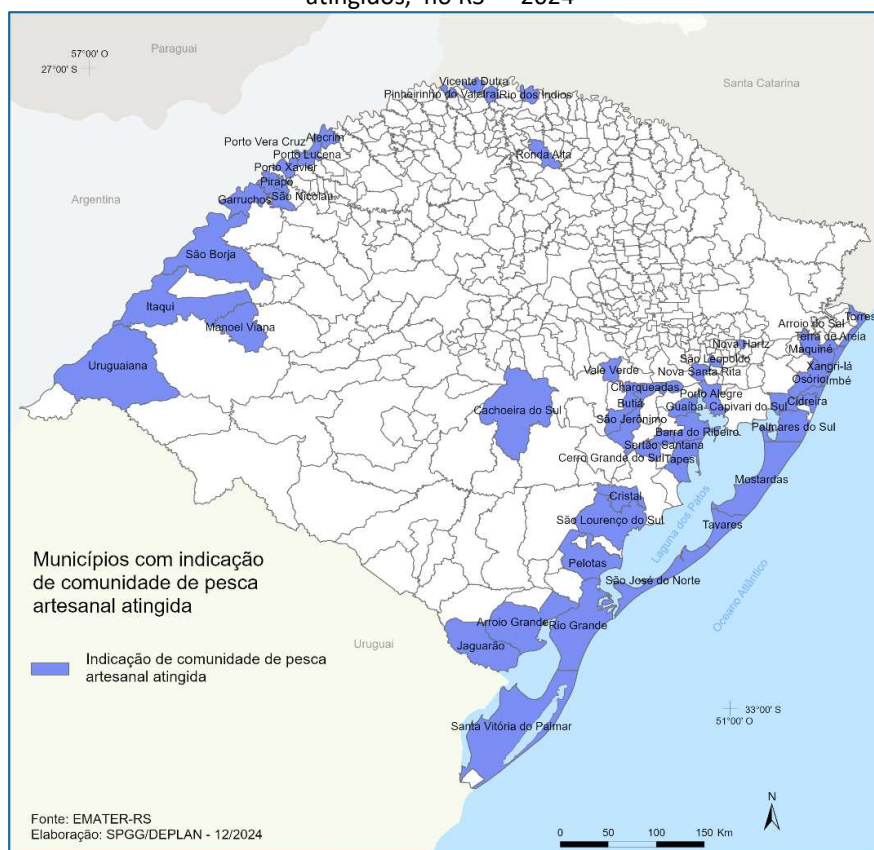
³⁹ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de impactos da crise socioclimática aos pescadores/as artesanais**. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), 2024.

⁴⁰ Foram considerados para a análise: (a) Escola municipal; (b) Escola privada; (c) Escola estadual; (d) Instituição de nível superior; (e) Escola federal; (f) Unidade básica de saúde (UBS); (g) Hospital; (h) Unidade de Pronto Atendimento (UPA); (i) Biblioteca pública; (j) Museu; (k) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); (l) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); (m) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); (n) Centro dia; (o) Delegacia de Polícia Civil; (p) Estabelecimento prisional; q) Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar; e (r) Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar.

⁴¹ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

que corresponde a 7,9%. Em valores absolutos, aponta-se que foram atingidas 365 escolas municipais, 238 escolas privadas, 165 escolas estaduais, 215 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), 21 hospitais e 11.572 quilômetros de malha viária.

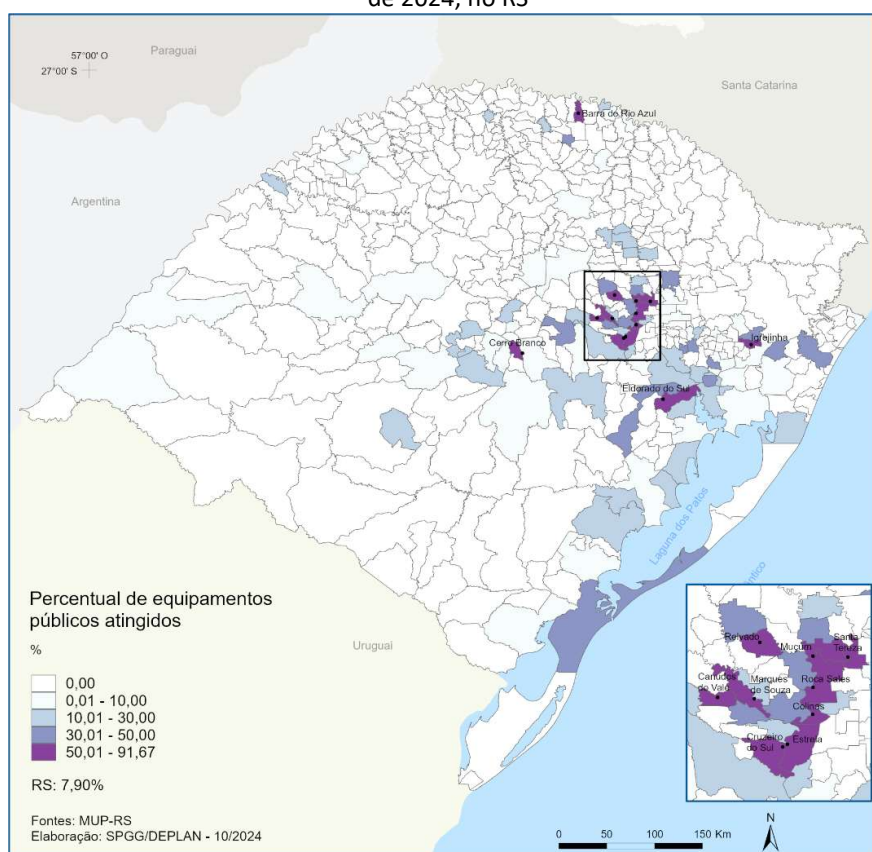
Figura 8 - Municípios com indicação de comunidades de pescadores artesanais atingidos, no RS — 2024



Em valores percentuais, observa-se um grupo de municípios do Vale do Taquari que teve grande parte de seus equipamentos públicos atingidos pelo desastre de maio de 2024. Entre eles, destacam-se: Muçum, com 91,7% de seus equipamentos públicos atingidos, com destaque para quatro escolas municipais, duas UBSs e um hospital; Roca Sales, com 76,5% de seus equipamentos públicos atingidos, entre eles, nove escolas e um hospital; Canudos do Vale, com 71,4% de seus equipamentos atingidos, destacando-se duas escolas, uma UBS, uma biblioteca pública e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e Marques de Souza, com 70,0% de seus equipamentos atingidos, entre eles, três escolas, um hospital e uma UBS.

Fora da região do Vale do Taquari, aponta-se: Barra do Rio Azul, com 80,0% de seus equipamentos públicos atingidos, com destaque para uma escola estadual, uma biblioteca pública, um CRAS e uma UBS; Eldorado do Sul, com 78,7% de seus equipamentos públicos atingidos, destacando-se 26 escolas, seis UBSs e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA); e Cerro Branco, com 77,8% de seus equipamentos públicos atingidos, destacando-se três escolas, duas UBSs, uma biblioteca pública e um CRAS. A **Figura 9** demonstra o percentual de equipamentos públicos atingidos pelo desastre de maio de 2024.

Figura 9 - Percentual de equipamentos públicos atingidos pelo desastre de maio de 2024, no RS



REPERCUSSÕES NA ECONOMIA

No que tange às repercussões do desastre natural de maio de 2024 na economia do Rio Grande do Sul, pode-se, em primeiro lugar, analisá-las no que se refere às principais culturas de exportação do Estado: a da soja e a do arroz. Segundo dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP-RS)⁴², apenas 3,2% da área de cultivo da soja foi atingida pelo desastre. Isso se deve à incidência do fenômeno no território do Estado, em uma região centro-leste, enquanto a área plantada de soja se concentra, principalmente, a oeste do Rio Grande do Sul. Conforme a **Figura 10**, municípios dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Litoral, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari tiveram o maior percentual de área de soja atingida pelo desastre. No entanto, quando considerados os municípios com maiores valores de área plantada de soja no Estado em 2023, destacam-se Cachoeira do Sul, com 10,7% da área de cultivo de soja atingida pelo desastre, e Rio Pardo e Santa Vitória do Palmar, com 13,5%.

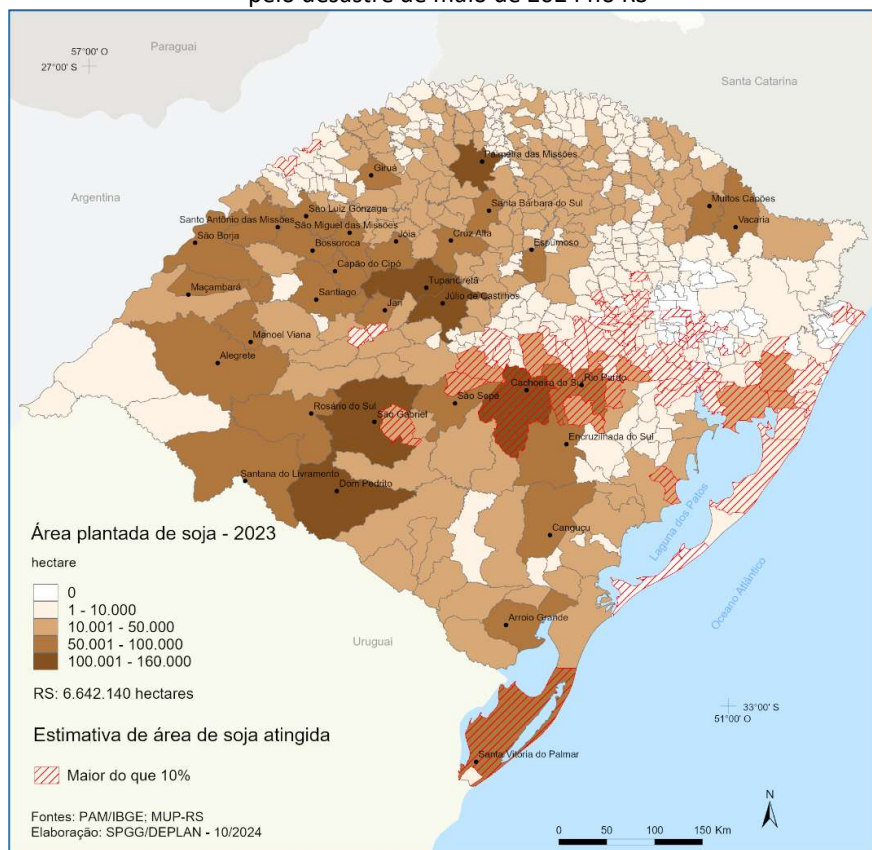
Por outro lado, devido a suas características de ocupar áreas de várzea, o cultivo do arroz foi bastante atingido pelos desastres de maio de 2024. Conforme os dados do MUP-RS⁴³, 30,6% da área de cultivo de arroz do Estado foi atingida. Entre os municípios com

⁴² RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

⁴³ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

maiores áreas plantadas, Santa Vitória do Palmar teve 28,6% de sua área de cultivo de arroz afetada, Itaqui, 23,8%, Alegrete, 14,7% e Mostardas apresentou 38,6%. A **Figura 11** demonstra a área plantada de arroz e os municípios que tiveram mais do que 10% de sua área de cultivo de arroz afetada pelo desastre.

Figura 10 - Área plantada de soja em 2023 e estimativa de área de soja atingida pelo desastre de maio de 2024 no RS

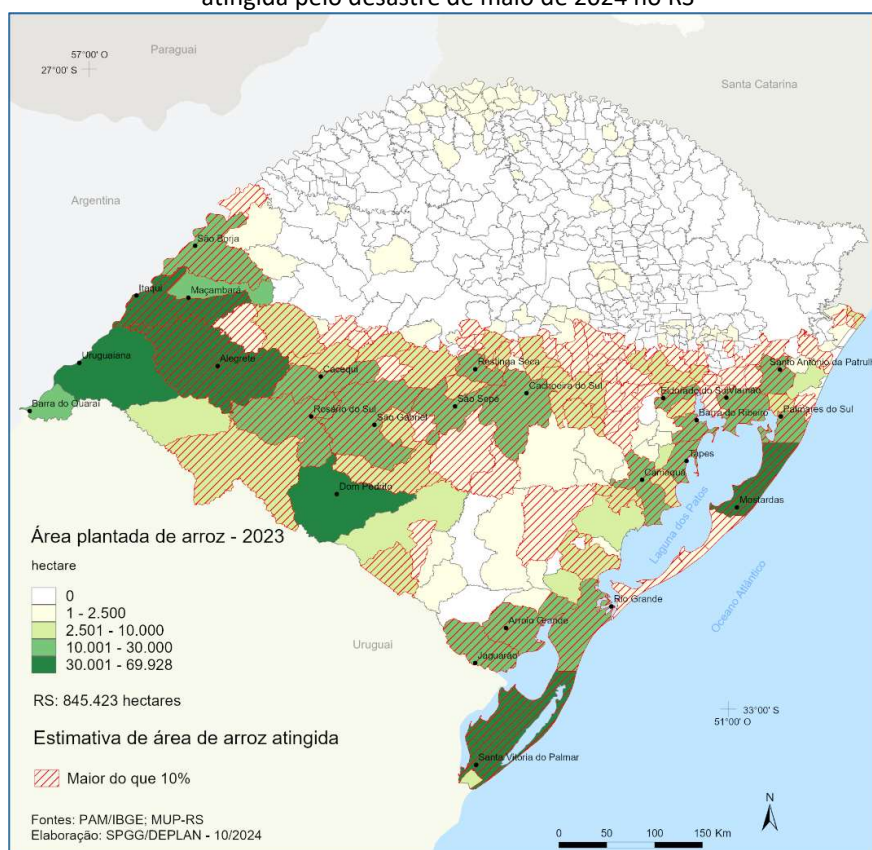


A Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) publicou um relatório, em maio de 2024, sobre os impactos do desastre na produção primária do Estado⁴⁴. O relatório afirma que, no setor de grãos, destacam-se as perdas nos cultivos de verão, em produtos armazenados e em plantios iniciais de inverno. Além disso, ao atingir regiões próximas à Região Metropolitana de Porto Alegre, o desastre gerou danos severos na horticultura e na fruticultura. Destaca também os impactos nos vales do Taquari e do Caí (bovinos de leite, suínos e aves), no Vale do Rio Pardo (bovinos de corte e de leite), na Quarta Colônia (bovinos de leite) e no Vale do Paranhana e Encosta da Serra (bovinos de corte e de leite).

⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS). Boletim evento adverso. N.01. maio de 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>. Acesso em: 30.10.2024

Ainda conforme o relatório⁴⁵, no Estado, foram afetados 48.674 produtores de grãos, 8.381 produtores na fruticultura, 8.049 produtores de olerícolas, 149 produtores na floricultura, 32.409 produtores na pecuária e 7.450 na produção leiteira. O desastre ainda causou a morte de 1.198.489 aves comerciais, 14.806 bovinos de corte, 14.794 suínos e 2.451 bovinos de leite.

Figura 11 - Área plantada de arroz em 2023 e estimativa de área de arroz atingida pelo desastre de maio de 2024 no RS



No que se refere à Indústria e aos Serviços⁴⁶, segundo dados do MUP-RS⁴⁷, 107.838 de 1.187.949 empresas do Estado nesses setores foram atingidas pelo desastre, o que corresponde a 9,1%. Os municípios mais afetados foram Santa Tereza, com 91,5% de empresas atingidas, Muçum, com 87,6%, Cerro Branco, com 83,7%, Eldorado do Sul, com 83,0%, e Barra do Rio Azul, com 82,1%. Também se observa uma concentração de municípios no Vale do Taquari com percentuais acima de 60%, o que demonstra os impactos econômicos

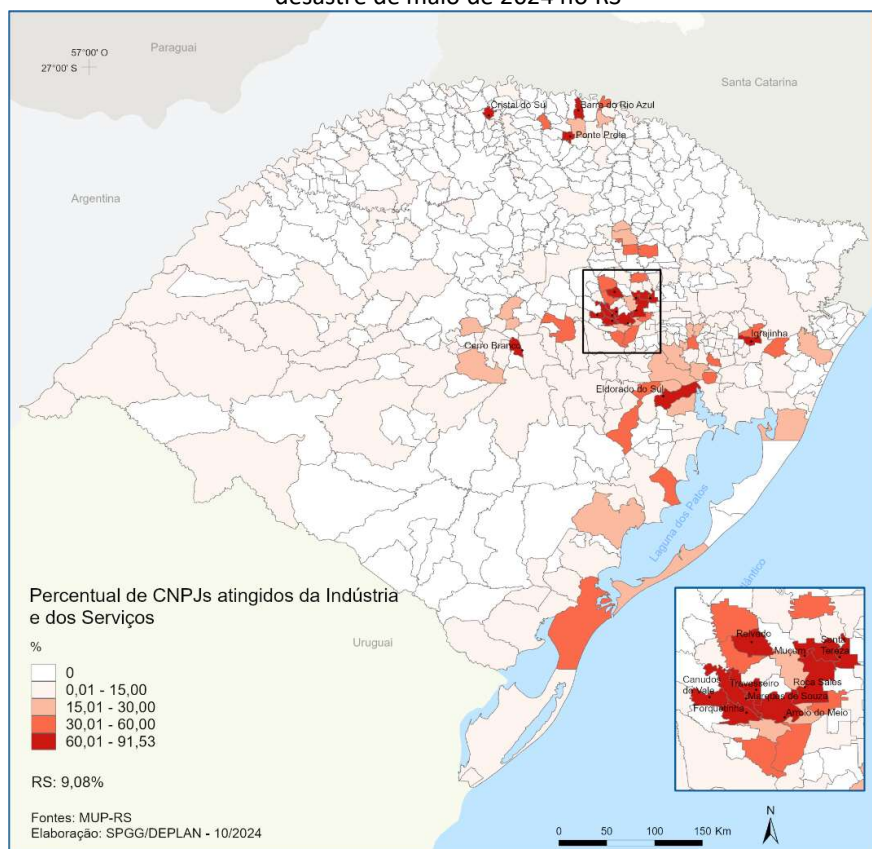
⁴⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

⁴⁶ Foram consideradas as seguintes seções, divisões e classes da CNAE: (a) Administração pública, defesa e seguridade social; (b) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; (c) Alojamento e alimentação; (d) Artes, cultura, esporte e recreação; (e) Atividades administrativas e serviços complementares; (f) Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados; (g) Atividades imobiliárias; (h) Atividades profissionais, científicas e técnicas; (i) Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas; (j) Construção; (k) Educação; (l) Eletricidade e gás; (m) Indústrias de transformação; (n) Indústrias extrativas; (o) Informação e comunicação; (p) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; (q) Outras atividades de serviços; (r) Saúde humana e serviços sociais; (s) Serviços domésticos; e (t) Transporte, armazenagem e correio.

⁴⁷ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.

altamente negativos causados nessa região. A **Figura 12** demonstra o percentual de empresas atingidas da Indústria e dos Serviços por município do Estado.

Figura 12 - Percentual de empresas da Indústria e dos Serviços atingidas pelo desastre de maio de 2024 no RS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se assim que, antes da tragédia de maio de 2024, o Rio Grande do Sul já estava entre os estados mais atingidos por desastres naturais. Após o fenômeno, esse patamar foi elevado, constituindo hoje o estado que registra o maior desastre hidrometeorológico do país. O Rio Grande do Sul contabiliza também o maior número de movimentos de massa já registrados em um mesmo evento.

O PLANO RIO GRANDE

CONTEXTO

A ampliação da frequência e intensidade das ocorrências de desastres naturais no mundo todo tem intensificado estudos, debates e promoção de ações e articulações entre governos, entidades privadas e sociedade civil. Outrossim, a discussão em torno das causas e, conseqüentemente, ações que devem ser implementadas perante os riscos iminentes de desastres é ampla e mobiliza diferentes campos de conhecimento (Mattedi, 2017)⁴⁸. No Brasil, a Defesa Civil Nacional define desastres como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (Castro, 1999)⁴⁹.

Em 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido, novamente, por ocorrência de evento hidrometeorológico e climatológico extremo. Todavia, sua dimensão e impacto foi muito superior quando comparado aos desastres do ano anterior, bem como à enchente histórica registrada em 1941. Conforme registros do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)⁵⁰, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), foram registradas mais de 150 mortes e 10 mil feridos, além do prejuízo financeiro superior a 12 bilhões de reais.

Em resposta a esses eventos, o Estado instituiu o Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei Estadual nº 16.134/2024, regulamentada pelo Decreto nº 57.647/2024, para planejar, coordenar e executar as ações necessárias ao enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos referidos eventos. A seguir, serão detalhados os principais impactos engendrados pelos eventos registrados em 2024 e as principais diretrizes incorporadas para mitigação, recuperação e resiliência do Estado.

DOS IMPACTOS

A dimensão dos eventos meteorológicos que assolaram o território do Rio Grande do Sul culminou na declaração de estado de calamidade pública, nos termos do Decreto Estadual nº 57.596, de 1º de maio de 2024. Já o reconhecimento do estado de calamidade e emergência em municípios do Rio Grande do Sul ocorreu por meio da Portaria nº 1.802, de 31 de maio de 2024, do MIDR e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Como resultado, dos 452 municípios do RS impactados pelo evento, 95 (19,1%) decretaram estado de calamidade pública e 357 (71,8%) de emergência. Ou seja, menos de 10% dos municípios não tiveram situação de anormalidade decretada.

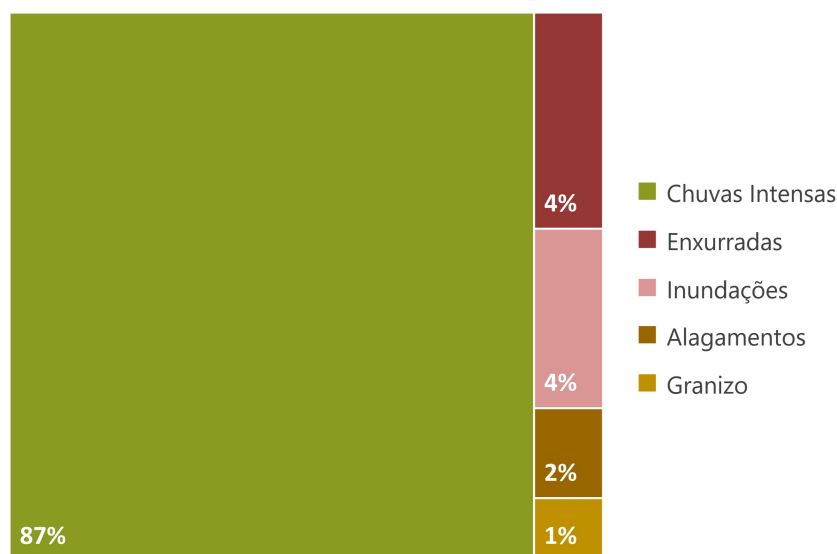
⁴⁸ MATTEDI, M. *Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais*. Tempo Social, v. 29, p. 261–285, dez. 2017.

⁴⁹ CASTRO, A. L. C. *Manual de planejamento em defesa civil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Departamento de Defesa Civil, p.133, 1999.

⁵⁰ Os dados utilizados compreendem os registros feitos no período de 28 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024.

Conforme dados informados pelas gestões municipais, bem como seguindo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), o acumulado de chuvas resultou em: (i) desastres naturais geológicos, que abrangem movimentos de massas; (ii) desastres naturais hidrológicos, que abarcam inundações, enxurradas e alagamentos; e (iii) desastres naturais meteorológicos, como tornados, granizos, chuvas intensas, vendavais, geadas e ciclones (MIDR, 2024)⁵¹. A distribuição percentual dos registros de eventos meteorológicos decorrentes do episódio climático de 2024 (entre 28 de abril a 30 de junho) pode ser verificada no **Gráfico 18**.

Gráfico 18 - Percentual de registros de eventos meteorológicos no RS entre abril e junho de 2024



Elaboração: SERG.

Fonte dos Dados Brutos: MIDR, 2024.

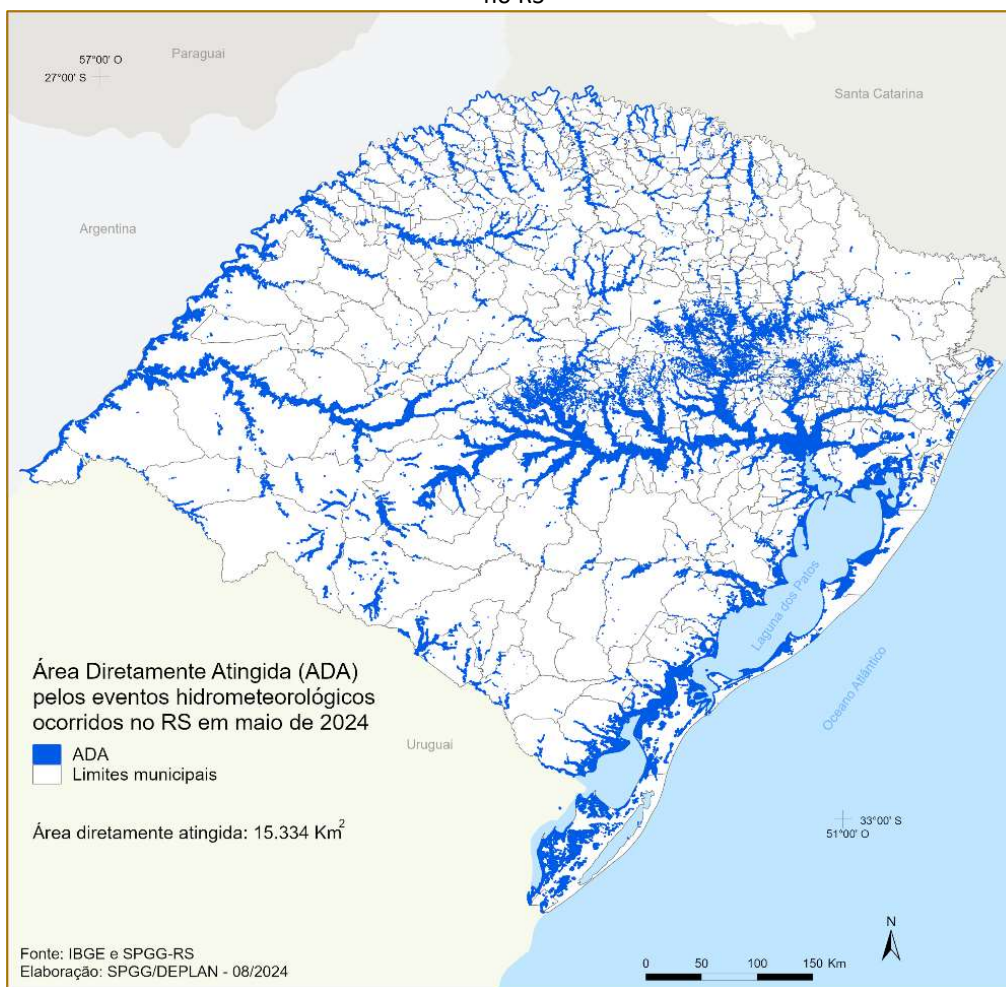
Nota: Deslizamento, vendaval, tornados e tempestades de raios inferior a 1%.

A consolidação de registros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), indicou volumes acumulados de chuva de 400 mm e, nos casos extremos, de 900 /mm, em um período inferior a duas semanas (Paiva *et al.*, 2024)⁵². A visualização cartográfica elaborada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, ilustra as Áreas Diretamente Atingidas (ADAs) pelos eventos hidrometeorológicos e de movimentos de massa (**Figura 13**). A partir do mapa, podem ser identificadas as áreas mais profundamente impactadas — pertencentes à região norte, nordeste e centro, equivalentes à Região Hidrográfica do Guaíba, compreendendo as bacias dos rios Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Taquari-Antas, Caí, Sinos, Gravataí, Lago Guaíba, Pardo e Vacacaí-Vacacaí Mirim. As bacias da região do rio Uruguai e as bacias litorâneas também foram atingidas, ainda que em menor intensidade.

⁵¹ BRASIL. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)**. Atlas Digital de Desastres no Brasil. Brasília: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/downloads.xhtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁵² PAIVA, R.; COLLISCHONN, W.; MIRANDA, I.P.; DORNELLES, F.; GOLDENFUM, J.; FAN, F.; RUHOFF, A.; FAGUNDES, H. **Crítérios hidrológicos para adaptação à mudança climática**: Chuvas e cheias extremas na Região Sul do Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Nota técnica. 27 de maio de 2024.

Figura 13 - Mapa das Áreas Diretamente Atingidas (ADAs) pelo evento climático de 2024 no RS



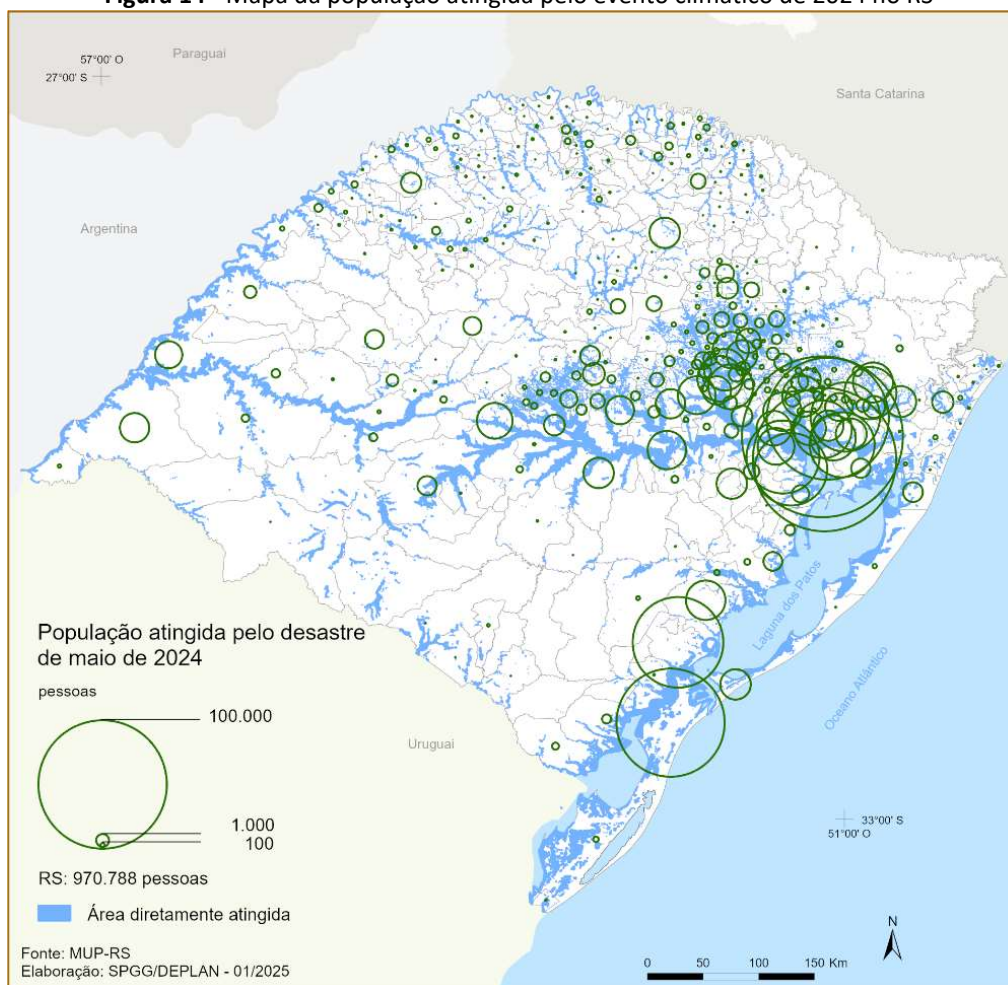
Fonte: Mapa Único Plano Rio Grande (MUP), 2024.

Além dos dados coletados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP-RS)⁵³, as análises dos impactos a seguir foram desenvolvidas a partir do repositório de informações S2iD. Nesse sentido, no que tange às dimensões sociais e econômicas, o sistema classifica o registro de dados entre danos humanos e prejuízos econômicos. Os primeiros referem-se ao quantitativo de mortos, desaparecidos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e pessoas afetadas indiretamente, como, por exemplo, pela paralisação da prestação de serviços públicos ou interrupção de estradas e rodovias. Já os prejuízos econômicos dividem-se entre públicos (PEPLs) e privados (PEPRs). PEPLs englobam valores de perdas registradas na prestação de serviços de: assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas; abastecimento de água potável; geração e distribuição de energia elétrica; telecomunicações; distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico; segurança pública e ensino. PEPRs correspondem aos registros de perda na agricultura, pecuária, indústria e nos serviços.

⁵³ RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único Plano Rio Grande (MUP-RS)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

A totalidade de danos humanos engendrados pelo desastre foi significativa em todas as suas dimensões. Dados da base MUP-RS informam quantitativo equivalente a 970.788 pessoas atingidas (8,9 %) e 537.936 endereços atingidos (8,8 %) ⁵⁴ (Figura 14). Proporcionalmente, os municípios mais atingidos foram Eldorado do Sul, Muçum, Igrejinha, Canoas, Colinas, Roca Sales, Marques de Souza, São Sebastião do Caí, São Leopoldo e Travesseiro — todos com mais de 40% da população atingida.

Figura 14 - Mapa da população atingida pelo evento climático de 2024 no RS



Destaca-se que das famílias atingidas, 209.713 mil estavam registradas no CadÚnico antes da ocorrência do desastre. Ou seja, mais de 20% da população diretamente atingida correspondia à população de baixa renda. É importante ressaltar que esses dados corroboram com estudos que denunciam a relação entre os impactos e consequências da crise climática e as comunidades locais mais vulneráveis (Adger, 2006⁵⁵; World Bank, 2010⁵⁶).

Para além dos danos diretos (mortos, feridos e enfermos, desabrigados e desalojados), grande quantitativo de impactos indiretos foi registrado (**Quadro 110**). No auge

⁵⁴ Dados do MUP referentes a 3 de setembro de 2024, atualizados em 22 de novembro de 2024 e coletados em 9 de dezembro de 2024.

⁵⁵ ADGER, W. Neil. **Vulnerability**. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>. Acesso em: 11 dez. 2024.

⁵⁶ WORLD BANK; UNITED NATIONS. **Natural Hazards, UnNatural Disasters: The Economics of Effective Prevention**. Washington, DC: World Bank, 2010. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2512>. Acesso em: 11 dez. 2024.

do evento, em maio, mais de 500 mil pontos ficaram sem energia elétrica e, nas rodovias federais e estaduais, 13.722 km, de um total de 16.537 km, foram bloqueados completa ou parcialmente.

Quadro 110 - Danos humanos registrados em decorrência do evento climático de 2024 no RS

Danos Humanos	Quantidade
Mortos	179
Desaparecidos	34
Desabrigados	98,6 mil
Desalojados	700 mil
Feridos e enfermos	11,4 mil
Danos indiretos	6,5 milhões

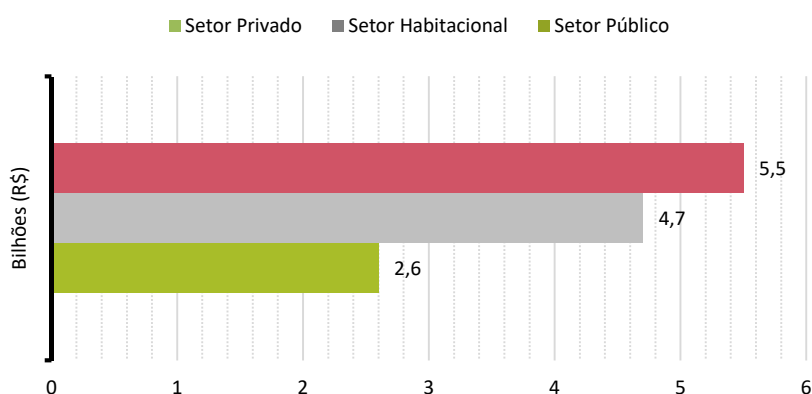
Elaboração: SERG.

Fonte dos dados brutos: MIDR, 2024.

Componente importante durante e após a ocorrência dos eventos foi a constituição de abrigos. O último recorte⁵⁷, realizado pelo Observatório do Desenvolvimento Social da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), relatou contingente de 18.172 famílias desabrigadas e distribuídas em 981 abrigos em 117 municípios do Estado. Das 69.415 pessoas abrigadas, 2.513 mil correspondiam a crianças na primeira infância, 9.408 crianças e adolescentes, 6.076 mil idosos e 1.498 mil pessoas com deficiência.

Em relação aos prejuízos econômicos, destaca-se que os do setor habitacional foram expressivos, na medida em que quase se equipararam aos do setor privado, e superaram, em aproximadamente 80%, os do setor público (**Gráfico 19**). No total, registraram-se 112,3 mil casas afetadas, sendo 102,3 danificadas e outras 10 mil destruídas.

Gráfico 19 - Setores mais afetados economicamente (em bilhões R\$) pelo evento climático de 2024 no RS



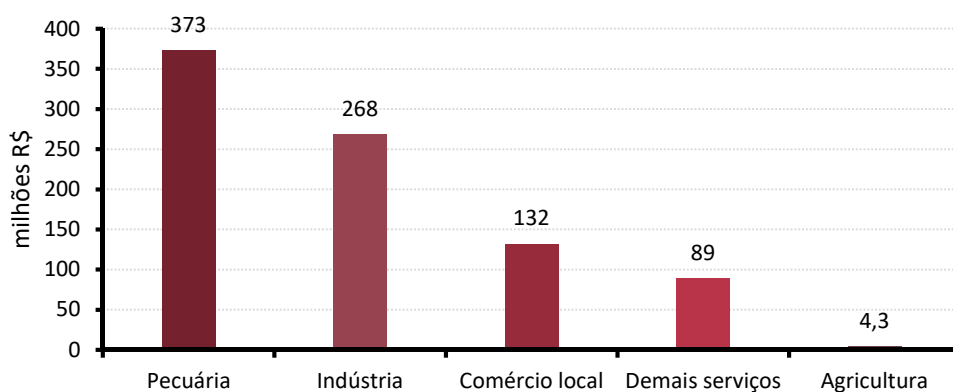
Elaboração: SERG.

Fonte: MIDR, 2024.

⁵⁷ Dados referentes ao período de 10 de maio de 2024 a 10 de junho de 2024.

Os prejuízos do setor privado (**Gráfico 20**) são predominantes nas áreas de pecuária (mais de R\$ 300 milhões), e configuram as perdas de rebanhos e pastagens. Em seguida, aponta-se que a indústria teve danos avaliados em torno de R\$ 260 milhões, os quais decorrem, principalmente, da paralisação dos serviços e danificações nas instalações. Salienta-se que, mesmo tendo menor quantitativo de prejuízos em relação às demais áreas (R\$ 4,3 milhões), a agricultura teve danos severos, na medida em que produções de soja, milho e arroz, fundamentais para economia do Estado, foram comprometidas, bem como depósitos e máquinas agrícolas.

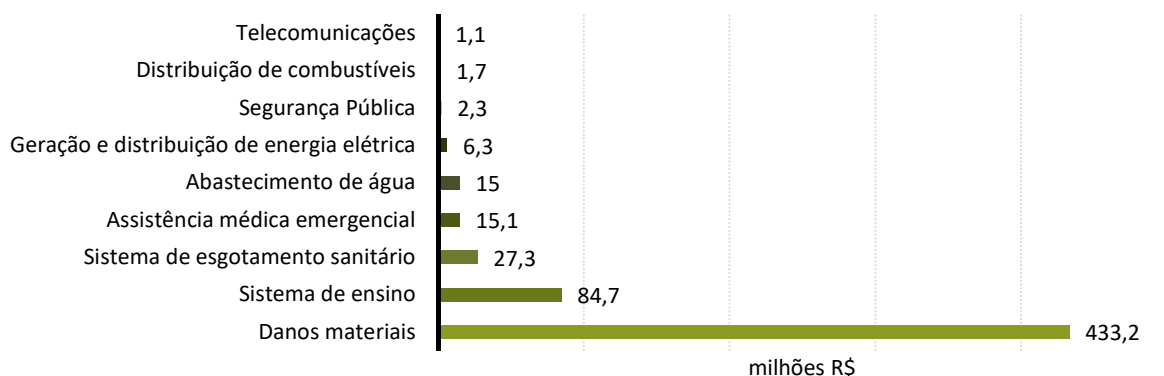
Gráfico 20 - Prejuízos Econômicos Privados (em milhões R\$) ocasionados pelo evento climático de 2024 no RS



Elaboração: SERG.
Fonte: S2id, 2024.

Tal qual mencionado anteriormente, os PEPLs incluem a prestação de serviços de diversas naturezas (**Gráfico 21**). Nesse sentido, têm destaque os prejuízos com danos materiais, os quais ultrapassaram os R\$ 400 milhões de reais, e referem-se aos impactos sobre infraestruturas e equipamentos públicos. Os sistemas de ensino, com cerca de R\$ 80 milhões de reais de prejuízo, englobam desde os danos às estruturas das instituições até a perda de materiais de ensino. Ainda, o rompimento e entupimento de tubulações, decorrentes dos grandes volumes de água, bem como dos resíduos comumente presentes em inundações e enchentes, comprometeram os sistemas de esgotamento sanitário em quase R\$ 30 milhões.

Gráfico 21 - Prejuízos econômicos públicos (em milhões R\$) ocasionados pelo evento climático de 2024 no RS



Elaboração: SERG.
Fonte: MIDR, 2024.

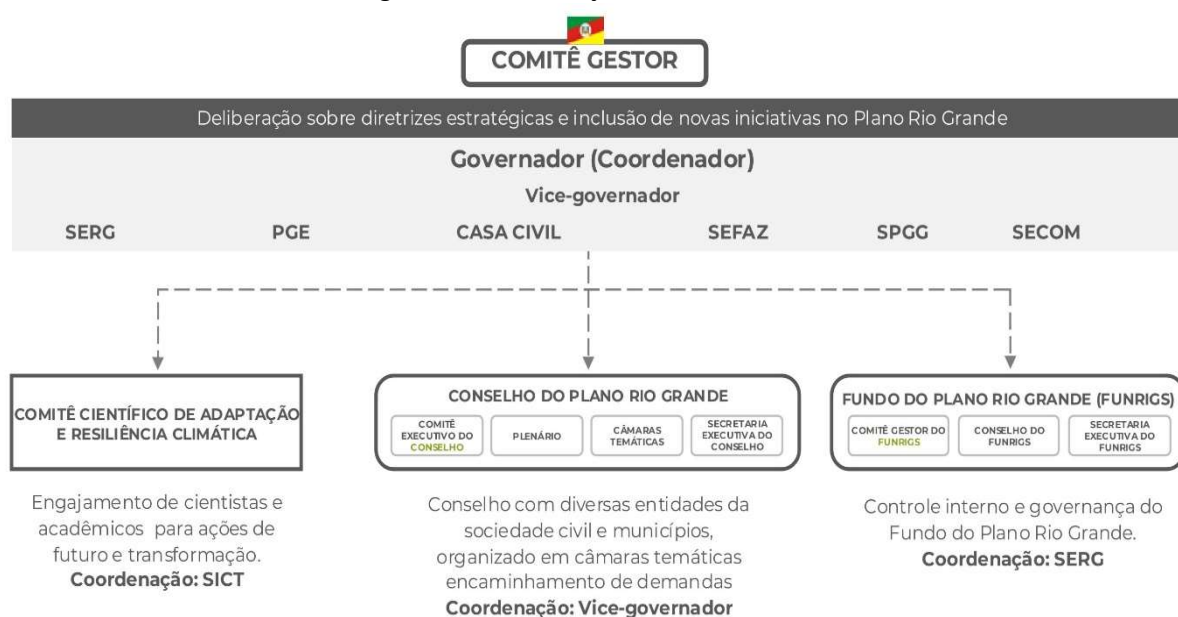
O PLANO RIO GRANDE

Em resposta aos desafios e impactos apresentados, o Governo do Estado instituiu o Plano Rio Grande (Lei Estadual nº 16.134/2024), que estabelece um conjunto abrangente de ações para a reconstrução, adaptação e resiliência climática. Além da criação do Plano, a estrutura administrativa estadual foi reorganizada, na medida em que se instituiu a Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG)⁵⁸ para coordenação do planejamento, formulação e execução das ações do Plano Rio Grande. Em paralelo, considerando-se que as ações desempenhadas a partir do Plano Rio Grande devem ocorrer de forma articulada entre a gestão do Estado, academia e sociedade civil, foram constituídas novas estruturas de governança, sendo elas o Comitê Gestor, Conselho do Plano Rio Grande, Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática e Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS).

A Governança do Plano

Núcleo do governo, o Comitê Gestor é responsável por organizar e gerenciar a interlocução entre os poderes (federal e municipais). Outrossim, tem por prerrogativa a deliberação sobre diretrizes estratégicas de inclusão de novas iniciativas no Plano Rio Grande. Coordenado diretamente pelo Governador, o comitê debate demandas e propostas de programas, além de fazer o acompanhamento da execução das frentes de trabalho, sendo elas a SERG, Conselho do Plano Rio Grande, Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática e o FUNRIGS, que tem seu controle social a partir do Conselho do FUNRIGS (**Figura 15 - Governança do Plano Rio Grande**).

Figura 15 - Governança do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Lei Estadual nº 16.136/2024.

O fluxo de governança do Plano Rio Grande se dá a partir do recebimento de demandas e propostas da sociedade por meio do Conselho do Plano Rio Grande, o qual tem o papel de avaliar e monitorar as problemáticas recebidas. Coordenado pelo Vice-Governador Gabriel Souza e composto por 579 lideranças representando 335 entidades, o Conselho participa de reuniões vinculadas a câmaras temáticas (**Figura 16**), criadas para a análise das propostas dentro dos seus eixos e levantamento de possíveis resoluções.

Figura 16 - Câmaras Temáticas do Conselho do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática é outra articulação que compõe o arranjo de governança do Plano Rio Grande. Seus membros são representantes da comunidade científica, sendo especialistas e pesquisadores de universidades, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e órgãos vinculados ao estudo e desenvolvimento de projetos relacionados à emergência e crise climática. Este comitê tem caráter consultivo e propositivo, uma vez que atua no desenvolvimento de estudos e realização de sugestões de alterações sob a perspectiva de aspectos técnicos, tecnológicos, científicos e de inovação referentes às ações e políticas públicas voltadas para a adaptação e resiliência climática. As pautas prioritárias encaminhadas ao Comitê Científico circundam programas de grande porte e alta complexidade, na medida em que correspondem a sistemas inovadores e integrados (**Figura 17**).

Figura 17 - Principais pautas do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

Por fim, a SERG, outro eixo do arranjo de governança do Plano Rio Grande, atua como escritório de projetos facilitando a colaboração, compartilhamento de ideias e o desenvolvimento e gerenciamento dos programas. Assim, é intenção da SERG propor soluções para as demandas do Estado, identificando a melhor estratégia de contratação e de financiamento público ou privado. Composta por duas assessorias especiais — de gestão de risco e técnica —, e quatro subsecretarias — voltadas para projetos de reconstrução, estruturantes, inteligência mercadológica e parcerias e concessões —, constitui-se como o órgão responsável pela secretaria executiva do Plano Rio Grande, atuando em conjunto com as secretarias-finalísticas, propondo estratégias, analisando e avaliando tecnicamente projetos, programas e ações.

Plano de Trabalho do Plano Rio Grande

A estruturação dos programas do Plano Rio Grande ocorre em quatro eixos diferentes, os quais pretendem integrar as ações emergenciais — de socorro à população atingida e restabelecimento de serviços essenciais — e a definição de soluções resilientes para prevenção e mitigação dos efeitos de desastres. Destaca-se, ainda, que a lista de programas integrantes do Plano Rio Grande não é restritiva, no sentido de que pode ser complementada, via resolução, com novas propostas que apresentem nexo de causalidade com o Plano.

Eixo Emergencial

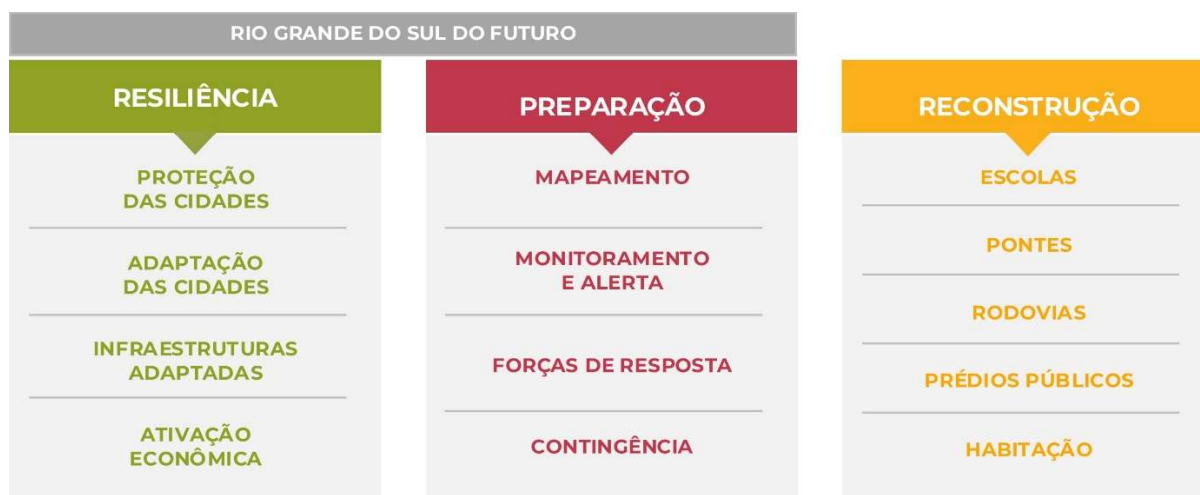
A atuação emergencial refere-se às ações de curto prazo que envolvem o restabelecimento de serviços essenciais e medidas de recuperação, como limpeza, realocação habitacional temporária, desobstrução de vias e gerenciamento de doações. Os projetos considerados emergenciais têm duração média de três a sete meses e são coordenados pelo Gabinete do Vice-Governador. Os desafios desse eixo são mapear e coordenar plataformas e iniciativas já existentes, detalhar os principais dados junto aos municípios e consolidar os protocolos de alerta, resposta e contingência.

Nesse sentido, foram implementadas ações de resposta e restabelecimento, tais como: repasses da Defesa Civil aos municípios, aporte de recursos financeiros para manejo de animais em abrigos, programa Volta por Cima (auxílio para situações de calamidade ou emergência), habitações temporárias, aluguel social e horas-máquina para desobstrução de vias.

PROJETOS ESTRUTURANTES

Os projetos estruturantes representam a grande parte dos programas do Plano Rio Grande. Estão distribuídos nos eixos Resiliência e Preparação, os quais compõem a dimensão Rio Grande do Sul do Futuro, e no eixo Reconstrução (**Figura 18**).

Figura 18 - Eixos dos projetos estruturantes do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

Eixo Resiliência

Os programas de resiliência (**Figura 19**) estão alinhados com o objetivo de constituir cidades que tenham capacidade de se recuperar após a ocorrência de desastres. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidas ações de reforço ou construção de obras de proteção das cidades, desassoreamento dos rios, parcerias para infraestruturas resistentes aos impactos climáticos — voltadas a sistemas de rodovias alternativas e aeroportos de *backup* —, reforço da rede de energia e serviço *roaming* de telefonia, de universalização de água e esgoto e revisão dos planos de drenagem. Além disso, está sendo desenvolvido planejamento territorial integrado a partir das bacias hidrográficas, que considera tanto os projetos estruturantes como os não estruturantes. Ainda, para a resiliência do Estado, é necessária a ativação econômica, com incentivos à retomada das atividades, atração e manutenção de talentos e reconversão econômica.

Assim, estão sendo mobilizadas a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), Secretaria de Logística e Transporte (Selt), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Secretaria da Fazenda (Sefaz-RS), Secretaria da Casa Civil, Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável (Seapi).

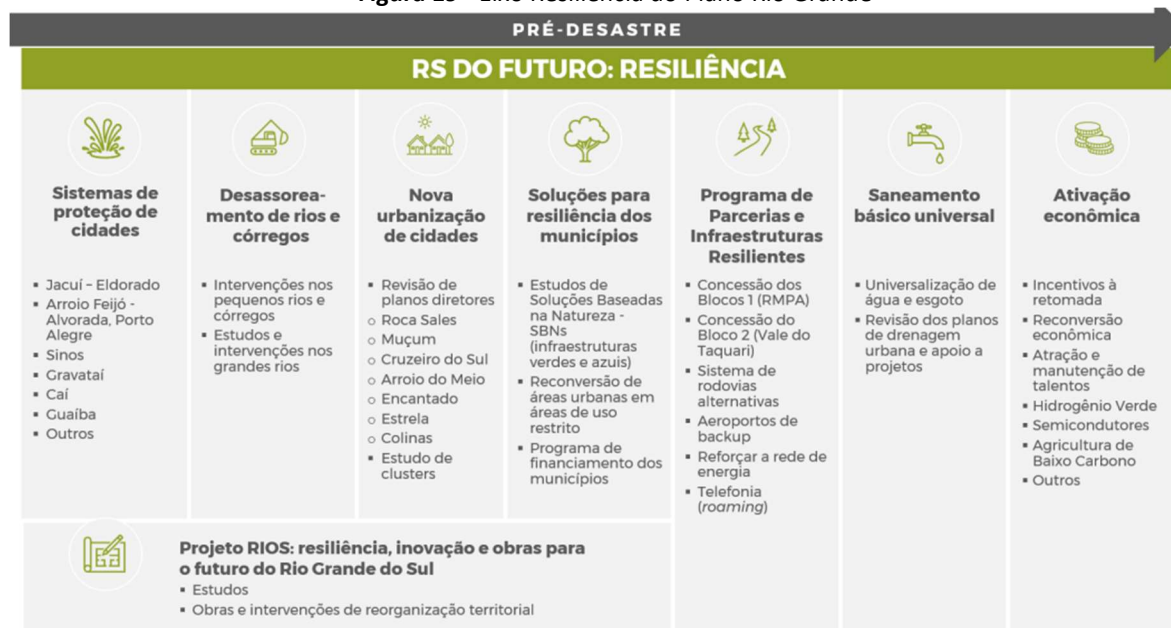
Eixo Preparação

De forma complementar aos programas de resiliência, e compondo as ações do **RS do Futuro**, soma-se ao Plano Rio Grande o Eixo Preparação (**Figura 20**). Nele, o objetivo é aparelhar e instrumentalizar as forças de segurança municipais, regionais e estaduais mediante a aquisição de equipamentos e tecnologias, além de potencializar o levantamento

de dados e armazenamento de informações meteorológicas e de mapeamento do Estado. Cientes da crise climática mundial, o eixo Preparação sustenta-se em prol da garantia da melhor resposta possível perante a ocorrência de novos desastres.

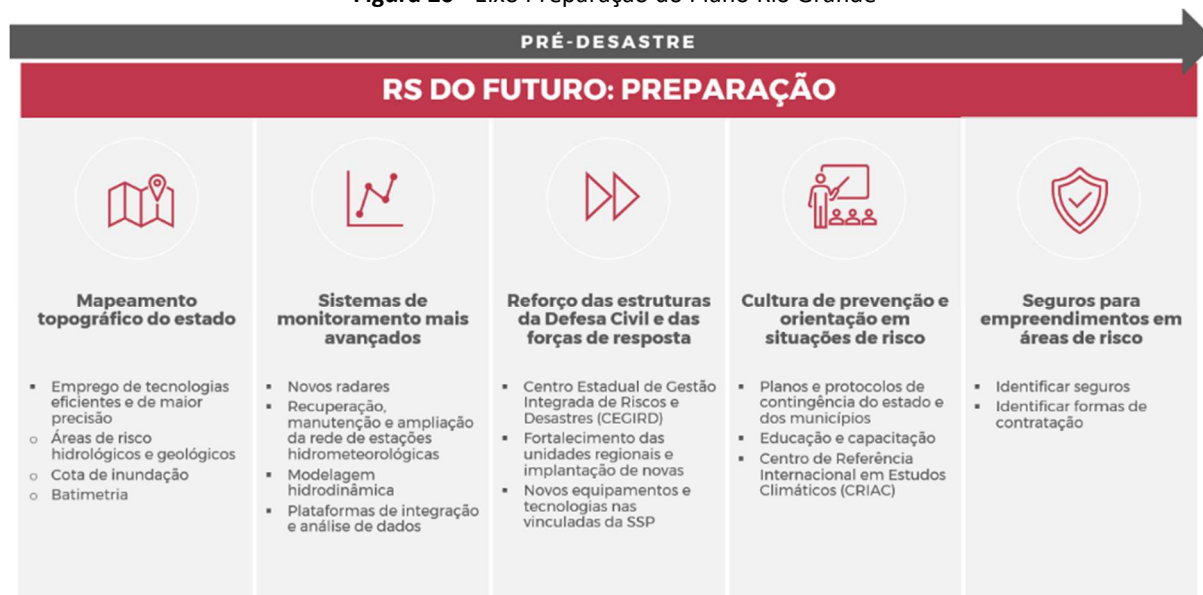
Assim, o eixo comporta ações de mapeamento topográfico do Estado, monitoramento avançado, fortalecimento das forças de resposta, desenvolvimento da cultura de prevenção de risco e mitigação dos impactos por meio de empreendimentos assegurados. Com isso, ficam articuladas a Casa Militar, Defesa Civil, Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Sema.

Figura 19 - Eixo Resiliência do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

Figura 20 - Eixo Preparação do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

Eixo Reconstrução

As ações de médio prazo enquadram-se no Eixo Reconstrução (**Figura 21**), o qual está focado na reestruturação de infraestrutura e avaliação contínua do progresso de diferentes iniciativas, priorizando áreas de atuação com base na evolução da situação local. Assim, a partir do mapeamento de danos em escolas, pontes, rodovias, prédios públicos e habitações, a SERG articulou-se com diversas secretarias-finalísticas: Secretaria da Educação (Seduc), Selt, Secretaria de Obras Públicas (SOP) e Secretaria de Habitação de Regularização Fundiária (Sehab) e o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (Daer) para a consecução da sua recuperação.

Figura 21 - Eixo Reconstrução do Plano Rio Grande



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

PPPs e Concessões

Em meio às ações do Plano Rio Grande, as parcerias público-privadas (PPPs) e concessões têm tido relevância na execução de programas de infraestrutura. A alternativa por tais arranjos contratuais escora-se na necessidade de agilidade, inovação e possibilidade de maiores investimentos a partir da mobilização de recursos privados. O cenário de pós-desastre enfrentado no Estado ampliou exponencialmente a demanda por prestação de serviços e, principalmente, por reestruturação de rodovias, escolas, hospitais e demais prédios públicos.

Com isso, até o momento, PPPs e concessões estão sendo formalizadas para aumento da capacidade de atendimento e resiliência em inúmeras áreas, conforme **Figura 22**.

Figura 22 - Carteira de projetos de parcerias público-privadas e concessões no RS



Fonte: Subsecretaria de Parcerias e Concessões (Supar/SERG), 2024.

FUNRIGS

O Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) constitui um fundo estadual criado para financiar ações, projetos e programas voltados para a reconstrução, adaptação e resiliência climática no Rio Grande do Sul. O fundo tem sido utilizado para apoiar iniciativas destinadas a enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais dos eventos climáticos severos que atingiram o Estado em 2023 e 2024. Nesse contexto, as ações financiadas pelo FUNRIGS têm sido obrigatoriamente pleiteadas no Plano Rio Grande, garantindo o nexo de causalidade com os eventos meteorológicos registrados no Estado.

Atualmente, a principal matriz de recursos do fundo provém da Legislação Federal nº 206, de 16 de maio de 2024, que autorizou a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, bem como a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida desses entes. Além das parcelas de postergação da dívida pública, o FUNRIGS tem recebido recursos adicionais provenientes de doações de municípios e instituições.

A gestão eficiente dos recursos do FUNRIGS tem-se pautado na recuperação não apenas das infraestruturas afetadas, mas também em ações proativas de preparação e resiliência, bem como na recuperação econômica e social das áreas impactadas. Referências internacionais, como os fundos de reconstrução no Japão, Indonésia e Estados Unidos, demonstram a importância de integrar a reconstrução de infraestrutura com ações de resiliência, mitigação de riscos e participação comunitária, promovendo soluções adaptadas às realidades locais e segurança a longo prazo.

Com base nesses exemplos, a gestão do FUNRIGS tem sido orientada de maneira estratégica, com ênfase na reconstrução de infraestrutura, na preparação para futuros desastres, no fortalecimento da resiliência das comunidades e na recuperação econômica e social a longo prazo. A recuperação econômica das áreas afetadas tem-se configurado como

prioridade, com suporte financeiro direto às empresas locais, incentivo à criação de empregos e à reativação das atividades econômicas. Essa revitalização econômica não apenas promove o crescimento, mas também contribui para o bem-estar social das comunidades, garantindo meios de sustento a longo prazo.

O fortalecimento das estruturas de resposta a desastres tem sido uma diretriz essencial na alocação dos recursos do FUNRIGS. A capacitação das equipes de resposta e a implantação de sistemas de comunicação emergencial e alerta têm garantido maior preparação das comunidades para agir rapidamente em casos de desastres, reduzindo os impactos em ativos públicos, privados e, principalmente, preservando vidas.

O Conselho do Fundo do Plano Rio Grande foi instituído pela Lei nº 16.134, com função consultiva e fiscalizatória. Esse órgão tem como objetivo principal acompanhar a aplicação dos recursos do FUNRIGS, garantindo transparência, eficiência e conformidade com os objetivos estabelecidos pelo Plano Rio Grande. A participação de representantes da sociedade civil, governo e setor privado no conselho assegura a pluralidade de perspectivas e o controle social na gestão do fundo.

Além disso, o conselho também exerce um papel essencial na avaliação dos projetos financiados, verificando se eles estão alinhados às diretrizes de reconstrução e resiliência climática. Sua atuação contribui para a melhoria constante dos processos de gestão e para a promoção de boas práticas na utilização dos recursos, fortalecendo a confiança da sociedade na gestão do FUNRIGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não tem medido esforços no enfrentamento das consequências geradas pelo desastre socioambiental. Perante os intensos impactos que atingiram 90% dos municípios do Estado, o Plano Rio Grande reflete a articulação intra e intergovernamental que tem sido desenvolvida, tanto com as secretarias-finalísticas, quanto com entidades do setor privado, organizações sociais e a sociedade civil.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Nesta e nas próximas páginas, apresenta-se um detalhamento do Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável. O estudo traça estratégias e aponta ações a serem adotadas para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, ter efeito positivo no crescimento do Estado e na vida de todos os gaúchos⁵⁹.

O nome do plano aponta que a iniciativa vai além da economia, sendo integrado e transversal a diferentes dimensões do desenvolvimento. A partir de análises e projeções, foram identificados 12 setores nos quais o RS é competitivo e há demanda crescente. Em cada um dos grupos, foram destacados produtos e serviços mais complexos e inovadores que reúnem grande chance de avanços.

O plano propõe ações concretas a serem implementadas em sinergia com diferentes segmentos para que o crescimento econômico ocorra de forma inclusiva e sustentável, englobando todas as regiões gaúchas. O trabalho ainda relacionou as cinco prioridades estratégicas aos habilitadores de competitividade. A partir deles, chega-se a 41 iniciativas que passam a orientar políticas e planos de ação.

Para a elaboração do estudo, conduzido pela Casa Civil e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), houve a participação de cerca de 500 pessoas, incluindo lideranças do governo, setor privado e academia, juntamente com uma consultoria internacional. O plano foi finalizado pela assessoria técnica do governo, formado por pessoas que têm profundo conhecimento da realidade gaúcha, o que é uma garantia de que existe condições de colocar o plano em prática e começar a desenhar o futuro do Estado.

CONSTRUÇÃO DO PLANO: OLHANDO PARA O FUTURO

O Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável teve como ponto de partida um diagnóstico completo elaborado com metodologia e apoio de uma consultoria internacional e equipe técnica multidisciplinar do Governo do Estado. A construção do Plano teve início em março de 2024 e, ao longo de seis meses de trabalho, foram envolvidos mais de 500 participantes, incluindo lideranças do governo, do setor privado e da academia em diferentes etapas.

É um trabalho inovador e voltado para o futuro, que detalha a trajetória e a estratégia do Estado. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: **evento de apresentação do diagnóstico e ideação (250 participantes), entrevistas com especialistas (60 participantes),**

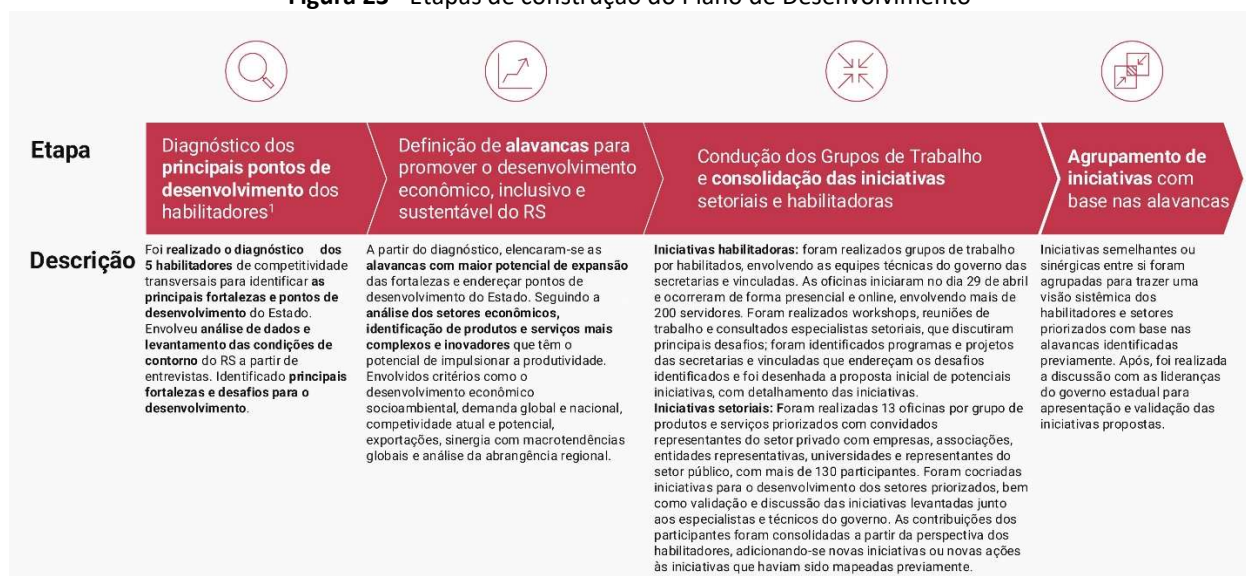
⁵⁹ Para mais detalhes sobre o Plano Rio Grande, visualize a cartilha **Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável**. Disponível em: <https://planoriogrande.rs.gov.br/upload/arquivos/202411/14112454-cartilha-plano-desenvolvimento-v2.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

workshops com lideranças do governo das secretarias e órgãos vinculados (100 participantes). Também foram realizadas sessões de trabalho **com secretarias e órgãos vinculados (50 reuniões)** e **oficinas com grupos de trabalho setoriais (130 líderes empresariais e representantes do governo)** para detalhamento e validação das iniciativas mapeadas.

ETAPA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO: MAPA PERCORRIDO

A construção do Plano de desenvolvimento foi realizada a partir do diagnóstico seguindo de análises dos setores econômicos, levantamento de macrotendências globais e aspirações, potenciais regionais com atenção às regiões menos desenvolvidas, identificação de produtos e serviços mais complexos e inovadores que podem impulsionar a produtividade, desenho e priorização de iniciativas transversais e ações no horizonte de tempo 2030 e 2040. As etapas de construção das iniciativas foram realizadas a partir da perspectiva dos habilitadores, descritas na **Figura 23**.

Figura 23 - Etapas de construção do Plano de Desenvolvimento



Fonte: Adaptação da cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

ESTRUTURA E PROPÓSITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento é sistêmico, integrado e transversal. Foram mapeados as potencialidades, forças e fraquezas da economia gaúcha. Tem como foco o aumento da competitividade e da produtividade mediante ações concretas para a realização dos objetivos. O Plano de Desenvolvimento articula-se em torno de **três principais pilares, com 5 habilitadores de competitividade transversais**, descritos no **Figura 24**.

Os habilitadores orientados para a competitividade: avanço coordenado, são fatores essenciais para promover o desenvolvimento do RS. Para cada habilitador foram mapeadas

as prioridades estratégicas e as principais alavancas de competitividade. As **cinco prioridades estratégicas** são descritas no **Figura 25**.

Figura 24 - Estrutura do Plano de Desenvolvimento Econômico



Fonte: Adaptação da cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

Nota: Habilitadores são fatores essenciais para promover o desenvolvimento econômico de uma jurisdição.

Figura 25 – As cinco prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento



Fonte: Adaptação da cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO PIB EM 2030

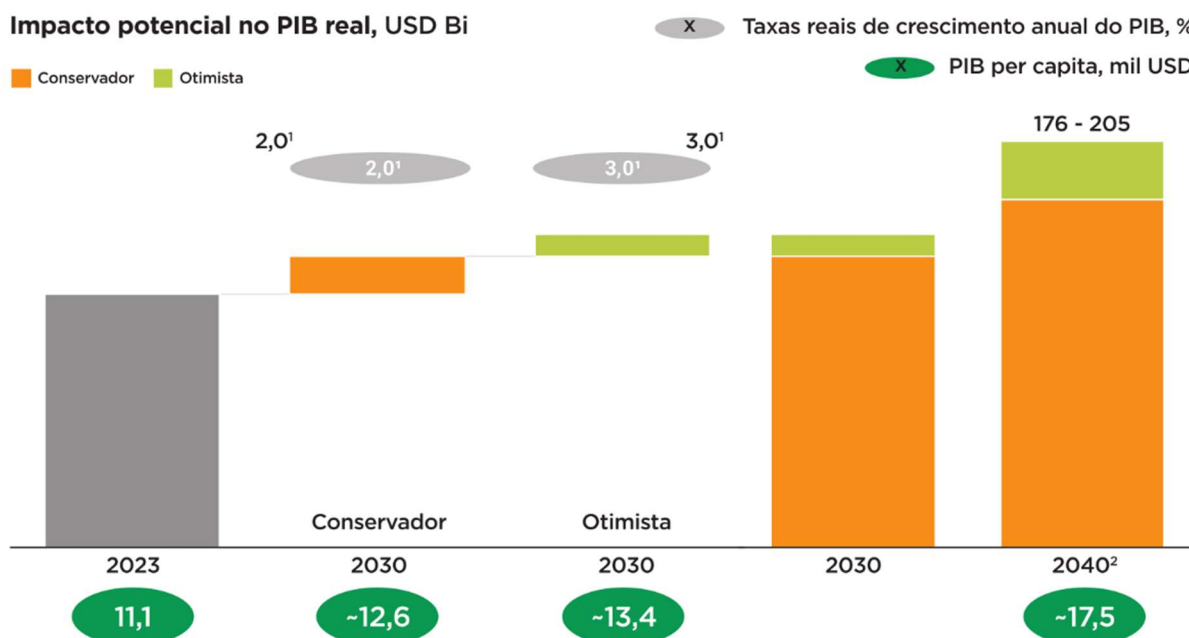
Um Estado que conhece a sua realidade sabe aonde quer chegar e o que precisa fazer para o futuro. Em 2023, o **PIB per capita do RS foi de USD 11,1 mil**, e o **PIB real de USD 128 bilhões**. Entre 2002 e 2021, o crescimento médio do PIB ficou em uma **taxa de 1,6% a.a.** (Gráfico 22).

A partir da análise do impacto potencial do aumento de competitividade do Estado no geral e, particularmente, nos setores priorizados, foi possível analisar dois cenários para 2030.

- **Cenário conservador:** estima-se que o RS possa atingir a **taxa de crescimento do PIB de até 2% a.a.**, podendo chegar a um nível de crescimento do PIB *per capita* de até 13,5%, equivalente a um **PIB *per capita* de aproximadamente USD 12,6 mil**. Tem-se um potencial de aumento no PIB real de USD 19 bilhões, **totalizando um PIB real em 2030 de até USD 147 bilhões**.
- **Cenário otimista:** estima-se que o RS possa atingir taxa de crescimento do PIB de até 3% a.a., podendo chegar a um nível de crescimento do PIB *per capita* de até 21%, equivalente a um **PIB *per capita* de aproximadamente USD 13,4 mil**. Tem-se um potencial de aumento no PIB real em mais USD 10 bilhões, **totalizando um PIB real, em 2030, de até USD 158 bilhões**.

Para 2040, estima-se que o RS pode chegar a um nível de crescimento do PIB *per capita* de até 58%, equivalente a um **PIB *per capita* de aproximadamente USD 17,5 mil**, com um aumento no PIB real entre **USD 176 bilhões a USD 205 bilhões**.

Gráfico 22 - Impacto potencial do PIB no RS



Fonte: Cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

Fonte dos dados brutos: UN Comtrade, IBGE, Comex Stat, ITC.

Notas: 1. Assumindo inflação histórica de 5,8 %, considerando os últimos cinco anos. Para o cenário conservador e otimista, assume-se também um prêmio intersetorial de crescimento de 0,48% e 0,92%. Caso de uso: em 20 anos, os Estados Unidos viram um aumento de produtividade de 20% devido a políticas educacionais - 0,92% ao ano. Para o cenário conservador, assume-se metade deste efeito anual.

2. Estimativas para 2040: na *business as usual* (BAU), considera-se a taxa de crescimento real do Rio Grande do Sul (0,11%) em cinco anos descontado o decréscimo populacional. A estimativa de curto prazo de cenários conservador e otimista foi corrigida pelas mudanças esperadas no crescimento do PIB global no longo prazo.

OLHAR PARA PRODUTIVIDADE

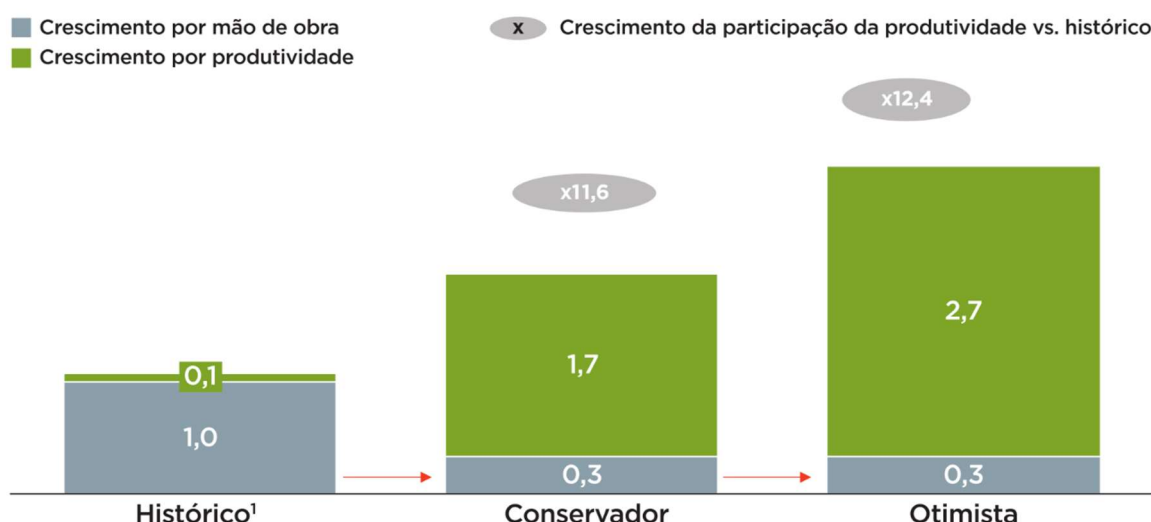
Um fator-chave para atingir o potencial de crescimento econômico é o **aumento da produtividade do Estado em aproximadamente 20% até 2030** e em **cerca de 60% até 2040**, alinhado com o potencial de crescimento projetado.

O desafio da produtividade do Estado não é pequeno. Nos estudos realizados sobre a composição do crescimento do PIB anual por cenário restrito pelo tamanho da força de trabalho esperado em percentual, identificou-se que, historicamente, nos últimos cinco anos, a **taxa de crescimento do PIB do RS foi de 1,1% a.a.**, sendo que, desse valor, **1,0 % a.a. corresponde ao crescimento por mão de obra e 0,1% a.a. corresponde ao crescimento por produtividade (Gráfico 23)**. Para 2030, analisando-se os dois cenários de crescimento, são traçados os cenários abaixo.

- **No cenário conservador:** com taxa de crescimento do PIB de 2% a.a. estima-se que pelas tendências e características do RS, haverá uma taxa de **0,3% a.a. em decorrência do crescimento por mão de obra** e, por tanto, o **crescimento do PIB por produtividade deverá atingir o patamar de 1,7 % a.a.**
- **No cenário otimista:** com taxa de crescimento de 3% a.a., mantendo a projeção de **crescimento de 0,3% a.a. em decorrência do crescimento por mão de obra**, **deverá atingir a taxa de 2,7% a.a. do crescimento por aumento de produtividade.**

Gráfico 23 - Estudo de produtividade do Rio Grande do Sul

Composição do crescimento do PIB anual por cenário, restrito pelo tamanho da força de trabalho esperada (%)



Fonte: Cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

Fonte dos dados brutos: UN Comtrade, IBGE, Comex Stat, ITC.

Nota: Taxa de crescimento histórica de cinco anos.

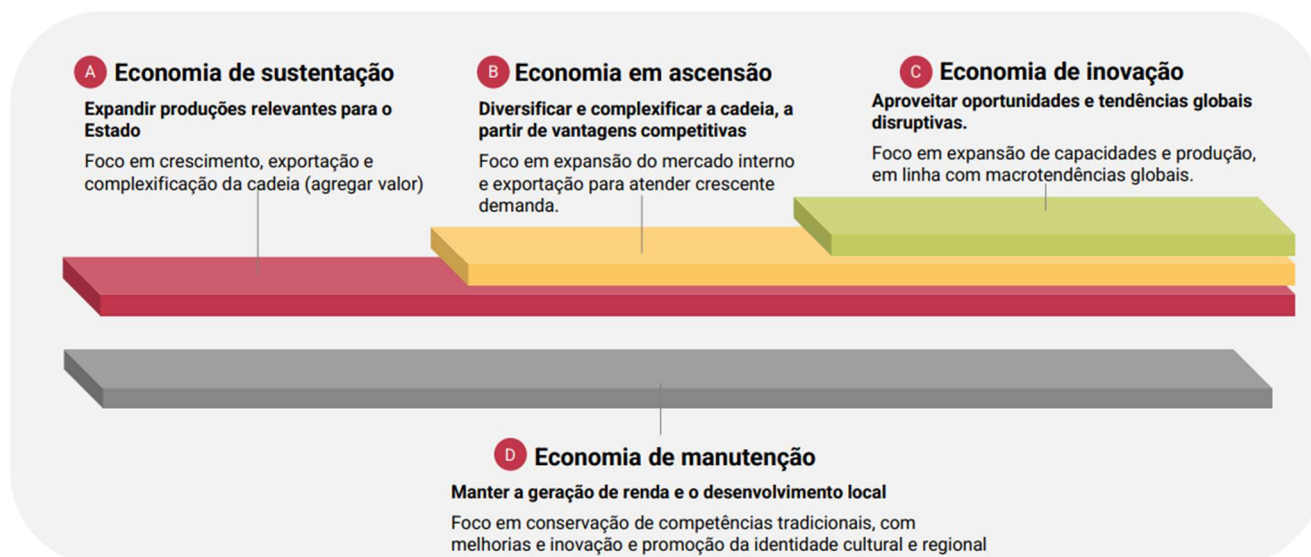
OS 12 SETORES COM POTENCIAL DE IMPULSIONAR A ECONOMIA DO ESTADO: GPS LIGADO

Mapeamento da economia do Rio Grande do Sul

A economia do Rio Grande do Sul é caracterizada pela diversidade de produtos e serviços considerados no Plano de Desenvolvimento em quatro perspectivas apresentadas na **Figura 26**. Na análise, foram considerados diversos indicadores socioeconômicos, as

macrotendências mundiais, além de coleta de informações realizadas nas entrevistas com atores-chave.

Figura 26 - Mapa da economia do RS



Fonte: Estudo interno do governo, publicado na cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável.

Identificação dos setores de alavancagem da economia

Os critérios para priorizar produtos e serviços foram:

- **Economia de sustentação:** Index econômico socioambiental; produtos com demanda global em 2030 significativa e já produzidos pelo RS; produtos com maior multiplicador de produção (R\$ de produção ganho por R\$ investido).
- **Economia em ascensão:** setores em que o RS pode ser competitivo *versus* maiores exportadores globais e nacionais; produtos de setores competitivos com alta demanda em 2030; produtos com alta demanda em 2030 e maior nível de complexidade (valor agregado).
- **Economia de inovação:** identificação de macrotendências globais; potencial competitivo dos setores diante das macrotendências; atuais vantagens competitivas do Estado nesses setores ou possíveis de serem desenvolvidas.

Foram identificados 12 setores com potencial relevante para impulsionar a economia do Estado, classificados nas quatro perspectivas econômicas, conforme **Figura 27**.

Para impulsionar a produtividade e o crescimento do Estado em cada uma das economias (economia de sustentação, ascensão e inovação), para cada grupo setorial, foram detalhados os principais produtos e serviços mais complexos e inovadores que podem ser explorados nos 12 setores. Ainda, foram incluídas as principais apostas em cada setor,

caracterizados por produtos e serviços que, embora o RS não possua uma vantagem competitiva atualmente clara, podem ser monitorados ou desenvolvidos no futuro, como aposta potencial (Figura 28).

Figura 27 - Mapa dos 12 setores de alavancagem do RS



Fonte: Cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

Mapeamento do mercado adicional potencial por produto e/ou serviço para o RS

Foram mapeados os produtos com maior potencial em mercado adicional estimado para o Rio Grande do Sul para 2030 e 2040 em bilhões de dólares (Gráfico 24).

- **Mercado adicional potencial total nominal por produto e/ou serviço para o RS em 2030:** tem-se como principais, as cadeias agropecuárias (5,5 USD bilhões), os produtos de transição energética (5,0 USD bilhões) e as máquinas, equipamentos e semicondutores (2,4 USD bilhões).

- **Mercado adicional potencial total nominal por produto/serviço para o RS em 2040:** tem-se como principais cadeias os produtos de transição energética (41,9 USD bilhões), os produtos e serviços digitais (13,5 USD bilhões) e a cadeia agropecuária (15,9 USD bilhões).

Figura 28 - Detalhamento do mapa dos setores de alavancagem do RS

Produtos Potenciais

Produtos e serviços mais complexos e inovadores que podem ser explorados nos 12 setores para impulsionar a produtividade do Estado.

	Resultado inicial da priorização			Apostas
	Economia de sustentação	Economia em ascensão	Economia de inovação	
Máquinas, equipamentos e semicondutores	-	Máquinas e equipamentos industriais convencionais (e.g., subconjuntos) Eletrodomésticos	Equipamentos para energias renováveis, robôs industriais, máquinas de manufatura aditiva, semicondutores (projeto e design, circuitos básicos e encapsulamento)	Novos materiais (ex.: grafeno)
Automotivo e cadeia	-	Veículos convencionais (automóveis, motocicletas, ônibus) peças e partes	Veículos elétricos (carros e ônibus) e suas partes, sistemas eletrônicos para automóveis	Novos materiais (ex.: grafeno)
Cadeia petroquímica	Resinas poliméricas convencionais (e.g., PP, PE, Estireno, PS, MEK, SBR e EPDM)	Polímeros reciclados, fibras sintéticas, polímeros de engenharia, produtos de plásticos (3ª geração)	Polímeros verdes, bioplásticos, plásticos degradáveis	-
Turismo	-	Serviços tradicionais de turismo (e.g., alimentação, acomodação, agências, transporte); novos polos turísticos	Serviços digitais, inteligentes e automatizados de turismo	-
Saúde	-	Equipamentos básicos de diagnóstico Equipamentos de diagnóstico por imagem	Equipamentos de saúde de precisão Equipamentos de terapia (incluindo celular e genética)	Fármacos, medicamentos e terapias avançadas, materiais médicos
Produtos e serviços digitais	-	Prestação de serviços convencionais de TI a empresas, data centers	Desenvolvimento de Software, Soluções setoriais (ex.: Agtech, Healthtech, DeepTech, Indústria, GreenTech)	Inteligência Artificial (IA), Xtech (ex.: BioTech, Gestão de Negócios, EdTech, etc.)
Cadeia agropecuária	Grãos (soja, milho, trigo, arroz), carnes (bovinos, suínos, aves), leite e derivados	Grãos e carnes processados (óleos, embutidos, industrializados, funcionais, etc.), alimentos certificados/com rastreamento/premium (ex.: carnes)	Melhoramento genético	Pulse ² , cordeiro, biotecnologia
Máquinas agrícolas	-	Máquinas agrícolas convencionais (tratores, colheitadeiras, etc., mecânicas e não automatizadas)	Máquinas agrícolas automatizadas, conectadas à internet, e/ou com IA Máquinas de agricultura de precisão	-
Fertilizantes	Fertilizantes convencionais, a partir de matéria-prima importada	Fertilizantes enriquecidos e remineralizados, exploração de pedras fosfáticas, a partir de matéria-prima local	Fertilizantes verdes (base de amônia verde) e Biofertilizantes	Nanofertilizantes a partir de matéria-prima local
Produtos regionais de nicho	-	Vinhos, espumantes e azeites	-	Noz pecã
Silvicultura, papel e celulose	Celulose	Papéis e embalagens, madeiras engenheiradas, produtos de madeira (ex.: MDF, MDP), produtos derivados de tanino	Biomateriais e bioquímicos a partir da celulose, novos produtos de madeira (ex.: CLT), novas aplicações de tanino	Nanocristais e nanofibras
Produtos de transição energética	Biodiesel	Energias renováveis (solar e eólica), Etanol 1G (milho, cereais), Etanol 2G Biogás e Biometano	Hidrogênio Verde e cadeia (e.g., Amônia Verde), SAF, HVO, e-fuels	-

Fonte: Adaptado da cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

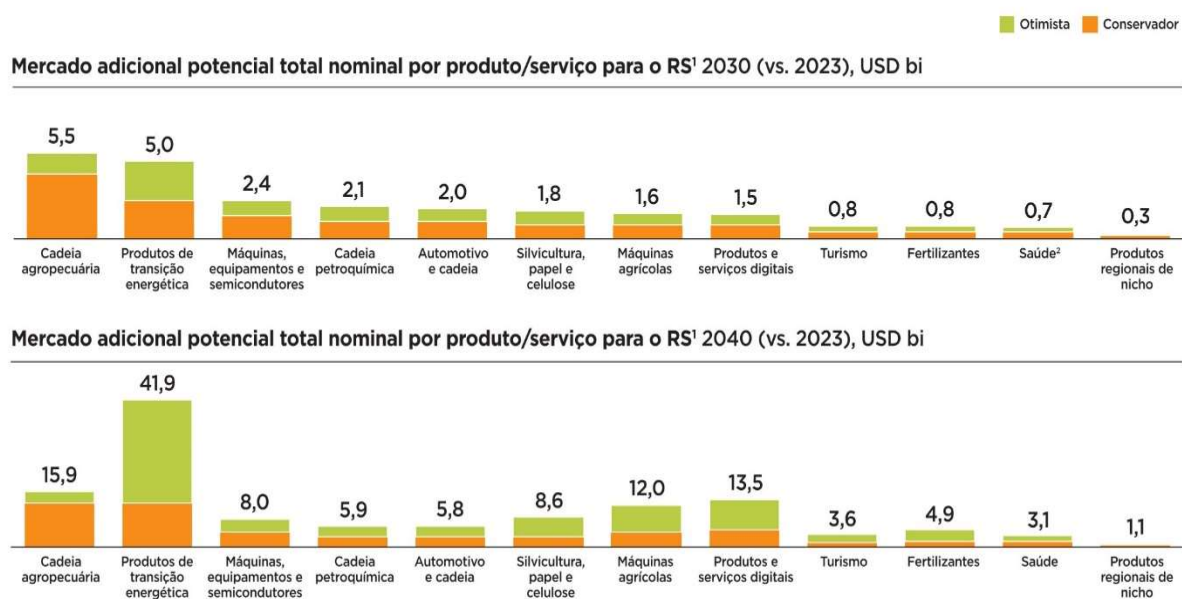
Notas: 1. Produtos e serviços que, embora o RS não possua uma vantagem competitiva atualmente clara, podem ser monitorados ou desenvolvidos no futuro.

2. Sementes secas de leguminosas utilizadas na alimentação, como, por exemplo: feijões, grão-de-bico, lentilha e ervilha.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO: AS ALAVANCAS POR HABILITADOR

O Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável está estruturado em cinco habilitadores de competitividade. Para cada habilitador, foram desenhadas 12 alavancas, cada uma com suas respectivas iniciativas. Foram desenhadas de forma coletiva, 41 iniciativas para implementação no primeiro ciclo de ação do Plano de Desenvolvimento.

Gráfico 24 - Mercado adicional estimado para o Rio Grande do Sul para 2030 e 2040



Fonte: Cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável

Fonte dos dados brutos: UN Comtrade, IBGE, Comex Stat, ITC.

Notas: 1. Inclui demanda internacional, demanda interestadual e localização das importações.

2. Impacto contabiliza apenas equipamentos de saúde.

As **Alavancas de Competitividade dos cinco habilitadores de competitividade** estão apresentadas na **Figura 29**.

- **Capital humano:** foco nas alavancas de atração e retenção da população e talentos no Estado, aumentar a qualidade do Ensino Básico com retenção e permanência dos estudantes, ampliar e consolidar com qualidade as escolas em tempo integral e aumentar a qualidade e permanência e conexão produtiva da educação profissional.
- **Ambientes de negócios:** foco nas alavancas de melhoria da facilidade de fazer negócios no Estado e consolidar o Rio Grande do Sul como destino de investimentos.
- **Inovação:** foco nas alavancas do fortalecimento do ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul e na conversão da inovação em riqueza e desenvolvimento para o Estado.

- **Infraestrutura:** foco nas alavancas da diversificação e aumento da qualidade das malhas logísticas do Estado, além da melhoria da infraestrutura em áreas de menor cobertura.
- **Recursos naturais:** foco nas alavancas da melhoria da resiliência climática do Estado, na descarbonização da economia e na implementação de práticas agrícolas sustentáveis e produtivas.

Figura 29 - Mapa Estratégico do Plano de Desenvolvimento

As alavancas de cada habilitador

Para cada habilitador de competitividade, num total de 5, foram desenhadas 12 alavancas, cada uma com suas respectivas iniciativas. Foram desenhadas 41 iniciativas para implementação no primeiro ciclo de ação.



Fonte: Estudo interno do governo, publicado na cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável.

INICIATIVAS DE CADA HABILITADOR

As 41 iniciativas consolidadas em torno de cinco habilitadores transversais de competitividade, que consideram tanto oportunidades de melhoria de desenvolvimento econômico da perspectiva geral da economia do Rio Grande do Sul quanto perspectivas setoriais, considerando os grupos de produtos e serviços priorizados são apresentadas na Figura 30.

O PLANO EM AÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável é um novo mapa para o desenvolvimento do Estado, capaz de renovar a visão e a atratividade do RS para quem aqui trabalha e/ou pretende investir. A agenda única do desenvolvimento será desdobrada internamente a partir da compatibilização do Plano de Desenvolvimento com os instrumentos do governo e a implementação da governança com as secretarias e órgãos vinculados. O desdobramento externo prevê as atividades de difusão do Plano de Desenvolvimento em diferentes fóruns e eventos setoriais com lideranças privadas e encontros com prefeitos. O plano já entrou em ação com a criação da Agência de Desenvolvimento, a Invest RS apresentada a seguir.

Figura 30 - Mapa de iniciativas de cada habilitador

As iniciativas foram organizadas em torno de 12 alavancas com potencial para desenvolver o Estado

Habilitador	Alavanca	Iniciativas	Iniciativas-chave	Iniciativas com implementação em andamento	
Capital humano	1 Atrair e reter capital humano	1. Criar e implementar Plano Estadual de Atração e Retenção do Capital Humano 2. Criar estratégia de Branding do RS			
	2 Ampliar e consolidar com qualidade escolas em tempo integral	3. Expandir a oferta da educação em tempo integral com qualidade			
	3 Aumentar a qualidade e permanência no ensino básico	4. Melhorar a proficiência, o acesso e a permanência dos estudantes na Educação Básica 5. Expandir o escopo e a qualidade de beneficiários do programa Professor do Amanhã			
	4 Aumentar qualidade e pertinência da educação profissional	6. Expandir a educação profissional e técnica 7. Fortalecer os programas focados em (re)qualificar trabalhadores em situação de vulnerabilidade 8. Criar programa de formação de profissionais em áreas estratégicas			
Inovação	5 Fortalecer o ecossistema de inovação do Rio Grande do Sul	9. Criação e implementação do programa de IA no RS 10. Consolidar clusters de inovação de AgroTech e HealthTech, posicionamento o RS como líder 11. Aprimorar os mecanismos de financiamento contínuo e de avaliação de inovações 12. Alinhar os ecossistemas de inovação ao Plano de Desenvolvimento Econômico e fortalecer as iniciativas			
	6 Converter inovação em riqueza e desenvolvimento	13. Criar e implementar ferramenta de conexão entre oferta e demanda de inovação 14. Incentivar o empreendedorismo de mestRADOS e doutorandos e/ou sua inserção profissional nas indústrias gaúchas 15. Fortalecer programas de adoção de inovações produtivas			
	7 Facilitar a realização de negócios no RS	8 Consolidar o RS como destino de investimentos	16. Diminuir a complexidade para abrir/alterar/fechar empresas e projetos, acessar programas e obter licenças 17. Sistematizar e difundir diretrizes de licenciamento por áreas de atuação com apoio de georreferenciamento 18. Padronizar, automatizar e respaldar a atuação de técnicos na emissão de alvarás e licenças 19. Fortalecer iniciativas de simplificação dos fluxos e práticas tributárias 20. Fortalecer o diálogo entre os três poderes e os entes federativos para discutir temas de desenvolvimento econômico 21. Criar e implementar estratégia de apoio aos pequenos produtores rurais 22. Estabelecer programa de fomento e apoio a exportações e promoção comercial 23. Criar e implementar estratégia de apoio a pequenas e médias empresas 24. Criar painel de informações sobre características e ativos por município/ região 25. Diversificar incentivos para a atração, expansão e retenção de investimentos 26. Implementar o Sistema Único de Fomento do Rio Grande do Sul para padronizar processo de obtenção de recursos públicos 27. Criar e implementar estratégia de capacitação contínua e comunicação sobre incentivos, programas de desenvolvimento econômico		
			28. Implementar as medidas/projetos definidas no Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS) nos diferentes modais 29. Implementar os projetos de infraestrutura logística mapeados no Plano Rio Grande 30. Implementar planejamento, manutenções e licitações referentes aos complexos portuários 31. Definir parâmetros técnicos para obras de infraestrutura que sejam resilientes a eventos climáticos extremos 32. Aumentar cobertura e qualidade da conectividade no campo 33. Expandir e aumentar estabilidade do fornecimento de eletricidade em áreas de menor infraestrutura		
34. Criar e implementar programa de fomento a práticas agropecuárias que aumentem a sustentabilidade ambiental 35. Fortalecer programas de fomento à produção de produtos premium 36. Fomentar a produtividade do setor agropecuário do estado 37. Desenvolver e implementar Plano de Resiliência Climática 38. Criar e implementar Plano Estadual Unificado de Transição Energética e Descarbonização 39. Desenvolver e implementar Plano de Segurança Hídrica 40. Investir em tecnologias preditivas que antecipem desastres 41. Criar protocolos e implementar mecanismos de resposta a desastres					
Infraestrutura	9 Aumentar a diversificação e qualidade das malhas logísticas				
	10 Melhorar infraestrutura em áreas de menor cobertura no Estado				
Recursos naturais	11 Implementar práticas agrícolas sustentáveis e produtivas				
	12 Criar planejamento para resiliência climática e descarbonização				

Fonte: Adaptação do estudo interno do governo, publicado na cartilha Rio Grande do Futuro: Plano de Desenvolvimento Econômico, inclusivo e Sustentável.

Agência de Desenvolvimento do RS – Invest RS

A Invest RS – Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul tem como missão promover o desenvolvimento econômico, inclusivo e sustentável do Estado por meio da atração de investimentos e promoção comercial, em cooperação com o poder público, entidades e sociedade civil. Criada pela Lei 16.076/2023 como um serviço social autônomo, trata-se de uma entidade de direito privado, com duração por prazo indeterminado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e finalidade pública, que atua seguindo as regras e padrões do mercado, em linha com outras entidades similares no Brasil. Esse modelo permite aliar agilidade na tomada de decisão, flexibilidade na gestão e operação e segurança no financiamento.

Inspirada nos melhores exemplos de agências de desenvolvimento em todo mundo e no Brasil, a Invest RS é uma iniciativa para transformar a realidade do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e posicionar o Estado com um *player* competitivo no cenário nacional e internacional. Principais objetivos são: aumentar os investimentos no Estado por meio da prospecção ativa e acompanhamento de investidores; expandir a participação dos negócios gaúchos em exportações e facilitar o comércio com outros estados brasileiros; melhorar o ambiente de negócios e promover a imagem do Rio Grande do Sul; e promover o conhecimento de investidores e parceiros sobre o RS.

As ações da Invest RS serão orientadas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusivo do Rio Grande do Sul, priorizando os setores estratégicos para alavancar o crescimento do Estado. Sua atuação está alinhada com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e demais órgãos responsáveis pelas políticas públicas de desenvolvimento.

A Agência atua em duas abordagens complementares, conjugando a definição de estratégias e teses de investimentos a partir do uso intensivo de inteligência de dados com a ação prática de captação de investimentos e promoção comercial. A Diretoria de Atração de Investimentos e Promoção Comercial tem o papel de relacionamento, identificação, prospecção e desenvolvimento de oportunidades com investidores e exportadores e está dividida em gerências setoriais, que se especializarão nas áreas econômicas prioritárias. Já a Diretoria de Estratégia e Inteligência oferece suporte em inteligência de dados, elaboração de teses de investimento e exportação e estratégias de expansão, concentrando o conhecimento sobre a realidade do Estado. A Diretoria de Gestão Corporativa oferece suporte nos temas ligados à área administrativa e financeira, gestão de pessoas, área jurídica, tecnologia da informação, gestão e escritório de projetos da agência.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO | SPGG

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO | SUPLAN

Subsecretária: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

COORDENAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL | DEPLAN

Diretor: Luciana Dal Forno Gianluppi

Diretora Adjunta: Laurie Fofonka Cunha

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL | DEPLAN

Luciana Dal Forno Gianluppi, Laurie Fofonka Cunha, Mery Stéfani Leivas Pereira, Amanda Oliveira de Souza, Bruno de Oliveira Lemos, Camila Eidelwein Capeletti, Fernando Maya Mattoso, Larissa Couto Silva, Luana de Lima e Silva, Luciana da Silva Mieres, Othon Veloso Schenatto, Paulo Augusto Coelho de Souza, Paulo Victor Marocco Milanez, Silvia Leticia Lorenzetti, Thays Regina Gonçalves e Vanderlea Rabelo Kich.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA | DEE

Pedro Tonon Zuanazzi, Martinho Roberto de Lazzari e Tomás Amaral Torezani

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS | DOF

Murilo Maximo Santana Borges, Marcos Vinicius Borges Calgaroto e Adi Collazuol

REVISÃO: Tatiana Zismann

COLABORAÇÃO: Assessoria de Comunicação (Ascom/SPGG), Secretaria de Comunicação (Secom), Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) e Secretaria da Casa Civil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul.
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de
Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, 2025.

181 p.: il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão
Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320